



Universidade Federal
de Campina Grande

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
Linha de pesquisa: Desenvolvimento, Ruralidades e Políticas Públicas

O CAMPO CIENTÍFICO E A AGROECOLOGIA NO BRASIL:
ATORES, DISCURSOS E POLÍTICAS PÚBLICAS

Jonatta Sousa Paulino
Orientadora: Dra. Ramonildes Alves Gomes

CAMPINA GRANDE – MARÇO DE 2017

JONATTA SOUSA PAULINO

O CAMPO CIENTÍFICO E A AGROECOLOGIA NO BRASIL:
ATORES, DISCURSOS E POLÍTICAS PÚBLICAS

Texto apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais.

Orientadora: Dra. Ramonildes Alves Gomes

CAMPINA GRANDE, MARÇO DE 2017

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG

P328c

Paulino, Jonatta Sousa.

O campo científico e a agroecologia no Brasil : atores, discursos
políticas públicas / Jonatta Sousa Paulino. – Campina Grande-PB, 2017.
318 f. : il. color.

Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de
Campina Grande, Centro de Humanidades, 2017.

"Orientação: Prof. Dr. Ramonildes Alves Gomes".

Referências.

1. Prática Agroecológica. 2. Teoria Ator-Rede. 3. Políticas Públicas -
Agroecologia. 4. Cenário Científico Agroecológico Brasileiro. I. Gomes,
Ramonildes Alves. II. Título.

CDU 631.95(043)

JONATTA SOUSA PAULINO

O CAMPO CIENTÍFICO E A AGROECOLOGIA NO BRASIL:
ATORES, DISCURSOS E POLÍTICAS PÚBLICAS

Tese apresentada em 17 de março de 2017.

BANCA EXAMINADORA

Ramonildes Alves Gomes
(orientadora – PPGCS/UFCG)

Luis Henrique Hermínio Cunha
(examinador interno - PPGCS/UFCG)

Roberto de Sousa Miranda
(examinador interno - PPGCS/UFCG)

Cidoval Moraes de Sousa
(examinador externo – PPGDR/UEPB)

Cimone Rozendo de Souza
(examinador externo - PPGSOCIO/UFPR)

AGRADECIMENTOS

Agradeço, mais uma vez, a todos os profissionais e instituições presentes no desenvolvimento deste trabalho.

Agradeço também a minha família, aos meus queridos amigos e ao meu xodó.

OBRIGADO

*Aos que me dão lugar no bonde
e que conheço não sei de donde,*

*aos que me dizem terno adeus
sem que lhes saiba os nomes seus,*

*aos que me chamam deputado
quando nem mesmo sou jurado,*

*aos que, de bons, se babam: mestre!
inda se escrevo o que não preste,*

*aos que me julgam primo-irmão
do rei da fava ou do Hindustão,*

*aos que me pensam milionário
se pego aumento de salário*

*- e aos que me negam cumprimento
sem o mais mínimo argumento,*

*aos que não sabem que eu existo,
até mesmo quando os assisto,*

*aos que me trancam sua cara
de carinho alérgica e avara,*

*aos que me tacham de ultrabeócia
a pretensão de vir da Escócia,*

*aos que vomitam (sic) meus poemas,
nos mais simples vendo problemas,*

*aos que, sabendo-me mais pobre,
me negariam pano ou cobre*

*- eu agradeço humildemente
gesto assim vários e divergente,*

*graças ao qual, em dois minutos,
tal como o fumo dos charutos,*

*já subo aos céus, já volto ao chão,
pois tudo e nada nada são.*

Carlos Drummond de Andrade¹

¹ ANDRADE, Carlos Drummond de. *Carlos Drummond de Andrade - poesia e prosa*. 8. ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1992, p. 972-973.

RESUMO

O fomento da prática agroecológica se dá por meio do trabalho conjunto de uma série de pessoas, representantes de discursos e instituições, constituindo atores-chaves para o entendimento das dinâmicas atuais do mundo rural. Dentre as três principais vertentes da agroecologia (prática agrícola, movimento social e ciência), focar-se-á, nessa pesquisa, no âmbito da sua atividade acadêmico-científica. A preocupação desta tese está relacionada com as condições de existência de um campo científico que institucionaliza a agroecologia no Brasil, enquanto uma manifestação específica das várias estratégias discursivas e práticas que envolvem a agroecologia. Sabendo disto, o objetivo geral é analisar o cenário científico agroecológico nacional, enxergando as redes tecidas para a construção deste campo, seus discursos de transformação social, atores e suas implicações na construção de políticas para o mundo rural. A metodologia seguida consiste em uma análise de redes a partir da Teoria Ator-Rede (TAR) de Bruno Latour (2012), posta em prática a partir da leitura de vários textos sobre agroecologia, focando naqueles que tratam de suas características epistemológicas e discursivas e, em seguida, no trabalho de campo propriamente dito, com a realização de entrevistas semi-estruturadas focando nas trajetórias dos atores escolhidos e na observação de eventos acadêmicos da área, levando em conta a capacidade performativa da ciência, onde cientistas, pesquisadores, professores e técnicos de organizações da sociedade civil que se dedicam a esta temática pautam o debate na construção de uma agenda para as políticas públicas. Esta pesquisa mostrou que a institucionalização da agroecologia se faz a partir de uma rede internacional de humanos e não-humanos, conformando grupos de cientistas que procuram acumular capitais ao longo de suas trajetórias profissionais – imbuídos de discursos ecológicos, ambientais e de empoderamento de minorias – para adentrar no Estado em contextos políticos favoráveis e fortalecer iniciativas voltadas para a agroecologia.

Palavras chave: Agroecologia; Teoria Ator-Rede; Ciência; Políticas Públicas.

ABSTRACT

THE SCIENTIFIC FIELD AND AGROECOLOGY IN BRAZIL: ACTORS, DISCOURSES AND PUBLIC POLICIES

The fomentation of agroecological practice occurs through the joint work of a number of people, representatives of discourses and institutions, constituting key-players for understanding the current dynamics of the rural world. Among the three main aspects of agroecology (agricultural practice, social movement and science), this research will focus on its academic-scientific activity. The concern of this thesis is related to the existence's conditions of a scientific field that institutionalizes agroecology in Brazil, as a specific manifestation of the various discursive and practical strategies that involve agroecology. Knowing this, the general objective is to analyze the national agro-ecological scientific scenario, seeing the networks woven for the construction of this field, its discourses of social transformation, actors and the implications in the construction of policies for the rural world. The methodology consists of a network analysis based on Bruno Latour's Actor-Network Theory (ANT) (2012), put into practice through the reading of several texts about agroecology, focusing on those that deal with their epistemological and discursive characteristics, and then, in the fieldwork itself, with the realization of semi-structured interviews focusing on the trajectories of the chosen actors and the observation of academic events in the área, given the performative capacity of science, where scientists, researchers, professors and technicians from civil society organizations that dedicate themselves to this theme guide the debate in the construction of an agenda for public policies. This research showed that the institutionalization of agroecology is based on an international network of humans and nonhumans, forming groups of scientists seeking to accumulate capital along their professional trajectories – imbued with ecological, environmental and minority empowerment discourses – to enter the State in favorable political contexts and strengthen initiatives focused on agroecology.

Keywords: Agroecology; Actor-Network Theory; Science; Public Policies.

RÉSUMÉ

LE CHAMP SCIENTIFIQUE ET L'AGROÉCOLOGIE AU BRÉSIL: **ACTEURS, DISCOURS ET POLITIQUES PUBLIQUES**

La promotion de la pratique agro-écologique se passe au moyen du travail ensemble d'une série de personnes, représentants des discours et des institutions, qui constituent les acteurs clés pour la compréhension des dynamiques actuelles du monde rural. Parmi les trois principaux domaines de l'agroécologie (pratiques agricoles, mouvements sociaux et science), cette recherche se focalisera, dans le cadre de son activité académique et scientifique. La préoccupation de cette thèse est liée aux conditions d'existence d'un champ scientifique qui institutionnalise l'agroécologie au Brésil, tandis qu'une manifestation spécifique des diverses stratégies discursives et pratiques impliquant l'agroécologie. Sachant cela, l'objectif général est d'analyser le scénario scientifique agroécologique national, en regardant les réseaux tissés pour la construction de ce champ, ses discours de transformation sociale, les acteurs et leurs implications dans la construction des politiques pour le monde rural. La méthodologie suivie consiste dans une analyse des réseaux à partir de la Théorie de l'Acteur Réseau (TAR) de Bruno Latour (2012), mis en place à partir de la lecture des différents textes sur l'agroécologie, en se concentrant sur ceux traitant leur caractéristiques épistémologique et discursives et, ensuite, sur le travail de terrain proprement dit, avec la réalisation des entretiens semi-structurés se concentrant sur les trajectoires des acteurs choisis et l'observation des événements académiques dans ce domaine, compte tenu de la capacité performative de la science, où scientifiques, chercheurs, enseignants et techniciens des organisations de la société civile dédiées aux cette thématique ont guidé le débat vers la construction d'un agenda pour les politiques publiques. Cette recherche a montré que l'institutionnalisation de l'agro-écologie est fait à partir d'un réseau international des droits humains et non-humains, former des groupes de scientifiques qui cherchent à accumuler du capital au cours de leur carrière professionnelle - imbu de discours écologiques, l'environnement et l'autonomisation des minorités - pour entrer dans l'état dans des contextes politiques favorables et renforcer les initiatives visant à agroécologie.

Mots-clés: Agroécologie; Théorie Acteur-Réseau; Sciences; Politiques Publiques

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

- ABA - Associação Brasileira de Agroecologia
- Abrabio - Associação Brasileira de Agricultura Familiar Orgânica, Agroecológica e Agroextrativista
- AEASP - Associação de Engenheiros Agrônomos do Estado de São Paulo
- Afran - Associação Française pour une Alimentation Normale
- AMAP - Associação para Manutenção de uma Agricultura Camponesa
- ANA - Articulação Nacional de Agroecologia
- Anater - Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
- Anvisa - Agência Nacional de Vigilância Sanitária
- ASA - Articulação do Semi-Árido
- ASBRAER - Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural
- Ascar - Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural
- ASFS - Agroecology and Sustainable Food Systems
- AS-PTA - Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa
- Assesoar - Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural
- ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural
- BSC - Bancos de Sementes Comunitários
- CAPEX - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CAR - Cadastro Ambiental Rural
- CBA - Congresso Brasileiro de Agroecologia
- Cetap - Centro de Tecnologias Alternativas Populares
- Ciapo - Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica
- Cirad - Centre de Coopération Internationale en Recherche Agronomique pour le Développement
- CLADES - Consórcio Latino Americano de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável
- Cnapo - Comissão Nacional da Política de Agroecologia e Produção Orgânica
- Cnater - Conferência Nacional de Ater
- CNDRS - Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
- CNPO - Comitê Nacional de Produtos Orgânicos

Cnpq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CODESMA - Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social de Santa Maria
COFECUB - French Committee for the Evaluation of Academic and Scientific Cooperation with Brazil
Conab - Companhia Nacional de Abastecimento
Condraf - Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural
CONEA - Congressos Nacionais de Estudantes de Agronomia
CONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
Consepa - Conselho Nacional dos Sistemas Estaduais de Pesquisa Agropecuária
CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares
CPDA - Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola
CREA - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia
CTA - Centro de Tecnologias Alternativas
CTAO - Câmara Temática de Agricultura Orgânica
CTNBio - Comissão Técnica Nacional de Biossegurança
CUT - Central Única dos Trabalhadores
DAP - Declaração de Aptidão ao Pronaf
DATER - Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural
DEAER - Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural
EBAA - Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa
EMATER/PR - Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural
Embrapa - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Embrater - Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
ENA - Encontro Nacional de Agroecologia
ENGA - Encontro Nacional de Grupos de Agroecologia
Epagri - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
ESCT - Estudos Sociais de Ciência e Tecnologia
EUA - Estados Unidos da América
FAEAB - Federação das Associações dos Engenheiros Agrônomos do Brasil
FAO - Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
Fapergs - Fundação de Amparo à Pesquisa do estado do Rio Grande do Sul
FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
FBSSAN - Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional

FEAB - Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil
FEPAGRO - Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária
FETAGRI - Federação dos Trabalhadores na Agricultura
Fetraf - Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar
FHC - Fernando Henrique Cardoso
Fiocruz - Fundação Oswaldo Cruz
FNAB - Fédération Nationale d' Agriculture Biologique
FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
Formad - Fórum Mato-grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento
GA - Grupo de Agroecologia
Gabo - Grupo de Agricultores Biológicos do Oeste
GRSR ou GSR - Groupe de Recherche de Sociologie
GT - Grupo de Trabalho
GTI - Grupo de Trabalho Interministerial
GTS-AS - Grupo de Trabalho de Soberania e Segurança Alimentar
IAASTD - Avaliação Internacional Sobre Conhecimento, Ciência e Tecnologia Agrícola para o Desenvolvimento
Iapar - Instituto Agrônômico do Paraná
Ibase - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IES - Instituições de Ensino Superior
IF - Instituto Federal
IFB - Instituto Federal de Brasília
IFCH - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Ifoam - International Federation of Organic Agriculture Movements
IICA - Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
Incrá - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INRA - Institut national de la recherche agronomique
Ipea - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPEMA - Instituto de Permacultura e Ecovilas da Mata Atlântica
ISEC - Instituto de Sociologia e Estudos Camponeses
Ladys - Laboratoire Dynamiques Sociales et Recomposition des Espaces
Losan - Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MCT - Ministério de Ciências e Tecnologia

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEC - Ministério da Educação
MMA - Ministério do Meio Ambiente
MMC - Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil
MPA - Ministério da Pesca e Aquicultura
MS - Ministério da Saúde
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NAC - Núcleo de Agroecologia e Campesinato
NEPPAS - Núcleo de Estudos e Pesquisas em Práticas Agroecológicas do Semiárido
Neru - Núcleo de Estudos Rurais e Urbanos
Oepas - Organizações Estaduais de Pesquisa Agropecuária
OGM - Organismo Geneticamente Modificado
ONGs - Organizações Não Governamentais
ONU - Organização das Nações Unidas
P1+2 - Programa Uma Terra e Duas Águas
P1MC - Programa Um Milhão de Cisternas
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
PEC - Proposta de Emenda Constitucional
PGDR - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural
PGPAF - Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar
PGPM-Bio - Política de Garantia de Preços Mínimos para produtos da Sociobiodiversidade
PL - Projeto de Lei
PLANAPO - Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNAE – Programa de Alimentação Escolar
PNAPO - Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PNATER - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PNSAN - Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
PPA - Plano Plurianual de Governo
PPGADR - Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural
PPGS - Programas de Pós-Graduação em Sociologia
PROATER - Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural

Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento para a Agricultura Familiar
PRONARA - Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos
Pronater - Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária
PSB - Partido Socialista Brasileiro
PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira
PT - Partido dos Trabalhadores
PTA - Projetos em Tecnologias Alternativas
REGA - Rede dos Grupos de Agroecologia do Brasil
SACA - Sociedade de Agronomia de Cruz Alta
SAF - Secretaria de Agricultura Familiar
SAN - Segurança Alimentar e Nutricional
SASM - Sociedade de Agronomia de Santa Maria
SASOP - Serviço de Assessoria à Organizações Populares Rurais
SCPA - Sistema Cooperativo de Pesquisa Agropecuária
SDT - Secretaria de Desenvolvimento Territorial
SEAP - Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência
SG/PR - Secretaria-Geral da Presidência da República
Siater - Sistema Informatizado de Ater
Sibrater - Sistema Nacional Descentralizado de Ater Pública
Sisan - Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SISOrg - Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica
SNCTI - Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Informação
SNPA - Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária
SOBAL - Soberania Alimentar
SOBER - Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural
SOCLA - Sociedad Científica Latinoamericana de Agroecologia
SRA – Secretaria de Reordenamento Agrário
STPOrg - Subcomissão Temática de Produção Orgânica
TAR - Teoria Ator-Rede
UCO - Universidad de Córdoba
UdeA - Universidad de Antioquia
UEMA - Universidade Estadual do Maranhão
UFPA – Universidade Federal do Pará

UFPB - Universidade Federal da Paraíba

UFPEL - Universidade Federal de Pelotas

UFPR - Universidade Federal do Paraná

UFRA - Universidade Federal Rural da Amazônia

UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFRPE - Universidade Federal Rural de Pernambuco

UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

UFSCar - Universidade Federal de São Carlos

UFSM - Universidade Federal de Santa Maria

UFV - Universidade Federal de Viçosa

UnaM - Universidad Nacional de Misiones

UnB - Universidade de Brasília

UnCED-92 - Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento

UNCTAD - Nações Unidas Sobre Comércio e Desenvolvimento

UNIA - Universidad Internacional de Andalucía

UNICAFES - União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária

Unicamp - Universidade Estadual de Campinas

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1:	Falas transcritas e analisadas no Capítulo 1	p. 101
QUADRO 2:	Falas transcritas e analisadas no Capítulo 2	p. 142
QUADRO 3:	Falas transcritas e analisadas no Capítulo 3	p. 230

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1:	Mudanças recentes na prática discursiva	p. 65
FIGURA 2:	Rupturas com a ciência tradicional	p. 67
FIGURA 3:	Influências na epistemologia da agroecologia	p. 72
FIGURA 4:	O paradigma ecológico	p. 73
FIGURA 5:	A Racionalidade Ambiental	p. 89
FIGURA 6:	O Movimento Agriculturas Alternativas	p. 152
FIGURA 7:	As fontes da matriz conceitual agroecológica	p. 160
FIGURA 8:	Rede de contatos entre os entrevistados: da Espanha para o Brasil	p. 165
FIGURA 9:	A agroecologia pela via das tecnologias alternativas	p. 173
FIGURA 10:	A contribuição francesa para o pensamento brasileiro ..	p. 183
FIGURA 11:	A chegada ao Brasil	p. 196
FIGURA 12:	Uma das vias de institucionalização da agroecologia na Embrapa	p. 211
FIGURA 13:	Os eventos sobre agroecologia	p. 223
FIGURA 14:	A trajetória da Ater Agroecológica	p. 240
FIGURA 15:	O esvaziamento da perspectiva agroecológica na Ater oficial	p. 249
FIGURA 16:	A “Armada Cordobesa” e os Núcleos de Agroecologia	p. 252
FIGURA 17:	As articulações do Pronaf	p. 256
FIGURA 18:	Discursos sobre alimentação e Agroecologia	p. 263
FIGURA 19:	Valter Bianchini e as políticas públicas	p. 267
FIGURA 20:	Maria Emília Pacheco e as políticas públicas	p. 272
FIGURA 21:	Alguns laços da Pnapo	p. 282

LISTA DE FOTOGRAFIAS

FOTOGRAFIA 1: Seminário Estadual sobre Agroecologia p. 222

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	p. 21
• Contextualizando a discussão	p. 29
• Justificativa	p. 35
• Desenho da Pesquisa	p. 38
CAPÍTULO 1. A CIÊNCIA AGROECOLÓGICA: LAÇOS DISCURSIVOS E TEÓRICOS	p. 48
1.1 Como funciona a ciência?	p. 49
1.2 Os Modos da Ciência	p. 55
1.3 Discursos confluentes	p. 62
1.4 A composição da ciência agroecológica	p. 89
1.5 A representação pública da agroecologia	p. 100
CAPÍTULO 2. A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA AGROECOLOGIA NO BRASIL	p. 134
2.1 Os primeiros passos para uma nova ciência	p. 138
2.2 Trajetórias da agroecologia	p. 141
2.2.1 A mobilização da academia	p. 147
2.2.2 Viajando para a Espanha	p. 156
2.2.3 Outra via de entrada da agroecologia no Brasil	p. 169
2.2.4 França ou Espanha?	p. 174
2.2.5 O retorno ao Brasil	p. 186
2.3 O paradoxo da Pesquisa Agropecuária	p. 204
2.4 Apesar dos pesares, a agroecologia cresce constantemente	p. 218
CAPÍTULO 3. AGROECOLOGIA: A CIÊNCIA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS	p. 225

3.1 As políticas públicas	p. 226
3.1.1 A extensão rural e a agroecologia	p. 231
3.1.2 Os núcleos de agroecologia	p. 250
3.1.3 O Pronaf e a agroecologia	p. 253
3.1.4 Mercados e aquisição de alimentos (PAA e PNAE)	p. 261
3.1.5 A Política Nacional de Agroecologia (Pnapo)	p. 274
3.2 O projeto político	p. 283
3.3 A ciência e a democracia	p. 288
CONSIDERAÇÕES FINAIS	p. 301
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	p. 306

INTRODUÇÃO

O debate sobre agroecologia no Brasil, grosso modo, é explicado com base em três dimensões: em primeiro lugar, como um conjunto de práticas produtivas sustentáveis “ecologicamente corretas”; em segundo lugar, através de uma perspectiva mais abrangente, como um enfoque científico que vai além de modelos de agriculturas e que tem como responsabilidade fortalecer os pilares de transição para agriculturas alternativas e modelos de desenvolvimento rural sustentável (PETERSEN, SOGLIO, CAPORAL, 2009; ALMEIDA, 2009); e, em terceiro lugar, a de movimento social, uma mobilização que funciona a partir de princípios conceituais e teóricos para o fortalecimento dessas práticas no mundo rural. Assim, no Brasil, ao falar em agroecologia, acabamos por abarcar um pouco de cada uma desses três dimensões. Todavia, focarei nesta tese na perspectiva científica, de forma a compreender a rede que envolve seus discursos, sua institucionalização no Brasil e influência na construção de políticas públicas através da atuação de certos atores, grupos e instituições.

O aparato institucional que envolve a agroecologia funciona a partir de redes que entrelaçam movimentos sociais, Organizações Não Governamentais (ONGs), técnicos e pesquisadores atuantes na constituição, definição e utilização de categorias e posicionamentos políticos e identitários (PAULINO, 2013). Portanto, estamos diante de um modelo de desenvolvimento que está sendo construído e disputado e que depende das estratégias de reprodução a exemplo da qualificação de certos atores para incidir na articulação de suas redes, garantindo a sua existência e perpetuação.

O campo agroecológico, isto é, “a comunidade ou rede de política dedicada à ‘incorporar os valores e princípios da agroecologia aos instrumentos de políticas públicas’” (MALUF, 2013, p. 8), é impulsionado pelos movimentos sociais do campo e por organizações e técnicos vinculados em busca de legitimação social. Esses processos chamam atenção para uma nova agenda de pesquisa sobre agroecologia, ao mesmo tempo em que se renova o interesse acerca do papel que o Estado pode cumprir no

desenvolvimento desses sistemas, o que gera um foco de investigação sobre políticas públicas.

O fomento da prática agroecológica se dá por meio do trabalho conjunto de uma série de pessoas, representantes de discursos e instituições, constituindo atores-chaves para o entendimento das dinâmicas atuais do mundo rural. Para o escopo desta pesquisa, dentre as três principais vertentes da agroecologia, focar-se-á no âmbito da sua atividade acadêmico-científica e nas redes tecidas para a sua constituição, assim como na propositividade para a elaboração de políticas públicas.

A ciência, para existir e reproduzir-se, precisa expandir seu alcance e suas redes para esferas não científicas da vida social (LATOUR, 2000), chegando até mesmo nos acordos legislativos e burocráticos do Estado. A atividade profissional dos cientistas se inscreve profundamente nos quadros de delimitação das políticas públicas enquanto produtores de conhecimento, atores ou mediadores na circulação de ideias. Os cientistas são atores sociais “confrontados permanentemente pela produção de ideários e regulamentações”, estando no centro “dos espaços de definição das chamadas políticas públicas: tanto como destinatários, mas também corresponsáveis pela elaboração de agendas, (...) qualificando e requalificando o debate político e acadêmico” (GOMES, 2014, p. 128) sobre essas políticas.

Redes são extensões de entidades humanas e não-humanas, um conjunto heterogêneo existente a partir de uma soma de associações que criam objetos híbridos, ao mesmo tempo naturais e sociais (CAVALCANTI, 2010). As redes podem ser entendidas como estruturas de relação e comunicação expansivas que incluem os mais diversos elementos constituintes do cosmos, sejam eles relações de poder, conhecimento científico e discursos. Elas efetuam o papel de unir tudo isto, permitindo enxergar o homem e o mundo material como interconectados e pertencentes a um mesmo quadro (PAULINO, 2013). As redes não são apenas instrumentos analíticos, elas performatizam a ação dos atores (ABRAMOVAY, 2000), pois os códigos discursivos de comunicação que lhe dão coesão, ou seja, suas normas e os valores que definem o sentido da ação de seus membros são tão importantes quanto as organizações que lhe dão base.

Ao tratar a linguagem como prática, é possível percebê-la não apenas como um elemento que reproduz as práticas sociais e ideologias, mas também possui um papel na transformação da realidade de forma dialética, já que, por um lado, o discurso é moldado e restringido pela estrutura social, pelas relações específicas em instituições

particulares, ou seja, nos domínios particulares e nos quadros institucionais em que são gerados. Por outro lado, o discurso constitui normas e convenções e contribui para a constituição de todas as dimensões da vida, suas relações, identidades e instituições.

O discurso, ao estender seus efeitos sobre os sujeitos, suas crenças e conhecimentos, acaba por fazer parte tanto da manutenção quanto das mudanças nas ações individuais e coletivas. Assim, a transformação das práticas sociais passa por uma mudança nas práticas linguísticas (FAIRCLOUGH, 2001), e é justamente isso que permite que certos discursos confluam numa configuração epistemológica específica que faz com que a ciência agroecológica exista e se perpetue por meio do trabalho cotidiano de seus adeptos.

A definição de agroecologia enquanto ciência perpassa, dentre outras, as noções de transdisciplinaridade, conhecimentos tradicionais, novas perspectivas metodológicas e a constante necessidade de expansão desse campo. Deste modo, a agroecologia

estuda os sistemas agroalimentares em todas as suas complexidades e dimensões, da produção ao consumo. Esse estudo exige a integração do trabalho de profissionais de várias disciplinas, em especial aqueles que têm a compreensão de que o conhecimento válido não se constrói apenas com metodologias consagradas pelo mundo acadêmico. Isso implica em reconhecer o saber dos povos tradicionais, dos camponeses, dos pescadores, dos consumidores e de todos aqueles envolvidos com os sistemas agroalimentares (...). enfim, precisamos que a agroecologia passe a fazer parte do cotidiano (IX Congresso Brasileiro de Agroecologia, 2015, p. 5).

Dentre os grandes responsáveis pelo estabelecimento da agroecologia enquanto campo científico estão Stephen R. Gliessman (2001), com a obra “Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável”, tratando da integração de processos ecológicos em manejo de agroecossistemas, e Miguel Altieri (2012), com o livro “Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável”, no qual designa os pilares epistemológicos do conhecimento agroecológico.

A vertente científica da agroecologia se apresenta como uma nova forma de aproximação entre a agronomia e a ecologia, “isto é, a disciplina científica que estuda e classifica os sistemas agrícolas desde uma perspectiva ecológica, de modo a orientar o desenho ou redesenho de agroecossistemas em bases mais sustentáveis” (CAPORAL, COSTABEBER e PAULUS, 2011, p. 61).

Essa primeira concepção de agroecologia é denominada de técnico-acadêmica. É uma concepção de “vertente americana”. Essa concepção apresenta um avanço, na medida em que reconhece o conhecimento dos camponeses integrados à ciência, no desenho e manejo de agroecossistemas e produção sustentável. Os riscos ou limites dessa “vertente americana” é a supervalorização da técnica, mesmo com uso de metodologias participativas e a ênfase na academia como espaço de disputa de modelos.

Ainda na década de 1980, a agroecologia vai se constituindo agregando outras áreas do conhecimento. Uma das contribuições fundantes nesse período foi o viés sociológico, dado por Eduardo Sevilla-Guzmán e Manuel González de Molina, ambos da Andaluzia – Espanha. A partir desse momento passamos a ter a segunda concepção de agroecologia. A concepção sociológica, de “vertente europeia”. A grande contribuição dessa concepção é a integração das disciplinas científicas com as práticas das comunidades camponesas. Nessa concepção há uma valorização do campesinato como sujeito e as formas de organização social (SANTOS, 2014, p. 1).

A ciência agroecológica se expande. No caso do Brasil, é interessante frisar que este é, “provavelmente, o país com maior número de cursos de Agroecologia ou com enfoque agroecológico em funcionamento na atualidade, tanto no nível médio, como de nível superior” (CAPORAL, 2011, p. 90). Também é crescente o número de publicações e de cursos no território nacional, seja em graduação ou pós-graduação.

O primeiro curso de graduação foi criado em 2005, na Universidade do Contestado (SC). Os demais foram criados a partir de 2008, estando distribuídos em todas as regiões, com ênfase no Nordeste, que concentra 45% dos cursos. (Sul – 15%; Sudeste – 10%; Norte 20%; Centro-oeste 10%). Isso deixa claro o importante papel das Instituições de Ensino Superior para a agroecologia. Também é conveniente observar que os cursos de ciências agrárias têm alterado seus projetos pedagógicos para incluir a agroecologia enquanto conteúdo obrigatório, consolidando-a como matriz tecnológica nas universidades.

Esse processo provém da fortificação da agroecologia “como ciência pelos órgãos de assistência técnica e extensão rural, das Instituições de Ensino Superior (IES), das Instituições de pesquisa e fomento e da sociedade em geral” (AZEVEDO, 2011, p. 175). Assim, a agroecologia é pauta constante no ensino superior, comprovando que a sua institucionalização enquanto um processo de legitimação se dá na academia paralelamente a construção de mercados, fortalecimento do consumo de seus produtos, visibilidade dos agricultores familiares e abertura de espaço na gestão estatal para a viabilização de políticas públicas.

Vejam os trechos a seguir, retirados da cartilha do Seminário Internacional “Agroecologia no mundo e a encíclica ecológica”, realizado na Universidade Federal de Campina Grande na tarde do dia 3 de setembro de 2015, sob a responsabilidade da Rede Agricultores e da Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA):

Ao se disseminar em todo o mundo, a proposta agroecológica reafirma o papel protagonista que a agricultura familiar camponesa e os povos e comunidades tradicionais deverão assumir na construção de saídas para a crise planetária que vivemos. O Seminário será uma oportunidade de reflexão crítica sobre os desafios para o avanço da Agroecologia... (Seminário Internacional Agroecologia no mundo e a encíclica ecológica, 2015. Grifos meus).

É possível perceber que a prática acadêmica daqueles que se identificam com essa temática envolve a solidificação e a concretização deste campo em nível internacional, sempre preocupados com o seu fortalecimento epistemológico, ampliação de suas redes e conseqüentemente o reconhecimento pelos pares cientistas e pelo público em geral.

Algo que é essencial neste campo é o reconhecimento do outro, como é expresso neste recorte retirado do caderno de programação do evento Diálogos Sobre Agroecologia, ocorrido na Universidade Federal Rural de Pernambuco:

Objetivo geral: promover um amplo diálogo de conhecimentos sobre Agroecologia, visando aproximar e articular diferentes atores sociais para fortalecer as lutas e reivindicações por terra, território e soberania alimentar...

Eixo I: os impactos e conflitos gerados pelo agronegócio e pelos projetos que ameaçam a terra, a água, o território e a soberania alimentar das comunidades e povos tradicionais e movimentos sociais...

Eixo II: resistências e proposições para o fortalecimento do campo agroecológico... (Diálogos de Conhecimento sobre Agroecologia, 2015).

Aqui, abrir espaço para as vozes das minorias do campo e a luta contra as repressões que estes forem do capitalismo, dos setores modernizados da sociedade e dos mais poderosos se faz por meio de conjecturas que visam o futuro, isto é, a melhoria das condições de vida do público alvo através do desenvolvimento do próprio campo científico.

A cartilha do IX Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBA), ocorrido em Belém do Pará, de 28 de setembro a 01 de outubro de 2015, realizado pela Associação

Brasileira de Agroecologia (ABA), uma associação de caráter científico que reúne pessoas de várias áreas e vista aqui como a representante oficial deste campo no Brasil, apresenta a divisão metodológica do evento, realizado em três partes:

Do ponto de vista Metodológico decidiu-se pela organização de atividades considerando três momentos distintos e ao mesmo tempo integrados: as Denúncias, as Resistências e as Proposições. No momento das Denúncias o objetivo é refletir sobre os impactos do modelo hegemônico de produção agropecuária (centrado no mercado) e sua consequente geração de conhecimentos científicos de controle e dependência externa. Ademais, considerar de que maneira esse modelo reflete nas formas como se organiza a sociedade; na vida dos camponeses e camponesas, nas instituições de ensino, pesquisa e extensão; nas relações de gênero, geração e étnica; na qualidade de vida em geral; no bem viver.

No momento das Resistências convidamos todos a refletir sobre as diversas formas de resistir e se afirmar enquanto novo projeto de desenvolvimento. Faz-se necessário repercutir processos que estão em curso e vem sendo desenvolvidos a partir das experiências concretas de pesquisa, ensino, extensão, produção de alimentos saudáveis nas Instituições do Estado, momentos sociais e organizações da sociedade civil, que vem proporcionando o avanço do enfoque agroecológico (...) expressas em processos de transição agroecológica, quer sejam de natureza técnico-produtiva, organizacional, social ou política.

Por fim, no momento das Proposições chamamos a atenção de todos para as consequências dos momentos anteriores, em especial nas Políticas Públicas com perspectivas Agroecológicas e ações coletivas que têm dinamizado a construção do campo Agroecológico no Brasil e suas perspectivas futuras. Somam-se aqui as reflexões sobre as possibilidades de organização e fortalecimento do campo agroecológico no Brasil (IX Congresso Brasileiro de Agroecologia, 2015, p. 4. Grifos do autor).

Tal separação dos eixos temáticos evidencia a militância intrínseca do campo, no qual se faz ciência ao mesmo tempo em que se faz política, uma prática científica politizada em seu cerne, de forma clara e evidente, que sempre se põe a refletir sobre o aumento do seu alcance e as conquistas que ainda devem ser realizadas. O último momento, chamado de “Proposições”, que tem como objetivo o debate acerca do fortalecimento de ações coletivas voltadas para o campo agroecológico e de que forma essa institucionalização envolve a participação e elaboração de políticas públicas, forma um espaço voltado para a entrada na gestão pública, enquanto um setor que recebe grande visibilidade neste meio e que, conseqüentemente, merece atenção analítica.

Em 2002, no Rio de Janeiro, durante o I Encontro Nacional de Agroecologia (ENA), articulando organizações e movimentos sociais com ideais em comum, houve a criação da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), um espaço de articulação

entre redes, movimentos e organizações da sociedade civil voltadas para a agroecologia. Essas organizações, juntamente com a ABA, assumiram importância na execução de políticas públicas, nas áreas de pesquisa, ensino e principalmente de assistência técnica e extensão rural (LUZZI, 2007).

A agroecologia envolve um projeto socioambiental que implica diversas estratégias de agricultores, organizações e instituições técnicas, de pesquisa e acadêmicas a elaborar políticas para o mundo rural (CRISPIM e SANTOS, 2012). Um exemplo disto é a atual atenção dada pela ABA à Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO):

A ABA-Agroecologia celebra também a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) e o I Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO). Apesar de suas limitações e gargalos, conquistamos um avanço institucional de alta relevância. O Brasil foi o primeiro país a construir uma iniciativa nessa direção, fato que vem inspirando iniciativas similares em outros países. Construída com forte contribuição da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), espaço organizativo que agrega diferentes organizações, redes e movimentos sociais do campo agroecológico. Por meio de sua participação ativa nas dinâmicas da ANA, a ABA-Agroecologia vem mobilizando associados de todas as regiões a contribuir nos debates e na implantação das iniciativas previstas no Planapo. Por meio do Planapo, os núcleos e redes de núcleos de Agroecologia se multiplicaram e vão se consolidando, articulando universidades, institutos de educação e empresas públicas de pesquisa em quase todos os estados da federação.

Ainda no âmbito do Planapo, o PRONARA (Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos) foi elaborado. (...) Esperamos que o II PLANAPO, ora em construção, avance na elaboração de políticas efetivas para que a Agroecologia (IX Congresso Brasileiro de Agroecologia, 2015, p. 5).

A ABA, que também é parceira da Sociedad Científica Latinoamericana de Agroecologia (SOCLA), participa de outros espaços de debate público como a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA); o Fórum de Agroecologia da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa); o Comitê de Agroecologia do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural (Condraf); a Comissão Nacional de Sistemas Orgânicos de Produção; a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio); e a Comissão Nacional da Política de Agroecologia e Produção Orgânica (Cnapo), responsável pela elaboração do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo) da Pnapo.

Enquanto a ANA articula ONGs e movimentos sociais rurais, a ABA articula profissionais do meio científico e acadêmico. Tais associações de cunho nacional aumentam a legitimidade política da agroecologia ao convergirem para um novo projeto de desenvolvimento rural. Contudo, mesmo com todo este processo de crescimento da agroecologia e de sua entrada enquanto pauta de políticas públicas e objetos de pesquisa no espaço acadêmico, ela persiste no seu *status* de ciência “alternativa”. Assim,

em torno da agroecologia vai-se estruturando um círculo científico específico, com alguma influência no interior da universidade, com certo prestígio acadêmico, mas cuja estrutura institucional não se dissolve – e não pretende se dissolver – no interior da comunidade científica (ABRAMOVAY, 2000, p. 171).

Os discursos de transformação social que envolvem o campo científico da agroecologia adquirem sua funcionalidade em uma associação de acadêmicos e cientistas que possuem o dever de intervir na realidade pondo em prática um projeto social e político de dupla natureza: a busca articulada do conhecimento e transformação social. Em outras palavras, a conexão entre a construção do conhecimento a um projeto de desenvolvimento diferenciado.

A atuação de cientistas na construção de políticas é exemplar dos nós que a rede agroecológica é capaz de fazer, pois, muitos deles,

possuem trajetórias de vida vinculadas às organizações da agricultura camponesa e familiar, da segurança alimentar e nutricional e do campo agroecológico. Essa circulação de atores em diferentes espaços institucionais favorece a participação social na construção das políticas públicas e a institucionalização de ideias identificadas com esses três grandes temas – agricultura familiar, segurança alimentar e nutricional e agroecologia – e a articulação entre eles (SCHMITT e GRISA, 2013, p. 242).

O universo da ciência faz parte de uma complexa rede de transmissão de conhecimento por meio da participação cooperativa entre os agentes de construção da cultura científica, um processo multidirecional, diversificado e rico de conexões (ALONSO, 2008), inclusive com entidades que estão fora do campo acadêmico. Percebeu-se, na minha dissertação de mestrado², focada em analisar os discursos que

² Dissertação intitulada “Modernidade e ciência: tensões do discurso agroecológico”, apresentada no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande, no ano de 2013, sob a orientação de Ramonildes Alves Gomes. Vê-se, então, que o interesse em estudar a relação entre ciência e agroecologia vem de alguns anos atrás.

envolvem os Bancos de Sementes Comunitários (BSC), conformados na rede Sementes da Paixão, no estado da Paraíba, que os cientistas que trabalham com agroecologia proclamam conceitos para positivar um movimento do qual vários deles participam ativamente.

Inclusive, as ideias defendidas pelos próprios agricultores participantes desta ação, enquanto um caso dentre as várias manifestações da agroecologia, fazem parte de uma fala atravessada por um posicionamento ideológico proveniente do contato com os disseminadores do saber técnico-científico. Em outras palavras, a ciência é também uma forma de construção identitária dos agricultores que mantém contato o aparato institucional promotor da agroecologia. Assim,

o discurso agroecológico tem em si uma vontade de verdade, em que os cientistas possuem a capacidade de dar visibilidade, de filtrar, selecionar e trabalhar aquilo que pode ser exposto e o que não deve ser. Assim, aqueles que escrevem sobre agroecologia se tornam “engenheiros” nesse processo de formação de uma identidade política para um determinado objetivo (PAULINO, 2013, p. 72-73).

O que é importante perceber é que os cientistas têm a capacidade de performatizar os discursos e práticas sociais, moldar o comportamento e as ideias dos mais variados sujeitos, pois são agentes essenciais para o enquadramento do mundo em termos que possibilitem a manutenção da vontade de verdade de seu discurso.

Contextualizando a discussão

A chamada modernização da agricultura no Brasil pode ser lida como uma “modernização em manchas”, concentrando recursos técnicos e políticos apenas em algumas áreas. Porém, houve resistências. A crítica ao modelo tecnológico padrão toma forma no movimento de agriculturas alternativas nos anos 1980, com o uso de tecnologias sustentáveis associadas mais recentemente com a agricultura ecológica, seja ela orgânica ou agroecológica (PICOLOTTO e BRANDENBURG, 2013).

Inicialmente, o debate sobre alternativas agrícolas era restrito a poucos intelectuais e profissionais, principalmente os das ciências agrárias, centrados no desenvolvimento de tecnologias alternativas. A visibilidade negativa dos impactos ambientais e uma nova conjuntura política proveniente das eleições diretas em 1982 – quando foram eleitos vários governadores progressistas e engenheiros agrônomos

participantes de movimentos sociais passaram a ocupar cargos públicos – possibilitou a criação, nos anos 1980, dos Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa (EBAA). Nos dois primeiros encontros predominavam os debates técnicos, restringindo o conceito de agricultura alternativa pelas técnicas que ela utilizava. Mesmo assim, o alcance destes encontros crescia e o II EBAA (1984) teve a presença de secretários do Estado e o III EBAA (1987) foi marcado pela entrada de liderança de movimentos sociais (MST, CUT e CONTAG³) e de profissionais das ciências sociais e economia. Neste momento, critica-se o apoio das instituições de ensino, pesquisa e extensão ao padrão tecnológico dominante e os problemas deixam de ser entendidos apenas como dificuldades técnicas e passam a ser vistos como questões decorrentes do capitalismo, evidenciando a busca necessária de uma sociedade mais justa (LUZZI, 2007).

Assim, os discursos foram sendo incorporados por organizações de base, movimentos sociais, instituições de assessoria, de ensino, pesquisa e extensão, fazendo da agricultura ecológica uma preocupação na formulação de políticas públicas para a agricultura familiar, numa narrativa que quase sempre está demandante na arena política. Essas reações vincularam-se à associações, sindicatos e pastorais religiosas, onde mulheres, pequenos produtores, técnicos, entre outros, se organizaram em “novos movimentos sociais do campo”, primeiramente pelo acesso à terra e em seguida por questões ecológicas. Temos então a construção de uma agricultura tida como alternativa ou ecológica, um movimento socialmente organizado para um novo tipo de desenvolvimento rural (PADILHA e BRANDENBURG, 2012).

Os anos 1990 presenciaram o fim dos EBAA e uma conjuntura política desfavorável aos movimentos sociais por conta da eleição de Fernando Collor de Mello, atrasando o desenvolvimento da agricultura alternativa, o que fez com que ela ficasse mais restrita aos Grupos de Agricultura Ecológica de certas Universidades. Porém, é importante situar que o movimento de agricultura alternativa reuniu pessoas com diversos objetivos, de instituições públicas e privadas e movimentos sociais, possibilitando o reconhecimento de novos tipos de experiências produtivas.

Nesta mesma década ocorreu uma mudança estratégica para o movimento alternativo, fazendo com que a agroecologia, no início de sua institucionalização, permitisse maiores conexões entre diferentes esferas sociais, ampliando sua rede. O crescimento do número de ONGs e a ampliação da demanda por produtos orgânicos são

³ Respectivamente: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra; Central Única dos Trabalhadores; e Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares.

exemplos de como a elasticidade dessas malhas são importantes para fortalecer o seu alcance, intervindo em problemáticas como a certificação dos produtos orgânicos e agroecológicos e a propriedade intelectual de sementes locais. Esse processo de discussão fortaleceu não apenas os movimentos sociais que defendem a agricultura familiar, mas o próprio debate acadêmico e a legitimação deste universo perante a sociedade.

A incorporação da agroecologia altera o papel das estratégias de intervenção das ONGs e dos movimentos sociais, passando de conjunturas isoladas para um articulado de experiências produtivas. Assim, a agroecologia aciona, mais que uma transformação técnica, uma transformação política, referenciada a partir de dimensões interligadas, pois é a partir da inovação local que são construídos novos referenciais técnicos, metodológicos e conceituais, traduzidos em proposições de políticas públicas (LUZZI, 2007).

Nos movimentos sociais, assim como em instituições de ensino, pesquisa e extensão rural, a incorporação do conhecimento agroecológico é crescente, fazendo parte de um projeto em construção de um modelo diferenciado de desenvolvimento rural. Destarte, a valorização recente de produtos artesanais, naturais, orgânicos e agroecológicos, são associados a valores positivos que a agricultura familiar vem adquirindo a partir da conjunção de uma série de discursos e políticas públicas (PICOLOTTO e BRANDENBURG, 2013).

O reconhecimento da agroecologia pelo Estado, graças ao fortalecimento das organizações sociais rurais e do desenvolvimento dessa área de conhecimento, possibilitou o crescimento de atividades produtivas alternativas, impulsionadas pelo financiamento da produção e agroindustrialização, pelo fortalecimento das organizações sociais e pelo incentivo ao consumo de alimentos agroecológicos. Deste modo, a confluência de diferentes trajetórias, atores e projetos políticos permitiu o alastramento de novos sistemas de produção e comercialização e a apropriação de mercados empresariais e industriais pelos agricultores agroecológicos.

Os objetos da definição e dos limites do que é ou não agroecologia é sempre produto de embates e contradições. Inclusive, nem mesmo a sua dimensão de movimento social está completamente estabelecida. Para Almeida (2002 apud LUZZI, 2007), os atores que se cruzam nas redes da agroecologia podem vir a ser um movimento social, mas ainda não o são. Entretanto, Petersen e Almeida (2004 apud LUZZI, 2007, p. 3) defendem que a agroecologia e a ação de suas instituições podem

ser consideradas como um movimento social, já que apresentam entre si uma identidade comum no plano nacional, concretizando um ‘movimento agroecológico brasileiro’, que pode não ser completamente institucionalizado, mas que conecta em redes processos sociais e diferentes atores⁴.

Da mesma forma que a ciência pode performatizar as práticas, discursos, identidades e categorias dos atores agroecológicos (PAULINO, 2013), os movimentos sociais também são responsáveis pela construção de visões de mundo, de questionamentos e soluções para a realidade social. Deste modo, de acordo com o histórico de legitimação da agroecologia, podemos ver como os movimentos sociais assimilaram discursos que estavam, até certo momento, restritos a um ambiente acadêmico e, por mais que eles tenham seus próprios ideais e muitas vezes combatam noções científicas do fazer agroecológico, os movimentos sociais que pautam a agroecologia no cenário nacional funcionam também como uma extensão da rede da ciência, até porque o debate agroecológico tem seu início fortemente conectado ao trabalho dos técnicos no campo.

A questão agroecológica passou então a ser considerada na construção de políticas públicas voltadas aos seguintes espaços de intervenção: crédito, desenvolvimento territorial, assistência técnica e extensão rural, aquisição de alimentos, pesquisa agrícola, políticas de semente e políticas de biossegurança, já que o Estado pode exercer “um papel fundamental ao direcionar políticas públicas que fortaleçam o conjunto dos agricultores (camponeses e familiares)” (LUZZI, 2007, p. 132) para que incorporem o enfoque agroecológico. Isto fez com que as ONGs aumentassem sua influência no tipo de ação Estatal, principalmente no Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

ONGs como a AS-PTA passaram a adentrar em espaços para o desenvolvimento rural e formulação dessas políticas. Este movimento acontece porque, para promover práticas focadas na agroecologia, é importante a assessoria de ONGs, dos movimentos sociais e do Estado. Estabelece-se também “uma articulação dos movimentos sociais (...) com parcerias estratégicas, sejam instituições de assistência técnica, ensino e pesquisa, buscando a formação de redes (...) e outras formas de integração” (GUTERRES, 2006, p. 26).

⁴ Se entendermos movimento social enquanto uma lente pela qual os problemas sociais são abordados é possível considerar a agroecologia desta maneira, isto porque, movimentos sociais não são apenas possibilidades de resposta a problemas, mas formas de construir problemas e transmitir essa realidade ao conjunto da sociedade (LUZZI, 2007).

Principalmente após as transformações referentes ao desenvolvimento rural da década de 1990, os anos 2000 foram palco da construção de novos dispositivos jurídicos e políticas públicas para o campo. O Governo Lula (2003-2010), período em que Luis Inácio Lula da Silva esteve na Presidência da República, trouxe à tona a construção de mercados institucionais para agricultura familiar. O Estado passa então a entrelaçar simultaneamente a regulamentação de mercados, as compras governamentais de alimentos a serem usadas em programas e ações públicas, a construção da segurança alimentar e nutricional do país e a garantia da sustentabilidade.

Este período realçou a preocupação ambiental, fortalecendo ONGs que, aliadas a expansão mundial da produção orgânica, impulsionaram a agroecologia no país. Destarte, a agroecologia vai adentrando as políticas públicas como resultado da expansão das malhas de sua rede, inicialmente compostas em movimentos de agricultura alternativa dentro da academia, se espalhando em organizações da sociedade civil, na lógica dos movimentos sociais do campo e finalmente sendo incorporada como preocupação nos setores de gestão pública.

Esta retomada do Estado brasileiro sobre as dinâmicas de desenvolvimento rural abriu um espaço de oportunidades para outros paradigmas além da modernização agrícola dominante, criando condições propícias para que o enfoque agroecológico fosse admitido como orientação de variadas políticas e programas voltados para a agricultura familiar (PETERSEN, 2013). A própria definição de “agricultor familiar”, adotada pelas políticas públicas no Brasil, foi consolidada na Política Nacional da Agricultura Familiar (Lei nº 11.326/2006)⁵ como um ato de mudança estratégica do sindicalismo para promover a articulação nacional de lutas do meio rural, complexificando o discurso político e exigindo maior organização para a crescente capacidade de formulação de políticas públicas neste espaço.

Essa associação do termo agricultura familiar a investimentos moralizantes na constituição do agricultor também é valorizada por estudiosos americanos e europeus, quando se dedicam a consagrar a agroecologia como princípio de organização da atividade produtiva; ou quando assumem o papel científico-missionário destinado a tornar a idéia-valor sustentabilidade uma referência objetiva (isto é, modo de organização de práticas sociais e produtivas) (NEVES, 2007, p. 230).

⁵ Estabelece as diretrizes para a formulação de políticas de cunho nacional para a Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

Investigando essas políticas públicas, fica claro o protagonismo que a Secretaria de Agricultura Familiar assume a partir de 2003, quando importantes iniciativas são expostas durante o governo Lula, sendo elas:

- O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado em julho de 2003 e considerada a política de maior apoio às práticas agroecológicas;
- A criação do Pronaf Agroecologia no Plano de Safra 2003/2004, vista como uma política de pouquíssimo apoio real aos agricultores ecológicos;
- A versão final da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, publicada em maio de 2004.

No ano de 2003:

se inicia a discussão sobre uma nova Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural-PNATER que define um novo modelo de ATER baseado nos princípios agroecológicos. O Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural-PROATER é incluído no Plano Plurianual de Governo – PPA 2004-2007 e tem prosseguimento o processo da capacitação com enfoque agroecológico impulsionado com o aporte de recursos do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. (IX Congresso Brasileiro de Agroecologia, 2015, p. 7).

Estas políticas, juntamente com a Pnapo (que será debatido no terceiro capítulo), formam um conjunto de iniciativas que foram construídas com ativa participação da sociedade civil, dos movimentos sociais e de cientistas adeptos a uma visão diferenciada de mundo, viabilizando outro fazer científico, relativamente recente e bastante politizado. Portanto, nesta pesquisa, não se pretende apenas falar destas políticas, mas, sim, analisar a participação de adeptos da agroecologia em sua formulação.

Assim, a agroecologia, que funciona simultaneamente como uma perspectiva científica, um movimento social e um tipo específico de prática agrícola, teve sua configuração pautada numa capacidade performática e expansiva da ciência, que foi se conectando cada vez mais com movimentos sociais, o que possibilitou a adesão de atores porta-vozes legítimos em cargos de gestão pública, atuando como alguém que fala no lugar do que não fala, sejam discursos, instituições ou movimentos. Em outras palavras, o intelectual se comporta como o porta-voz tanto de pessoas quanto de coisas (não-humanos) que precisam de alguém para falar em seu lugar (LATOUR, 2000), nesse caso, os moradores do campo.

Justificativa

Não é nenhuma novidade que a construção da agroecologia no Brasil perpassa a presença de pesquisadores da área em cargos de gestão pública, como dito em vários textos (ABREU e LAMINE, 2009; ABREU e BELLON, 2014; ABREU, LAMINE, BRANDENBURG, BELLON e MAZAROTTO, 2001; PADULA, CARDOSO, FERRARI e DAL SOGLIO, 2013). Porém, não fica muito claro de que maneira isso ocorreu, isto é, efetivamente, qual foi o percurso, as ações e posições dos atores que permitiram essa institucionalização, e é justamente sobre isso que pretendemos nos debruçar na construção dessa tese, objetivando entender a institucionalização especificamente do campo científico agroecológico no Brasil e a forma que este consegue obter e exercer propositividade política.

Para além disso, o discurso da modernidade procurou separar, através de um exercício de purificação, o mundo em duas esferas: natureza de um lado e cultura do outro; o mundo material, inanimado e não-humano distante do mundo das relações sociais humanas. Porém, quanto mais se tenta purificar, mais se mistura. Destarte, por mais que os modernos vejam a natureza e a cultura como separadas, em que o primeiro domina o segundo, tal divórcio nunca ocorreu e sua união é constantemente renovada. As ciências sociais devem então buscar as conexões que ficam ocultadas pela autoimagem dos sujeitos modernos, aqueles que se sentem separados, superiores e dominadores da natureza, pois o que existem são naturezas/culturas juntas, um hibridismo (LATOURE, 1994).

A modernidade é híbrida, mas seu discurso a purifica. Assim, temos que ver a mistura nas ambiguidades e tentativas de separação. A noção de simetria (tratar igualmente natureza e sociedade), que é a base do trabalho de Latour (1997), é útil porque permite analisar a produção do verdadeiro de forma associativa. Ser simétrico, neste caso, significa não impor *a priori* nenhuma assimetria entre a ação humana intencional e um mundo material de relações causais. O trabalho de campo deve ser então duplamente simétrico: aplica-se ao verdadeiro e ao falso como também a natureza e a sociedade (LATOURE, 2008).

O objeto de estudo do cientista que se preocupa com o centro são os híbridos, coisas ao mesmo tempo naturais e domesticadas, quase sujeitos, quase objetos, simultaneamente objetivadas e subjetivadas. Assim, a atenção para o centro se justifica pelo fato que é nele onde se proliferam os híbridos, em paralelo à prática moderna de

purificação. O apelo para a ideia de simetria se refere não apenas à relação igualitária entre natureza e sociedade, ou entre o falso e o verdadeiro, mas entre os domínios e facetas de um mesmo processo.

Segundo Latour (1997), a antropologia e, conseqüentemente, a etnografia, apresentam dificuldades em adentrar em certos universos de pesquisa, em que, a indústria, a técnica, a civilização e a administração continuariam pouco estudadas. A atenção do etnógrafo é geralmente voltada aos comportamentos “exóticos” e distantes, “as artes e tradições populares, (...) as representações simbólicas, os camponeses, os marginais de todos os tipos, os guetos” (p. 18). Quando estudam as cidades, os antropólogos focam na sociabilidade dos habitantes, mas não nas realizações dos urbanistas, engenheiros e pela câmara municipal; já quando penetram em uma fábrica, estudam os operários. Em síntese, o trabalho do etnógrafo é focado nos menos poderosos, nos pobres, nos marginalizados – e nunca nos patrões, nos mandantes –, que o cientista social tem o hábito de sufocar com os seus comentários.

Assim, a antropologia seria uma ciência majoritariamente da periferia e não saberia se voltar para o ‘centro’ por não pretender, com maior afinco, estudar as sociedades complexas, industriais, centrais e modernas. Mesmo quando os estudos estariam ambientados em espaços de complexificação e modernização da sociedade, os cientistas dariam preferência aos *outsiders* destes processos.

Tem-se feito nos estudos sobre o mundo rural uma separação, uma purificação: de um lado estão os setores menos privilegiados, entre eles camponeses, agricultores familiares, pequenos produtores, assentados, mulheres trabalhadoras rurais, populações tradicionais, dentre outras categorias; e, do outro lado, estão os setores desenvolvidos, modernizados, como o Estado, os formuladores de políticas públicas, os grandes proprietários de terras, o *agrobusiness* e etc. Não há, digamos, uma “simetria sociológica”, simetria esta que não significa que eles estejam em “pé de igualdade”, pois são, de fato, atores com peculiares estilos de vida e inseridos em dinâmicas e estruturas com poderes diferenciados. A assimetria está no fato de que os grupo centrais recebem menor atenção frente aos não-centrais. Este campo de estudo também não realiza uma ciência voltada para o centro, sendo, em grande parte, periférica e direcionada para os setores menos abastados da vida social.

Segundo Velho (2005), o Brasil nunca foi moderno, no sentido de nunca ter acreditado e praticado a purificação entre natureza e cultura, entre humanos e não

humanos. Característica essa referente aos países subdesenvolvidos, onde sempre houve a mistura graças à realização de modelos alternativos de modernidade.

Contudo, a purificação retratada nos estudos sobre o mundo rural e, mais especificamente, da agroecologia, diz respeito à outra discussão. Não falo de simetria no sentido de quantidade igual de trabalhos destinados a questões centrais e não-centrais, mas de um grau semelhante de dedicação a ambos os lados, de forma que as esferas centrais e não-centrais possam ser vistas enquanto igualmente importantes para o pensamento científico e, ainda mais, intrinsecamente relacionadas.

Estes estudos, na sua prática de purificação, acabam dando primazia aos setores periféricos em detrimento do centro, quando na realidade, as associações entre esses dois conjuntos de elementos são híbridas, existindo o centro simetricamente em relação à periferia, o que significa que estudar um não explica o todo complexo das conexões sociais. A assimetria e a purificação se concentram muito mais na relação entre os do centro e os outros do que na separação comum que a modernidade e suas ciências tendem em realizar entre a natureza e a cultura.

Não há neste campo dificuldade de enxergar as naturezas/culturas. Pela clara proximidade que existe entre a vida no mundo rural com os elementos da natureza, este tipo de purificação não aparece como um problema para os cientistas da área. No entanto, o que quero aqui é dar atenção ao “centro” no que se refere à agroecologia. Por mais que, na agroecologia, os cientistas proclamem uma maior horizontalidade na relação com os agricultores, as diferenças de poder ainda existem, onde o acadêmico se encontra no lado “mais alto”.

Desta forma, problematizo o campo científico enquanto parte do “centro” da agroecologia, demonstrando a necessidade de se estudar o centro do mundo rural, isto é, o latifundiário, o agronegócio, o capital financeiro e industrial, os cientistas, os técnicos, os formuladores das políticas públicas, as dinâmicas de exportação, o crédito para os grandes proprietários, entre outros elementos que são, muitas vezes, deixados de lado na construção desse conhecimento.

Por fim, apontar para a insuficiência de estudo dos “poderosos” na antropologia não se encaixa aqui enquanto uma crítica à área, mas como uma metáfora que expõe uma divisão metodológica dos grupos que são preferencialmente estudados nas ciências sociais. Entretanto, a antropóloga Laura Nader (1972), pesquisadora de instituições burocráticas e legais, aponta que a carência de estudos de “centro”, ou como ela chama,

“estudos para cima”⁶, não é resultado apenas da ausência de vontade por parte dos antropólogos, mas sim, dos diversos problemas que estas pesquisas apresentam no que se refere a dificuldade de acesso (os poderosos estão fora de alcance, são muito ocupados ou não querem ser estudados); de não se encontram num mesmo lugar (organizados em redes e em corporativismo); da impossibilidade de se viver e acompanhar o cotidiano destes sujeitos (como no caso da etnografia clássica); e dos perigos de expor o que eles dizem e fazem e as implicações éticas disso.

Desenho da Pesquisa

A preocupação desta tese está relacionada com as condições de existência do campo científico agroecológico no Brasil, enquanto uma manifestação específica das várias estratégias discursivas e práticas que envolvem a agroecologia. Interrogo-me neste trabalho sobre: quais os discursos científicos e políticos que possibilitam a existência da perspectiva acadêmica da agroecologia? Como ocorreu a construção deste campo científico no Brasil? De que maneira os pesquisadores (e seus escritos) participam da construção de políticas públicas para o mundo rural? Para responder estas questões, tomei como ponto de partida a capacidade performativa da ciência, onde cientistas, pesquisadores, professores e técnicos de organizações da sociedade civil que se dedicam a esta temática pautam o debate, inclusive na agenda das políticas públicas, imbuídos de discursos que os posicionam nas instituições sociais.

Os discursos não apenas refletem entidades e relações sociais, mas as constroem/constituem. Diferentes discursos constituem conceitos-chave de diferentes modos e posicionam pessoas de diferentes maneiras como atores sociais. Diferentes discursos se combinam em condições sociais particulares para produzir um novo e complexo discurso. Eles são resultados e construtores das ações sociais, eles empoderam, influenciam e constituem as atividades, inclusive a científica, resultando num mosaico de novas teorias e práticas que sustentam a agroecologia enquanto um campo específico, porém, geral e abrangente.

Faz-se ciência tanto no ambiente externo quanto no interno do laboratório. O conhecimento científico é o produto de interações entre seres humanos, instituições e coisas. Faz parte do fazer científico realizar conexões políticas, estratégias

⁶ Tradução livre de “Studying up”.

institucionais, alianças laboratoriais e alianças com agências governamentais e o público em geral.

Sabendo disto, o objetivo geral desta tese é analisar o cenário científico agroecológico nacional, enxergando as redes tecidas para a construção deste campo no Brasil, seus discursos, atores e suas implicações na construção de políticas públicas. Em outras palavras, entender a institucionalização do campo da ciência agroecológica e de que forma este coletivo se insere nos processos de propositividade política, tendo como escopo temporal os acontecimentos no campo da agroecologia até meados do ano de 2015.

A metodologia seguida consistirá em uma análise de redes a partir da Teoria Ator-Rede (TAR) de Bruno Latour (2012). O social, para TAR, é o nome de um tipo de associação momentânea que se caracteriza pela maneira que se reúnem os atores sociais. O social não é um domínio especial da realidade, e sim um princípio de conexões. Assim, não há motivos para separar o social de outras associações, como organismos biológicos, escritos, instituições e etc. Considera-se como social um fluido circulante e, o que antes era visto como de “domínio social”, são agora elementos a serem reunidos, não no que chamamos de sociedade, mas sim num coletivo. Deste modo, temos que ser capazes de seguir a continuidade fluida de entidades heterogêneas e a completa descontinuidade entre os participantes das redes. Em vez de adotar uma posição de uma ordem antecipada, nos direcionamos aos atores deixando que eles apresentem suas próprias categorias e, a partir disso, explicamos como as redes são estabelecidas.

Portanto, ambiciono rearticular os elementos dispostos em conexões seguindo os próprios atores, tentando compreender a existência coletiva do cenário acadêmico agroecológico. Neste sentido, não devemos limitar os tipos de atores e os nós existentes para rastrear as conexões sociais, o que significa que não se deve eleger um lugar privilegiado onde se diz que a ação é mais abundante, definindo prioritariamente os objetos de análise, mas sim, devemos rastrear as conexões em que os atores se inserem, pois são elas que vão demonstrar o que, de fato, possui capacidade actante para a realidade em questão. Contrariamente ao movimento de representarmos objetos previamente estabelecidos, analisaremos suas relações, processo que envolve interferências e transformações, onde os movimentos vão ganhando contorno e estabilidade.

Para perceber a estrutura do campo a partir de discursos científicos, atores e instituições, é preciso não apenas analisar o discurso dos cientistas, mas acompanhar o

seu trabalho, seguir os cientistas em ação. Não se deve parar de seguir os cientistas se estes trabalham com papel e lápis ao invés de laboratórios, deve-se seguir os passos dos cientistas para o estudo da ciência e da tecnologia em ação, e não analisá-la finalizada. Em outras palavras, deixar de lado a concepção de ciência pronta e demonstrar a ciência em seu processo de construção, onde conteúdo e contexto se confundem. Assim, tentamos diagnosticar os laços que envolvem a produção do conhecimento, desvendar a rede, seus relacionamentos e suas controvérsias:

Esta concepção vai além da crença de uma ciência que sofre pressão externa, do contexto, ou de um conhecimento científico objetivo que é influenciado pela subjetividade do pesquisador. O que realmente ocorre é que a ciência em construção possui em seu cerne elementos humanos e não-humanos que dependem do contexto e da rede de atores sociais em questão, tornando indispensável que tanto o universo “de dentro da ciência” quanto o universo “de fora da ciência” e que, em tese, a influencia, sejam acompanhados e analisados. (PAULINO, 2013, p. 32).

Para o alcance da metodologia utilizada de análise de redes, utilizo outras técnicas disponíveis para captar os pormenores da realidade. São elas: Entrevista Semiestruturada, nas quais haviam algumas perguntas prévias, mas os sujeitos de pesquisa eram livres para divagar sobre suas vidas, focando principalmente em suas trajetórias e atuação profissional; e a Observação de eventos acadêmicos, sejam eles da área da agroecologia, ou não, para realizar entrevistas e presenciar falas e posicionamentos que servirão de base para análise.

A pesquisa foi desenhada da seguinte forma:

Primeiramente, na leitura e análise de vários textos sobre agroecologia, focando naqueles que tratam das características epistemológicas e fazer científico, pois estes servirão tanto de base conceitual quanto de foco empírico e analítico da pesquisa, isto porque, devemos analisar os textos como redes, enxergando-os como uma colaboração entre autores, referências e citações, inserindo elementos em relações e conectando atores. Conceitos e ideias descrevem um conjunto de entidades humanas e não-humanas, portanto, os textos não são fechados, eles não possuem um interior e um exterior, eles são objetos que definem ações e relações de atores heterogêneos.

Em segundo lugar, no trabalho de campo propriamente dito, foram realizadas duas visitas ao Núcleo de Agroecologia e Campesinato (NAC) da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) – do qual pertencem pesquisadores de destaque no campo, como veremos mais a frente –, em duas semanas consecutivas no primeiro

semestre de 2015, para a realização de entrevistas. Também foi realizada a observação de congressos e eventos em agroecologia no Brasil durante o segundo semestre deste mesmo ano, para perceber disposições e falas frequentes dos atores participantes, além da realização de entrevistas com treze atores chaves, escolhidos pelo destaque e atuação local, nacional ou, até mesmo, internacional, e que se encontravam presentes nos congressos.

As entrevistas eram marcadas antecipadamente através da troca de e-mails e, em alguns casos, durante o decorrer do próprio congresso. Interessante que, na tentativa de “seguir os cientistas em ação”, o que eu fiz durante os eventos foi “(per)seguir os cientistas em ação”, tentando dialogar com eles durante a sua participação no evento, captando suas falas também em mesas redondas e palestras, buscando sempre ocasiões em que eles estivessem disponíveis, pois nem sempre era possível realizar as entrevistas nos horários marcados graças a imprevistos de natureza variada. Desta forma, não foi realizada durante essa pesquisa uma etnografia de laboratório.

No mais, algumas entrevistas também foram realizadas de forma espontânea, principalmente com sociólogos que já trabalharam ou ainda trabalham com o tema da agroecologia e estavam disponíveis para o diálogo, de forma a me oferecerem uma visão mais aguçada e crítica por meio dos seus conhecimentos na área das ciências sociais.

A academia faz parte do conjunto de relações para a definição e legitimação da agroecologia e contém em si alguns atores chaves para o entendimento da sua repercussão. Esses atores são exemplares de construtores da agroecologia no Brasil, onde, “diferentemente de outros países (...), a heterogeneidade de trajetórias sociopolíticas tem sido a marca fundamental das organizações envolvidas com o desenvolvimento da agroecologia” (NIERDERLE e ALMEIDA, 2013, p. 59-60), por isso mesmo, foi fundamental para a pesquisa o diálogo com atores cujas trajetórias profissionais ou são completamente focadas em agroecologia ou perpassam esse caminho.

Os acontecimentos relatados não ocorrem, necessariamente, em sua estrita sucessão cronológica, pois se organizam em sequências ordenadas segundo relações inteligíveis. O relato se baseia na preocupação de dar sentido, de extrair uma lógica no dito, ligada ao interesse da pessoa, variável segundo a sua trajetória e posição no campo social. Estamos diante de uma criação artificial de sentido, uma história de vida

produzida, pois acreditar num relato coerente de uma sequência de acontecimentos nada mais é do que uma ilusão teórica.

Esse relato é uma apresentação oficial de si oficializando a sua própria vida, seja ela pública ou privada, o que traz coações e censuras específicas, negociações do que pode ou não ser dito e a maneira que os elementos são expostos na fala para que não escapem do padrão desejável. Em outras palavras, não podemos compreender uma trajetória, isto é, o envelhecimento social, sem que entendamos o campo no qual ela se desenrolou (BOURDIEU, 2006).

O campo acadêmico pode ser entendido como um lócus de relações cujos protagonistas são produtores de conhecimento acadêmico. Neste campo, há uma batalha para classificar o que pertence ou não a este mundo. Trata-se de um universo específico de práticas dentro de um aparato institucional no qual as lutas visam conservar ou transformar os critérios que o compõe, um jogo pela garantia da produção da crença e pela representação socialmente reconhecida como científica.

No mundo acadêmico, os capitais estão em jogo e são eles que garantem as posições dominantes nesse espaço. Estamos diante de um lugar de luta sobre a definição de sua verdade. Neste caso, os veredictos deste campo são muito impactantes pois estão entre os mais poderosos socialmente.

A rede composta por esses especialistas contribuiu para determinar como a sociedade brasileira deve ser, para isso, os atores dão representação a um projeto de sociedade onde seus ajudantes são dotados de esquema de percepção e ação relativamente semelhantes.

A trajetória da formação acadêmica e o prestígio político determinam muito da posição privilegiada do ator, isto porque, a notoriedade enquanto pesquisador se associa à posse de capital político, no mais, capital político e capital acadêmico se reforçam mutuamente. O destaque dos atores se dá também pelo “capital social que é pertinente à rede de relações estabelecidas durante a trajetória de formação acadêmica e profissional, principalmente marcada por um tipo de circulação internacional” (p. 40). Essa rede cria um “novo espaço de poder, em que *experts* em governabilidade, pertencentes a um mercado internacional, imprimem diretrizes políticas no âmbito local” (HEY, 2008, p. 43) atuando como técnico-políticos, provenientes do universo acadêmico, que legitima suas ações políticas.

Portanto, alguns atores, estrategicamente posicionados, são mais ativos no discurso agroecológico e foram estas pessoas, que têm em comum o fato de serem

qualificados nos debates que envolvem o mundo rural e, assim, passaram a atuar no espaço político em benefício da produção de ideias sobre o mundo social e a realização prática dessas ideias, que foram escolhidas para darem seus depoimentos nesta pesquisa.

Em síntese, as seguintes entrevistas foram realizadas (durante suas respectivas visitas ou eventos acadêmicos):

- Visitas ao NAC do Departamento de Educação da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE):
 - Francisco Roberto Caporal: Professor da UFRPE, junto ao Departamento de Educação, dando aulas na disciplina de Extensão Rural. Entrevista realizada no dia 14 de maio de 2015, as 14:00h.
 - Laetícia Medeiros Jalil: Professora de sociologia da UFRPE. Entrevista realizada no dia 18 de maio de 2015, as 14:00h.
 - Maria Virgínia de Almeida Aguiar: Professora da disciplina de Extensão Rural e coordenadora da Licenciatura em Ciências Agrícolas da UFRPE. Entrevista realizada no dia 22 de maio de 2015, as 11:00h.
- 53º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER). O evento ocorreu no período de 26 a 29 de julho de 2015, com o tema “Agropecuária, Meio Ambiente e Desenvolvimento” na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), campus de João Pessoa. Vale salientar que o Congresso da SOBER não se trata de um evento de agroecologia, mas abarca temas e pesquisadores das ruralidades, onde alguns se inter cruzam na temática agroecológica.
 - Jalcione Pereira de Almeida: Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), vinculado ao Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH). Entrevista realizada no dia 27 de julho de 2015, as 14:50h.
 - Valter Bianchini: Assessor da diretoria do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/PR) e outrora Secretário da Agricultura Familiar no MDA. Entrevista realizada no dia 27 de julho de 2015, as 16:50h.
 - Paulo André Niederle: Professor do Departamento de Sociologia e dos Programas de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) e em Desenvolvimento Rural (PGDR) da UFRGS. Entrevista realizada no dia 28 de julho de 2015, as 12:50h.

- Walter Belik: Professor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Foi membro do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA). Entrevista realizada no dia 28 de julho de 2015, as 13:50h.
- José Geraldo Wizniewsky: Professor da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), do Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural e professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Entrevista realizada no dia 29 de julho de 2015, as 10:30h.
- Diálogos de Conhecimento sobre Agroecologia, que reúne o II Seminário Internacional de Agroecologia, o III Seminário de Agroecologia de Pernambuco e a II Jornada dos Povos de Pernambuco, ocorrido no Campus Recife da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), de 22 a 24 de setembro de 2015. Entrevistei:
 - Jorge Roberto Tavares de Lima: Professor da UFRPE, associado ao NAC. Entrevista realizada no dia 22 de setembro de 2015 as 16:00h.
 - Julien Blanc: Possui doutorado em Socio-antropologia do meio ambiente pelo Muséum National d'Histoire Naturelle. Entrevista realizada no dia 23 de setembro de 2015 as 16:00h.
- IX Congresso Brasileiro de Agroecologia (e IV Seminário Estadual de Agroecologia), com o tema “Diversidade e Soberania na Construção do Bem Viver”, ocorrido em Belém – PA, de 28 de setembro a 01 de outubro de 2015 no Hangar - Convenções e Feiras da Amazônia.
 - Luiz Antonio Cabello Norder e Lucimar Santiago de Abreu: Luiz Norder é professor no Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), onde é Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural (PPGADR). Lucimar de Abreu é pesquisadora da Embrapa Meio Ambiente. Entrevista conjunta realizada no dia 29 de Setembro de 2015 as 11:00h.
 - Eric Pierre Sabourin: Pesquisador do Centre de Coopération Internationale en Recherche Agronomique pour le Développement (Cirad) e professor visitante no Centro de Desenvolvimento Sustentável

da Universidade de Brasília (UnB). Entrevista realizada no dia 30 de Setembro de 2015 as 11:00h.

- Eros Marion Mussoi: Professor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Entrevista realizada no dia 30 de Setembro de 2015 as 15:30h.
- Também foram realizadas entrevistas através de chamadas de voz online com:
 - Maria Emília Pacheco: Presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea). Entrevista realizada no dia 04 de Agosto de 2016 as 17:00h.
 - Tatiana Deane de Abreu Sá: Pesquisadora em agroecologia na Embrapa Amazônia Oriental e professora colaboradora nas Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) e Universidade Federal do Pará (UFPA). Entrevista realizada no dia 07 de Agosto de 2016 as 22:00h.

Graças ao caráter público dos eventos acadêmicos e a abertura de espaço participativo dos ouvintes, as seguintes mesas redondas, palestras e falas foram assistidas, gravadas e transcritas, dando atenção a fala tanto dos palestrantes e debatedores quanto dos congressistas que participaram dos debates:

- Durante a SOBER:
 - Fala do Valter Bianchini durante o “Painel 1: Agricultura Familiar no Brasil: cenário atual e desafio de novas políticas”, sob a coordenação de Lauro Mattei (UFSC), no dia 27 de julho de 2015, das 11:00h as 13:00h.
- No Seminário Internacional “Agroecologia no mundo e a encíclica ecológica”, realizado na Universidade Federal de Campina Grande, no dia 3 de setembro de 2015 das 14:00h as 18:30h, sob a coordenação da Rede Agricultores e AS-PTA:
 - Fala Rogério Neuwald: da Secretaria Geral da Presidência da República e coordenador da Cnapo.
 - Fala do Gabriel Bianconi Fernandes: da AS-PTA.
 - Fala do Guilherme da Costa Delgado: do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e consultor da Comissão Brasileira de Justiça e Paz.
- Durante o evento Diálogos sobre Agroecologia, captei a Mesa de Abertura, mais especificamente a fala de:

- Marcos Antônio Bezerra Figueiredo: Professor da UFRPE e membro do NAC/UFRPE.
- Durante o CBA, observei:
 - Na Mesa de abertura, a fala de Rogério Hohn, representando a Via Campesina, ocorrida no dia 28 de Setembro de 2015.
 - Mesa redonda “Cursos de agroecologia: reconhecimento profissional e seus desafios”, ocorrida no dia 29 de setembro as 8:30h. Participantes: Vânia Costa Pimentel (Instituto Federal de Brasília - IFB); Daniela Calza (Técnica em Agropecuária; Angél Callie Collado (Universidad de Cordoba/Espanha). Mediação: Luiz Norder (UFSCar).
 - Mesa redonda “Produzir para viver: campesinato e segurança alimentar”, ocorrida no dia 30 de setembro as 8:30h. Participantes: Maria Emília Pacheco (CONSEA); Eric Sabourin (Cirad) e Francisco Assis Solidade (Federação dos Trabalhadores na Agricultura - FETAGRI/PA). Mediação: Marcos Antônio Bezerra Figueiredo (NAC/UFRPE).
 - Mesa redonda “Pnapo: um balanço das ações e as perspectivas futuras”, ocorrida no dia 01 de outubro as 8:30h. Participantes: Patrus Ananias (Ministro do MDA); Carlos Mário Guedes (Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável); Irene Cardoso (Universidade Federal de Viçosa - UFV/Presidente da ABA) e Paulo Petersen (AS-PTA).
 - Mesa redonda “Estudo cientométrico dos Congressos Brasileiros de Agroecologia”, ocorrida no dia 01 de outubro as 10:45h. Participantes: Moacir Darol (Instituto Agronômico do Paraná), Maria Cleophas de Alencar (Embrapa Meio Ambiente) e Joel Donazzolo (Universidade Tecnológica Federal do Paraná). Mediação de Stéphane Bellon (Institut national de la recherche agronomique - INRA/França).
 - Na Mesa de Encerramento, a fala da Maria Emília Pacheco (CONSEA), ocorrida no dia 01 de Outubro, as 16:30h.
 - Cerimônia de encerramento e leitura da Carta de Belém, ocorridas no dia 01 de outubro, no final da tarde.

Esta tese de doutorado será dividida em três capítulos. O primeiro, intitulado de “A ciência agroecológica: laços discursivos e teóricos”, tem como objetivo apresentar um mosaico teórico sobre o conhecimento científico e os discursos de transformação

social que possibilitaram a existência do campo científico da agroecologia. Neste contexto, a vida social se dá em grande medida através das redes sociais que, na nossa concepção, abarcam não somente pessoas, mas elementos não-humanos, como instituições e discursos, que performatizam as falas dos atores sociais e a maneira que estes enxergam e se portam no mundo, formulando uma ciência engajada e politizada.

O segundo capítulo, “A institucionalização da agroecologia no Brasil”, é o momento da tese em que se apresentam as falas dos entrevistados, analisando as suas trajetórias profissionais para que possamos diagnosticar os nós que edificam as redes sociais em nível internacional que desembocam numa formação científica nacional e particular, contendo constructos ideológicos e políticos legitimada socialmente pela busca de melhores condições de vida para agricultores de baixa renda.

O terceiro e último capítulo, intitulado “Agroecologia: a ciência e as políticas públicas”, se tratando de uma tentativa de demonstrar de que forma cientistas engajados participam da constituição de políticas públicas que fortalecem a agroecologia por meio da entrada de certos atores chaves na gestão pública.

CAPÍTULO 1

A CIÊNCIA AGROECOLÓGICA: LAÇOS DISCURSIVOS E TEÓRICOS

Podemos considerar o campo agroecológico como um campo científico, isto é, um universo feito de constructos sociais concorrentes entre si, além de representações e desejos coletivos de impor verdades. Sabendo disso, o primeiro ato da ciência social é tomar por objeto a construção dos objetos de estudo e as categorias de análise acionadas (BOURDIEU, 2004a).

O sujeito da luta científica não é, obrigatoriamente, um indivíduo, podendo ser também uma disciplina⁷ ou laboratório. Há, portanto, um espaço hierarquizado constituído de disciplinas e os seus adeptos procuram alterar essa hierarquia, mudando os valores sociais e editando o que é e o que não é importante (BOURDIEU, 2004b).

A construção de um campo científico perpassa as estratégias de atores sociais engajados e uma luta simbólica em torno da definição legítima e verdadeira daquele saber. Nessas disputas, os discursos, assim como as variações no uso da linguagem, são acessíveis ao “estudo científico e que aquilo que o torna sistemático é sua correlação com variáveis sociais” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 90).

A prática discursiva pode reproduzir ou também contribuir para transformar a sociedade⁸. A constituição discursiva da sociedade emana de uma prática social que está fincada em estruturas materiais. Assim, “a prática social tem várias orientações – econômica, política, cultural –, e o discurso pode estar implicado em todas elas”. Além disso, “o discurso como prática política estabelece, mantém e transforma as relações de poder e as entidades coletivas” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 94). Diferentes discursos em diferentes ambientes institucionais podem vir a ser “investidos” politicamente e, com isso, os limites das posições dos sujeitos passam a ter relação com os limites entre as distintas ordens do discurso.

⁷ Disciplina é um campo relativamente estável e delimitado, definido pela posse de um capital coletivo, métodos e conceitos especializados com um tipo específico de admissão necessária (BOURDIEU, 2004b).

⁸ Novas palavras envolvem novas categorias culturalmente importantes (FAIRCLOUGH, 2001).

Cada campo social possui seu tempo, que resume uma falsa unilinearidade de diferentes temporalidades, sincronizando campos correlatos com histórias e tempos distintos, inclusive discursos sociais confluentes num mesmo direcionamento. Portanto, analisaremos neste capítulo as confluências de teorias científicas e discursos de transformação social que permitem a existência da configuração epistemológica da agroecologia enquanto campo científico.

Como funciona a ciência?

De maneira geral, podemos entender *campo* como um espaço social relativamente autônomo, um microcosmo dotado de leis próprias. Mais especificamente, o conceito de campo científico serve para escapar da visão da ciência sem qualquer intervenção do mundo social, sendo ele um polo intermediário entre a produção de conhecimento e o contexto social, um universo onde estão inseridos os agentes e as instituições que produzem e reproduzem a ciência, um mundo que obedece a leis sociais mais ou menos específicas.

Para Bourdieu (2004a), os campos científicos, ou, as disciplinas, recebem pressões externas como créditos, ordens, instruções e contratos, havendo resistências por autonomia através de mecanismos para se libertar das imposições exteriores e obedecer apenas às determinações internas. Para progredir na cientificidade é preciso progredir em autonomia. Quanto mais se é autônomo mais se pode dispor da autoridade científica para fora do campo, voltando-se para os problemas da sociedade.

Portanto, coexistem princípios internos e específicos junto de princípios externos e puramente sociais de dominação. Aqui, é necessário abandonar a noção de ciência pura e intocada ao mesmo tempo em que se deve ignorar a visão da ciência escrava, sujeita a todas as demandas políticas e econômicas. As pressões externas são mediatizadas pela lógica do campo, retraduzindo-se sob uma forma específica. Efetua-se então a quebra com a noção de ciência pura, autônoma e com a ideia de comunidade científica, como se eles formassem um grupo unificado, homogêneo.

O campo da ciência é um universo de disputas pelo monopólio da manipulação legítima dos bens científicos⁹. As relações de força que perpetuam o campo ocorrem através de relações de conhecimento e comunicação. A legitimidade da ciência e de seu

⁹ O campo é habitado por tensões e, as tensões internas são relativamente independentes das pressões externas, já que este contém uma lógica de funcionamento própria.

uso são termos de permanente luta no mundo social e na ciência em si. As disputas vão além da manipulação da própria ciência, chegando até a dominação da sociedade, como os comportamentos individuais. Essa relação entre interno e externo envolve dinâmicas entre a ciência e atividades não-científicas, tensionadas a partir dos objetivos que os cientistas, mais ou menos conscientes, tentam pôr em prática.

É errado achar que os cientistas agem de acordo com intenções conscientes e calculadas. A verdade da prática científica é que ela é produto de um *habitus científico*¹⁰, de um sentido prático particular dos problemas a tratar, das maneiras aptas, dos métodos e etc. O campo científico é o lugar de lógicas práticas e o *habitus científico* é uma teoria realizada, incorporada.

Um cientista é a materialização do campo científico, suas estruturas cognitivas são homólogas à do campo, ajustadas às suas expectativas. O verdadeiro princípio das práticas científicas é um sistema de disposições inconscientes, transponíveis e generalizáveis. O comportamento provável dos agentes depende da estrutura objetiva de distribuição dos capitais aos indivíduos e instituições, o que significa que é espaço de posições que gera a tomada de posição em termos de estratégias e interações.

O reconhecimento dos princípios científicos pelos pares produz efeitos de delimitação do campo, concretizando a sua existência e permitindo o alcance para fora dele. O poder simbólico de tipo científico só se exerce para o homem comum (como poder de fazer ver e acreditar) se for ratificado por outros cientistas que controlam o acesso ao público através do alastramento de suas redes (BOURDIEU, 2004a).

Segundo Latour (2001), epistemologia, ontologia, psicologia e política não existem separadamente. Costuma-se dizer que a natureza, a mente e o social são independentes quando, na verdade, pertencem a um mesmo arranjo. O mesmo acontece no universo da ciência, onde temos que reconhecer o caráter humano da prática científica, sua história e as conexões com todo o coletivo¹¹. Quanto mais ligada uma ciência estiver com o coletivo, quanto maior for sua rede, mais forte ela será.

¹⁰ O conceito de *habitus científico* se assemelha bastante à noção de *Ethos* de Fairclough (2001), que podem ser interpretados como modelos retirados de tipos de discursos e que constroem a identidade dos participantes na interação, podendo inclusive, serem retirados do discurso científico. O *Ethos* faz parte de um processo de modelagem a partir de ligações intertextuais, aonde um discurso vai modelando outro, sendo manifestado tanto na fala quando no corpo.

¹¹ Ao contrário do conceito de sociedade, este termo se refere à associação de humanos e não-humanos, isto é, um intercâmbio de propriedades humanas e não-humanas no seio de uma corporação. Este novo quadro tenta capturar os movimentos pelos quais um coletivo estende seu tecido social a outras entidades, “assim, ciência e tecnologia são aquilo que socializa não-humanos para que travem relações humanas” (p. 222). Isto significa que “objetos e sujeitos são construídos ao mesmo tempo”, numa relação “crescente entre sociedade e tecnologia (...), uma intimidade aprofundada” (LATOUR, 2001, p. 225). Portanto, “o

Para este mesmo autor, dois erros são comuns nos estudos da ciência e da tecnologia: primeiramente, tratar da “explicação social” dos fatos científicos e, ver esses fatos apenas como discurso ou retórica; em segundo lugar, os estudos que reiteram a ideia de uma ciência desvinculada do social e, principalmente, do político. Não basta dizer que existem conexões entre ciência e política, pois não há puramente político nem puramente científico. Nos discursos dos cientistas, há uma translação de termos políticos para termos científicos e vice-versa, como se investir em um permitisse o desenvolvimento do outro.

É errôneo pensar que existe uma justaposição de elementos políticos e científicos, como dois mundos puros que se cruzaram e que deveriam continuar separados. Como se um determinado contexto (ambiente social, político e cultural) rodeasse a ciência e seu conteúdo procurando invadi-la. Acreditar nessas interpretações faz com que se ache que o que determina a ciência é a sociedade ou que a ciência determina a si mesma sem assistência externa. A expressão “quanto mais desconecta, melhor a ciência” não leva a análises profundas, isto porque, quanto mais conectada, mais exata ela se tornará (LATOUR 2001).

A legitimação de uma ciência vem

da extensão de suas mudanças, da segurança dos seus vínculos, do acúmulo progressivo de suas mediações, do número de interlocutores que atrai, de sua capacidade de tornar os não-humanos acessíveis às palavras, de sua habilidade em interessar e convencer os outros, e de sua institucionalização rotineira desses fluxos (LATOUR, 2001, p. 115-116).

Desta forma, temos que ligar a ciência ao resto do coletivo. O sentido de construção ou fabricação de um fato científico não deve ser entendido como uma realização falsa, fingida, mas sim, compreender de que forma ocorre sua produção, fabricação ou construção grupal. No mais, quem é o autor dos fatos é uma questão em aberto. Personagens e autores trocam credibilidade no decorrer da construção do saber.

Latour (2001) explica que

os fatos científicos e tecnologias são construídos através de redes de atores humanos e não-humanos (ou redes sócio-técnicas) onde os cientistas ou engenheiros constroem, através da tradução dos interesses de outros atores sociais e elementos não-humanos, fatos científicos ou

coletivo moderno é aquele em que as relações de humanos e não-humanos são tão estreitas, as transações tão numerosas, as mediações tão convolutas que não há sentido em perguntar qual artefato, corporação ou sujeito deva ser discriminado” (LATOUR, 2001, p. 226).

objetos tecnológicos que vão lentamente ganhando coerência dentro dessa rede até formarem uma “caixa-preta”: uma discussão encerrada ou uma máquina já funcional (LORENZI e ANDRADE, 2011, p. 112).

Os cientistas “executam vários tipos de táticas para alistarem aliados para construção das caixas-pretas” (LORENZI e ANDRADE, 2011, p. 112), não havendo diferença entre o que se faz dentro ou fora do laboratório, já que um não sobrevive sem o outro, pois negociações, patrocínios e apoios também sustentam as pesquisas. Destarte, a ciência e a sociedade são inseparáveis, havendo entre elas um alinhamento de interesses.

Bourdieu e Latour possuem diferenças e semelhanças quanto ao trato da atividade científica que precisam ser esclarecidas. Bourdieu, que vem da tradição estruturalista, começa os estudos do campo científico no mesmo momento em que os estudos de laboratório ganham força, se posicionando de forma crítica a eles. Para ele, o cientista sempre busca reconhecimento e por isso joga com as regras do campo, cuja estrutura deixa transparecer certo conservadorismo. Por mais que a ciência não seja imparcial, é a configuração do campo que direciona as pesquisas, a legitimação dos fatos e o comportamento dos agentes.

Já Latour, que vem da tradição construtivista, considera a simetria entre as causas dos fatos científicos, tanto os verdadeiros quanto os falsos, ou seja, são as mesmas as causas sociais para os acertos e erros. Aqui, os fatos são construções coletivas realizadas por meio de alianças entre atores humanos e não-humanos. Ele afirma que a especificidade da ciência vem das suas referências circulantes e da capacidade de ser verificada pelo leitor, sendo uma construção literária baseada numa rede, assim como a religião e a política. De igual modo, a ciência é vista como um discurso, assim como os outros, capaz de exercer um efeito de realidade por meio de características textuais específicas, um universo que consegue impor a crença nas suas ficções.

Enquanto isso, Bourdieu considera os fatos sociais como produto de um meio social onde hierarquia e poder se fazem sempre presente. Os fatos científicos são fatos sociais negociados dentro de um campo de lutas, no caso do campo da ciência, através de seu capital específico, o capital científico. Tal intelectual acredita que o campo científico é (relativamente) autônomo – e que deve continuar assim –, controlado pela sua própria estrutura para que não seja corrompido por interesses políticos ou econômicos.

Encontramo-nos numa controvérsia entre os dois: para Latour, “os fatos científicos são ficções acreditadas (ou construções literárias estabilizadas), frutos de redes sócio-técnicas coerentes” e para Bourdieu “a ciência é baseada em métodos objetivos, o qual a principal função é exatamente distinguir a verdade da aparência” (LORENZI e ANDRADE, 2011, p. 119). Bourdieu deixa claro que uma análise seria incompleta se não fosse trabalhada a questão do poder dos próprios atores que pertencem ao campo. Ao mesmo tempo, negar que existem criatividade e estratégias políticas que vão além das disciplinas traria limitações para a pesquisa.

Lorenzi e Andrade (2011) trazem à tona as diferenças entre as noções de rede e campo para conceber as disputas científicas:

- Rede indica uma relação horizontal e complementar entre os atores, sem deixar de reconhecer as hierarquias que compõem as redes;
- Campo indica verticalidade e hierarquia de oportunidades de apropriação dos recursos científicos.

Deste modo, esta tese se utiliza do conceito “bourdieusiano” de *campo científico* para tratar da conformação da agroecologia no Brasil e denominar o grupo de atores que participaram da sua institucionalização, que envolve a tomada de posições no espaço social que permitiram a produção e reprodução desse conhecimento no país. Concomitantemente, debruçar-se-á nos ideais de Latour para entender o entrelaçamento entre as esferas políticas e acadêmicas que são intrínsecas ao movimento agroecológico, abandonando a visão da autonomia relativa do campo, substituindo-a pela noção de coletivo, formado por diferentes elementos, conexões e extensas redes sociais.

Sabendo que as atividades humanas são resultados do seu tempo¹², de condições socioeconômicas e políticas específicas, as teorias científicas, se investigadas, também dizem respeito a essas condições. A ciência precisa então ser considerada como uma atividade social, cujas descobertas e enunciações envolvem condições coletivas (FRENCH, 2009).

Assim, a única maneira de compreender a realidade dos estudos científicos é acompanhar os detalhes da prática científica. Isso permite responder como condicionamos o mundo em palavras. Não há separação entre palavras e mundo. Há

¹² Vale salientar que o cientista constrói o fato, mas não está inteiramente no comando da sua própria atividade, pois também é surpreendido pela ação, da mesma forma que também não somos totalmente controlados pelas estruturas. Existem eventos, circunstâncias, situações, surpresas e bifurcações no curso da ação (LATOUR, 2001) que são imprevisíveis.

uma redução quando se passa da coisa pra palavra e há uma amplificação pelo ganho de conhecimentos, elementos e mudanças nessa passagem.

Os cientistas começam a falar com propriedade porque mergulham no mundo das palavras, dos signos, dos materiais e de suas paixões, ampliando seus laços com coisas e pessoas, o que quer dizer que não existe um rompimento, um distanciamento que permite ao cientista descobrir o mundo verdadeiro, livrando-se de suas paixões e sentimentos. O que os cientistas afirmam não provém da sua separação com a sociedade, mas das conexões e mediações proporcionada pelas referências circulantes (LATOURET, 2001).

Por este motivo, reatualizamos os ensinamentos de Bourdieu¹³ de forma a reconhecer que a política não influencia o campo da ciência, mas sim, está dentro da ciência, faz parte dela. E, no caso da agroecologia, a sua atividade acadêmica não está sendo apenas envolta pela política, o seu surgimento já era indicativo de uma mobilização em torno do meio ambiente, justificando a politização de seus pesquisadores, técnicos, professores e agricultores para adentrar no universo político e construir novas alternativas de intervenção direcionadas ao mundo rural.

A produção textual da agroecologia exhibe estratégias de intervenção tecnocientífica para efetuar uma ação política. Simultaneamente, é essa mesma necessidade de uma ação social que faz existir uma ciência que sirva para este objetivo. Não há, portanto, uma passagem de um lado para o outro, mas um híbrido dos dois, uma ciência politizada.

Para Kuhn (1978), a comunidade científica busca o consenso em três níveis: nos problemas a serem resolvidos, nas respostas válidas e nos métodos admitidos como efetivos. O acordo obtido dentre esses elementos formam o Paradigma, um complexo estabelecido pelo qual o cientista adquire métodos, teorias e normas aceitáveis. A pesquisa reconhecida pela comunidade científica dentro de certo paradigma se chama “Ciência Normal”. Quando algo não consegue ser explicado pela ciência normal se forma uma “anomalia” e, quando esta persiste, a ciência entra em crise, abrindo espaço para uma Revolução Científica.

No período da ciência normal, as pesquisas só endossam aquilo que já se sabe. Espera-se que os fenômenos naturais sejam sempre respondidos dentro do quadro legítimo e, como isso não é completamente possível, já que espaços em branco são

¹³ A sociologia da ciência de Bourdieu apresenta dois problemas: cria um empasse sobre o conteúdo das ciências e reduz o crédito científico a um capital de reconhecimento (SHINN, 2008).

comumente deixados quando se tenta compreender o mundo, a própria ciência normal acaba por abrir caminho para a sua própria mudança, isto é, a crise paradigmática. São justamente nos períodos de revolução científica que ocorre o acúmulo de novos conhecimentos para que o antigo paradigma seja substituído.

Por fim, os *agroecologistas*¹⁴ desejam fechar a caixa-preta que envolve as controvérsias dos riscos ambientais e das diferentes estratégias de produção agrícola, efetivando um modelo de novos ideais e práticas coletivas para que seja possível mobilizar a natureza e os fatos científicos para adentrarem em lutas políticas, tornando-se um paradigma. O engajamento e o convencimento dos agroecologistas se realizam pela conexão com o mundo secular, com as paixões, os sentimentos e posições provenientes da trajetória pessoal e profissional dos atores, sempre bastante engajados nas crenças e classificações disseminadas pelo discurso agroecológico (PAULINO, 2013).

Os Modos da Ciência

Para Shinn (1998), existem três pontos de vista sociológicos sobre a ciência: O “Diferencionista”, o “Antidiferencionista” e a abordagem “Transversalista”. O nascimento dessa visão tripartida se deve a tais fatores:

- O trabalho de Tomas Kuhn (a obra “A estrutura das revoluções científicas”, de 1962);
- O ceticismo em relação à ciência dos anos 1960, inspiradas pelo perigo que as técnicas agrícolas trouxeram ao meio ambiente, contaminado por substâncias agroquímicas;
- A relativa influência do construtivismo, corrente teórica ligada a teses pós-modernas. Nela, acredita-se que os fatos são construídos conceitualmente.

O primeiro, chamado de “Diferencionista” – que não nos aprofundaremos por não apresentar relevância teórica para o trabalho – tem como base a tradição estrutural-funcionalista de Merton. Neste caso, a ciência era como distinta dos outros cosmos sociais, superior e epistemologicamente fechada em si.

¹⁴ Diferentemente da categoria de “agroecólogo”, que indica os profissionais especializados em agroecologia, principalmente os técnicos desta área, tal neologismo serve para tratar, nesta pesquisa, dos profissionais, não importando a área de formação, que, de alguma forma, já se debruçou sobre a temática da agroecologia.

Como resposta a esta corrente¹⁵, nasce o movimento “Antidiferencionista”, também conhecido como a “Nova Sociologia da Ciência”. As noções de disciplina e especialidade se apagam em detrimento da noção de rede. A comunidade científica não é mais vista como um campo social dotado de autonomia, pois a noção de rede permite ultrapassar essas fronteiras, deixando ciência e sociedade face a face, sem demarcações entre natureza e cultura ou ciência e não-ciência, não existindo particularidade epistemológica no saber científico.

Na perspectiva antidiferencionista, a sociologia é capaz de explicar o conteúdo cognitivo da ciência, já que seu conhecimento é produto de influências sociais (fatores de ordem cultural, interesses e relações de poder). Essa nova ortodoxia dos estudos da ciência reúne três correntes em conflito, mas com pontos em comum:

- As abordagens “fortes” ou “peri-fortes”, mais ou menos inspiradas no Programa Forte (autores como Barry Barnes e David Bloor);
- As abordagens etnográficas do trabalho empírico (principalmente Bruno Latour, Steve Woolgar e Michael Lynch);
- Abordagens radicalmente construtivistas (cientistas como Michel Callon e John Law).

O foco passa a ser o trabalho cotidiano da ciência, como ele é feito nos laboratórios, no campo empírico. Os estudos de laboratório tratam dos objetos científicos como construídos simbolicamente em técnicas literárias de persuasão através de estratégias políticas para formar alianças e mobilizar recursos. Os cientistas escrevem de maneira impessoal na atividade empírica para mostrar que o mundo físico fala e age por si só, e se o dado é incorreto, a culpa é de fatores pessoais e sociais (SHINN, 1998).

Dois grandes representantes do antidiferencionismo, enquanto um novo ramo da sócio-filosofia francesa, foram Bruno Latour e Steve Woolgar, com o livro “A vida de Laboratório”, de 1979¹⁶. Na obra, os produtos da ciência são resultado de um processo de fabricação laboratorial, seus fatos são artificiais¹⁷, no sentido de que são construídos textualmente¹⁸. Uma vez que o produto final está pronto, as etapas intermediárias de construção factual são esquecidas, apagadas.

¹⁵ O método etnográfico foi um dos fatores que possibilitou a quebra com o estruturalismo de Robert Merton (MONTEIRO, 2012).

¹⁶ Etnografia realizada no laboratório do Salk Institute em São Diego.

¹⁷ Visão semiológica do mundo, acentuando os signos (SHINN, 1998).

¹⁸ Tendência chamada de “Textismo”: a realidade social vista como um texto (SHINN, 1998).

A abordagem etnográfica se subdivide em duas famílias: a das análises da prática empírica e a dos estudos de laboratório. Para a última, o laboratório é um sistema de inscrição literária que reduz a atividade científica a um exercício de construção que não é regido pelas leis da lógica ou produto de uma racionalidade superior, pois os fatos científicos são socialmente construídos por dispositivos onde a escrita ocupa um lugar central. O laboratório representa um dispositivo de transcrição escrita cujo núcleo são os aparelhos.

Esses constructos epistemológicos desembocam na Teoria Ator-Rede (TAR). Para a TAR, o sociólogo não pode tomar como ponto de referência estruturas sociais, regras exteriores determinantes da conduta do indivíduo. Ele deve descrever as operações de construção da natureza e do mundo social elaborada pelo cientista. Abandona-se uma sociologia que toma distância para explicar os fenômenos sociais para seguir de perto os cientistas na construção da natureza e de seu entorno social. O sociólogo deve enxergar a maneira pela qual os atores definem e associam os elementos que compõem o mundo, buscando assim, apreender o trabalho de formação de rede dos elementos que os atores operam em suas atividades, no quadro de suas práticas discursivas.

Shinn (2008) critica a TAR por acreditar que ela constrói uma estrutura relativamente aberta que deixa livre o curso da atividade descritiva, não se constituindo enquanto um quadro explicativo, mas sim, um guia para o trabalho etnográfico, uma sociologia descritiva e pouco reflexiva. Não é uma teoria no sentido de um sistema hipotético-dedutivo, mas uma linguagem de descrição empirista, que é a marca da nova sociologia da ciência. Outra crítica é que, para a TAR, o que é visível remete ao que os atores trazem a tona em suas práticas e discursos, como se os próprios atores realizassem tudo (teorias, contextos e quadros explicativos) a partir de suas próprias mãos, quando, claramente, existem coisas que escapam ao controle.

A análise da prática científica ganha escopo com os Estudos Sociais de Ciência e Tecnologia (ESCT), um campo interdisciplinar em torno de estudos de caso que cresce desde os anos 1970. O estudo de laboratório ainda é a vertente mais conhecida dos ESCT, servindo para abrir as caixa-pretas do método científico. Estes estudos atuam de forma reflexiva tanto na pesquisa acadêmica quanto na implementação de novas tecnologias.

A etnografia da ciência ganha espaço com os estudos da Biotecnologia, relacionando natureza e cultura, ontologias do corpo e identidades contemporâneas. A

noção de Biossocialidade¹⁹ (junção entre elementos naturais e sociais) permite entender como a incorporação do conhecimento sobre a genética afeta dinâmicas sociais, sendo fundamental para compreender processos de identificação e movimentação política e a maneira como a ciência e tecnologia estão conectadas a circuitos globais.

“Toda tecnologia e seus usos são fruto de escolhas e interações” (MONTEIRO, 2012, p. 146), isto porque, práticas sociais são determinantes e determinadas, inclusive no âmbito da ciência e da tecnologia. As técnicas, os saberes e as pessoas interagem para produzir realidades, saberes, significados e bens materiais por meio de fluxos que envolvem conceitos, imagens e relações de poder.

Os arranjos sociotécnicos estão mergulhados em elementos valorativos, onde atores de diferentes contextos discutem e negociam em arenas políticas a fim de fazer valer interpretações e diferentes práticas sobre ciência e meio ambiente. Para Lynch (1982 apud MONTEIRO, 2012), um dos erros da sociologia da ciência é ignorar que os cientistas são também críticos da própria prática, já que são capazes de interagir com o saber que eles produzem.

A realização da ciência ligada a práticas que não são estritamente de ordem científica é a principal lição deixada pela vertente antidiferencionista a partir dos anos 1980, demonstrando um campo onde poder e lucro simbólico constituem motores práticos. Essa posição relativista e simétrica permite visualizar verdades múltiplas que se equivalem.

Tal movimento trouxe para alguns a perspectiva de morte da ciência (da universidade, da disciplina, da avaliação pelos pares), enquanto que para outros, possibilitou uma interpretação menos mórbida, impressa numa nova visão do fazer científico, rejeitando a distinção racional entre ciência e tecnologia e entre ciência e outros tipos de saberes. Agora, o futuro se baseia no conhecimento aplicado, modelado pela demanda social, isto porque, os enunciados produzidos pelos cientistas têm impacto sobre o mundo e é justamente por este motivo que se expõe a necessidade de uma ciência voltada para a sociedade, que fabrica com ela o seu conhecimento e logo o devolve. Chegamos então ao tipo de ciência que se diz a agroecologia.

Shinn (2008) revela dois modos de produção de conhecimento. O Modo 1 predominou até 1945, caracterizando uma separação entre sociedade e universidade. Neste, o fazer científico é marcado pela distância entre a academia e a demanda social.

¹⁹ Rabinow (1999 apud MONTEIRO, 2012).

Já o Modo 2 se expande no período pós-Segunda Guerra Mundial, fazendo desaparecer os muros entre ciência e tecnologia, entre sociedade e indústria. A partir deste momento, a ciência se difunde no corpo social, submissa à demanda econômica e política. Agora é a sociedade que fala à ciência, e não o contrário.

O modo 2, também chamado de Nova Produção de Conhecimento, aponta para o colapso da universidade como a conhecemos. Postula-se uma ciência caracterizada pela interdisciplinaridade, pela mobilidade e pela primazia dos problemas sociais e econômicos na definição dos objetos de estudo, marcada mais pelo compromisso político dos pesquisadores do que pela teoria e pelos dados em si. Os autores acreditam numa nova ordem social e cognitiva e “trabalham ativamente em seu favor e procuram persuadir outros a pensar do mesmo modo. Pode-se perguntar se a perspectiva não é mais uma plataforma social do que um quadro de referência sério e sistemático para a investigação acadêmica” (SHINN, 2008, p. 175), envolvendo auto-promoção e propaganda.

Neste contexto, presenciamos a Guerra das Ciências, quando os defensores do modo 1 contrariam os adeptos do modo 2 e vice-versa²⁰. Esse conflito explodiu nos Estados Unidos da América na década de 1990, graças aos estudos culturais e seu posicionamento militante, desconstruindo a exploração de minorias de todos os tipos e a dominação que a ciência ocidental auxiliou a conformar principalmente no Oriente. Ao mesmo tempo, o conflito desemboca em algumas posições anticientíficas ou relativistas.

A Ciência com C Maiúsculo, outra denominação para a Ciência Número 1, prega a transmissão de informações sem deformação ou discussão, construindo uma ideologia para servir de substituta da discussão pública, tornando-se uma arma política para abolir as coações das esferas exteriores ao campo científico, dominado pela “Razão”, que legitima sua existência para outros cientistas e para a sociedade, numa tentativa de isolar o social.

Deste modo, a disputa envolve a Ciência Número 1, que tem seus pilares numa visão clássica da atividade acadêmica, distanciada do coletivo e, de outro lado, a Ciência Número 2, com atividades mixas de política, ciência, tecnologia, mercados, valores e éticas, um outro sentido de científico, que lida com entidades não-humanas que são socializadas através de laboratórios e instituições.

²⁰ Até hoje os dois modos de ciência ainda convivem, como veremos mais a frente ao se tratar da epistemologia da agroecologia e contra quem ela postula, isto é, o agronegócio e a agronomia convencional.

A constatação de que a ciência normal, no sentido de Thomas Khun, não resolveu os problemas da “modernidade” (ao contrário, em alguns casos, é justamente esse modelo de ciência que está na base dos problemas), levou a Funtowicz e Ravetz (1993, 1996) a desenvolverem o conceito de ciência pós-normal. A ciência pós-normal não pretende neutralidade ética nem ignora as conseqüências políticas do uso da ciência na sociedade moderna, como defendem empiristas, racionalistas e positivistas (COSTA GOMES, 2005a, p. 91).

Uma nova estrutura de relações entre a ciência e a sociedade apareceu após a Segunda Guerra Mundial, chamado por Shinn (2008) de “Modelo da Tripla-Hélice”²¹. O modelo da tripla-hélice tenta dar conta dessa nova configuração e das transformações nas relações entre instituições acadêmicas, empresas e o Estado. A relação entre esses três setores constroem a ciência e a inovação técnica contemporânea, que passam a ser definidas como uma forma de comunicação.

Essa configuração é permitida graças à emergência de centros de pesquisa e de organizações que relacionam instituições de ensino, pesquisa e extensão, empresas, indústrias e autoridades locais. A ciência e a tecnologia, neste modelo, continuam a ser produzidas nas instituições clássicas, mas com ares de inovação e novos tipos de organização.

Na tripla-hélice, a relação entre universidade, indústria e governo conforma outro desenvolvimento de conhecimento, em que esses três universos se encontram para enfrentar novos problemas de um mundo economicamente, institucionalmente e intelectualmente em transformação. A tripla hélice é uma expressão sociológica de uma nova ordem social cada vez mais baseada no conhecimento.

A Nova Produção do Conhecimento também sofre alterações²² quando se começa a falar em um “novo contrato” entre sociedade e ciência, no qual a sociedade aprende a dialogar com a natureza e com o coletivo, causando o desaparecimento do referente científico como única base de legitimidade acadêmica, sendo substituída por uma base puramente social. Temos então uma ciência voltada mais para a mobilização social do que para a facticidade científica.

As duas perspectivas (Nova Produção e Tripla-Hélice) são deficientes por não reconhecerem o “histórico da existência e das ações de comunidades baseadas em ações

²¹ Retirado do livro “The new production of knowledge” (1994) de Michael Gibbons, Camille Limoges e Martin Trow.

²² Perspectiva exposta no livro “Re-thinking Science”, lançado em 2001, de Michael Gibbons, Helga Nowotny e P. Scott.

transversais; ao contrário, ambas trabalham com a suposição de que a transversalidade é, resolutamente, um produto funcional de nossa época e cultura” (SHINN, 2008, p. 189), tendo problemas também em enxergar as fronteiras nacionais (apesar da globalização) do funcionamento da universidade, indústria e governo.

Na “Leitura Transversalista da Inovação” a transversalidade significa atravessar fronteiras cognitivas, técnicas, econômicas e sociais, procurando ir além do que foi proposto até então. O desafio é visualizar entidades transversais, mostrar como funcionam e se transformam, isto porque, “os estudos sociais da ciência e da tecnologia são um ponto de vista privilegiado para analisar as mudanças que estão reconfigurando e fundindo os fatores cognitivos, industriais e sociais” (SHINN, 2008, p. 190).

Para Trigueiro (apud MOREIRA JR, 2009),

seria prudente falar em uma ‘Hélice Ênupla’ (n-upla), permitindo a incorporação analítica de muito mais atores e organizações na dinâmica científica e inovativa do que apenas o governo, as empresas e as disciplinas acadêmicas. Nesse caso cabe citar, por exemplo, os movimentos sociais, as demais instituições científicas e os agentes econômicos não-tradicionais (MOREIRA JR, 2009, p. 5).

A interpretação do mundo tem uma dimensão histórica que varia de acordo com os conhecimentos aplicados ao observável e que precisam ser aceitas pelos colegas cientistas. Existem análises internalistas, que acreditam que a ciência é um sistema de pensamento autossuficiente e auto-regulador, com uma lógica interna própria. E existem linhas de pensamento externalistas, que postulam que o desenvolvimento da ciência é determinado, sobretudo, pelo contexto sócio-político.

Para Henry (1998) é possível pôr em prática uma abordagem eclética que reconhece que a atividade científica contém em si tradições e técnicas próprias, mas que não são isoladas de aspectos sociais mais amplos, isto porque, a própria tradição técnica é um fenômeno socialmente construído, culturalmente determinado, afetado pelas interações sociais de seus participantes. Finalmente, uma análise histórica, cultural e social é necessária para compreender o desenvolvimento da ciência, assim, uma contextualização mais rica tem sido a principal ambição dos estudiosos, pois existe um inegável impacto político no conteúdo intelectual e científico, um poder ideológico.

Discursos confluentes

O objetivo desta sessão é analisar os novos valores culturais que indicam transformações nas práticas discursivas. As mudanças não são lineares, elas envolvem disputas²³ no uso linguístico e estão ligadas a processos sociais e culturais mais amplos. Por este motivo, o controle dos discursos é válido porque estes podem causar mudanças nas práticas dos atores como parte da mudança social, cultural e política²⁴.

A análise leva à produção de textos que são socialmente distribuídos e consumidos como outros textos, e o discurso da análise é, como qualquer outro discurso, um modo de prática social: ele está dialeticamente relacionado com estruturas sociais, posicionado em relação a lutas hegemônicas e aberto para ser investido ideológica e politicamente. Os analistas não estão acima da prática social que analisam; estão dentro dela (FAIRCLOUGH, 2001, p. 246).

Discursos²⁵ assumem sentido tanto através de interações quanto de textos. Qualquer evento discursivo – ou seja, qualquer exemplo de discurso – é um texto, um exemplo de prática discursiva, uma interação. A prática social demonstra as circunstâncias institucionais e organizacionais do evento do discurso e como elas moldam a natureza da prática discursiva. A prática discursiva envolve a produção, distribuição e consumo textual, “todos esses processos são sociais e exigem referência aos ambientes econômicos, políticos e institucionais particulares nos quais o discurso é gerado” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 99).

O uso da linguagem é uma forma de prática social e não uma atividade individual. O discurso é um “um modo de ação, uma forma em que as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros”, uma prática não apenas de representação do mundo, “mas de significação do mundo, constituindo o mundo em significado”. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 91).

Segundo Fairclough (2001), são três os aspectos dos efeitos construtivos do discurso: identidades sociais e posições dos sujeitos; relações sociais entre pessoas; e

²³ Os sentidos das palavras entram em disputa dentro das lutas sociais mais amplas, das mais diversas (FAIRCLOUGH, 2001).

²⁴ Natureza e sociedade são artefatos de um mecanismo político. Ambas são dotadas de significado nas várias formas de visão de mundo, inclusive no campo da ciência. Neste, ao invés do abismo entre palavras e o mundo, temos uma camada de redes transversais nas quais circulam as informações e discursos (FAIRCLOUGH, 2001).

²⁵ Consideramos, também como entidades não-humanas, os discursos.

sistemas de conhecimento e crença. Em outras palavras, as identidades também são estabelecidas nos discursos, a partir de interações, representações e negociações.

As práticas se associam a instituições e cadeias intertextuais, tipos de textos relacionados entre si. Essa intertextualidade²⁶ pode ser interpretada como um caminho que perpassa diferentes escritos, diferentes falas e diferentes discursos. Portanto, diferentes tipos de textos podem formar cadeias intertextuais que contribuem em diferentes relações de transformação.

A intertextualidade implica na constituição de sujeitos e na transformação das identidades sociais, pois, para que os textos façam sentido, os atores têm que combinar diferentes elementos num todo coeso. Os textos postulam sujeitos intérpretes, posicionados no espaço social de forma que consigam, a partir de sua experiência anterior, fazer conexões entre os elementos intertextuais e gerar interpretações²⁷ coerentes. Na medida em que os intérpretes resolvem as contradições dos textos, eles estão sendo posicionados ou reforçando posições já existentes. Assim, “a força de parte de um texto (...) é seu componente acional, parte de seu significado interpessoal, a ação social que realiza” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 111).

Os interpretes são “sujeitos sociais, com experiências sociais particulares acumuladas e com recursos orientados” para certas dimensões da vida social, “e essas variáveis afetam os modos como vão interpretar textos particulares” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 173). Há, portanto, um controle interacional exercido de maneira colaborativa entre os participantes dos discursos, corporificando exigências específicas sobre as relações sociais e de poder entre eles.

Enquanto produtores de conhecimento, “estamos diante de escolhas sobre como usar uma palavra e como expressar um significado por meio de palavras (...). Essas escolhas e decisões não são de natureza puramente individual” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 230), são questões sociais e culturais mais amplas. Os significados dos textos não são estáticos e são atribuídos antes de serem postos em palavras, isto implica que o ato de interpretar, de atribuir sentido a domínios particulares de experiência, depende de uma perspectiva ideológica, cultural e teórica particular.

²⁶ A intertextualidade também decorre do caráter histórico dos textos, onde o passado (convenções e textos prévios) se faz no presente (FAIRCLOUGH, 2001).

²⁷ A interpretação dos textos depende dos recursos (aprendizado, trajetória, capitais) que os membros interiorizaram (estruturas sociais interiorizadas) e também da natureza específica da prática social da qual fazem parte. É interessante frisar que a nossa análise do mundo é conformada pela correlação com processos sociais e discursivos mais amplos (FAIRCLOUGH, 2001).

Abaixo veremos algumas tendências abrangentes – com caráter internacional/transnacional e que interagem entre si – de mudança discursiva que afetam a cultura e a sociedade. Essas tendências causam grande impacto nos discursos contemporâneos, tendo características específicas associadas a instituições ou domínios particulares, influenciando nos padrões da mudança discursiva em progresso.

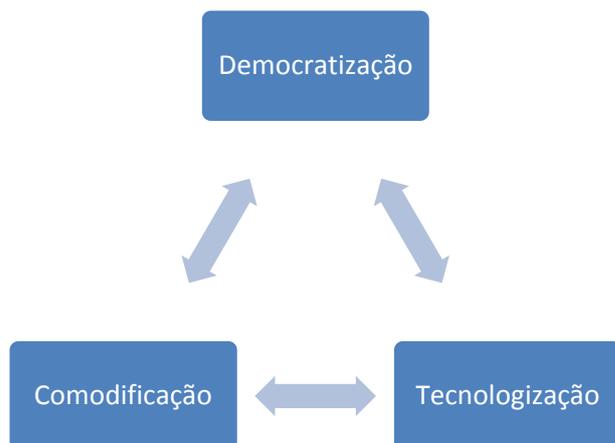
Uma das mudanças efetivas na prática de discurso foi a Democratização, entendida como a superação de desigualdades e assimetrias dos direitos, das obrigações e do prestígio discursivo e linguístico entre grupos de pessoas. “Tanto no discurso como de um modo mais geral, a democratização tem sido um parâmetro importante de mudança nas últimas décadas” (SHINN, 2008, p. 248), trazendo a “eliminação de marcadores explícitos de hierarquia e assimetria de poder em tipos de discurso institucional nos quais as relações de poder são desiguais” (SHINN, 2008, p. 250).

A eliminação de marcadores e assimetrias explícitas de poder nem sempre ocorre completamente. O que temos, muitas vezes, é a substituição de mecanismos explícitos de controle por mecanismos encobertos, havendo lutas sobre seu significado. A tendência de eliminar tais marcadores está ligada a disposição à informalidade, isto é, quanto mais formal, mais nítida é a assimetria de poder. Um exemplo dessa informalidade é a forma que o discurso conversacional, focado no diálogo entre os diferentes, está ganhando força e isso tem a ver com a relativa colonização da esfera privada dentro da esfera pública, como parte da reestruturação dos limites entre os domínios privado e público.

Outra mudança é a Comodificação, que nada mais é do que

o processo pelo qual os domínios e as instituições sociais, cujo propósito não seja produzir mercadorias no sentido econômico restrito de artigos para venda, vêm não obstante a ser organizados e definidos em termos de produção, distribuição e consumo de mercadorias (...) Em termos de ordens de discurso, podemos entender a comodificação como a colonização de ordens de discurso institucionais e mais largamente da ordem de discurso societária por tipos de discurso associados à produção de mercadoria (SHINN, 2008, p. 255).

Conectada a este fenômeno está a Tecnologização, que indica que “a intervenção consciente nas práticas discursivas é um fato cada vez mais importante na produção de mudança” (SHINN, 2008, p. 247). É cada vez mais comum tecnólogos especialistas – pesquisadores, cientistas – que trabalham no aperfeiçoamento dos discursos, estabelecendo uma ligação entre o conhecimento sobre a linguagem e o poder sobre ela.

FIGURA 1: Mudanças recentes na prática discursiva

Fonte: Próprio autor. Jonatta S. Paulino (2017).

As demandas do governo e da indústria por reajustes nas relações entre ciência, empresas e Estado aconteceram graças às crises energéticas dos anos 1970 e pelas depressões econômicas dos anos 1980 e início dos 1990. A ciência e a tecnologia foram apresentadas como uma solução para a dependência de energias externas, fortalecendo a emergência de um novo conjunto de expectativas e projetos políticos.

As transformações discursivas revelam novas formas de lidar com a atividade científica. Para Costa Gomes (2005a), tratam-se de elementos dispostos a favor da construção da base epistemológica da agroecologia:

Os debates contemporâneos sobre a ciência representam um esforço de muitos cientistas na crítica da ciência convencional; na construção de alternativas para a própria ciência; e uma nova forma de orientar sua relação com a sociedade, tornando-a mais democrática e menos excludente. Como essas propostas estão na fonte de inspiração da Agroecologia (COSTA GOMES, 2005a, p. 84. *Grifos do autor*).

A ciência é vista cada vez mais a partir da pluralidade e de uma nova relação entre homem e natureza²⁸, propondo um novo diálogo experimental e a re-descoberta da complexidade do real:

Portanto, essa necessidade de repensar todos os tipos de relações, inclusive no campo da produção do conhecimento científico, acaba levando à introdução de novos valores, como a ética e a história no cotidiano dos cientistas. A esse novo quadro referencial Maturana e

²⁸ Proposta por Prigogine e Stengers nos anos 1990 (COSTA GOMES, 2005a).

Varela (1996) denominam de “o conhecimento do conhecimento”. O conhecimento sobre o conhecimento é o que nos obriga a manter atitude de vigília contra a tentação da certeza, pois ao saber que sabemos não podemos ignorar nem negar o que sabemos” (COSTA GOMES, 2005a, p. 86).

Os laços entre os diferentes discursos convergentes do final do Século XX apontam o caminho para uma Primeira Ruptura Epistemológica, ou seja, a superação de cinco antinomias²⁹ dominantes na ciência tradicional:

- Sujeito/Objeto: não se pode isolar no processo da observação aquele que observa e aquele que é observado;
- Linguagem/Realidade: novas ideias não são expressas a partir de velhos esquemas conceituais;
- Partes/Todo: a nova ciência tem que focar no todo e não no estudo das partes;
- Filosofia/Ciência: tem-se que filosofar e pensar sobre o próprio fazer científico;
- Liberdade/Necessidade: não fugir da incerteza cognitiva ou da dúvida sistemática.

A transição para uma ciência pós-moderna se faz com a Segunda Ruptura Epistemológica³⁰, que possui quatro características principais:

- Não há mais distinção entre conhecimento científico natural e social;
- Todo conhecimento é local e total;
- Todo conhecimento é auto-conhecimento;
- Deve-se dialogar com outras formas de saber.

A articulação entre o conhecimento científico e o saber cotidiano faz parte de uma nova Epistemologia Natural³¹, que apresenta outra forma de produção e circulação de conhecimentos, onde saberes cotidianos tem valor para a produção científica. Concomitantemente, a Epistemologia Evolucionista – cujo “conceito de coevolução indica que os sistemas naturais evoluem em resposta às pressões culturais e tendendo a refletir valores, visão de mundo e organização social das populações de um determinado local” (COSTA GOMES, 2005a, p. 90) – estabiliza nós epistêmicos para solidificar maneiras de pensar e agir entre cientistas que escapam dos padrões outrora normais.

A participação dos sujeitos de pesquisa ganha maiores proporções graças a Epistemologia Política, pela qual os acadêmicos moldam suas trajetórias profissionais já

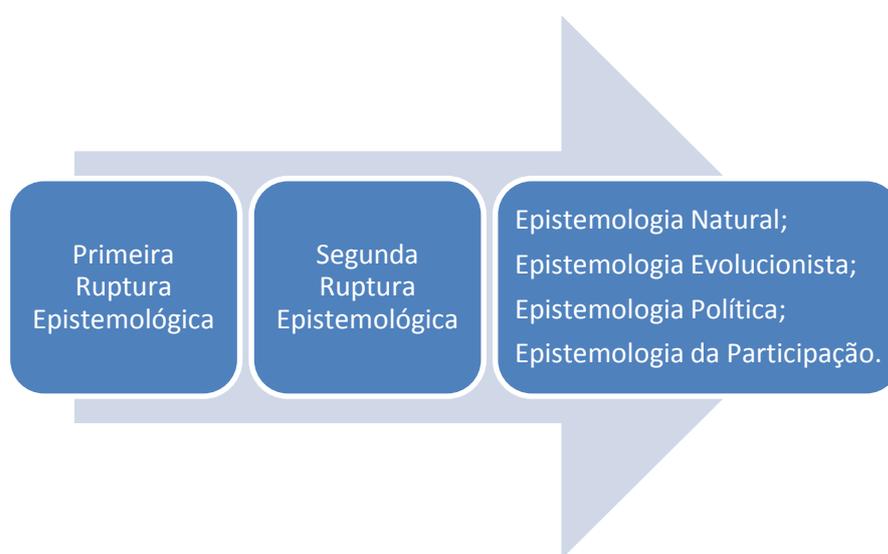
²⁹ De acordo com Miguelez (1988, 1993 apud COSTA GOMES, 2005a).

³⁰ De acordo com Sousa Santos (1995 apud COSTA GOMES, 2005a).

³¹ ITURRA (1993 apud COSTA GOMES, 2005a).

inseridos em um universo de engajamento a favor das minorias com as quais trabalham; e também por intermédio da Epistemologia da Participação³², quando os atores implicados não são mais imaginados como passivos e subordinados aos técnicos e cientistas. A co-participação dos sujeitos no ato de pensar se dá na comunicação, que implica reciprocidade. Na comunicação, não há um sujeito que detém o conhecimento e um outro passivo, eles se comunicam nas trocas de conteúdo. Tem-se, assim, uma relação dialógica-comunicativa e co-participativa.

FIGURA 2: Rupturas com a ciência tradicional



Fonte: Próprio autor. Jonatta S. Paulino (2017)

É fundamental, para Freire (1983)³³, que exista entre os sujeitos um acordo reciprocamente comunicante, onde os sistemas de signos linguísticos se formulem num quadro significativo comum para que inteligibilidade e comunicação se deem simultaneamente. Portanto, não se deve realizar uma simples transmissão ou extensão sistemática de um saber, mas sim, uma comunicação, um diálogo, um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados. Esses ensinamentos fazem parte de um movimento chamado de “Educação Popular”, um método que valoriza os conhecimentos locais na construção de novos saberes.

A comunicação, que se faz por meio de palavras, não pode ser rompida a relação pensamento-linguagem-contexto ou realidade. (...) Não há

³² CAMPOS (1990 apud COSTA GOMES, 2005a).

³³ Este livro foi publicado em 1969, sob o título de “Extención o Comunicación?”, pelo Instituto de Capacitación e Investigación en Reforma Agrária, em Santiago, Chile.

pensamento que não esteja referido à realidade, direta ou indiretamente marcado por ela, do que resulta que a linguagem que o exprime não pode estar isenta destas marcas (FREIRE, 1983, p. 47-48).

Onde não há um diálogo entre iguais, ocorre a invasão cultural de um lado dominante sob um lado dominado, envolvendo manipulação e conquista, domesticação e manutenção. A ausência de dialogicidade não é o caminho de libertação dos sujeitos, pois ser dialógico é provocar a transformação social. Assim, não há invasão cultural dialógica, estes são termos excludentes.

O homem, como um ser de relações, transforma a natureza com seu trabalho e o resultado disso é o seu mundo, o mundo da cultura que se prolonga no mundo da história:

Duas maneiras errôneas de considerar o homem e de explicar sua presença no mundo e seu papel na história (...). Uma que, partindo da negação de toda realidade concreta e objetiva, afirma a exclusividade da consciência como criadora da própria realidade concreta. Outra que, negando praticamente a presença do homem como um ser da transformação do mundo, subordina-o à transformação da realidade, que se daria sem sua decisão (FREIRE, 1983, p. 51).

Assim, todo esforço de manipulação do homem para que ele se adapte a uma realidade é cientificamente absurdo, visto que a adaptação sugere a existência de uma realidade estática e acabada (o que não existe), além de subtrair do homem o seu direito e possibilidade de transformar o mundo (FREIRE, 1983).

Um ator não tem o direito de impor sua visão de mundo para o outro.

Se tenta fazê-lo estará prescrevendo suas opções aos demais; ao prescrevê-las, estará manipulando; ao manipular, estará “coisificando” e ao coisificar, estabelecerá uma relação de “domesticação” que pode, inclusive, ser disfarçada sob roupagens em tudo aparentemente inofensivas (FREIRE, 1983, p. 53).

Outra corrente que se tornou parte dos recursos dos críticos dos anos 1970 foi o Pós-Colonialismo, entendido como um conjunto de teorias que analisa os efeitos políticos, literários e filosóficos deixados pelo colonialismo nos países colonizados, constituindo uma abordagem crítica que lida com a literatura produzida em países que foram colônias³⁴ ou que ainda se encontram em situação colonial; e também com a

³⁴ Principalmente da Grã-Bretanha, França e Espanha.

literatura escrita em países coloniais que possuam elementos das colônias em sua temática.

O ingresso à educação, ainda precário nas colônias, criou uma nova forma de crítica, particularmente literária (especialmente em romances), concretizada através dos nativos das colônias, principalmente do Império Britânico, que frequentaram universidades britânicas e que fundaram a teoria pós-colonial. O livro “Orientalismo”, de Edward Said, é visto como a obra base do movimento, tratando das relações de poder, dominação e hegemonia³⁵ entre diferentes sujeitos.

Said (1990) trata do imperialismo político que domina os campos de estudo e instituições eruditas, algo que não pode ser ignorado intelectual e historicamente, focando na participação da escrita, da linguagem e da ciência na reprodução de dominações. Análises de cunho científico também sucumbem a este movimento político, nos quais não apenas se cria a desigualdade entre os sujeitos, mas também a mantém.

A vontade dos cientistas de entender o outro muitas vezes está relacionada com a intenção de controlar aquilo que é diferente. Trata-se de um discurso perpassado por diferentes níveis de poder, moldado em intercâmbio com o poder político e com o poder intelectual (as ciências). Aquilo que se declarava dos sujeitos nas realidades analisadas não se baseava tanto nos casos em questão, mas em algo que está fora deles, distanciado, o que permite ainda mais as representações desiguais sobre o que está distante. Assim, a diferenciação entre “eles” (os sujeitos de pesquisa) e “nós” (os cientistas ocidentais) tem em seu fundo uma possibilidade de dominação, o que não significa que não haja resistência por parte dos dominados, pois sempre há.

Para Said (2011), cultura designa todas as práticas que têm relativa autonomia perante os campos econômico, social e político, incluindo tanto o saber popular quanto o conhecimento especializado de disciplinas científicas. Ela possui capacidade incorporadora, que, por mais que as pessoas possam dizer qualquer coisa, tudo é processado para ser incluído na corrente dominante ou excluído de seus limites. A cultura também serve como fonte de identidade combativa. Vale salientar que essas identidades resistentes muitas vezes são focadas em “retornos” à tradição, acompanhados por códigos de conduta intelectual e moral.

³⁵ O termo hegemonia envolve controle e consenso. Trata-se de um sistema de pressões e coerções pelo qual o corpo cultural conserva sua identidade em rumos imperiais com certa regularidade ou unidade (SAID, 2011).

Constructos políticos e ideológicos se empenham no campo cultural, um campo de batalha onde diferentes causas lutam entre si³⁶. A cultura não é monolítica, não é monopólio de um ou de outro, portanto, todas as culturas são mutuamente influenciáveis, nenhuma é pura, todas são híbridas e heterogêneas. Não podemos enxergá-las como impermeáveis, nem, muito menos, como uma questão de propriedade, mas sim, de apropriações, interdependências e experiências³⁷ comuns entre diferentes atores, um entrelaçado de elementos estranhos.

Utilizando a literatura como ferramenta metodológica, a narrativa é crucial aos olhos do autor, enxergando as categorias discursivas presentes e de que forma discursos são importantes para encaminhar as ações dos atores sociais, isto porque, muitas questões são decididas, produzidas, reproduzidas e desconstruídas nas narrativas. O poder de narrar ou de impedir que se formem narrativas também é importante para as constituições de casos de mobilização e emancipação para o fim de situações de sujeição.

Todas as atitudes supõem um exercício de interesses e poder. Escritores podem não ser determinados mecanicamente pela ideologia e classe econômica, mas estão ligados a história de seu contexto sócio-cultural, moldando e moldados por suas experiências sociais por meio de uma estrutura de atitudes e referências. Assim, Said (2011) mostra a possibilidade do surgimento de uma nova consciência intelectual e política através de narrativas de emancipação e de integração, trazendo a tona um novo tipo de autoridade e questionando noções estáticas de identidade³⁸.

A universidade permanece um local onde se investiga, discute e reflete questões como estas. O resultado dos atuais debates sobre multiculturalismo aponta para transformações políticas na forma que se enxergam as minorias. Inclusive, surgiu mais recentemente o pós-imperialismo, que critica a autorização de discursos culturais formados apenas no interior de instâncias de poder, permitindo um discurso cultural mais amplo.

Forma-se, conseqüentemente, uma resistência ideológica, envolvendo pesquisadores e movimentos sociais para que o nativo, que antes era mudo, agora fala e

³⁶ A cultura fornece recursos discursivos tanto para o lado imperial quanto para o lado resistente. Os discursos sustentam lutas de cunho político (SAID, 2011).

³⁷ As experiências dos dominantes dependem de sua relação com os dominados (e vice-versa), baseadas numa coexistência e troca de energias. Portanto, o imperialismo revela elos e conexões, ele é relacional (SAID, 2011).

³⁸ A preocupação com a identidade está ligada com os interesses de vários grupos e minorias oprimidas, seus desejos e prioridades. As vozes dos oprimidos sempre existiram, mas com a globalização não é possível ignorar o desejo de falar livremente, de contrariar o discurso vigente (SAID, 2011).

atue como parte de um movimento geral e político graças a um trabalho concretizado por estudiosos, críticos e intelectuais engajados. Tal processo, que demanda cada vez mais conhecimento, se inicia fora do centro e vai penetrando outros espaços políticos.

Não é apenas entender o relacionamento desigual entre interlocutores diferentes, mas um estudo da formação e significado das práticas culturais. A reflexão sobre o contato cultural envolve a reflexão sobre a dominação, um exercício de enxergar tanto a cultura quanto o imperialismo e a dialética histórica entre elas, pois a totalidade cultural não é coesa e muito pode ser apreendido ao enxergar seus elementos em contraponto.

Esses diálogos discursivos, fontes e resultados de uma visão mais integrativa da humanidade e de sua libertação, implementam o surgimento de novas práticas sociais e a afirmação de identidades como uma força política mobilizante, focando em novas concepções de sociedade e cultura e contrariando velhas ortodoxias. Agora, o que os dominantes têm a dizer sobre a história e vida das minorias é questionável tanto para esses povos quanto para uma parte de acadêmicos.

A oposição a uma estrutura dominante surge de uma percepção consciente e militante de indivíduos e grupos “bem” posicionados, um movimento científico, envolvido numa batalha sobre o rumo de destinos políticos, encabeçado por intelectuais que, depois de explicar os efeitos do *status quo*, tentam transformá-lo ou aboli-lo. Trata-se de uma nova orientação integradora em história, que enxerga a interligação nas experiências ocidentais e não-ocidentais, além de uma visão um tanto utópica que reconfigura a teoria e a prática emancipadora. Por fim, um investimento numa energia nômade, antinarrativa que vai contra o estabelecimento de novas autoridades e doutrinas.

Novos campos acadêmicos foram criados a partir da Segunda Guerra Mundial, quando os estudiosos passam a levar em conta a política daquilo que estudam e as circunstâncias de vida de sujeitos de pesquisa, tentando reavivar temas que eram até então marginalizados ou subordinados³⁹. Atualmente, as disciplinas multiculturais têm sido mais e mais acolhidas na academia americana e em todo o mundo.

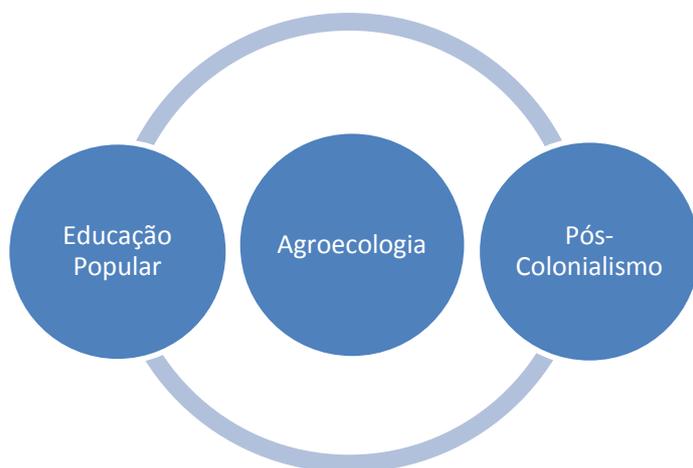
Said (2011) aponta para a trivialização de teorias, ensinadas de qualquer maneira, deslocadas de seus contextos e localizadas no culto da especialização profissional, que media as relações dos profissionais com o mundo real. Assim, suas

³⁹ Deixa-se de lado o positivismo (SAID, 2011).

responsabilidades não estão ligadas a um público ou comunidade, mas sim a uma corporação de colegas, um departamento ou uma disciplina.

Entra em debate um movimento científico que situa outras identidades, povos e culturas de forma menos coercitiva, dando vazão a energias marginais e subjetivas da vida em lutas e movimentos constantes. Os subordinados agora surgem como antagonistas conscientes, expondo reivindicações e argumentos, aumentando a quantidade de energias híbridas contrárias por meio de narrativas e discursos que dão forma a práticas alternativas. Emergem uma mistura de gêneros, tradição e novidade, experiências políticas baseadas na comunhão de esforços e interpretações na tentativa de não dominar o outro (SAID, 2011).

FIGURA 3: Influências na epistemologia da agroecologia



Fonte: Próprio autor. Jonatta S. Paulino (2017)

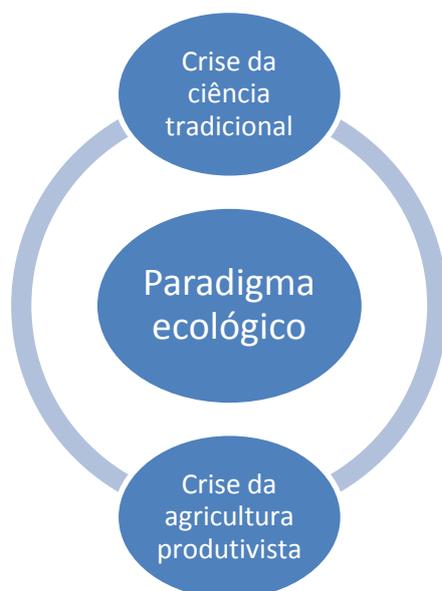
Essas energias deram força à revoltas fora das metrópoles ocidentais na década de 1980, precedidas por manifestações de massa europeias e americanas nos anos de 1960. Estas décadas foram perpassadas por novos deslocamentos políticos e pelo aumento da interdependência humana. Temos então uma interação entre a identidade individual – encarnada em atividades locais – e o quadro geral da sociedade. Finalmente, durante este período, a democracia e os territórios em disputas são postos em uma discussão de maior alcance e o debate sobre a proteção do meio ambiente entra fortemente em cena.

Capra (1992 apud COSTA GOMES, 2005a) funda o conceito de Paradigma Ecológico, que enfatiza a vida, o mundo e suas relações, além de questionar a objetividade científica e a (infrutífera) busca da verdade absoluta. Isto

implica uma visão além do mero ambientalismo, transcende a estrutura científica e requer nova base filosófica e ética. Capra amplia o conceito de paradigma de Khun, da ciência para o âmbito da sociedade, passando a representar um conjunto de valores, conceitos, percepções e práticas compartilhadas socialmente e determinando a própria forma de organização da sociedade. Para esse autor, se a ciência fosse mais democrática, refletiria melhor a necessidade e a vontade da sociedade, implicando, por exemplo, mais recursos para a ecologia e menos para a biologia molecular e engenharia genética (COSTA GOMES, 2005a, p. 18).

A crise da ciência ocidental tradicional é acompanhada pela crise da agricultura produtivista, resultando na disseminação da agricultura ecológica, vista como uma expressão avançada do crescimento econômico e da emergência da questão sócio-ambiental⁴⁰. A questão social e a ecológica têm origens no mesmo sistema econômico, em que “o encontro entre a lógica capitalista e as suas conseqüências sócio-ambientais proporciona um quadro político contraditório, configurado por orientações ora expansionistas, ora sócio-ambientalistas” (CANUTO, 1998, p. 13).

FIGURA 4: O paradigma ecológico



Fonte: Próprio autor. Jonatta S. Paulino (2017)

⁴⁰ Sócio-ambiental é entendido como a associação entre as perspectivas sociais e ecológicas, onde se fundem dimensões políticas, sociais, econômicas e ecológicas. Já o termo ecológico designa recursos e processos naturais (CANUTO, 1998).

Durante anos 1990 cresce a perspectiva da Economia Ecológica, que ganha contornos mais firmes no Brasil com a publicação da obra de Herman Daly “A economia ecológica e o desenvolvimento sustentável”⁴¹. Observa-se então um comportamento “ecologizante”: de um lado, forças capitalistas preocupadas com o crescimento “verde”; do outro, setores sociais a demandar reformas políticas profundas.

A Ecologização⁴² é um processo histórico na presença de uma crise entre o modelo de crescimento e as limitações ecológicas e tensões sociais consequentes. Essas questões ultrapassam o ecológico e se tornam macrossociais, surgindo limitações econômicas e políticas à economia de mercado. Tais restrições, provindas a partir de interesses contraditórios, desembocam numa preocupação relativamente generalizada em dar respostas a esta crise ambiental. O conjunto dessas respostas é o que Canuto (1998) entende pela noção teórica de ecologização. A ecologização dos discursos conflui no ambientalismo, que nada mais é do que uma perspectiva cultural, um guia de ação e pensamento paradigmático, tendo em si diferentes posições de poder no que se refere ao uso dos recursos naturais.

Assistimos a materialização de um discurso sócio-ambientalista, cuja agricultura ecológica aparece enquanto forte representante, aqui referenciada como uma proposição ampla, que embarca uma variedade de formas de prática agrícola unidas pela inserção da dimensão ecológica associada a comportamentos técnicos e sociais. É importante frisar que esta agricultura está dividida entre dois grandes grupos: o empresarial (ou de mercado) e o familiar (ligado ao socio-ambientalismo e ao ecologismo popular). A perspectiva da ecologização chamada de sócio-ambiental é aquela conformada pelo encontro da questão do resgate histórico da igualdade social e o encontro com a Sustentabilidade ecológica (CANUTO, 1998).

A sustentabilidade – condição daquilo que é sustentável – indica um tipo de progresso social que reconhece as necessidades de todos, incluindo a proteção do meio ambiente e garantindo o crescimento econômico. Aqui, tem-se a inclusão das palavras-chaves “social, ambiental e econômico”, um triângulo cujo equilíbrio deve-se buscar (MAWHINNEY, 2005). Esta noção foi “difundida e vulgarizada, até formar parte do discurso oficial e do sentido comum” (COSTA GOMES, 2005b, p. 137), servindo para

⁴¹ Tradução de John C. Comerford, Rio de Janeiro, AS-PTA, 1991.

⁴² Ecologização é a incorporação ampla ou seletiva da dimensão ecológica nos discursos e práticas sociais (CANUTO, 1998).

legitimar e dar suporte as mais diversas práticas, dentre elas, a agroecologia.

A sustentabilidade aplicada aos esforços de transformação social – um dos objetivos dos agroecologistas – materializa a discussão sobre o Desenvolvimento Sustentável. A ideologia do desenvolvimento é renovada com as questões referentes à sustentabilidade, cuja noção hegemônica envolve o destaque do papel do conhecimento técnico e a cooperação entre diversos setores da sociedade (ZHOURI, 2006)⁴³. Políticas governamentais, estratégias de negócio e decisões concernentes ao nosso estilo de vida são moldadas pelo conceito de desenvolvimento sustentável.

As definições de desenvolvimento sustentável passaram rapidamente a abranger um número cada vez maior de disciplinas, dando margem a princípios conflitantes, compromissos e dúvidas sobre os quais é impossível haver alguma concordância. Em resumo, o desenvolvimento sustentável tornou-se um complexo tema transdisciplinar que proporciona um estudo interessante das restrições e armadilhas da vida moderna (MAWHINNEY, 2005, p. 9).

Todos os discursos a favor do desenvolvimento sustentável abarcam a questão da sustentabilidade. Aqui, o desenvolvimento ecológico deverá ser reorientando para o equilíbrio com a natureza através da responsabilidade coletiva enquanto processo de mudança com ênfase na reorientação tecnológica e científica em longo prazo.

Segundo Mawhinney (2005), existem diversas interpretações do que é este tipo de desenvolvimento, estando associadas com os grupos e interesses envolvidos. Porém, podemos entendê-lo, grosso modo, como o desenvolvimento que provê as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de garantir a satisfação das necessidades futuras.

A entrada dos aspectos econômicos e sociais na temática do desenvolvimento sustentável permitiu o avanço do ponto de vista político, sendo adotada por um público cada vez maior, inclusive o Estado.

O Estado, personagem estratégico para o desenvolvimento sustentável, tem sido levado a gerir restritivamente a demanda ambiental e social,

⁴³ Este artigo é uma crítica às práticas de modernização apoiadas no discurso do desenvolvimento sustentável que continuam conservadoras e promotoras de desigualdade social. Para o autor, “a ênfase na necessidade de ‘adaptação’ às transformações econômicas, sugerida, inclusive, pela repetição, talvez não por acaso, dessa palavra, permite perceber a presença da velha ideologia do desenvolvimento revigorada pelo novo adjetivo ‘sustentável’” (ZHOURI, 2006, p. 158), o que promove uma atualização da racionalidade técnica e científica. Vale salientar que Enrique Leff (2006) também assume um posicionamento crítico ao desenvolvimento sustentável, vendo-o como um processo de capitalização ou economização da natureza.

refletindo seus compromissos concretos e históricos, e suas crescentes limitações frente aos interesses do mercado e do capital financeiro internacional. Entretanto, não pode abrir mão do discurso e proteção ambiental, da qualidade de vida e de uma ciência e tecnologia voltadas para a resolução dos graves problemas sociais e ambientais do novo século, sob pena de perder legitimidade (BAUMGARTEN, 2014, p. 17).

Os processos decisórios e políticos estão sempre presentes nesse debate. Portanto, juízos de valor fazem parte do sistema e precisam ser reconhecidos dentro dos discursos, pois eles produzem efeitos na combinação entre os elementos factuais e científicos e os elementos políticos presentes nos processos de tomada de decisão. Nessas áreas, os juízos de valor são aceitos implicitamente como parte integrante do sistema e dos métodos de coleta e análise de evidência. Todas as escolas começam sua abordagem a partir de um juízo de valor sobre o uso ou não de um determinado modelo. Tais juízos estão arraigados na teoria, já que ela é abertamente de ordem política.

A intensidade dos riscos e as prioridades para ação são coisas em constante disputa, porém, as evidências utilizadas ainda são amplas e pouco identificadas. Os estudos dos ambientalistas pecam em não conseguir captar elementos da complexidade dos sistemas naturais, com estratégias de ação confusas e que fazem “uso seletivo de alguns dados e os pressupostos por trás da análise de tais estatísticas não ajudam em nada no aprimoramento das escolhas” (MAWHINNEY, 2005, p. 84).

O debate da sustentabilidade já emerge voltado para a política. Dito de outra forma, há potencialidade sociopolítica no que se refere à sustentabilidade⁴⁴. Assim, “a possibilidade de um desenvolvimento sustentável tem como fundamento uma nova concepção de ciência” (BAUMGARTEN, 2014, p. 20). Essa nova ciência reconhece a conexão entre dinâmicas políticas e epistemológicas na produção científica, em que processos sociais e políticos derivam dessa produção.

Os princípios de ecologização dos discursos têm em seu cerne articulações entre a ciência e a propositividade política no campo da sustentabilidade. O que permite a análise de diferentes perspectivas científicas sob um mesmo olhar é a ideia de que “não somente a produção científica está impregnada por processos socioculturais e políticos,

⁴⁴ A metodologia do artigo em questão se baseia numa análise de quinze textos de diferentes disciplinas no recorte temporal de 1990 a 2010, com o intuito de reconhecer os diferentes hibridismos entre as interfaces de humanos e não-humanos, assim como em ciência e política, presente nos discursos. A pesquisa foi orientada pela visão de três dimensões articuladas e presentes nas narrativas científicas sobre sustentabilidade: a interação entre eventos humanos e não humanos; a presença de ameaças, riscos e vulnerabilidades nas narrativas; e as estratégias de tratamento dos dilemas ambientais (SILVA JUNIOR, FERREIRA e LEWINSOHN, 2014).

mas, também, que as ciências se configuram como espaços privilegiados de produção de artefatos socioculturais e políticos” (SILVA JUNIOR, FERREIRA e LEWINSOHN, 2014, p. 45). Já que as ciências exercem papéis no enfrentamento dos riscos ambientais, examinar como diferentes ciências abordam essas dimensões, como elas enxergam essas ameaças e quais são suas diretrizes de ação e a interdisciplinaridade entre elas, torna-se fundamental.

Na Economia, assim como na Ecologia, apresentam-se com frequência propostas de solução para os problemas ambientais, onde a eficiência do trabalho realizado está numa abordagem voltada a longo prazo. Mais especificamente na economia, os riscos ambientais ainda são vistos de forma generalizada e abstrata. Portanto, as ameaças ambientais se tornam fato incontestável.

Em economia, ainda se dedicam esforços para a manutenção do capital natural, mas o que vem ganhando cada vez mais espaço é a construção político-econômica nos cenários de sustentabilidade. A preocupação com o planejamento territorial ganha força nas análises. Assim, as formulações tecnocientíficas perdem espaço frente ao direcionamento das estratégias de sustentabilidade enquanto atos proeminentemente políticos, fazendo com que a noção de complexidade dos sistemas se torne uma pilar de grande importância.

A aproximação entre ecologia e economia complexifica a visão dos sistemas sociais. Foca-se, neste caso, na capacidade adaptativa das populações e na premissa da manutenção das funções ecológicas. Esse viés operacionaliza o âmbito político dos trabalhos dos cientistas. Deste modo, a abordagem crítica da ecologia sobre o meio ambiente se faz no campo econômico, graças a ele.

Fica claro que é a interdisciplinaridade que permite a entrada do tema da política nos campos da ecologia e da economia. Nessa “perspectiva da construção político-econômica da sustentabilidade, os processos deslocam-se gradativamente do prisma ecológico (...) para o sociológico (...), próximo daquilo que é comumente denominado de ecologia política”. (SILVA JUNIOR, FERREIRA e LEWINSOHN, 2014, p. 53).

Nos campos da Sociologia, a articulação entre interação social e formulação de estratégias também prevalece, mas de forma diferente, onde as ameaças à natureza são decorrentes dos tipos de influência mútua entre os atores. Nos anos 2000, é fortalecida uma abordagem muito interessante no viés sociológico, a perspectiva sociopolítica dos estudos, na qual se reflete bastante sobre a potencialidade política das propostas de

sustentabilidade e a articulação entre as dimensões técnicas e políticas, o que tem impulsionado bastante as estratégias de sustentabilidade.

Consequentemente, há a passagem de uma tendência ambientalista de analisar os riscos para uma propositiva, de construção política e agenda de atuação, tudo isso graças à abertura de espaço para se trabalhar em conjunto com a perspectiva sociológica.

A reorientação possibilita a passagem de uma propositividade contributiva para o desenvolvimento de uma agenda propriamente sociológica sobre as questões de sustentabilidade (...). No entanto, essa dinâmica distancia as narrativas sociológicas dos processos de colaboração com as ciências naturais e econômicas, já que (...) os (...) artigos não se dedicam a um tratamento mais atento aos aspectos ecológicos, configurando-se, assim, em uma abordagem de tendência sociocêntrica (SILVA JUNIOR, FERREIRA e LEWINSOHN, 2014, p. 55).

Essa tendência para uma visão sociológica dos problemas ambientais tem como foco as interações sociais (entre as instâncias locais e globais) e as interações dimensionais (entre práticas sociais e instituições) como base para a formulação de políticas ambientais.

Na Antropologia, a interação entre humanos e não-humanos é posta de forma diferenciada. Se nas disciplinas anteriores prevalecia a visão das interações sociais e as propostas de solução para os problemas da natureza, agora o foco é, por meio da etnografia, a definição e descrição das situações em espaços ambientalmente problemáticos.

Os antropólogos apontam para dois processos até então pouco analisados: em primeiro lugar, as dimensões subjetivas que influenciam as situações de mudança socioambiental e as dinâmicas dos grupos frente à formulação exógena de políticas ambientais; e, em segundo lugar, as análises de eventos problemáticos com relação às mudanças ambientais globais. No fim das contas, o que se busca evidenciar é a contraposição à ideia de ajustamento, de adaptação sem problematização, apresentando uma multiplicidade de respostas aos problemas dados. Assim, proliferam-se estudos sobre populações tradicionais e configurações territoriais.

Para os cientistas sociais, a eficiência do trabalho realizado se dá quando todas as partes são consultadas antes de se trabalhar, ou seja, a participação de todos os grupos de interesse na tomada de decisão. Cresce, a partir disto, uma perspectiva

sociocultural que procura estudar as dinâmicas internas das sociabilidades analisadas, “culturalizando” as estratégias de sustentabilidade. Soma-se a este movimento a construção de uma agenda sobre a diversidade cultural e a multiplicidade de situações ambientais. Logo, as diferentes concepções de interação entre humanos e não-humanos estruturam o campo de possibilidades das estratégias de enfrentamento dos problemas ambientais. Por mais que no campo da antropologia isso seja menos presente, se fazendo emblemático nos outros três campos, também não é algo totalmente ausente.

Vendo as tendências presentes nas quatro disciplinas analisadas, Silva Junior, Ferreira e Lewinsohn (2014) afirmam que existem dois campos de articulação que se interpenetram, dois modelos do fazer interdisciplinar: a ecologização e a politização. A primeira indica uma percepção mais aguçada quanto a interligação entre a vida social e a natureza, entre humanos e não-humanos; enquanto que no segundo, a preponderância se dá na mobilização dos coletivos humanos complexos para a formulação de estratégias de sustentabilidade. Neste caso,

as articulações entre perspectivas científicas devem ser levadas em conta para a construção de ambientes favoráveis para a “melhor” tomada de decisão. No campo da politização, contudo, não existe a preponderância de um arcabouço teórico-conceitual, como na ecologização. A proliferação de construções teóricas é marca fundamental desse campo. De forma geral, paira uma (...) necessidade maior de consideração dos eventos humanos nos processos ecológicos, a partir de um entendimento desses eventos para além da concepção de “ajustamento” ecológico (SILVA JUNIOR, FERREIRA e LEWINSOHN, 2014, p. 61).

Por conseguinte, “a interdisciplinaridade por politização se constitui por afinidade temática, onde conceitos e teorias são colocados em colaboração como estratégia de qualificação da análise” (SILVA JUNIOR, FERREIRA e LEWINSOHN, 2014, p. 61-62).

No debate da sustentabilidade, quanto mais envolto for com a área da ecologia, mais transformacionistas serão os seus adeptos. Quanto mais voltado para as questões tecnológicas, mais conformacionistas e conservadores serão seus adeptos. Os engenheiros têm concepções diferentes da politização que os cientistas sociais têm. Os cientistas sociais aceitam a presença da tendenciosidade política como parte integrante da política. Já os engenheiros não a reconhecem. Para os cientistas sociais, um grupo com orientação predominantemente política, a humanidade está no centro do debate, focado em atividades ligadas a políticas sociais e na capacidade de intervenção na

democracia, inclusive na entrada de especialistas em cargos públicos, substituindo os anteriores e demonstrando que as práticas deles estavam incorretas (MAWHINNEY, 2005).

É fato também que a interdisciplinaridade, no que se refere às narrativas de sustentabilidade, configura uma tendência de anulação de estranhamentos discursivos, separações disciplinares e purificações de campos científicos, teórica e metodologicamente falando. A interdisciplinaridade é

um modelo de articulação às interações entre humanos e não humanos, sem abrir mão, contudo, de certa homogeneidade de apreensão empírica, formulação conceitual e destilação teórico-metodológica (...). De forma geral, ela pode ser considerada como um esforço eficaz de formulação dos arranjos conceituais que caracterizam as concepções de sustentabilidade, impulsionado pelo reconhecimento de que disciplinaridade e especialização científica não são suficientes para a resolução dos dilemas ambientais (SILVA JUNIOR, FERREIRA e LEWINSOHN, 2014, p. 63).

Mundialmente, o novo momento multifuncional⁴⁵ da agricultura trouxe a necessidade de reconsiderar as relações entre sociedade e natureza, o que impulsionou a passagem de abordagens interdisciplinares para transdisciplinares, participativas e transformadoras. Tal processo ensejou o surgimento da agroecologia como uma nova ciência frente aos atuais desafios da produção agrícola, se fortalecendo enquanto enfoque sistêmico, inspirando-se em várias disciplinaridades e, com o acréscimo do conhecimento local aplicado aos princípios ecológicos, este campo converte-se numa transdisciplina⁴⁶ (SÁ e SILVA, 2014).

A interdisciplinaridade abrange a transferência de métodos de uma disciplina para outra e se refere à integração e síntese de conhecimentos. Já a transdisciplinaridade diz respeito à compreensão do mundo por meio de uma unidade de conhecimento formada pelo atravessamento de todas as disciplinas. Trata-se de um novo campo emancipatório, sem normas prévias estabelecidas, cuja rápida expansão se deve ao avanço tecnológico, a rápida velocidade de mudanças sociais e a extensão da interatividade entre os atores, além da complexificação dos desafios enfrentados pelos cientistas na vida contemporânea.

⁴⁵ A agricultura é multifuncional quando tem outras funções adicionadas ao seu papel de produção alimentar.

⁴⁶ Durante o texto, foram mantidas as referências aos termos “interdisciplinar” e “multidisciplinar” para fazer referência aos autores citados. Todavia, acreditamos, nesta tese, que a agroecologia se trate de um campo transdisciplinar.

A pesquisa transdisciplinar é “determinada pela natureza dos problemas reais a solucionar” e “requer acordos comuns entre os coparticipantes para planejar, desenvolver, praticar e avaliar as ações”, estando relacionada à necessidade de se “consagrar o diálogo entre diferentes campos de saber se que se imponha o domínio de uns sobre os outros” (SÁ, 2014, p. 7). A transdisciplinaridade é, por fim, considerada como uma metodologia alternativa utilizada em processos de geração de conhecimento em campos complexos e situações de risco.

Isso viabiliza conexões entre os mais diferentes atores e discursos, sejam eles científicos ou não. Essa transdisciplinaridade estimula o surgimento de novas disciplinaridades, objetivando construir ciências imbricadas em narrativas de sustentabilidade voltadas a sistemas sociais cada vez mais complexos. Vale salientar que os arranjos conceituais sob a égide da ecologização demandam bastante atenção a questões sociais, sem, entretanto, dialogar com arcaísmos socioantropológicos.

A Ecologia Política parte da observação da relação entre o meio ambiente e os processos sócio-econômicos, sendo a síntese entre as perspectivas teóricas da economia política e da ecologia cultural⁴⁷. Assim, permite interpretar a experiência local no contexto dos processos globais de mudança econômica e ambiental. Essa abordagem se desenvolveu na antropologia – e em campos relacionados – como resposta à ecologia humana ou antropologia ecológica praticada nos anos 1960 e 1970, que teriam deixado de lado as dimensões políticas da interação entre humanos e meio ambiente.

Um pressuposto fundamental da ecologia política é o de que o poder circula entre diferentes grupos sociais, recursos e espaços e, assim, molda o ambiente em que ocorrem a ação e a interação entre seres humanos. É necessário, portanto, localizar o poder nas formas pelas quais pessoas, recursos e lugares são construídos. A política é tomada, então, em termos das relações de poder que moldam e integram todas as interações humanas, caracterizadas por confrontação e negociação, e influenciadas por sentidos simbólicos e discursivos. Todos os tipos de relações humanas têm elementos políticos, manifestos no uso estratégico de posição, conhecimento ou representações para ganhar acesso diferenciado a recursos (CUNHA, 2004, p. 22).

A ecologia política, consagrada nos anos 1990, toma a mudança ambiental como um processo político. Esse campo identifica como uma variável a incidir no sucesso de iniciativas que pretendem modificar os padrões de manejo dos recursos naturais a

⁴⁷ A primeira trata de grupos sociais localizados contextualizando-os em níveis mais amplos e a outra a adaptação dos grupos sociais ao ambiente e aos fatores demográficos (CUNHA, 2004).

“habilidade de se reconhecer as fontes de oposição política, bem como as de suporte político, aos projetos que objetivam alterar os padrões de uso e acesso aos recursos naturais” (CUNHA⁴⁸, 2004, p. 23).

Muitos ativistas, ecologistas e políticos sugerem que, na crise ecológica, se deem direitos e condição jurídica à natureza, ou seja, apontam para a necessidade de representação política de não-humanos. Politizar tanto humanos como não-humanos permite organizar e controlar a realidade em volta, os homens e natureza, de acordo com uma dada visão de mundo, visão esta resultado de um misto de discursos, epistememas científicos e posicionamentos políticos.

A tecnologia permitiu o aumento do controle de não-humanos, dando forma a um novo híbrido sociotécnico politizado. O novo híbrido permanece não-humano, mas adquiriu foros de cidadania, abrindo espaço para as investidas de administração dos elementos sociais e naturais, uma política das coisas. Assim sendo, vemo-nos na presença de uma confusão sociopolítica, uma mistura de elementos políticos e científicos/técnicos num novo arranjo social.

Essas formas de coordenação do mundo são processadas pela Tecnociência, definida como uma fusão de ciência, organização e indústria existente graças às redes de poder⁴⁹, que se estendem por entidades inarticuladas. Aqui, os não-humanos são dotados de fala, isto é, a sociabilidade é compartilhada com os não-humanos, cada vez mais autônomos e complexos. A tecnociência se faz presente não só na indústria, que inclui um pacote de antigas permutações entre elementos sociais e naturais, mas em vários espaços do coletivo, chegando até mesmo ao mundo rural.

A tecnociência é uma prática, forjada processualmente em contextos particulares, o que aponta para o seu caráter social. A tecnologia é a “natureza humanizada”, uma construção da sociedade que incorpora relações e significados, uma forma de vida. “Uma nova tecnologia é sempre projetada dentro de contextos sociais particulares e possui fins específicos, elaborados de acordo com esses contextos” (MONTEIRO, 2012, p. 147-148).

A linguagem, a teoria e a ciência se tornaram racionalidades e conhecimentos que reconfiguraram o mundo. A atividade científica assume fundamental papel

⁴⁸ Artigo escrito por Luis Henrique Hermínio Cunha, do Laboratório de Sociologia Aplicada (Lasap) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), do qual fazemos parte.

⁴⁹ A noção de “redes de poder” entrelaça redes sociais com a esfera política. O contato entre diferentes arranjos de redes de poder, como agências, empresas e ONGs, são a forma pela qual alguns conflitos são trabalhados em lutas e resistências, alianças e composições (LATOURET, 2001).

enquanto performatizadora da vida social. Daí a importância da linguagem, do conhecimento e dos discursos de transformação social. Os discursos críticos da modernidade – como o pensamento ecológico, o desenvolvimento sustentável, as relações de poder no saber, a relação entre natureza e cultura e os movimentos sociais de reapropriação da natureza – fazem parte, em minha opinião, daquilo que Leff (2006) chama de Racionalidade Ambiental, gestado no discurso do ambientalismo, criando um novo universo de sentidos.

A crise ambiental impôs a necessidade de se internalizar as condições ecológicas (...). Dessa maneira, impôs-se a necessidade de reconstruir os paradigmas científicos e elaborar novas aproximações sistêmicas e métodos interdisciplinares para apreender a complexidade ambiental, transcendendo o espaço restrito da articulação das disciplinas científicas e abrindo um espaço para a incorporação de novos saberes (LEFF, 2006, p. 204)

É no diálogo com minorias (como camponeses e populações tradicionais no geral) que se vê a emergência da racionalidade ambiental. Temos então uma reapropriação social da natureza a partir de lutas epistêmicas (de conhecimento, de visões de mundo, científicas) e políticas, onde os saberes locais ganham espaço, efetuando uma apologia à diferença. Assim, “ciência pós-normal incorpora os saberes das populações para um processo participativo de tomada de decisões na apropriação social da natureza” (FUNTOWICZ e RAVERTZ, 1993; 1994 apud LEFF, 2006, p. 205).

A crise ambiental refere-se à dissolução dos sentidos do pensamento, à crise do efeito do conhecimento sobre o mundo e à forma como o conhecimento enxerga a realidade e como ele é usado para agir sobre ela. A crise ambiental é um efeito desse conhecimento sobre o mundo e a racionalidade ambiental não é somente um empreendimento teórico e filosófico, ela se baseia em práticas sociais e novos atores políticos num processo de emancipação das esferas locais.

A noção de sustentabilidade transforma o sentido dos signos que designam os significados das coisas. O discurso da sustentabilidade tem a capacidade de transformar os sentidos do real, envolvendo a aquisição de novas visões de mundo e impulsionando outros discursos e estratégias de ação. Assim, podemos dizer que o ambientalismo e a ecologização dos discursos reconduzem o fazer científico, criando a necessidade de um novo tipo de ciência.

A racionalidade ambiental é um pensamento que entra na vida dos sujeitos por meio de uma política diferenciada, inculcando novas formas de pensamento e ação além de inventar novas práticas e atores sociais. A política derivada dos discursos ambientais perpetua nas mais diversas esferas, transformando a visão de mundo das pessoas.

A transição para a sustentabilidade não é conduzida pela aplicação de leis naturais à sociedade, mas sim por significados e estratégias sociais – que incluem valores culturais, desejos humanos e poderes políticos que colocam em jogo os paradigmas científicos e tecnológicos (LEFF, 2006, p. 206).

A construção da sustentabilidade evoca uma ressignificação social da natureza, que passa a ser apropriada socialmente e discursivamente para ser usada numa luta científica e política. O papel da ciência pós-normal envolve a orientação das ações e da tomada de decisões para que a razão dos atores sociais siga este caminho. Portanto, “a construção de um paradigma (...) fundado em uma racionalidade ambiental significa a necessidade de desenvolver estratégias teóricas, investigações científicas e ações práticas” (LEFF, 2006, p. 207).

O novo paradigma anda lado a lado com um projeto político, que vai desde estratégias teóricas e científicas a ações práticas e locais, passando pela expansão das redes para além das esferas não-científicas, para que todos esses elementos juntos caracterizem uma nova teoria da produção, do conhecimento e da vida social.

Daí a necessidade de incluir um saber ambiental nas ciências naturais e sociais para dar conta das relações de interdependência entre natureza e sociedade. Uma estratégia conceitual, de caráter cognitivo e epistemológico para a construção de uma configuração social nos princípios do desenvolvimento sustentável. Com isso, postula-se a necessidade de métodos interdisciplinares para abranger as múltiplas relações e interdependências dos processos socioambientais. A problemática ambiental repercute na orientação e aplicação do conhecimento e nos interesses teórico-práticos e metodológicos que ultrapassam as disciplinas tradicionais, induzindo a formação de novos conceitos.

A questão ambiental é uma problemática eminentemente social, gerada por processos econômicos, jurídicos, políticos, sociais e culturais. Ela é resultado de um conjunto de normas, significados, interesses e ações que não se dão na natureza em si, mas em questões sociais. A nova racionalidade, resultado da crise da modernidade, envolve também a entrada na ordem jurídica e no Estado.

A problemática do meio ambiente abriu um novo campo do saber, além disso, uma nova forma de poder no saber. Os discursos ambientais servem como estratégias conceituais e efeitos de poder no campo da ecologia política, onde seus significados são manipulados e legitimados através de um jogo de interesses envolvendo instituições e grupos sociais.

Os processos de racionalização se fazem presentes em transformações epistêmicas e ordenamentos jurídicos, mobilizando atores ligados ao ambientalismo. Esta forma de pensamento forjou princípios ambientais e políticos que sustentam uma teoria alternativa do desenvolvimento, legitimando direitos que normatizam o comportamento social e mobilizando ações sociais para meios alternativos de produção, consumo e vivência.

Tal racionalidade, que tem em si o encontro de diferentes razões (dentre elas, os saberes locais e científicos), funda uma dialética entre lógicas opostas de trato do mundo (economicista, capitalista e conservadora x ambiental e socialmente justa), duas racionalidades que divergem pelos modos de apropriação dos recursos humanos e não-humanos, isto é, uma controvérsia.

O saber ambiental introduz formações teóricas capazes de articular um conjunto de constructos discursivos e ideológicos

de crenças e comportamentos sociais, de processos de legitimação e institucionalização do saber (...). O saber ambiental se insere assim nos enunciados explicativos, valorativos e prescritivos do discurso ambiental, em suas estratégias de produção de sentido, de mobilização social, de organização política (LEFF, 2006, p. 287).

Esse redirecionamento se desdobra também nas carreiras profissionais de seus adeptos, formados dentro de projeto de reconstrução identidades através do saber. O saber é dotado de poder e reapropria o mundo a sua maneira. Ele penetra no sentido das identidades coletivas, mobilizando atores sociais para a construção de certo tipo de visão de mundo. Assim, “as novas identidades se constituem no campo de uma política da diferença, no encontro de interesses e valores – muitas vezes antagônicos – de novos atores sociais...” (LEFF, 2006, p. 297).

Com a globalização, as identidades culturais se reconfiguram nas perspectivas do desenvolvimento sustentável, o que implica a interiorização de novos conhecimentos e a assimilação cultural de novas habilidades. A reapropriação da natureza implica

transformar a cultura através da linguagem, através do discurso, isto porque, a linguagem é a via que ressignifica os sentidos da vida e recria o mundo.

Neste universo, a ecologia política é útil para compreender os jogos de interesses de grupos sociais e os conflitos de distribuição ecológica. Ela “emerge nessa nova perspectiva do saber, nessa politização do conhecimento (...) na construção de um novo território de pensamento crítico e da ação política” (LEFF, 2006, p. 300). Não se constitui enquanto um novo paradigma de conhecimento ou nova ordem social, mas sim, um novo campo teórico-prático que estuda os conflitos de distribuição desigual e estratégias de apropriação de recursos ecológicos, bens materiais e serviços ambientais, analisando também processos de significação, valorização e apropriação da natureza.

Leff (2006) critica o conceito Racionalidade Comunicativa de Habermas (1987) para, em seguida, formular novos referenciais nos quesitos do saber e da comunicação. Para Habermas, o que faz uma ação ser racional não é simplesmente ser objetiva e correspondente a fatos, mas por ser argumentável racionalmente e passível de crítica. Aqui, a razão comunicativa se refere a expressões que estabelecem intersubjetividade fundada num código cultural e em modelos de valor comuns.

Essa razão comunicativa é fundada numa filosofia da linguagem, uma racionalidade cognoscitiva-instrumental, correspondendo à função unificante do social a partir de um saber estabelecido e um mecanismo linguístico. Deste modo, o saber é uma experiência subjetiva que pode ser transferida e tematizada em prol do entendimento. A racionalidade comunicativa se constitui a partir do fundo de um saber que remete à consciência. No caso, o “saber sai de sua interioridade para entrar no âmbito da norma, da objetividade da relação intersubjetiva” (LEFF, 2006, p. 358).

Porém, a política de sustentabilidade não tem em si o consenso, a homogeneidade, mas sim, a controvérsia e o respeito à diferença. A sustentabilidade será sempre resultado de tensões entre diferentes estratégias políticas e nunca será alcançada por uma solução consensual através de uma racionalidade comunicativa. A ação comunicativa procura o entendimento e, entender é sempre traduzir, o que dificulta o diálogo entre diferentes. O que deve realmente ser feito, sendo os adeptos da racionalidade ambiental, é o diálogo de saberes, que não obedece a um código pré-estabelecido por um saber comum, mas sim, se baseia no encontro de interlocutores de múltiplas culturas.

“A crise ambiental foi associada ao fracionamento do conhecimento. Dessa maneira, a compreensão do mundo atual reclamou um pensamento da complexidade

para reintegrar os membros mutilados do corpo da ciência” (LEFF, 2006, p. 374). Portanto, a sustentabilidade não tem como ser resultado unicamente da racionalidade cognoscitiva e instrumental. Ela não é alcançável somente a partir do conhecimento (da gestão científica, da prospecção tecnológica ou da interdisciplinaridade). Ela articula uma racionalidade teórica e instrumental com uma racionalidade substantiva, aberta à diversidade e a pluralidade de racionalidades. Tal fenômeno é possível na negociação de interesses contrapostos da apropriação da natureza. Estes outros saberes são somados ao conhecimento científico, sem serem absorvidos e sintetizados.

O diálogo de saberes é marcado por estratégias de poder no saber, por encobrimentos ideológicos e coisas impronunciáveis, não sendo uma relação de conhecimento, uma relação de não-saber.

As noções de desenvolvimento sustentável ou de sustentabilidade adquiriram seu sentido dentro de formações discursivas organizadas por estratégias de poder (...). As noções de desenvolvimento, de biodiversidade, de território, de autonomia emergem para configurar estratégias que mobilizam ações sociais, que legitima direitos, que reinventam identidades associadas à reapropriação social da natureza. Essas estratégias de poder no campo do saber ambiental se desdobram no diálogo de saberes entre intelectuais e grupos de base na invenção de discursos teóricos e políticos que se entrecem, se hibridam, se mimetizam e se confrontam em um diálogo entre as comunidades e a academia, entre teoria e a práxis (LEFF, 2006, p. 378).

Estamos diante de lutas pela abertura de espaços de poder e mobilização de processos políticos por novos atores dos movimentos ambientalistas que estão povoando a cena da ecologia política.

Os movimentos sociais do meio rural, que surgem pela reapropriação da natureza e autogestão de recursos produtivos, problematizam a sua classificação como movimentos políticos reivindicativos na esfera do sistema econômico – por uma melhor distribuição dos recursos e da riqueza social no modo de produção dominante –, do sistema político – pelo reconhecimento de seus direitos e interesses no marco das normas jurídicas e dos processos institucionais de representação – ou do sistema cultural – por um Estado pluriétnico e pela integração das populações indígenas ao desenvolvimento nacional (LEFF, 2006, p. 454).

Esses movimentos tem alto grau de flexibilidade e adaptabilidade, lhe dando vantagens estratégias frente a organizações políticas institucionalizadas, como partidos políticos e sindicatos. Assim, criam formas de ação política diferenciada, procurando

pela participação democrática da sociedade nos processos decisórios. As demandas por sustentabilidade apresentam ao Estado a necessidade de dirimir os conflitos ambientais, que deve assumir a responsabilidade de fomentar o campo científico que tem como responsabilidade transferir conhecimentos às comunidades para gerar maior capacidade técnica e consciência ecológica.

A participação na tomada de decisão quanto aos recursos naturais é resultado de conquistas e mudanças sociais, acendendo legitimidade “dentro do marco jurídico prevalecente, questionando-o e ampliando-o para dar vazão a novas demandas e reivindicações sociais” (LEFF, 2006, p. 467).

A democracia, que aparece no debate ambiental como inquestionável, chama a atenção daqueles que estão envolvidos nos processos decisórios, tema que inclui princípios e questões de ordem prática. O tema do desenvolvimento sustentável implica um raio de ação derivado do reconhecimento de uma responsabilidade conjunta. Os argumentos exigem uma democracia mais participativa e inclusão de maior número de atores envolvidos nas tomadas de decisão, constituindo um caminho utópico a ser seguido. Para os atores que se encontram em cargos públicos, o desenvolvimento sustentável é um objetivo final e uma visão de futuro, mas para aqueles que se encontram na academia, é um ponto de partida. Juntando esses dois universos, temos o processo de desenvolvimento sustentável (MAWHINNEY, 2005).

FIGURA 5: A Racionalidade Ambiental

Fonte: Próprio autor. Jonatta S. Paulino (2017)

Finalmente, temos um mosaico epistemológico e teórico – que, com certeza, deixa escapar muitos outros fatores –, resultado da combinação de discursos para provocar um novo impacto frente ao mundo rural. Os agroecologistas negociam quais os elementos desse mosaico se deve recorrer, havendo um acordo implícito, mais ou menos consciente, entre os produtores e interpretes sobre as articulações sociais necessárias para dar vasão ao campo científico da agroecologia a partir disto.

A composição da ciência agroecológica

O surgimento da agricultura alternativa no Brasil, também chamada de ecológica, coincide com o ressurgimento dos movimentos alternativos na Europa e nos Estados Unidos, porém, com sentidos diferentes: nos EUA, ela é entendida como uma agricultura para a revalorização da pequena propriedade familiar; na Europa, ela data da primeira metade do século passado e dinamizada nos anos 1970 por grupos de contestação à sociedade capitalista e de consumo.

Entende-se por agricultura ecológica aquela que abrange um conjunto de modelos alternativos ao padrão agroindustrial de produção. Ela atinge desde os modelos associados à origem do movimento alternativo até os modelos ressignificados em função dos movimentos ecológicos recentes e regulamentados pelas políticas agrícolas. Desta forma, a agricultura alternativa e agricultura ecológica dividem o mesmo significado (BRANDENBURG, 2002, p. 13).

Agricultura ecológica e agricultura alternativa dividem o mesmo significado, o de um conjunto de modelos diferenciados de produção agrícola, tais como: agricultura natural, agricultura biodinâmica, agricultura orgânica, agricultura biológica, agricultura regenerativa, permacultura e agroecologia (PADILHA e BRANDENBURG, 2012, p. 192). Essas práticas se efetivaram com os movimentos sociais do campo juntamente com o ambientalismo, a partir da segunda metade da década de 1970, tendo como marco a realização de Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa (Ebaas – 1981, 1984, 1987, 1988) e a articulação da Rede de Projetos em Tecnologias Alternativas (Rede PTA).

Ainda nos anos 1970 já aparecem debates que, por mais que estejam distanciados do movimento de Agriculturas Alternativas, apresentavam a importância de saber lidar com as condições ecológicas locais através da colaboração de diferentes especialistas para conhecer a realidade rural, como é o caso de José Guimarães Duque (2004b), que vislumbrou para o Nordeste brasileiro a agricultura ecológica e a agronomia social, apontando as vantagens da aridez e da salubridade para o plantio de plantas específicas para aquela região, sugerindo providências de políticas objetivas com base nos recursos naturais e humanos locais, focando na lavoura seca (escassez hídrica) e o xerofilismo⁵⁰, com plantas que tolerem a falta d'água. Assim, efetua-se a manutenção ecológica do habitat num plano conservacionista dos recursos naturais, convidando os responsáveis para ajustar os processos técnicos da população por meio de novas diretrizes para os agrônomos.

Segundo este autor, a agronomia agora deveria ser focada em assegurar melhores condições para o desenvolvimento econômico e social, enxergando os aspectos físicos, ecológicos e humanos locais, concretizando uma interpretação humanista da agronomia. Tem-se então que unir educação, experimentação e ensino. A ausência dos estudos da ecologia leva ao cultivo de cereais em ambientes impróprios e

⁵⁰ Plantas Xerófilas: Algodão Mocó, Oiticica, Carnaubeira, Palma, Cajueiro, Sisal, Umbuzeiro, Algaroba e etc.

com baixa rentabilidade. Por isso seria necessária uma ciência aplicada, vinculada ao campo com uma extensão rural que envolva ética, cultura e ciência de forma eficaz e responsável.

A educação e a instrução seriam o caminho para o desenvolvimento econômico e social, trazendo à tona a necessidade de uma educação cultural e ética, focada também na prática e na formulação de cooperativas e sociedades rurais. O técnico, ao trabalhar no campo, deve agora enxergar as especificidades locais e cooperar com os autóctones para o progresso. Assim, o extensionista deve ser participativo, procurando conhecer o panorama da vida rural.

Assim, nesta época eclode um pensamento que vai do ecológico ao social, onde os recursos naturais se tornam a chave para trabalhar os empreendimentos humanos, que exigem um tratamento político. Por fim,

não se pode dizer que a doutrina de Guimarães Duque foi esquecida. A experimentação de conteúdo ecológico prossegue no Dnocs, nos projetos da Sudene, nas iniciativas em convênios do Banco do Nordeste, a exemplo do que empreende o Centro de Ciências Agrárias da UFC, a Epace, a Esam, em projetos de pesquisas de plantas xerófilas, melhoramento de ovinos deslanados e criação de caprinos, além de estudos sobre pastos nativos e pastejos rotativos (DUQUE, 2004b, p. 30).

A publicação no Brasil, em 1989, do livro de Altieri “Agroecologia, as bases científicas da agricultura alternativa” foi um marco importante na difusão de práticas tecnológicas específicas, como a adubação verde, compostagem, entre outras. A estratégia de disseminação de tecnologia foi sendo substituída por um olhar centrado em processos sociais de inovação tecnológica nos quais os agricultores são atores-chave.

A agroecologia se firmou no Brasil, conceitual e metodologicamente nos anos 1990. Sua incorporação se deu principalmente pelas organizações de sociedade civil de agricultura alternativa, graças à crítica aos impactos ambientais. O campo agroecológico passou a funcionar como um polo de articulação política e de construção de práticas alternativas, referenciado nos Encontros Nacionais de Agroecologia (ENAs)

Em uma de suas vertentes, o termo agroecologia⁵¹ designa uma disciplina científica, um campo de conhecimento que procura aplicar princípios ecológicos ao manejo de agroecossistemas⁵² sustentáveis. Esta conexão entre conhecimentos

⁵¹ Não deve ser confundida com outras agriculturas ecologicamente corretas, como a orgânica.

⁵² Uma construção social a partir da coevolução entre humanos e natureza. O agroecossistema depende do homem para manter-se e renovar-se.

científicos e formas de ação coletiva também é encontrada na Carta Política do I Encontro Nacional de Agroecologia, onde o enfoque da agroecologia é definido como a gestão produtiva de recursos naturais mais apropriadas para promover a sustentabilidade na produção familiar (SCHMITT, 2013).

Para Altieri (2002), a agroecologia constitui um enfoque teórico-metodológico que estuda a atividade agrária e dá base aos movimentos de agricultura sob uma perspectiva ecológica. Para Caporal (2013), o paradigma da agroecologia vem “se fortalecendo através das redes de relações que formam tanto na sociedade civil como nos meios acadêmicos e técnico-científicos e cujos membros” (p. 285) compartilham elementos epistemológicos que são chave na ciência agroecológica. Entretanto, segundo Costa Gomes (2005a), a agroecologia ainda não pode ser considerada um paradigma porque na construção de sua epistemologia persistem elementos da ciência convencional. Ela é um paradigma em construção, que pode chegar a sê-lo se houver uma completa ruptura epistemológica com o paradigma em vigor (2005b).

O que está acontecendo – e pode ser notado facilmente – é a explosão de anomalias no interior do paradigma convencional. A consolidação da agroecologia como novo paradigma poderá vir a ocorrer, mas depende de esforço intelectual, prática política, ajustes institucionais, entre outras coisas. Assim mesmo, espera-se que este texto possa contribuir na tarefa dessa construção (COSTA GOMES, 2005a, p. 84).

Caporal (2011) também define a agroecologia como um campo de conhecimento capaz de apoiar o processo de transição do modelo convencional para o de base agroecológica, cujo “primeiro passo para a construção de um paradigma é a desconstrução de conceitos, técnicas e processos do modelo do agronegócio” (MACHADO, 2014, p. 38). Estas ideias tem em comum a defesa da agroecologia como referencial teórico para a sustentabilidade na agricultura e como ciência para intervenção profissional no campo (CAPORAL e AZEVEDO, 2011).

Os autores clássicos que tratam do tema, como Altieri (1999), Guzmán (2000) e Gliessman (2000), tratam a agroecologia como uma disciplina científica que transcende os limites da ciência por incorporar questões não tratadas pela ciência clássica. Já Guterres (2006), afirma que ela não é uma disciplina, mas sim, “um enfoque transdisciplinar que enfoca a atividade agrária desde uma perspectiva ecológica. Enfoque teórico e metodológico que, utilizando várias disciplinas científicas, pretende estudar a atividade agrária desde uma perspectiva ecológica” (p. 93).

Assim, a agroecologia vem se constituindo enquanto base de um novo paradigma de desenvolvimento rural porque se apresenta como matriz integradora de várias disciplinas, de maneira que passou a ser o principal enfoque científico para a transição de modelos insustentáveis a sustentáveis de agricultura. Trata-se de um campo de conhecimento científico, uma nova área de estudo que busca integrar saberes de diferentes disciplinas e ciências, como Física, Economia Ecológica, Ecologia Política, Ecologia, Agronomia, Biologia, Educação, Comunicação, História, Antropologia e Sociologia.

Este campo cientificamente plural tenta se estabelecer enquanto paradigma capaz de enfrentar a crise socioambiental, buscando provocar uma

revolução paradigmática que ameaça não apenas conceitos, ideias e teorias, mas também o estatuto, o prestígio, a carreira de todos os que vivem material e psiquicamente da crença estabelecida (...). Por isto, existem uma enorme resistência no meio acadêmico e técnico-científico para aceitar o novo paradigma (CAPORAL, COSTABEBER e PAULUS, 2011, p. 53).

Grosso modo, no tempo de sua fundação como disciplina científica, a agroecologia havia se definido como a aplicação de conceitos e princípios da ecologia ao manejo de agroecossistemas sustentáveis. A partir dos anos 2000, ocorre uma redefinição, agora sendo considerada como o estudo integral da ecologia do sistema alimentar abarcando as dimensões ecológicas, sociais e econômicas, aumentando ainda mais o seu alcance.

A agricultura alternativa era, na década de 1970, um elemento de contracultura. A década de 1990 marcou um processo de expansão e institucionalização do movimento ecológico, difundindo, principalmente no Sul do país, a agricultura orgânica e a agroecológica. Hodiernamente, a agroecologia é um enfoque científico inovador, uma ciência transdisciplinar em construção e um paradigma emergente que conta com a participação da sociedade civil e que efetua, no campo, a transição agroecológica⁵³.

Os estudos transdisciplinares e integrados têm suas raízes no início dos anos 1970 e ganham força justamente com o debate sobre desenvolvimento sustentável no mundo. “o tema do desenvolvimento sustentável incorpora uma ampla combinação de

⁵³ Um processo de ecologização da agricultura, que envolve mudanças técnicas e sociais considerando as ações coletivas e organizações. A transição se apoia em quatro dimensões: socioeconômica, ecológica, sociocultural e técnica, esta última, responsável pelo manejo dos solos, pela extensão rural e etc. Um desafio da transição ecológica é torna-la uma ciência da gestão da sustentabilidade, reeducar-se por meio da agroecologia (ZONIN e BRANDENBURG, 2012).

disciplinas que se relacionam entre si mediante um conjunto de princípios vagamente definidos” (MAWHINNEY, 2005, p. 141). A globalização e a tecnologia da informação tiveram impactos expressivos nos anos 1990, provocando uma onda de interesse pelo estudo das mudanças e de seus efeitos sobre as organizações e indivíduos, período este quando as transformações sociais passaram a ser reconhecidas como necessárias.

Os fundamentos lógicos dos temas transdisciplinares são:

- A sociedade moderna tornou-se tão complexa que a integração é fundamental. Isso é resultado do crescente enredamento tecnológico e integração político-econômica que acompanham os atuais padrões de vida;
- O reconhecimento que existe uma lacuna entre as lógicas das diferentes disciplinas e a necessidade de construir pontes entre elas para superar essas lacunas.

Um ganho para a agroecologia é o diálogo entre as ciências sociais e naturais a partir de conceitos como: soberania alimentar, democracia, políticas públicas, gênero, entre outros (RAMÍREZ-MIRANDA, GUADARRAMA-ZUGASTI, TRUJILLO-ORTEGA, 2013). O pluralismo metodológico faz parte da base epistemológica da agroecologia, ele auxilia na superação do pensamento da supremacia das ciências naturais sobre as sociais. A transdisciplinaridade supera a concepção de ciência enquanto fonte única de conhecimento válido, substituindo o conhecimento que domina o natural por aquele que introduz a cooperação entre cientistas, cidadãos e natureza (CAPORAL e AZEVEDO, 2011).

Sua complexidade é consequência de sua natureza transdisciplinar e das abordagens diferentes dos especialistas em suas respectivas áreas de conhecimento (...) e cada informação decorrente de um trabalho na prática traz consigo uma redefinição do objetivo final (...) devido às enormes lacunas da teoria atual (MAWHINNEY, 2005, p. 139).

A epistemologia agroecológica é exemplar de uma abordagem holística, pregando que cada um dos elementos que constituem o todo tem causa e efeito, pois a soma das partes se dá graças à interação entre elas. O enfoque holístico existe graças ao reconhecimento da incompletude dos fatos científicos e a crescente complexidade dos estilos de vida, trabalho, instrumentos políticos e tecnológicos.

Molina⁵⁴ (2013) traz a tona “la falta de integración em el enfoque agroecológico de los aspectos políticos e institucionales que regulan las relaciones em la agricultura. Carecemos de critérios que fomenten y orienten la participación el nas instituciones gubernamentales” (p. 47) para a amplicação da agricultura sustentável. Os âmbitos do poder que a agroecologia deve se ocupar envolverem “la decisión política científica de um país (...) y de como, a través de qué mediaciones institucionales, se llega a um consenso mínimo em torno a lo que la sustentabilidad es...” (p. 50).

O desenvolvimento tem sido uma expressão vazia, sem uma prática efetiva, mesmo com a incorporação, na

vida cotidiana de las clases medias urbanas y la mayoría de los agricultores ya incorpora em sus discursos la palabra sostenible y ambiente. Sin embargo no há incorporado lá palabra desarrollo como parte de su lenguaje de vida diária. Incorporar palabras al lenguaje de vida diária opera como efecto de apropiación (...), establece uma relación de significado com el outro (interlocutor, sociedad) em uma red de interrelaciones y lugares comunes, que permite lá acción social (TRUJILLO-ORTEGA, 2013, p. 71).

O poder do conceito de desenvolvimento sustentável se expresa na multiplicidade de discursos que gera (TRUJILLO-ORTEGA, 2013). Tal poder “con su incuestionable componente ambiental, afecta inevitablemente la relación de los diferentes actores o sujetos com el ambiente, tanto em la construcción de su lugar, como em la construcción cultural y material de su espacio-tempo” (TRUJILLO-ORTEGA, 2013, p. 96). Portanto, o discurso da sustentabilidade ambiental tem efeitos de apropriação, construindo uma rede que constrói e legitima a própria ação social, no caso, as práticas agroecológicas.

Os agroecologistas propõem substituir a pretendida relação distanciada entre o sujeito da observação (o pesquisador) e o objeto investigado, por uma relação intersubjetiva, entre sujeitos que dialogam no processo da produção do conhecimento, trazendo a ciência para o mundo da vida, onde a relação deveria ser fundamentada pela comunicação. “E, como não existe o conhecimento desinteressado, é necessário situar o observador pesquisador dentro e em relação com a sociedade, explicitando qual seu papel como ator social” (COSTA GOMES, 2005a).

⁵⁴ Defensor da Agroecologia Política, que nada mais é do que é uma ideologia geral que produz normas e critérios morais e, por isso, deve prestar atenção especial aos conflitos ambientais para introduzir os debates sobre sustentabilidade no meio rural (MOLINA, 2013).

O processo de aprendizado e inserção discursiva dos adeptos desses temas envolve ativismo (experimentação, participação e mobilização); reflexão (observação e análise); teorização (tentativas de coerência numa teoria geral); e pragmatismo (o espírito prático e de aplicação do conhecimento). Não necessariamente nessa ordem (MAWHINNEY, 2005).

As carreiras individuais dos apoiadores da agroecologia também estão em jogo, legitimar a agroecologia é legitimar-se, e isso funciona dentro de jogos institucionais de cargos e conexões. Os agroecologistas sugerem a necessidade de mudar os currículos de formação dos profissionais que vão atuar como agentes de desenvolvimento e também dos enfoques e métodos de pesquisa e extensão rural. No mais, se você não indica normas para o trabalho e proposições, você não tem a utilidade social que deveria ter.

As revoluções científicas subvertem os valores sociais e sua hierarquia, transformando o mundo ao redor. Os dominantes impõem os princípios que eles usam consciente ou inconscientemente em suas práticas. Os revolucionários não jogam dentro dos limites do jogo, mas querem transformar o jogo e seus princípios (BOURDIEU, 2004b). Os agroecologistas lutam para reconhecer novos objetos métodos, contribuindo para transformar a realidade. Em outras palavras, a agroecologia é uma ciência vanguardista que se pretende dominante enquanto o único paradigma no quesito de desenvolvimento rural.

A prática de purificação do velho pelo novo é uma estratégia discursiva já conhecida, tendo sido utilizada na época dos processos de modernização e de legitimação dos pacotes tecnológicos e maquinização da agricultura, que eram apresentados como os salvadores da produtividade da agricultura moderna. Todavia, a linguagem de ruptura com o passado é resignificada pelos agroecologistas. Agora, quando se critica o anterior, está sendo falado da ciência agrônômica convencional, dos pacotes tecnológicos, da antiga extensão rural, para que, posteriormente a essa desconstrução, se possa estabelecer um novo fazer.

O adentrar da demanda social na atividade científica é uma das fontes potenciais para o aparecimento desse grupo de atores que deseja se identificar com a inovação nas técnicas agrícolas e com o trato dos setores mais pobres do mundo rural. A demanda social faz com que surja a necessidade de relação com outras áreas de conhecimento no que se refere aos problemas práticos a serem enfrentados e a possibilidade de ligar o trabalho realizado a vários campos aplicados (agronomia, sociologia, antropologia, economia, ecologia, biologia, etc) (BEM-DAVID, 1974).

Essa luta simbólica e discursiva em torno de novos modos de ciência se dá em termos de articulação, desarticulação e rearticulação de elementos. Os discursos se inserem numa hegemonia, em relações de poder que reproduzem, reestruturam ou desafiam as hegemonias existentes. Portanto, a prática discursiva da agroecologia pode ser vista como uma luta que desafia as ordens de discurso existentes e quer se fazer hegemônica.

A posição dos indivíduos nos eventos discursivos se origina em contradições estruturais nas instituições e na sociedade. O evento discursivo pode contribuir para preservar as relações e hegemonias tradicionais ou transformar essas relações a partir da inovação. E daí entra a força do intuito inovador dos textos da agroecologia. Eles ganham forma em condições controversas – como a crise ambiental e a questão agrária irresoluta no Brasil –, surgindo em meio a confluências discursivas consideradas por muitos como “pós-modernas”, para pôr em prática um projeto político de transformação social.

As mudanças perpassam a união de elementos contraditórios, como vocabulários técnicos e não técnicos e marcadores de autoridade e familiaridade. A partir do momento que uma tendência de mudança discursiva se solidifica, essa colcha de retalhos de contradições, passa a ser considerada como um inteiro, isto é, a naturalização do dito para estabelecimento de novas hegemonias na esfera do discurso.

À medida que os atores sociais

combinam convenções discursivas, códigos e elementos de maneira nova em eventos discursivos inovadores estão, sem dúvida, produzindo cumulativamente mudanças estruturais nas ordens de discurso: estão desarticulando ordens de discurso existentes e rearticulando novas ordens de discurso, novas hegemonias discursivas. Tais mudanças estruturais podem afetar apenas a ordem de discurso “local” de uma instituição, ou podem transcender as instituições e afetar a ordem de discurso societária (FAIRCLOUGH, 2001, p. 128).

A agroecologia se constrói como uma nova disciplina multidisciplinar, que exige um conhecimento que rompe as barreiras de cada uma das áreas que a compõem. Os agroecologistas envolvem seu trabalho numa atmosfera justa e necessária, já que buscam uma utopia de vida para o mundo rural, sem o capitalismo agrário, trabalhando para convencer tanto o resto da comunidade científica quanto a sociedade civil disso.

Definitivamente, a agroecologia é um tipo de ciência no modo 2, ou pós-normal, onde “a observação de que os fatos científicos são incompletos aumenta a importância

dos juízos de valor e das decisões políticas” (MAWHINNEY, 2005, p. 175). Ela tem como pré-condições sociais de existência dos fenômenos de democratização, na relação dialógica entre cientista e agricultor; da comodificação, nos discursos institucionais ligados a produção agrícola limpa e saudável; e da tecnologização, com politização dos discursos, inclusive dos agricultores. Além disso, se inspira em movimentos como o pós-colonialismo, a ecologia política, dentre vários outros.

A década de 1990 foi palco para o endurecimento desses fenômenos, trazendo o diálogo entre os diferentes como componente base para entender e se trabalhar com a complexidade do social. A intersubjetividade e a intercomunicação se transformaram em características intrínsecas desse novo fazer, cuja dialogicidade requer tempo e estratégias de longo prazo.

O caráter sociológico e histórico da ciência agroecológica também adentra pela área da educação. Na agroecologia, o educador tem que problematizar o conteúdo do diálogo que se refere a situações reais e concretas. A educação é permanente não no sentido dos valores, mas do processo educativo, que é um jogo entre a permanência (dos saberes tradicionais) e as mudanças culturais (na transição agroecológica). “A dialetização referida – permanência-mudança – que torna o processo educativo ‘durável’ é a que explica a educação como um fazer que está sendo e não que é. Daí seu condicionamento histórico-sociológico” (FREIRE, 1983, p. 58).

Em agroecologia, estudos e política estão vinculados com mais clareza, onde os autores se consideram como emissários de uma liberdade política irrealizada e bloqueada pelos setores conservadores da sociedade. Vemos histórias interdependentes e domínios que se sobrepõem em escolhas intelectuais e políticas numa cultura de oposição, sugerindo uma alternativa teórica e um método diferenciado para conceber o mundo rural.

A ligação entre trajetórias e estratégias políticas individuais num plano coletivo se faz no nível cultural, em entrelaçamentos e sobreposições. Por mais que hajam desavenças entre os participantes deste mesmo projeto político, eles buscam pela soberania discursiva e científica. O impulso político presente nas obras dos agroecologistas afeta os estudos e pesquisas apresentados pelos autores. Eles escrevem a partir de uma posição de contestação e representação de seus interesses numa situação política cujas pressões são constantes.

As lutas do mundo de hoje dão forma aos textos que lemos e escrevemos. Os textos não são objetos acabados, eles são ligados a circunstâncias políticas que

requerem atenção e crítica. Ler e escrever textos não são atividades neutras, elas acompanham interesses e poderes, além da influência – ou falta dela – do Estado (SAID, 2011).

A agroecologia procura elaborar uma racionalidade a partir de uma interação entre instituições, práticas e movimentos sociais, para assim, alterar as formas de percepção sobre a natureza e a sociedade. Um conjunto de processos sociais moldados em constructos teóricos e ideológicos, resultando na produção de saberes e conhecimentos que reproduzam a noção do ambientalismo e encaminhem as ação dos atores para uma determinada posição, de acordo com os objetivos políticos e epistemológicos desse campo científico.

O campo agroecológico não só recebe uma racionalidade diferenciada a partir dos discursos ambientais que performatizam práticas e pensamentos, mas também auxilia na reprodução desse tipo de racionalidade ambiental por meio de seu fazer científico e extensionista, enquadrando formas de pensar e agir e adentrando nas mais diversas esferas sociais. Esses movimentos investem na apropriação de um discurso e de uma política de desenvolvimento diferenciada, reinventando suas identidades em relação aos “outros”, os inimigos nas controvérsias e à natureza.

Os agroecologistas são profissionais de identidades híbridas (HOBSBAWN, 1996 apud LEFF), mistos de ideologias, aspirações e conhecimentos científicos. Suas ações perpassam estratégias discursivas para a tradução e conformação de interesses diferentes em lutas políticas para tomar a palavra, fazer ver e criar uma linguagem própria e estratégica.

O diálogo de saberes e as disputas de interesses geram uma aliança

entre acadêmicos e ativistas onde se constrói em comum um discurso político das comunidades. (...) A investigação participativa e a ação comprometida de intelectuais e acadêmicos geram no diálogo constante com os ativistas do movimento uma transmissão de categorias, linguagens que os ativistas internalizam para compreender e explicar suas circunstâncias. Esse movimento (...) transcende as condições meramente radicais da identidade (LEFF, 2006, p. 505).

O movimento ambientalista converte o pensamento em política, racionaliza indivíduos por meio de suportes teóricos, jurídicos, econômicos e políticos. A sustentabilidade precisa de estratégias sociais efetivadas por poderes políticos. Assim, a

agroecologia precisa de uma estratégia política para questionar os ditames da ciência conservadora e se efetivar enquanto a detentora de uma verdade sobre o meio ambiente.

Trata-se de capacitar atores sociais para mobilizar humanos e não-humanos através de uma cruzada política, numa luta entre grupos e movimentos através da ressignificação do mundo a partir do desenvolvimento sustentável, levando camponeses a novas estratégias produtivas, manifestando controvérsias em torno das políticas públicas que afetam a produção rural.

A redução dos riscos ambientais é parte fundamental da tentativa de aumentar os graus de certeza e dos estímulos à inovação da prática científica agroecológica, o que produz consenso e domínio de humanos e não-humanos na execução deste projeto político. A ciência faz parte dessa reelaboração de práticas e representações sobre a natureza e sobre as noções de justiça e utopia para a vida social, encaixando-se em projetos (políticos) que envolvem agricultores e movimentos sociais.

Enquanto a ciência convencional permitiu o afastamento da natureza e a simplificação e controle do seu funcionamento, a agroecologia permite vê-la enquanto um complexo que envolve práticas sociais e culturais. Assim, a agroecologia, ao mostrar a natureza enquanto um complexo não-humano actante, desconstrói a purificação entre sociedade e natureza, mostrando-a de forma híbrida, simetricamente natural e culturalmente apropriada. Entretanto, ao invés de enxergá-la como a saída mágica e inquestionável de todos os problemas, enquanto cientista social, procuro investigar a sua concepção, construção e propositividade política frente às diferentes posições de poder no campo ambiental (ZHOURI, 2006).

A representação pública da agroecologia

Esta sessão tem como objetivo refletir sobre a imagem da agroecologia e de que forma ela é representada publicamente, isto é, a apresentação legítima e os contrassensos que fazem parte deste campo acadêmico, especialmente a partir de análises textuais, da observação de mesas e debates do IX Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBA)⁵⁵, do evento Diálogos Sobre Agroecologia e do exame crítico de algumas entrevistas realizadas durante a pesquisa.

⁵⁵ O acervo das publicações dos CBAs está armazenado na Embrapa Meio Ambiente e reunidos em publicações da ABA: Cadernos de Agroecologia (função de publicar eventos em agroecologia) e Revista Brasileira de Agroecologia (artigos científicos), divisão estabelecida em 2007. A Revista foi lançada pela

Nesta sessão, serão analisadas as falas dos seguintes atores:

QUADRO 1: Falas transcritas e analisadas no Capítulo 1

Nome	Ocupação	Natureza da fala
Maria Cleophas de Alencar	Analista da Embrapa Meio Ambiente	Observação de sua fala na Mesa Redonda “Estudo cientométrico dos Congressos Brasileiro de Agroecologia”, durante o IX Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBA), em Belém do Pará, no ano de 2015.
Joel Donazzolo	Professor da Universidade Tecnológica Federal do Paraná	Observação de sua fala na Mesa Redonda “Estudo cientométrico dos Congressos Brasileiro de Agroecologia”, durante o IX CBA.
Luiz Antonio Cabello Norder	Professor no Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal de São Carlos e Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural	Entrevista semiestruturada e observação de sua fala na Mesa Redonda “Cursos de agroecologia: reconhecimento profissional e seus desafios”, ambos durante o IX CBA.
Lucimar Santiago de Abreu	Pesquisadora da Embrapa Meio Ambiente	Entrevista semiestruturada realizada durante o IX CBA.
Rogério Hohn	Representante da Via Campesina	Observação de sua fala durante a Mesa de Abertura do IX CBA.
Vânia Costa Pimentel	Instituto Federal de Brasília	Observação de sua fala durante a Mesa Redonda “Cursos de agroecologia: reconhecimento profissional e seus desafios” no IX CBA.
Maria Emília Pacheco	Presidenta do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea)	Observação de sua fala durante a Mesa Redonda “Produzir para viver: campesinato e segurança alimentar”, no IX CBA.
Francisco Roberto Caporal	Professor do Departamento de Educação da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e membro do Núcleo de Agroecologia e Campesinato (NAC) desta instituição.	Entrevista semiestruturada ocorrida em 2015 no NAC/UFRPE.
Maria Virgínia de Almeida Aguiar	Professora da disciplina de Extensão Rural e coordenadora da Licenciatura em Ciências Agrícolas da UFRPE	Entrevista semiestruturada ocorrida em 2015 no NAC/UFRPE.
Laetícia Medeiros Jalil	Professora de sociologia da UFRPE	Entrevista semiestruturada realizada na UFRPE em 2015.
José Geraldo Wizniewsky	Professor da Universidade Federal de Santa Maria no Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural	Entrevista semiestruturada realizada durante o 53º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER), em João Pessoa (PB) no ano de 2015.

ABA em 2006. São locais de publicação controlado pela maior estrutura organizacional no Brasil em Agroecologia e refletem a dinâmica da produção técnico-científica altamente mobilizante.

Jalcione Pereira de Almeida	Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), vinculado ao Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas	Entrevista semiestruturada realizada durante o 53º SOBER.
Paulo André Niederle	Professor do Departamento de Sociologia e dos Programas de Pós-Graduação em Sociologia e em Desenvolvimento Rural da UFRGS	Entrevista semiestruturada realizada durante o 53º SOBER.
Marcos Antônio Bezerra Figueiredo	Professor da UFRPE e membro do NAC	Observação de sua fala na Mesa de Abertura do evento “Diálogos de conhecimento sobre Agroecologia” na UFRPE em 2015.
Jorge Roberto Tavares de Lima	Professor da UFRPE, associado ao NAC.	Entrevista semiestruturada realizada durante o evento “Diálogos de Conhecimento sobre Agroecologia”.

Fonte: Próprio autor.

De acordo com o artigo⁵⁶ de Aventurier, Ollivier, Alencar e Bellon (2015), atualmente agroecologia abrange principalmente as ciências agrônômicas, a ecologia aplicada aos agrossistemas, a sociologia, a economia e a geografia, tratando-se de uma ciência emergente que conflui nacionalmente a partir dos CBAs – sob a organização da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA) – e de sua rede de publicações.

Dentre os anos 2003 e 2007, se mantiveram constante as mesmas áreas temáticas nos Congressos, sendo elas: desenvolvimento rural; sociedade e natureza; manejo de agroecossistemas sustentáveis; e uso e conservação de recursos naturais. Nos eventos seguintes, novas temáticas apareceram, como políticas públicas, transição agroecológica, mulheres e juventude.

Os estados de maior participação nos CBAs são o Sul e do Sudeste do Brasil. No Nordeste, ganham cada vez mais destaque os estados da Paraíba e Pernambuco. Como dito pela Maria Cleophas de Alencar durante a Mesa Redonda⁵⁷ ocorrida no CBA no dia 01 de outubro, intitulada “Estudo cientométrico dos Congressos Brasileiro de Agroecologia”⁵⁸:

⁵⁶ Este artigo tem como Corpus os resumos publicados nos anais dos Congressos Brasileiros de Agroecologia, que completou 10 anos em 2013 e se fez um espaço privilegiado pra o conhecimento acadêmico, científico e empírico da agroecologia, o maior evento da área em nosso país. O evento acontece de dois em dois anos e é organizado pela Associação Brasileira de Agroecologia.

⁵⁷ Participantes: Moacir Darol (Instituto Agrônômico do Paraná), Maria Cleophas de Alencar (Embrapa Meio Ambiente) e Joel Donazzolo (Universidade Tecnológica Federal do Paraná). Mediação de Stéphane Bellon (INRA/França).

⁵⁸ O objetivo da mesa era “discutir e analisar o *modus* da agroecologia e nós escolhemos todos os documentos que foram publicados nos congressos de agroecologia para mapear os principais temas

Na caracterização dos primeiros congressos foram todos realizados na Região Sul, só depois que saíram dessa região. As grandes universidades, a população maior. Então, a gente percebeu que existe uma concentração de trabalhos na região Sul do País e isso tem a ver com a população e o número de universidades. Vocês vão ver mais pra frente que essa geografia vai incidir depois nas universidades (Maria Cleophas de Alencar, Belém, 2015).

As universidades são as instituições de onde provém o maior número de apresentadores de trabalhos nos CBAs, com grande concentração nas Universidades Federais do Rio Grande do Sul, de Viçosa, de Santa Maria e do Ceará. Em termos de quantidade de produção escrita nos eventos temos, em seguida, as instituições de pesquisa, como a Embrapa e, por último, algumas de Extensão Rural. Vale salientar que a produção é dominada pelo Sul do país (onde Rio Grande do Sul e Santa Catarina são os mais citados), seja em Universidades ou centros de pesquisa, havendo uma relação entre modernização agrícola e instituições de pesquisa, ou seja, existem mais técnicos e cientistas em áreas mais modernizadas do campo, com menor quantidade de unidades de produção familiar. Portanto, a produção do CBA ainda se faz em estados mais desenvolvidos, com maior capacidade de pesquisa e redes associativas importantes.

Há uma tendência da produção brasileira em se aproximar de questões sócio-políticas, pois seu surgimento se dá muito a partir da mobilização social. Assim, os pesquisadores do nosso país têm visado menos o âmbito da produção científica internacional do que a disseminação de novos modos de produção agricultura em nosso próprio país (AVENTURIER, OLLIVIER, ALENCAR e BELLON, 2015).

Além disso, “a gente percebe claramente quem são os autores que publicam junto. Então vocês percebem que eles sempre estão publicando junto” (Maria Cleophas de Alencar, Belém, 2015), sendo os principais autores da agronomia e da ecologia. O que fortalece o sentido de ciência enquanto um coletivo de pessoas com posições sociais próximas, unidas por grupos e parcerias institucionais.

Dentre os temas recorrentes, a palavra orgânica era mais evidente em 2006 e 2007, e recentemente perdeu espaço, graças à separação cada vez mais evidente entre as áreas de agroecologia e agricultura orgânica, distanciamento este concretizado principalmente em 2013. A temática da agricultura familiar sempre esteve presente, mas

abordados no Brasil, suas interações, os autores e suas instituições, as áreas de produção e um pouco da rede que eles se desdobram”. Utilizando a cientometria, “um segmento da sociologia das ciências, uma evolução da bibliometria, que envolve estudos quantitativos de atividades científicas e de publicação” (Maria Cleophas de Alencar, Belém, 2015).

ganhou ainda mais força neste mesmo ano. Isto é, há um declínio do interesse pela extensa agricultura orgânica em detrimento da familiar.

Em 2013 a gente percebeu uma diversidade muito grande de termos, mais de trinta. As abordagens mais genéricas caem e ganham mais espaço as abordagens locais e concretas. As abordagens experimentais e metodológicas para as considerações das experiências acontecem mais no mundo das ciências sociais e humanas. A gente percebe isso também e a importância dos fluxos e vai aparecer educação, formação e assim por diante (Maria Cleophas de Alencar, Belém, 2015).

O termo desenvolvimento é bastante utilizado, referenciando-se ao desenvolvimento rural e ao desenvolvimento sustentável, ligando-se ao tema da sustentabilidade, que aciona vários outros temas como: agroecossistemas, ambiental, produção agrícola, social e etc. Destarte, existe uma conexão entre a agroecologia como um motor de desenvolvimento rural com a questão crescimento da agroecologia como uma prática agrícola enquanto um programa de ação e transformação da agricultura.

Há uma polaridade na produção científica nacional. De um lado, tem-se uma concentração maior na abordagem focada na produção vegetal, provinda da agronomia e da biologia. Do outro lado, tem-se a abordagem centrada nas questões culturais, sociais e políticas, vinda da economia e das ciências sociais. O fato da produção agrícola ser mais trabalhada está em consonância com o sentido deste campo acadêmico, que quer “descrever, analisar e melhorar os sistemas agroalimentares e agrícolas para serem produtivos, eficientes e ambientalmente saudáveis, uma ciência que liga a natureza, a agricultura e a sociedade humana” (AVENTURIER, OLLIVIER, ALENCAR e BELLON, 2015, p. 55).

As áreas de conhecimento dominante são a ecologia, economia e biologia e, em seguida, mas com bem menor produção escrita, a agronomia e as ciências sociais. A maioria dos participantes são agrônomos, mas pouco se discute agronomia pela pretensa posição distanciada a essa ciência que os agroecologistas querem mostrar. Os sociólogos e antropólogos ganham certo destaque dentro os participantes que são das ciências humanas.

Como disse Joel Donazzolo, também participante da Mesa Redonda em questão: “realmente a produção vegetal é predominante, o manejo do solo, da água, mostra que a gente está trabalhando basicamente com temas bem ligados à prática dos agricultores” (Belém, 2015).

Todavia,

outra coisa que a gente vê aqui é perceber que a dimensão técnico-produtiva ela era muito mais forte nesses anos e eu acredito que agora vejo uma tendência de uma entrada das dimensões um pouco mais sociais e econômicas, políticas também, bem mais forte. Nesse congresso, foi o primeiro que a gente colocou uma mesa temática, a questão de gênero, que foi o de 2009. Nós também trabalhamos como tema principal a agricultura familiar e camponesa, esse tema foi utilizado, talvez por isso tenha aparecido nessa temática. Eu acredito que essas dimensões sócio-culturais cresceram e evidenciaram muito nesses últimos anos, principalmente a questão de políticas públicas na parte de construção de conhecimento, na parte de divulgação, de extensão rural também tem crescido. Na época, nós tivemos um dos primeiros congressos, a gente colocou os “relatos de experiência”, justamente por isso, tinham muitos trabalhos da extensão rural, das comunidades, dos movimentos sociais que eram difíceis de captar (Joel Donazzolo, Belém, 2015).

Graças a esta entrada relativamente recente de profissionais das ciências humanas, outros termos ganharam espaço, configurando novas preocupações relativas aos modos de vida e questões identitárias dos moradores do campo, por exemplo, o fato de que “o termo camponês está bem presente, mas sem ser dominante, aparecendo relacionado a outras coisas, ao termo ‘campo’, ‘mulher camponesa’, é um termo sub-representado em 2006 e 2007” (Maria Cleophas de Alencar, Belém, 2015).

Encerrada esta mesa, inicia-se o debate, com questionamentos e contribuições para os expositores e ouvintes. Duas falas que me chamaram bastante atenção dentre os espectadores foram as dos cientistas sociais Luiz Norder e Lucimar Abreu (que também me cederam entrevistas e que serão melhor detalhadas no próximo capítulo).

Lucimar Abreu: No campo agroecológico, há um consenso de trabalhar as diferentes disciplinas, a integração das diferentes dimensões no campo científico da agroecologia. Quando a gente fala do cientista social, do pesquisador que tem origem nas ciências humanas, me parece mais fácil de compreender e de estabelecer essa interação dialógica com essas diferentes ciências, um pouco das escalas que trabalham e da articulação do próprio método e da teoria das ciências sociais. No campo da agronomia, me parece que isso tem que ser qualificado pra evitar trabalhos muitos generalistas, ou seja, que não avançam muito na questão da construção de um conhecimento científico mais preciso, porque eu acho que nesse campo eu gostaria de colocar uma outra perspectiva, a importância, por exemplo, de enfatizar o trabalho pluridisciplinar, ou seja, a interação entre diferentes disciplinas em alguns temas, como por exemplo, o da transição agroecológica. Eu acho que é fundamental e tem sido pouco destacado e discutido (...) e aí de fato, estabelecer isso como uma prioridade, uma meta.

Luiz Norder: Eu concordo com você, eu acho que é mais fácil para o pessoal das ciências moles do que das ciências duras pra entender isso. (Luiz Antonio Cabello Norder e Lucimar Santiago de Abreu, Belém, 2015).

Para estes cientistas, há um vácuo na relação entre as ciências exatas e biológicas e as ciências humanas na aplicação prática da agroecologia. Além disso, a subordinação das Ciências Sociais para as Ciências Naturais tem sido questionada, colocando um problema de autoridade científica. O que difere da visão de Francisco Caporal, que não acredita em disputas e conflitos entre as áreas, de acordo com a entrevista realizada com o mesmo:

Jonatta: Quais são as disputas que perpassam esse campo da agroecologia e se existe certa diferença do pessoal das humanas, das ciências políticas e sociais, o que eles podem trazer pra isso, se eles têm mais críticas ao pessoal das ciências agrárias, enfim...

Francisco Caporal: Não, eu acho que quanto a isso, quanto a esse tipo de disputa entre campos na verdade não tem, não existe uma disputa desse tipo (Francisco Roberto Caporal, Recife, 2015).

Dando continuidade a esta discussão, focarei agora nas entrevistas realizadas durante o meu trabalho de campo, aprofundando o debate e relacionando com os temas acima expostos. Um dos meus entrevistados, Jozé Geraldo Wizniewsky, também não crê na disputa entre as áreas disciplinares que formam a agroecologia, mas sim, na união entre elas:

Jonatta: O Senhor acha que existe algum tipo de dificuldade de contato, de diálogo ou disputa... Porque a agroecologia ultrapassou o universo da agronomia e adentrou em perspectiva multidisciplinar, cultural, social e política. O senhor acha que ainda tem certo nível de disputa entre um pensamento agrônomo e focado numa técnica e na prática e, digamos assim, os pesquisadores que focam mais num contexto, em perspectiva sociocultural?

José Geraldo: Está havendo uma mudança. De início era mais voltada... Se olhar o primeiro CBA, o Congresso Brasileiro de Agroecologia, as pesquisas eram quase pesquisas agrônomicas.

E à medida que foi de uns dez anos do Congresso Brasileiro, ele foi se mesclando com outras áreas de conhecimento e hoje se vê muito a área de educação em agroecologia e a área das águas, uma perspectiva de construção a partir das águas... Todas as áreas... Mais ou menos aquela proposta que o Caporal fez, um pouco aquilo, que a agroecologia seria uma ciência de síntese, digamos assim, bebendo de várias outras fontes que existem: da sociologia, da pedagogia... (José Geraldo Wizniewsky, João Pessoa, 2015).

Maria Virgínia Aguiar também não enxerga essa relação como uma disputa.

Vejamos a seguir:

Maria Virgínia: A agroecologia aqui no Brasil ela teve disseminada nessas áreas do conhecimento historicamente. Então desde os EBAA's, dos Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa, a gente via que essa discussão estava ligada ao Solo, à Fitopatologia, ao controle de pragas e doenças e a questão dos agrotóxicos. E aí, depois, toda a questão agrária, a discussão da questão agrária, que era emblemático também, que nos chamava pra essa discussão, então tá disseminado em várias áreas, isso é uma coisa importante.

Jonatta: Mas a Senhora percebe essa disputa, digamos, entre uma definição de agroecologia mais voltada pra o trabalho técnico das ciências agrárias e uma outra perspectiva voltada mais pras questões sociais?

Maria Virgínia: Não, eu não sei se é exatamente uma disputa. Eu acho que cada um está, as vezes, acaba ficando um pouco enclausurado na sua perspectiva e a gente tem essa dificuldade do diálogo interdisciplinar.

Então, o pessoal da biologia, o pessoal da ecologia, a gente tem dificuldade, porque a gente fica enclausurado. (...) A gente fica aqui na nossa militância da agroecologia e a gente não dialoga muito. Não porque a gente não quer dialogar, é que a gente tem dificuldades, eu acho isso é um desafio, uma perspectiva que precisa ser enriquecida, implementada e são poucos os grupos que conseguem avançar nessa direção (Maria Virgínia Aguiar, Recife, 2015).

Jorge Tavares complexifica essa relação, formulando uma crítica aos cientistas sociais que não compreendem os aspectos biológicos da prática agroecológica:

Jorge Tavares: Por exemplo, qual é a relação dessa agroecologia que você está falando com a neguentropia?

Jonatta: Eu não sei o que é isso.

Jorge: Dá uma olhadinha, porque aí entra outra coisa que é bem interessante. Muitas vezes o discurso da agroecologia cresce no meio das ciências sociais. Em cima dos mesmos pressupostos que sempre foram colocados e que ainda estão aí. O que diabo é que ele tá fazendo?

Jonatta: Nós das ciências sociais, a gente não entende o lado biológico mesmo.

Jorge: Não entende, e porque que as ciências sociais entrou e assumiu a quantificação como uma verdade científica? (Jorge Tavares, Recife, 2015).

Sobre esta problemática, a cientista social Laetícia Jalil expõe que existem dificuldades no diálogo e que nem sempre conseguem ser sanadas sob a égide da transdisciplinaridade, expondo a pouca adaptabilidade que os técnicos das ciências duras têm em relação aos aspectos sociais e culturais das realidades locais:

Jonatta: Como a Senhora acabou de falar “eu sou das Ciências Sociais, eu tenho minhas limitações, que eu tenho que conversar com o técnico e o técnico tem certas limitações” e etc. Então, eu queria saber, na sua opinião, se a Senhora vê que há certas disputas dentre as áreas que compõem a interdisciplinaridade?

Laetícia: Com certeza.

Jonatta: A Senhora acha que seria o quê, por exemplo? As ciências humanas politizadas, os outros mais técnicos?

Laetícia: Eu acho até muito pouco tempo atrás e pode se dizer bem pouco tempo mesmo, a agroecologia era da agronomia, ela era um ramo da agronomia.

E agora eu acho que quando você incorpora, por exemplo, a dimensão da educação, quando você incorpora a dimensão de gênero, quando você incorpora a dimensão da sexualidade. Tudo isso vai mostrando os limites. Mas assim, no início, a agroecologia era um ramo da agronomia. Era um modelo de produção sem veneno ou que você resgatava técnicas alternativas. Tanto é que você tem centros de tecnologias alternativas, você tem o Projeto de Tecnologias Alternativas. Quê que era “tecnologias alternativas”? Assim, era agroecologia. Chamava-se tecnologia, técnicas alternativas, tecnologias alternativas. Mas isso é óbvio, se você, a gente fica brincando, por exemplo, os grandes “Capa Preta” da agroecologia todos são agrônomos.

Então assim, a agroecologia surge como um ramo da agronomia, como um ramo das ciências agrárias. E ainda nem das ciências agrárias, porque você vê alguns profissionais, por exemplo, zootecnistas têm muita dificuldade em fazer a discussão...

Jonatta: Da agroecologia?

Laetícia: É. Você vê Engenheiros de Pesca, Engenheiros Florestais, têm muita dificuldade de fazer a discussão da agroecologia, não é algo dado. Você hoje já tem no curso de agronomia a disciplina de agroecologia, mas ela é muito mais no enfoque técnico do que o enfoque social, humano. Então é quase que “quê que você está fazendo aqui, que você não é agrônoma?” Eu quase já ouvi isso várias vezes (...). “Não se meta, você não é agrônoma”, enfim. É quase que “você está trazendo mais problemas” (Laetícia Jalil, Recife, 2015).

Assim, temos certa quebra nas visões dos atores: enquanto os cientistas sociais enxergam conflitos e desencaixes entre as áreas disciplinares; os pertencentes ao campo agrônomo tendem a ver as coisas de forma mais naturalizada – pois é neste campo que, como veremos no próximo capítulo, se estabelece fortemente as primeiras bases da agroecologia em nosso país –, o que já configura um dos desacordos internos que fazem parte deste discurso.

Ainda na discussão sobre as disputas dentro da agroecologia, Caporal acredita que essas lutas simbólicas não estão tanto nas diferentes áreas entre si, mas quando se trata da própria definição do que é agroecologia:

Francisco Caporal: A disputa que existe é quanto a essa visão da agroecologia. Eu, por exemplo, entendo agroecologia como uma ciência,

embora uma ciência na perspectiva transdisciplinar, porque ela além de trabalhar com diferentes disciplinas, também incorpora o saber dos agricultores, então numa perspectiva transdisciplinar.

O que há é que, como o movimento no Brasil vem da agricultura alternativa e tem uma base na agricultura alternativa, a ideia era construir a agricultura alternativa. Quando entra o tema da agroecologia, o pessoal continua na mesma, digamos assim, visão da questão da transformação da agricultura, e começaram a falar de uma transição para a agroecologia, e daí, isso aí que é a minha disputa: dizer que há uma transição para a agroecologia no meu ponto de vista é um equívoco. Se a agroecologia é uma ciência, ela oferece as bases para uma transição para agriculturas sustentáveis ou mais sustentáveis, mas não uma transição para a agroecologia. E isso aí é um equívoco que corre o mundo. A outra questão que aparece, na minha opinião pelo menos, de equívoco nesse discurso, é dizer que a agroecologia é um movimento social. Eu acho que existe um movimento social agroecológico, mas não é a agroecologia que é um movimento social. Os grupos, pessoas que acreditam na agroecologia e que tem a agroecologia como um enfoque pra trabalhar a transformação no meio rural, eles formam um movimento social, mas não é a agroecologia que é um movimento social (Francisco Roberto Caporal, Recife, 2015).

O professor José Geraldo traz sua contribuição, somando aspectos sociais nas definições de agroecologia:

Jonatta: Eu percebi pela sua fala agora, eu posso estar errado, mas o Senhor concorda com o Caporal e o Costabeber como perspectiva científica e não como um movimento?

José Geraldo: Um campo de conhecimento científico.

Discordo um pouco da ANA (...), porque a grande disputa tem que se dar inclusive no campo acadêmico. Como é que vai formar novos técnicos em ciências agrárias se tu não disputar dentro do campo da academia e é o que tá acontecendo.

(...)

Jonatta: Dentro dessa perspectiva científica, o Senhor acha que o quê diferencia ela de um movimento ou política, as especificidades?

José Geraldo: A confusão é o seguinte: o movimento social é uma vertente importante da construção da agroecologia, o saber do agricultor. Os sustentáculos dos movimentos sociais para a ação coletiva são importantes para os parâmetros científicos da agroecologia em se manter uma ciência diferenciada. Não é uma ciência enclausurada, digamos, nos pressupostos clássicos (José Geraldo Wizniewsky, João Pessoa, 2015).

O professor Jorge Tavares aprofunda ainda mais essas interpretações, concordando com visão da agroecologia enquanto ciência mas com elementos que vão para além do cientificismo clássico:

Jorge Tavares: E aí o que eu digo é, falar de científico, uma rede de cientistas na agroecologia é negar a agroecologia.

Jonatta: Porque, Professor?

Jorge Tavares: Porque a agroecologia fundamentalmente é o diálogo, não é uma postura academia, não é o científico, não é “sabe-tudo”. Em agroecologia não se sabe nada, quem se sabe e quem estabelece essas redes e esses processos é a ciência positivista que ainda domina e predomina nas universidades.

Jonatta: Então Professor, eu tenho lido muito Caporal, inclusive já falei com ele, e Caporal deixa bem claro “a agroecologia é uma perspectiva científica para o auxílio de práticas agrícolas mais sustentáveis”. Então, o Senhor não é muito a favor dessa ideia, porque Caporal deixa bem claro, “agroecologia pra mim é ciência”.

Jorge Tavares: E pra mim também! Mas que ciência? A questão não é se é ciência ou não, mas quê ciência nós estamos falando? A ciência positivista da disciplina, da tese individual, da apropriação do saber campesino para publicar teses e artigos e virar de costa pra aquele que é ator do popular, ator do conhecimento, ator da construção agroecológica. Caporal afirma categoricamente que agroecologia não é um tipo de agricultura, mas no segundo parágrafo todo mundo começa a falar da agricultura (Jorge Tavares, Recife, 2015).

Esse professor aponta também para o congelamento do pensamento neste campo, que está ancorado sempre nos mesmos referenciais quando existem muitos outros que, inclusive, não são do campo da agroecologia, mas da etnografia, da ecologia, entre outros, e que não estão sendo acionados:

Jorge Tavares: A minha grande dificuldade era que, quando você fazer alguma referência de agroecologia você vai atrás Gliessman e Altieri. Você sabe quando eles escreveram?

Jonatta: Décadas atrás.

Jorge Tavares: Nos anos 1980. Qual é a evolução das perguntas inteligentes que queriam respostas inteligentes nesse processo? Vai lá, vê quem é que aqui, qual é o outro autor? É Caporal!

Jonatta: E o Costabeber, que já se foi.

Jorge Tavares: O Caporal, o Costabeber. Quais são outros? (...) Quer dizer, são muitas coisas que tão aí e não são coisas novas, são coisas antiguíssimas e algumas coisas de propósito vêm sendo escanteadas (Jorge Tavares, Recife, 2015).

Jorge Tavares vai mais além, afirmando que a produção textual atual não dá conta de problematizar eficazmente as definições de agroecologia, deixando em aberto sua configuração epistemológica:

Jorge Tavares: O que eu digo no final: “desta forma, se identifica uma carência conceitual sobre agroecologia como uma ciência”, ou seja, os trabalhos não revelam o que é a agroecologia que todos eles falam.

Isso daqui são os diversos trabalhos da Roda de Diálogos que eu preciso fazer pra começar a falar. Não tem um trabalho aqui que trate da questão da epistemologia da agroecologia quando é isso que se propõe a Roda de

Dialogo. (...) Desses 11 trabalhos que estão aqui, trabalhos bons, trabalhos bem fundamentados, um mais, outros menos, que não tratam de agroecologia, mas está tudo falando de agroecologia, feito você! (Jorge Tavares, Recife, 2015).

Jorge Tavares estava responsável por mediar um debate em uma Roda de Diálogo de artigos aprovados no evento “Diálogos de Conhecimento sobre Agroecologia”, ocorrido em setembro de 2015 na cidade de Recife (PE). O professor constatou a ausência do pensar a epistemologia da agroecologia e a distância que muitos trabalhos apresentaram em relação à sua própria concepção da agroecologia, uma ciência diferenciada e dialógica, efetuando, inclusive, uma crítica à minha pesquisa, que, ao se debruçar especificamente ao campo científico agroecológico, deixa de lado os outros aspectos fundamentais deste universo (como os agricultores, as comunidades tradicionais, campesinas e sua capacidade de mobilização social) construindo assim, uma tese limitada e que não trata da agroecologia propriamente.

Sobre essas disputas em torno da definição legítima da agroecologia, o cientista social Luiz Norder afirma que existem diferentes campos dentro da agroecologia e que cada um possui seu próprio funcionamento:

Luiz Norder: A agroecologia, eu acho que ela aparece em quatro campos diferentes. No campo da educação, na educação formal, é um universo que tem suas regras, seu funcionamento, sua lógica, seus capitais, então ele é diferente do campo dos movimentos sociais que é uma outra gramática. E o da pesquisa científica é uma outra, são muitos diferentes esses universos institucionais. O campo da educação, o campo da ciência, o campo dos movimentos sociais, e tem também o campo das políticas governamentais e a agroecologia é tudo, é a mesma coisa. Então, quando você está dentro do movimento social, há a questão de se adotar princípios, metas e enfim, o sentido de uma unidade, de um consenso e, o sentido do consenso é um. Em uma instituição de ensino, você não pode partir de determinados consensos a não ser que você faça uma educação bem doutrinária. É claro que tem interações. O campo da educação vai interagir com o movimento social, mas como que é essa relação? De um lado, a educação não pode ser naturalizada. O pesquisador tem que questionar, fazendo uma série de coisas, então um pouco o que a gente colocou é isso, que a agroecologia está presente em vários campos e ela tem sentidos diferentes dentro de cada campo.

E quando você coloca determinados conceitos divergentes de agroecologia, essas divergências dentro de cada campo terão um significado também. Então se você chega dentro do movimento social com um conceito de agroecologia bastante amplo, aí o pessoal vai questionar. Se você chega com esse mesmo conceito de agroecologia no campo da educação, o processo é outro. Então, é um pouco essa sociologia que tem que ser feita (Luiz Antonio Cabello Norder, Belém, 2015).

Em cada campo (educação, ciência, movimento social e política pública) existem especificidades na ação dos atores e diferentes lutas, numa multiplicidade de perspectivas que não podem deixar de corresponder a uma unicidade discursiva que serve aos objetivos políticos do campo agroecológico:

Luiz Norder: A agroecologia tenta se construir num universo de consenso. Mesmo emergindo divergências por todos os lados, se tem um discurso hegemônico.

Será que existem correntes dentro da agroecologia? Existem vertentes? Ou é um campo? Aí o que se procura construir é um paradigma ou uma ciência? Tem que se decidir se é uma ciência ou se quer ser um paradigma. Se for uma ciência, tem que ter vários paradigmas.

Quando você está num movimento você tem que ter consenso. Quando você está dentro da ciência você não precisa desse consenso. Quando você está dentro da educação você não pode ter esse consenso. Quando você está dentro de uma política pública você tem que ter o consenso. Então o consenso e o dissenso são diferentes dentro de cada perspectiva (Luiz Antonio Cabello Norder, Belém, 2015).

Vemos que há um campo de disputas entre os agroecologistas. Existem, grosso modo, aqueles que apostam na sua cientificidade e outros que apontam para a mobilização político-social. Todavia, essas disputas internas não prejudicam a apresentação geral da agroecologia para o coletivo. Sua representação pública ainda perpassa a busca de um consenso necessário para aumentar sua força política frente à sociedade civil e ao Estado na busca dos ganhos que essa unicidade deve trazer, seja para os próprios agroecologistas ou para os atores com quem trabalham.

A opinião de Jalcione Almeida (professor da UFRGS) foca principalmente no lado político, se baseando na potencialidade de mobilização social do campo, onde o trabalho para sua institucionalização científica acaba sendo um meio para se alcançar espaços políticos que trariam melhores condições para a prática agrícola:

Jonatta: O Senhor está mais pra pensar que a agroecologia seria uma perspectiva científica?

Jalcione: Não, ao contrário! Agora não, porque eu larguei de mão. Mas quando apostava, eu sempre apostei muito mais no potencial de movimento social da agroecologia no que qualquer outro, no seu sentido político *stricto sensu* do que qualquer outro. Muito mais do que estar se preocupando em afirmar uma ciência agroecológica que eu tenho lá minhas dúvidas que ela se constituiu como tal, ou seja, que ela tenha um *corpus* teórico mais ou menos próprio que possa configurar “olha, isso aqui é uma ciência agroecológica”, tenho sérias dúvidas! (...) Eu sempre defendi que não, eu achei que isso era um erro político.

Não que seja um erro político. Eu acho que era uma aposta que politicamente não era um erro, uma aposta que eu acho que não precisava ser privilegiada no momento. Eu acho que era muito mais privilegiar uma aposta enquanto movimento político, do que propriamente outra coisa.

Jonatta: O Senhor acredita nessa defesa da agroecologia enquanto perspectiva científica, um paradigma com um intuito político?

Jalcione: Eu gostaria que tivesse, mais do que as vezes eu acho que ela tem. Repito: mais do que investir energia pra afirmar um paradigma científico – não que a gente tivesse que abandonar isso, não há necessidade –, eu acho que as nossas energias, as energias de quem tivesse disposto a lutar por isso, eu acho que seria no plano político.

Jonatta: A perspectiva científica daria legitimidade a uma visão mais prática da agroecologia. Então ela terminaria auxiliando na legitimação da prática agrícola?

Jalcione: Eu acho que sim. Há uma luta em torno de uma viabilização de paradigma combinado como uma luta política, *stricto sensu*, eu acho que seria a melhor conduta a ser feita. (...) Em grande parte, muitas vezes que eu tenho visto é uma tentativa ferrenha de afirmar ideologicamente uma posição de que ela é melhor, ela é melhor que a outra, entendeu? Ou que as outras...

Então isso é uma coisa também que eu sempre me apeguei e afirmava sempre até um momento: olha, essa coisa do paradigma me cheira a pacote, as vezes me cheira a coisa padronizada. Bom, eu acho que a gente tem que apostar na diversidade mesmo, na potencialidade da diversidade, na busca de paradigmas, no plural, agroecológicos ou de produção agroecológica (Jalcione Pereira de Almeida, João Pessoa, 2015).

Sabemos é comum nas ciências humanas a pluralidade de perspectivas, e tanto Luiz Norder quanto Jalcione tomam esse fato como exemplo de que, na prática científica, por mais que existam disputas no que se refere ao seu fazer correto e legítimo, onde crises paradigmáticas se sucedem causando o estabelecimento de novos grupos e ideais, há a possibilidade de coexistência entre diferentes correntes paradigmáticas, o que, em sua visão, não ocorre no campo agroecológica, que busca sua unicidade na tentativa de se fortalecer não apenas enquanto ciência, prática e movimento social, mas como um paradigma único e fixo para o novo desenvolvimento rural.

Estas disputas internas existem em dois níveis: a luta no interior do próprio discurso científico, ou seja, a disputa entre paradigmas; e a relação entre o discurso científico e outros discursos sociais. Assim, por mais que, para a sociedade, exista a aparência de um discurso científico unificado, o que acontece é que no interior dos discursos existe uma disputa constante entre distintos modelos de análise (PAESE, 2009).

Uma prática recorrente para concretizar a coerência discursiva e deixar implícitas as incoerências internas do campo é a definição de um “inimigo comum”, um

“ser” externo e contrário a tudo o que defendem e contra quem desejam se sobrepor. Neste caso, falo da agronomia clássica que foi responsável por construir os pilares da modernização conservadora do campo brasileiro:

Luiz Norder: A história da agronomia foi simplificada aqui. Eu não acho que a história da agronomia foi sempre com um cientificismo, que a história da agronomia seja sempre uma ciência vendida para os fazendeiros, uma ciência a serviço do capital. Se você pegar a história da agronomia durante a ditadura, que deu uma outra linha para a agronomia, ela rompeu com uma tradição anterior. Você tem uma agronomia clássica, uma agronomia anterior à modernização, que não se confunde com a agronomia dos anos 1970 (Luiz Antonio Cabello Norder, Belém, 2015).

A visão dos agroecologistas sobre a agronomia convencional, a busca pela coerência discursiva e fortificação da identidade do movimento não obscurece apenas as disputas do campo, mas deixa brechas abertas no que se refere ao que é exposto a respeito das atividades não-agroecológicas.

Desta forma, há um paradoxo. Mesmo sendo muito comum ver que a agroecologia não é consensual, que é múltipla e diversa, assumindo discursivamente que se trata de um campo transdisciplinar, na prática, o que ocorre é a supressão dos desacordos num nível político pra apresentar uma ciência diferenciada e contra-hegemônica. Em outras palavras, afirma-se a falta de unicidade mas se combate-a praticamente, graças à necessidade de impacto político intrínseco a este campo.

Dentro deste amplo espaço que é a agroecologia, que abarca diferentes setores da vida social, questionei Julian Blanc, durante o evento “Diálogos de conhecimento sobre agroecologia”, como seria o contato entre os acadêmicos e os agricultores, como se daria, efetivamente, o diálogo tão acionado pelos agroecologistas:

Julian: A questão dos saberes aqui, a construção do conhecimento está nesse foco. E aí a proposta é o quê? Qual o título aí?

Jonatta: Diálogos de conhecimento em agroecologia.

Julien: Exatamente, diálogos de conhecimento em agroecologia. E ontem eu assisti a rodada que era “Identidade dos povos indígenas e saberes na construção do conhecimento agroecológico”. Quer dizer, eu estou procurando, na verdade, eu estou procurando...

Jonatta: Como é que se concretiza efetivamente esse diálogo.

Julien: E aqui no Brasil, em particular, que tem uma cultura bem diferente da França nessa relação entre academia e o resto... (...) Totalmente nublado (Julian Blanc, Recife, 2015).

Assim como Julian Blanc, percebi que certos ditames da agroecologia, sempre repetidos, como o participativo e o dialógico, nem sempre são perceptíveis, principalmente em eventos acadêmicos. Enquanto pesquisador, tentei enxergar como é que se efetiva esse diálogo e essa troca de saberes entre cientistas e os não-cientistas, mas não consegui compreendê-lo nas instâncias de pesquisa que acionei. Minha hipótese é que isso só seria possível acompanhando atividades de campo dos agroecologistas, o que vai além do que é proposto nesta tese.

Dando continuidade a esta reflexão sobre o diálogo entre os agroecologistas e os atores com quem trabalham, questionei Caporal, meu primeiro entrevistado, como se daria essa troca de saberes:

Francisco Caporal: Por exemplo, um trabalho que é feito aqui no Assentamento é um trabalho de Extensão Universitária. É feito diretamente com os agricultores, não tem intermediários, digamos assim. Mas no geral, o trabalho que é feito com os agricultores nessa área, na minha opinião, requer o apoio da Extensão Rural e a gente observa isso na vida real, seja da Extensão Rural Oficial, seja das ONGs (Francisco Roberto Caporal, Recife, 2015).

Para Francisco Caporal, este contato entre os diferentes se realiza através da extensão rural que, em síntese, se trata de um serviço de assistência no meio rural para o aperfeiçoamento produtivo, melhoria da qualidade de vida e acesso a recursos e serviços. Ponto este que também é explicitado pela professora Maria Virgínia Aguiar, apresentando o forte do seu trabalho:

Jonatta: A Senhora acha que esse contato da universidade com a realidade rural, mais especificamente da universidade mesmo – não dos movimentos sociais ou ONGs – ele se dá pela extensão ou existem outros meios, outros caminhos que a universidade consegue atuar nas comunidades, no trabalho prático da agroecologia?

Maria Virgínia: É, o nosso forte aqui é a extensão, mas a gente tem dificuldade de fazer pesquisa. Então, dificuldade no sentido que a gente gosta muito de fazer extensão, valoriza muito a extensão.

E a universidade não valoriza. Então, a carreira universitária, a carreira acadêmica não valoriza a extensão (Maria Virgínia Aguiar, Recife, 2015).

Para Jorge Tavares, essa relação é mais complexa, se dando não apenas na extensão rural, mas também no fazer científico, envolvendo as pesquisas e os contatos resultantes dela, entrelaçando-se também na formação educacional dos agroecologistas, onde são pensadas as diferentes formas de vida dos sujeitos do campo:

Jonatta: O movimento de um diálogo a partir de pessoas da academia, de profissionais, com o público, com os agricultores, a partir da extensão rural... O Senhor acha que esse é o caminho mais comum de diálogo entre a academia e o agricultor ou tem outros?

Jorge Tavares: Nós não fazemos através da extensão rural, nós fazemos esse diálogo através da formação, onde essa formação implica pesquisa, extensão e ensino. Não é a extensão rural, é também extensão rural. Porque a partir do momento que as pessoas desenvolvem pesquisas, a partir do momento que você traz pra dentro da sala de aula essa vivência não é a partir da extensão, é também de extensão (Jorge Tavares, Recife, 2015).

Já Paulo Niederle, também professor da UFRGS, afirma que este tipo de relação, por mais que seja focada em múltiplos caminhos, como a educação e a pesquisa, foi construída principalmente a partir da extensão rural e da perspectiva agrônômica, direcionada através das políticas públicas, tanto para a sua aplicação prática no mundo rural quanto no fortalecimento delas na gestão governamental.

Paulo Niederle: Com o Caporal e o Costabeber (...), qual é a influência? Eu conheço a discussão deles, acho que eles têm uma contribuição muito relevante, mas acho também que a contribuição deles acabou direcionando a discussão de agroecologia e extensão rural pra um determinado referencial do que seja agroecologia que foi fundamental pra consolidar o termo, consolidar as políticas, mas ao mesmo tempo que você consolida, você limita a diversidade de outros referenciais que poderiam orientar outras políticas, outras ações no que a gente conhece como agroecologia.

O termo é importante, ele tem que ser utilizado porque hoje ele é sinônimo de um referencial específico de desenvolvimento rural. Tem um projeto de desenvolvimento rural por trás desse termo (Paulo Niederle, João Pessoa, 2015).

Assim, temos uma troca de saberes que se faz relacionada a um fazer científico. Tal fazer direciona seus resultados para extensão rural e elaboração de políticas públicas, tentando constantemente fincar outro paradigma de desenvolvimento rural e um novo projeto de sociedade.

Esse desejo de disseminar uma nova visão de mundo é refletida na fala dos palestrantes e organizadores dos eventos em agroecologia, demonstrando o caráter apaixonado de muitos que trabalham com essa temática, como podemos ver na fala de Marcos Figueiredo, na abertura do evento “Diálogos de Conhecimento sobre Agroecologia”.

A metodologia que nós utilizamos neste evento, desde a sua preparação até hoje é uma metodologia de caráter participativo, estamos fundamentados numa relação horizontal de respeito, de diálogo, e temos muitas reuniões para chegar até aqui, e todas reuniões foram verdadeiras plenárias com representantes de povos, comunidades, dos movimentos sociais e também representantes da universidade.

(...)

Compreendemos o diálogo como uma ferramenta poderosa na construção do conhecimento e que seja a base para a transformação social e para a reorientação do modelo de desenvolvimento rural excludente. Pra falar de diálogo, nós não podíamos, neste momento, esquecer, ou não lembrar, a memória de um grande pernambucano, o lutador do povo de Pernambuco. Eu queria trazer neste momento a memória de Paulo Freire, grande pernambucano. Durante muito tempo incompreendido mas que é referenciado pelo mundo afora como o maior pedagogo, como um grande pedagogo.

(...)

Eu queria trazer porque é que o conhecimento, o diálogo de conhecimento é importante para a sociedade e para a universidade. (...) O Conselho Nacional de Educação, na sua resolução de 23 de março de 2015, aonde fala da formação continuada de professores, formação inicial e formação continuada, ele estabelece lá a necessidade de uma formação que olhe para a diversidade dos povos e comunidades tradicionais.

(...)

Também queria colocar que para a agroecologia no qual nós todos nós aqui somos militantes, somos companheiros e companheiras comprometidas e comprometidos com o movimento agroecológico, seja dentro da universidade ou fora. Para a agroecologia, não é possível trabalhar uma perspectiva de um conhecimento unilinear. A agroecologia traz uma perspectiva que é pluriépistemológica, ela é pluralista. A agroecologia, na sua história, ela bebe de diferentes fontes do conhecimento, ela precisa de todos os conhecimentos. Não podemos definir a agroecologia como uma feira, como um estilo de agricultora, não é isso a agroecologia. A agroecologia é um enfoque teórico que integra, que agrupa diversas áreas do conhecimento para estudar e pensar e colocar possibilidades da construção da sustentabilidade no campo e na cidade (Marcos Figueiredo, Recife, 2015).

A partir desta transcrição, que expõe a militância dos agroecologistas frente as adversidades que perpassam a vida dos povos e comunidades tradicionais do campo e a luta política para legitimar o fazer agroecológico e aplicá-lo no desenvolvimento rural da nação, é possível afirmar, nas palavras de Latour (2012) que a política está em todos os lugares, até mesmo na ciência e na tecnologia.

Para a agroecologia os conhecimentos tradicionais são fundamentais (...). A agroecologia vai beber primeiro nessa fonte, desses conhecimentos, desses povos tradicionais na América Latina para a partir daí chegar à Academia de uma forma sistematizada. Ela se nutre dessa pluralidade de saberes que são esses conhecimentos que constituem o corpo teórico da agroecologia.

A agroecologia identifica nesses povos uma racionalidade ambiental.
(...)

Queremos dizer a vocês que acreditamos profundamente que a agroecologia tem potencial, tem capacidade pra alimentar a população mundial. Muitos estudos foram feitos a esse respeito, a própria Sesan, do MDS, publicou um relatório, do relator da FAO, Olivier de Schutter, onde ele aponta que diante da crise alimentar que iniciou em 2008, a agroecologia é a única possibilidade de produzir alimentos saudáveis em quantidade para a população mundial (Marcos Figueiredo, Recife, 2015).

Movimentos de esquerda sempre recorrem a alguma ciência para aflorar seu projeto de emancipação, pois as disciplinas atuam no mundo e participam ativamente na transformação de suas entidades, configurando um tipo de mediador específico entre a “ciência” e a “sociedade”. Assim, a agroecologia se constitui enquanto um mediador entre os humanos e os não-humanos, apontando os caminhos para essa relação a partir de um novo projeto político.

Portanto, não existe de um lado a política e do outro a natureza. Toda política é definida por sua relação com a natureza nos desígnios da vida pública. Os movimentos verdes querem modificar a vida pública para que ela leve em conta a natureza, politizando-a (LATOUR, 2004). A natureza, na modernidade, passou a ser um fenômeno produzido ao invés de um fenômeno dado (PAESE, 2009). No mais, a ausência de especialistas pode interromper a continuidade da vida social.

Não aceitamos a ideia de representação social da natureza, pois isto implicaria numa realidade exterior, longe, separada do humano. Esse sentido antigo de representação tem um papel político, de dar um poder ao cientista para que este seja o único a falar legitimamente pela coisa. Falamos mais do todo da natureza, daquilo que se produz, constrói, define e reside. Assim, temos uma história conjunta de ciência e natureza, pois é uma rede de disciplinas científicas que nos permite conhecer o natural. E, ao abandonar a noção de natureza e suas representações, podemos enxergar uma multiplicidade de não-humanos e suas associações (LATOUR, 2012).

A fala de Rogério Hohn, representando a Via Campesina⁵⁹ na mesa de abertura do IX CBA, deixa clara a relação política entre a natureza, os moradores do campo, o debate técnico-conceitual e a mobilização social que envolve esse campo:

Para nós, camponeses e camponesas, a agroecologia tem uma importância muito grande no contexto da luta de classes. Primeiro, porque ela constrói uma relação política com os recursos naturais, com a natureza, entre os

⁵⁹ Organização internacional de camponeses composta por movimentos sociais e organizações diversas.

camponeses e camponesas nas suas mais diversas relações, mas sobretudo, entendemos também a agroecologia como uma relação política com a sociedade como um todo e não somente como um debate técnico que também é importante, mas na nossa compreensão, a agroecologia vem articulada com um projeto diferente de sociedade, justamente nesse sentido de fazer um contraponto a um outro modelo, complementado não só pelo Brasil, mas em outros países que oprimem, massacram e aniquilam experiências pelo agronegócio, pautado no uso intensivo do agrotóxico, no uso intensivo de violência contra os trabalhadores e trabalhadoras (Rogério Hohn, Belém, 2015).

Neste campo, a natureza torna-se reconhecível por intermédio da ciência, ela é formada por uma rede de instrumentos, interpretada por profissões, disciplinas e laboratórios. Com isso, a distinção entre o interior e o exterior das disciplinas científicas desaparece, pois não se pode mais opor “o mundo científico dos fatos indiscutíveis ao mundo político da eterna discussão” (LATOURETTE, 2004, p. 123).

Vê-se então uma mescla de natureza, política e ciência, não havendo interesse na distinção da militância e do fazer científico, pois tudo faz parte do mesmo processo, apesar de haver, de fato, uma certa diferença entre a prática dos movimentos ecológicos (ecologia militante) e a teoria desta prática militante (filosofia da ecologia).

Foi comum durante todo o CBA gritos, palmas e manifestações fervorosas, tanto de acadêmicos, quanto de agricultores ou participantes de movimentos sociais. Estes deixavam claro suas insatisfações e concordâncias de forma ativa durante as mesas redondas e palestras. Também eram recorrentes manifestações artísticas e de protesto, seja nos corredores ou durante as atividades oficiais, até mesmo interrompendo-as.

Acompanhei uma Mesa Redonda cujo debate se deu de forma bastante calorosa, intitulada “Curso de agroecologia: reconhecimento profissional e seus desafios”, com os participantes: Vânia Costa Pimentel (Instituto Federal de Brasília - IFB); Daniela Calza (Técnica em Agropecuária; Angél Callie Collado (Universidad de Cordoba/Espanha) e Mediação de Luiz Norder (UFSCAR). A fala de Vânia Costa Pimentel demonstra o posicionamento majoritário quanto à defesa da definição própria do ofício de agroecólogo, distanciando-se da grade curricular dos cursos de agronomia, algo que ainda não foi efetivado por completo:

O objetivo da ciência agrônoma foi a produção de alimentos em quantidade suficiente para abastecer as demandas de uma sociedade que se urbanizava. Uma ciência influenciada pela indústria e que visualizava no campo grandes oportunidades de crescimento, investido no desenvolvimento tecnológico para o setor (...) e que desconhece os custos

ambientais da alta dependência de insumos. (...) o que traz vários efeitos negativos para os subordinados do campo e para o meio ambiente.

A educação em agroecologia vem para repensar esse processo, bebendo muito da fonte da história do movimento de educação popular iniciado na década de 1950, na releitura das teorias de Paulo Freire e na década de 1970 com o movimento de agricultura alternativa e o movimento estudantil (Vânia Costa Pimentel, Belém, 2015).

Neste caso, ou de outras fontes de riscos e incertezas para o meio ambiente, as disputas linguísticas e simbólicas não se dão apenas no que se refere a veracidade dos dados e do fazer científico corrente, mas sim, sobre os pressupostos da ciência, isto é, a quem a ciência serve e qual a sua função social, já que existe a possibilidade de influência no bem-estar humano (PAESE, 2009).

Começa-se então a discutir quê modelo de educação e de lógica de formação de pessoas estamos fazendo e de que forma os agricultores percebem esse processo, qual a leitura deles dessa realidade. A crítica sistemática da Revolução Verde fortalece esse debate. Há um caldo que também mistura os movimentos sociais e as práticas rurais.

O currículo não é algo neutro, envolve a maneira com que formamos e como trabalham as pessoas. Outras formas de pensar a organização das disciplinas e dos cursos.

Existem diversas concepções da educação em agroecologia. Desde 2005 a questão da educação em agroecologia vem sendo discutida nos congressos e eventos, de como seriam esses cursos e todo o processo educativo, se inspirando em muitas experiências metodológicas do próprio campo, buscando a integração e o diálogo entre as diferentes experiências para contribuir com a educação formal e, conseqüentemente, a profissionalização.

Teve o I Seminário Nacional de Agroecologia em julho que teve como metodologia o aprendizado, identificação e reflexão dos referenciais que orientam experiências concretas de educação em agroecologia.

Não há um modelo de educação em agroecologia porque são várias agriculturas que temos, por isso não dá pra botar um currículo que seja igual no Brasil inteiro, baseado em grades fechadas. O caminho se faz ao caminhar, um processo participativo de construção que envolve a realidade dos envolvidos e do agroecossistema que indicarão formas de se trabalhar as questões locais.

Por mais que se tente diferenciar, a base ainda é a da agronomia, cartesiana, uma base vista como um modelo de ciência focada no momento da produção dos alimentos. Então, há um desafio para olhar a agroecologia para reconstruir o processo formativo por outra perspectiva, que dê conta naqueles princípios, coisa que a agronomia não dá conta.

(...)

De 2009 a 2013 teve o desafio do registro pelo CREA⁶⁰. Em meados de 2013 foi regulada a profissão de tecnólogo em agroecologia, classificado como curso superior, próxima a profissão de agrônomo (existem muitos de nível técnico). O reconhecimento do diploma permitiu que egressos

⁶⁰ Conselho Regional de Engenharia e Agronomia.

passassem em concursos em IFs⁶¹ e trabalhem em chamadas públicas de assistência técnica (Vânia Costa Pimentel, Belém, 2015).

Os cientistas participam de disputas que interconectam o espaço de gestão pública, ética, ciência e aplicação do conhecimento científico. Nestas conjunturas em que a ciência é usada em processos decisórios, não vale apenas o conhecimento mais ou menos adequado, mas sim, a sua utilização num determinado contexto. É o caso que envolve a aprovação e regulamentação da profissão de agroecólogo, mais uma das lutas políticas que envolvem os agroecologistas, principalmente no que se refere a sua diferenciação prática e profissional frente à agronomia convencional.

A fala do mediador, Luiz Norder, deixa bastante claro a atuação situação dos profissionais em agroecologia:

O destino do egresso do estudante de agroecologia passa pela questão da profissionalização, cuja uma das dimensões é sobre as condições de trabalho e de atuação e como o CREA se insere na temática do regime profissional e da estrutura jurídica e legal do país.

Com relação a educação, sempre tem que fazer a separação entre a educação formal e a não-formal. No caso da educação formal, é um sistema muito articulado de reconhecimento profissional de um determinado Conselho. Para se trabalhar na agricultura, tem que ser reconhecido pelo CREA, que envolve a agronomia, o que tem dado problemas em alguns lugares. As pessoas fazem grandes investimentos educacionais mas enfrentam contradições no exercício legal da profissão, para que os egressos tenham condições formais de exercer a profissão.

No caso dos cursos técnicos de nível médio, já existe um reconhecimento do MEC⁶² dentro do seu catálogo de cursos técnicos. O CREA também reconhece o técnico em agroecologia e recentemente também reconheceu o de tecnólogo, que nada mais é do que curso de nível superior de três anos de duração em sua grande maioria, com carga horária de no mínimo 2400 horas segundo o MEC, pois quando o curso chega a 3600 horas, já é um curso de bacharelado, a diferença está na carga horária.

O CREA tem mudado nos últimos anos. Na resolução de 2010 diz que não importa qual o título do curso, o importante é diretriz curricular que se segue. Para se abrir o curso de agroecologia, é importante que siga a diretriz curricular nacional, pois o MEC não quer criar novas diretrizes curriculares, mas sim, reduzir, ou seja, tem que se enquadrar na diretriz curricular nacional da agronomia (poderia ser da engenharia florestal também).

No caso do curso técnico, não há tanto problema, mas já há o reconhecimento do MEC e do CREA. Já o caso do bacharelado, não existe o reconhecimento do CREA desse bacharel de agroecologia. No entanto, se o curso seguir a diretriz curricular de agrônomo, mesmo focando num bacharel em agroecologia, o CREA reconhece, como no

⁶¹ Institutos Federais.

⁶² Ministério da Educação.

caso dos egressos da Universidade Federal de São Carlos, que estão todos com a carteirinha de engenheiro agrônomo (Luiz Antonio Cabello Norder, Belém, 2015).

Segundo Luiz Norder, o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) já sinalizou que não diferenciará o bacharel de agroecólogo frente ao de agrônomo enquanto uma profissão específica, continuando na mesma denominação de engenheiro agrônomo com especialidade em agroecologia. Para Norder, a experiência da definição profissional de agroecologistas na instituição onde trabalha (a Universidade Federal de São Carlos) foi relativamente fácil, pois eles conseguiram se enquadrar na profissão de engenheiro agrônomo, mesmo que focado na agroecologia, sem tentarem criar uma nova categoria profissional.

Norder acredita que não há necessidade nem motivo para diferenciar essa categoria profissional, pois as atribuições que eles conferiram para os egressos de agroecologia são bastante parecidas com as da agronomia, como por exemplo, o trato do solo, da vegetação, e etc. Mesmo se tratando de uma visão de trabalho diferente, constata-se a mesma atividade (o trabalho e a produção com a terra), postura esta que gerou bastante comoção e reações contrárias da plateia.

Também foi dito neste momento que há um projeto da regulamentação da profissão de agroecólogo lançado em agosto de 2015 pelo Senador paraibano Cássio Cunha Lima do PSDB⁶³. Não se entende necessariamente porque ele defendeu essa bandeira e elaborou esse projeto de lei que, inclusive, já está em tramitação. Para Norder, trata-se de um projeto fraco com atribuições que já são contempladas na profissão de agrônomo.

O mediador afirma que é necessária uma séria reflexão sobre se o agroecólogo é, realmente, uma profissão em si mesma, buscando trazer a tona uma discussão feita em relação com as instituições legais e suas normas. Ele finaliza sua fala afirmando que não há motivo para constituir essa nova profissão da mesma forma que não há motivo pro CREA abrir uma câmara nova de agroecologia.

O debate seguido da fala do mediador foi basicamente contra a sua postura, reiterando a necessidade de se definir claramente a profissão do agroecólogo. Em síntese, estas foram algumas contribuições daqueles que pediram a fala:

⁶³ Partido da Social Democracia Brasileira.

- Participante 1: Incitar a proposta de se construir um conselho próprio em agroecologia uma vez que o CREA não tem atendido os princípios agroecológicos;
- Participante 2: Aceitar as diretrizes da agronomia limitaria a discussão dos referenciais de agroecologia, por isso a necessidade de se criar novas bases para o trabalho;
- Participante 3: A agronomia é uma coisa e agroecologia é outra, estão falando de ciências diferentes, uma disciplinar e outra transdisciplinar, já que sua base epistemológica é completamente oposta. Colocá-las no mesmo patamar é um atentado lamentável. Todo ato é político e as pessoas formadas em agronomia seguiam uma linha que estavam de acordo com certos interesses, pois não há um ambiente a-político. A educação é um ato político, por isso tem-se que escolher o lado da agroecologia, que preza pelo agroecossistema, em contraposição à agronomia, que preza pela produtividade, servindo ao agronegócio. Os espaços políticos que a agroecologia percorre sempre envolve uma luta. Esta pessoa também falou estar abismada com a ausência dos movimentos sociais no congresso. Para ela, é errado que este evento ainda seja um espaço da academia. A academia tem que ser aberta para o público. Os projetos estão sendo feitos sem nenhuma conexão com a realidade, quando devem ser escritos em cima das demandas reais da sociedade para que os resultados possam contribuir com as transformações sociais, onde o conhecimento deve direcionado para o público. O CREA é uma das instituições mais conservadoras desse país, por isso não pode se falar em agroecologia sendo filiada ao CREA, pois a academia serve para construir o novo conhecimento e o novo fazer.

A terceira participante ganhou aplausos e assobios entusiásticos. Essa fala demonstra também a constante busca de inserção dos não-cientistas nas atividades em agroecologia, por mais que fosse clara, durante o evento, a participação de certas lideranças dos movimentos sociais, agricultores, camponeses e indígenas nos debates durante as palestras.

Foi recorrente o apelo de vários congressistas para que os movimentos sociais e sujeitos do campo pudessem ter sua participação ampliada no CBA, que possui um caráter acadêmico-científico, mesmo existindo os Encontros Nacionais de Agroecologia (ENA), organizados pela Associação Nacional de Agroecologia (ANA), que são voltados mais para os movimentos do campo. Foi salientada a pouca divulgação e a

presença baixa dos povos do campo, configurando, neste sentido, um congresso ainda dominado por acadêmicos quando deveria ter uma participação igualitária desses setores da sociedade.

Outras duas contribuições foram marcantes e merecem ser sintetizadas:

- Participante 4: Paraibano estudante de agroecologia que afirma existir três cursos de agroecologia em nosso estado (Sousa, Picui e Bananeiras) e que nenhum dos cursos foi consultado quanto ao projeto de lei de Cássio Cunha Lima. Finalmente, cobra ao Ministério da Educação (MEC) melhorias para as universidades e na estrutura dos cursos de agroecologia.
- Participante 5: Fernanda⁶⁴, da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do MEC, afirma que o projeto de lei do Senador Cássio Cunha Lima está já está em sua secretaria e que ela é a pessoa responsável para dar o parecer do MEC a respeito da regulamentação da profissão de agroecólogo. Por este motivo ela achou que seria interessante assistir a mesa e ouvir dos participantes, ouvintes e mediadores. Para Fernanda, a princípio, o MEC é favorável a pareceres de regulamentação de qualquer profissão, vendo como algo positivo.

Após o término da mesa, alguns ouvintes marcaram um horário específico para debater com a Fernanda sobre a questão da regulamentação da profissão de agroecólogo. A presidente da ABA, Irene Cardoso, ao saber dessa reunião, foi até as pessoas que idealizaram o encontro e começou a dar indicações sobre pautas e demandas para um diálogo profícuo, o que conforma uma situação exemplar de como ações legais podem ser criadas a partir de interações pessoais entre os atores.

Eis o paradoxo: a atuação do agroecologista ainda é feita formalmente na base da ciência agrônoma e há um desejo de mudar essa situação, já que as pessoas estão inspiradas em outros ideais e sentidos de educação e trabalho, mesmo que, praticamente, no momento de se trabalhar com a terra (segundo Luiz Norder) a agroecologia ainda se faz um tanto igualmente à agronomia.

Outras polêmicas marcaram as preleções dos expositores do CBA. A Maria Emília Pacheco, presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), durante a Mesa Redonda “Produzir para viver: campesinato e segurança alimentar”, inicia sua participação falando de um avanço num mar de contradições que é a inserção, na Constituição brasileira, do direito humano à alimentação, juntamente a

⁶⁴ Não foi possível captar o seu nome completo.

outros fatores, como à moradia e saúde, quando não se constava, até 2010, esse direito de forma tão explícita:

Se formos olhar a definição de Soberania Alimentar no Brasil, ela é ampla, nós não temos uma definição no Brasil que seja específica. Trata-se de uma perspectiva utópica pra nós. No caso brasileiro, a Segurança Alimentar e Nutricional e a Soberania Alimentar, é uma conquista de lutas sociais, fruto de uma história de movimentos sociais e não de decisões parlamentares.

Quando falamos desse conceito, estamos lidando com o papel dos agricultores e agricultoras, da produção tradicional, pensando na conservação da biodiversidade e na qualidade dos alimentos.

A definição de livre de agrotóxicos e transgênicos (referente a produção e alimentação saudável) não está reconhecida pelo governo brasileiro, mas ela está absorvida por esse setor acadêmico (Maria Emília Pacheco, Belém, 2015).

A conexão dos temas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e de Soberania Alimentar (Sobal) será melhor trabalhada no terceiro capítulo, já que se conectam com públicas que tem em seu cerne o tema da agroecologia. No mais, é importante expor que as conquistas neste campo provêm de demandas constantes ao Estado brasileiro, onde os agroecologistas sempre remetem à luta dos movimentos sociais e a busca de melhores políticas públicas.

Vamos vivendo essa história numa luta de afirmações, de conceitos e perspectivas, mas sem perder de vista que conseguimos traduzir entre as diretrizes da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional dois aspectos muito importantes: da produção de alimentos saudáveis de base agroecológica e o reconhecimento dos direitos de povos indígenas e de comunidades tradicionais, salientando a existência não de um campesinato, mas de campesinatos no plural, das várias formas de vida.

Quando uma política fala de comunidades e povos tradicionais, temos que parar pra pensar sobre o que é esse tradicional. Isso é um avanço. Essa tradição não é algo atrasado, ela é reinventada, ela é atualizada. E no Brasil, depois da Constituição 1988 – que reconhece direitos individuais e coletivos –, temos a afirmação de movimentos sociais que tornam contemporânea desse tradicional, que é social e politicamente construído. O reconhecimento de um Estado pluriétnico e multicultural. Isso ajuda que pensemos nessa variedade e diversidade de campesinatos. (...) E em meio à nossa história de crise política e econômica, temos um reacendimento de preconceitos e intolerâncias frente a esses povos. Por isso, temos que confrontar essas forças conservadoras.

A ratificação desses direitos no Estado brasileiro foi marcada pela Convenção 169 da organização internacional do trabalho, uma conquista e instrumento de luta que tem um efeito vinculante entre a sociedade e o Estado, comprometendo-os. Na história recente, temos o Decreto 60 ou 40, que ratifica mais uma vez a existência, o reconhecimento desses povos, identificados como grupos culturalmente diferenciados, que se

reconhecem como tal, com práticas geradas e transmitidas pela tradição (Maria Emília Pacheco, Belém, 2015).

Durante o CBA, apelou-se a argumentos do “bem estar social” da agricultura familiar, dos povos e comunidades tradicionais, indígenas e camponeses, para justificar as escolhas epistemológicas e éticas dos agroecologistas. O interessante é que os setores ditos conservadores e modernizados da sociedade também apelam para a necessidade do bem estar da humanidade, como por exemplo, ao apontar para a maior produtividade da monocultura e dos Organismos Geneticamente Modificados e uso de agrotóxicos na luta contra a fome. Temos então uma estrutura de manifestações relativamente semelhante, porém, o que está “por trás” desses posicionamentos é tanto uma concepção diferenciada de ciência da qual os dois se valem quanto uma politização que segue rumos distintos.

Os discursos científicos são utilizados para reforçar as posições políticas dos atores. O foco não é um confronto entre quem é mais ou menos científico, mas entre posicionamentos baseados em distintas posições no espaço social, que condizem com diferentes concepções de ciência e trajetórias político/acadêmicas específicas. Assim, “ao invés de estarem à margem das disputas políticas, os cientistas passaram para o centro do processo de politização (...) reforçando diferentes posições em conflito” (PAESE, 2009, p. 186).

Há novos tipos de cercamento dos direitos dos agricultores, como por exemplo, a Lei da Biodiversidade, que tem sido chamada, muito sabiamente pelos camponeses, como a Lei da Biopirataria. A Lei 13.123, que fala do acesso a recursos genéticos e acaba trazendo perdas ao avanço trazido pela Convenção da Biodiversidade, de 1992, e do reconhecimento do patrimônio genético tradicional. Em resumo, a lei que está sendo regulamentada retira os direitos de acesso e uso ao patrimônio genético diverso e garante a apropriação do conhecimento tradicional. No Brasil foi criada a Coalização da Biodiversidade, que defendem os verdadeiros detentores tradicionais desses direitos.

Foi retomado no Congresso Nacional o debate de um Projeto de Lei que chega pela terceira vez, que fala das terminologias genéticas de restrição de uso da agricultura, que são as sementes conhecidas como *terminator* ou estéreis.

Em 2006, quando houve uma reunião da biodiversidade no Brasil, houve uma grande mobilização e se conseguiu a renovação da proposta de uma oratória contra esse tipo de tecnologia, imposta pelas grandes corporações. Liberar essa tecnologia significa ferir a autonomia dos camponeses que historicamente manejaram as sementes, já que eles não poderão guardar essas sementes que não são germinadas, mas fabricadas e alteradas para que não se reproduzam nas safras seguintes.

No caso brasileiro, calcula-se que 60% das sementes utilizadas são guardadas pelas próprias unidades familiares. Assim, a liberação dessa tecnologia é considerada como uma decisão imoral e antiética. Não se pode aceitar! A mobilização funciona para travar essas decisões, pois já ela já chegou outras duas vezes no Congresso Nacional, como um atentado à autonomia e direito dos agricultores.

O setor privado, as grandes empresas, está se apropriando do papel de cuidar do meio ambiente focando na compensação e o acordo com as comunidades para trabalharem para elas e realizarem esse trabalho. Isso significa uma submissão!

Nós também temos conquistas e estamos aqui instigados a apoiar essas conquistas. Refere-se principalmente ao PAA, o PNAE⁶⁵. Ao mesmo tempo, acompanha medidas que trazem restrições a essas ações. No caso do PAA, que em seu início possibilitou a criação de elos institucionais, tem sido alterado de forma a desconstruir essas articulações, na tendência de expandir esse programa em prefeituras e estados como iniciativas individuais e não a partir dos processos associativos antes costumeiros. Isso significa ir à contramão da reciprocidade, pois as políticas precisam se harmonizar com o ritmo do campesinato.

(...)

A cada nova luta, temos que nos manter vigilantes para não ter retrocessos. E manter-nos vigilantes nas decisões tomadas e nas suas entrelinhas. Vivemos num momento de, praticamente, uma criminalização de movimentos sociais, de assassinatos de líderes e de genocídio de povos.

Com a criação dos mercados alternativos e institucionais, as normas sanitárias limita a ação dos agricultores, que em muitos lugares, estão sem poder vender aquilo que produzem, inclusive no caso dos cadastrados ao PNAE (Maria Emília Pacheco, Belém, 2015).

Os avanços nas políticas em agroecologia são sempre acompanhados por retrocessos, fatores estes que são denunciados por um grupo de cientistas sempre atentos as decisões tomadas pelo Estado Brasileiro. Neste ínterim, a legitimidade do discurso científico não reside na quantidade de sujeitos que interpela, mas sim, na luta pela construção de significados sociais no interior da sociedade.

Portanto, o poder do discurso científico se conecta com a sua forma de inserção na luta pela constituição dos sujeitos. Lidamos com

situações em que as discordâncias entre os peritos sobre os efeitos da aplicação de conhecimento científico, antes restritas ao ambiente acadêmico, passam a adquirir expressão pública. Isso se deve ao fato de que os especialistas são chamados a se pronunciar publicamente, em vista de seu conhecimento científico e técnico, a respeito das implicações sobre a saúde humana e o meio ambiente que podem advir da utilização de produtos derivados da aplicação da ciência (PAESE, 2009, p. 177).

⁶⁵ Respectivamente: Programa de Aquisição de Alimentos e Programa de Alimentação Escolar.

Maria Emília Pacheco também foi responsável por observar o evento e participar das atividades para que ao final pudesse fazer uma fala síntese sobre o CBA na Mesa de Encerramento do congresso, no último dia. Para ela:

Ficamos diante de confrontos que espelham de um lado a essência da construção social da agroecologia e por outro lado a negação dos direitos dos povos tradicionais. A tradição expressa a contemporaneidade dos movimentos sociais, das lutas dos povos, dos camponeses e camponesas. Revelam as injustiças nas instâncias governamentais e políticas.

(...)

Ao mesmo tempo é essa complexidade que nos permite entender a gravidade das denúncias que foram feitas e representam novas ameaças pra esses povos da acumulação capitalista. São formas que impedem a autonomia e a reprodução da vida. Na carta política temos as denúncias dos impactos dos agrotóxicos e transgênicos. Temos que ter o conhecimento do resgate do tradicional.

(...)

As várias denúncias e também as muitas proposições permitem pensar o desafio da Política Nacional de Agroecologia. Sigamos com muita determinação e com uma organização social e política com a esperança, como disse o nosso grande educador Paulo Freire, pensar e promover a sinergia por causas justas e assim pela agroecologia (Maria Emília Pacheco, Belém, 2015).

Em meio as disputas políticas para legitimar a agroecologia e seus sujeitos de trabalho, o poder dos atores em conflito depende da forma como utilizam o conhecimento para apoiar suas escolhas. “Nesse ambiente de certeza, os valores passam a ser centrais nas decisões que implementam políticas” (p. 179) somados ao conhecimento técnico. Tais valores são fundamentais na escolha dos dados de pesquisa e argumentos a serem defendidos, sendo reflexo de suas trajetórias e posicionamentos políticos. Assim, é difícil “distinguir entre fatos científicos e valores políticos” (p. 179), pois “questões científicas, éticas, ecológicas e de saúde mesclam-se com as da natureza políticas e econômica” (PAESE, 2009, p. 181).

Após a Mesa de Encerramento, deu-se início à Cerimônia de Encerramento e leitura da Carta Política de Belém⁶⁶, um documento com o resumo das discussões e resultados do congresso, além das demandas expressas ao Estado brasileiro. Logo de início foi divulgado que Irene Cardoso foi reeleita como presidente da ABA. Em sua fala, afirma o caráter participativo e igualitário das decisões da associação e defende a necessidade de fortalecer as publicações e os cursos de agroecologia, na tentativa de

⁶⁶ Disponível no link: < <http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2015/10/CARTA-AGROECOL%C3%93GICA-DE-BEL%C3%89M.pdf> > Acessado em: 01 de dezembro de 2015.

consolidar e fortalecer os elementos da rede agroecológica nacional e/ou criar novas ferramentas para expandi-la.

A Carta Política foi escrita com o auxílio de muitas pessoas, principalmente a partir das sínteses dos Grupos de Trabalho (GTs) da ABA e das contribuições dos artigos apresentados e das manifestações que aconteceram durante o evento. Abaixo estão transcritos trechos da Carta, que foi dividida em dois eixos: “Construção do conhecimento”, com os fatos científicos levantados pelos agroecologistas; e “Legislação”, com a denúncia dos retrocessos para a agroecologia brasileira e demanda de melhorias para este campo:

Os debates e trabalhos apresentados no CBA-Agroecologia expressaram a riqueza e a diversidade das formas de construção de conhecimentos em interação com organizações sociais e movimentos populares. Camponeses e camponesas, representantes de povos e comunidades tradicionais e de povos indígenas marcaram forte presença no evento demonstrando seu papel como portadores de memórias bioculturais, guardiões da agrobiodiversidade, criadores e recriadores de práticas e saberes que se atualizam através das gerações. Eles conformam a base sociocultural da construção do Bem Viver para o conjunto da sociedade brasileira. Como enfoque científico, a agroecologia atua na sistematização e no apoio ao desenvolvimento das práticas sociais, técnicas e econômicas inscritas nessas memórias bioculturais (p. 2).

Denunciamos a manipulação da ciência institucionalizada em benefício de interesses econômicos de algumas poucas corporações dos setores industrial e financeiro. A ciência não pode continuar sendo utilizada para legitimar a agroquímica e a transgenia, travestindo-as de soluções únicas para necessidades sociais inadiáveis. (...) Cobramos a independência das instituições científico-acadêmicas com relação aos interesses corporativos, tendo o primado da Ética como orientador de sua agenda e de sua prática. Defendemos uma ciência crítica feita com o povo. Por essa razão, atuaremos no fortalecimento de articulações latinoamericanas entre grupos de pesquisadores independentes e comprometidos com esses princípios (p. 3-4).

As disputas em questões socioambientais acontecem não apenas porque os diferentes atores se baseiam em argumentos discordantes, mas sim porque os cientistas entraram no jogo político. A ciência e a técnica enquanto neutras não são mais pensamentos aceitáveis, pois elas fornecem argumentos para todos os atores, que passaram usá-las como fundamentação em suas manifestações. Para participar de debates como estes, é necessário deter fundamentos em dados científicos e técnicos. Ao mesmo tempo, utilizar argumentos externos ao discurso científico (apelar para as

emoções e os conhecimentos tradicionais) também se torna válido, pois se trata de um objeto que implica consequências à saúde humana e ao meio ambiente (PAESE, 2009).

No que tange a construção do conhecimento agroecológico, repudiamos o fechamento de centenas de escolas do campo em todo o país e a ofensiva pela privatização do ensino, com o repasse de recursos públicos para a iniciativa privada. Reivindicamos uma educação pública, gratuita e de qualidade, baseada na multiculturalidade e na transdisciplinaridade, rompendo com a monocultura do saber, que nega e silencia a diversidade de saberes, em especial os dos sujeitos dos campos, das florestas e das águas.

Reafirmamos que os Núcleos de Agroecologia que se multiplicam em dezenas de universidades, institutos federais e instituições de pesquisa, são um exemplo consistente de avanço de modalidades diferenciadas de construção de conhecimentos nas instituições públicas de ensino e pesquisa no país. Reconhecemos os grupos de agroecologia protagonizados pelos estudantes como espaços de promoção e construção do conhecimento agroecológico que devem ser fortalecidos e incentivados (p. 4).

Esta é a visão da ciência correta a ser realizada, que não pode estar conectada com as corporações e os setores industriais e dominantes da sociedade, devendo estar a favor dos menos empoderados.

A Agroecologia é uma proposta contra-hegemônica que faz sua luta também na esfera ideológica. A democratização dos meios de produção e veiculação do conhecimento é condição indispensável para romper com o monopólio da mídia corporativa comprometida com a reprodução do capital e subordinada a interesses das transnacionais (p. 6).

Mesmo com essas crenças padrões da agroecologia, como a supracitada, ela ainda está sujeita a uma indeterminação quanto a seu status científico e social e, muitas vezes, a discussão das questões científicas parecem ser secundárias em comparação aos aspectos políticos, como veremos a seguir, em contraposição ao agronegócio:

Reafirmar a impossibilidade de convivência e conciliação entre a lógica expansiva e predatória do agronegócio e os estilos de gestão econômico-ecológica da agricultura camponesa e dos povos indígenas e povos e comunidades tradicionais, tradicionais, o IX CBA-Agroecologia alinha o seguinte conjunto de denúncias, cobranças e proposições (p. 2).

Os agroecologistas se colocam enquanto um grupo de “revolucionários” no espaço, ou seja, atores dotados de recursos capazes de transformar a estrutura de distribuição de poder, seja na academia ou na gestão pública. Tratam-se de cientistas

que emergem graças à configuração do campo de poder brasileiro contemporâneo, caracterizado pela entrada de um grupo político diferenciado no Estado a partir do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011). “Esses pesquisadores trazem para o jogo a ligação a outros espaços e grupos sociais, notadamente aqueles dos debates sobre a universidade na América Latina e Europa” (HEY, 2008, p. 168).

O direito histórico ao livre uso da agrobiodiversidade bem como a saúde da população e a soberania nacional estão sendo severamente ameaçados por iniciativas de setores econômicos ligados às indústrias e ao agronegócio junto ao Congresso Nacional. Destacamos as seguintes: a aprovação da Lei 13.123/2015, que normatiza o acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado, num claro favorecimento às indústrias ligadas ao setor fármaco e ao agronegócio; a recolocação na pauta do Projeto de Lei 2.325/07, que altera o reconhecimento dos agricultores familiares e povos tradicionais como melhoristas; e a tramitação dos Projetos de Lei: 827/15, que criminaliza o uso de sementes crioulas; 1.117/15, que autoriza os OGMs⁶⁷ Terminator (sementes estéreis); e 34/15, que retira a rotulagem dos OGMs.

Denunciamos e repudiamos o Decreto 8.405/15, do poder executivo, que viola os direitos dos povos e comunidades tradicionais ao definir o Pescador Artesanal como não-agricultor.

(...)

Reivindicamos consultas populares e audiências públicas sobre temas relevantes para a sociedade. Entendemos ainda que iniciativas de grupos organizados, a exemplo da Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida, do Fórum Permanente Contra os Agrotóxicos, da Articulação Nacional de Agroecologia e as manifestações expressas nas Conferências sobre Segurança Alimentar e Nutricional realizadas em todo o país, entre outros espaços de mobilização social, devem ser interpretadas como sinalizações da vontade popular, elementos orientadores de iniciativas que cobramos do Estado, com vistas à produção e ao consumo de alimentos saudáveis e à proteção da saúde coletiva e ambiental (p. 2-3).

O acesso desses atores ao poder central supõe condições específicas, permitidas por ações inovadoras que consolidaram sua reputação política em âmbito nacional. Assim, essas pessoas, “cuja trajetórias seguimos aqui são, ao mesmo tempo, os índices das transformações do campo político brasileiro e seus principais atores” (GARCIA JÚNIOR, 2007, p. 86) proclamam uma série de exigências para pôr em prática seu projeto de sociedade.

Estamos atentos ao Projeto de Lei do Senado nº 531/2015 que propõe a regulamentação da profissão de agroecólogo. Não apoiaremos qualquer iniciativa que cerceie e crie impedimentos à atuação dos profissionais das

⁶⁷ Organismo Geneticamente Modificado.

diversas áreas do conhecimento relacionadas ao campo agroecológico com o objetivo de criar reservas de mercado. Qualquer iniciativa de regulamentação nesse campo deve ser amplamente debatida com a efetiva participação do movimento agroecológico.

Denunciamos o fechamento e desmantelamento de extensão rural pública com cortes orçamentários e diminuição do quadro de trabalhadores(as) de empresas e instituições estaduais. Esse processo se faz no exato momento em que o governo federal se propõe universalizar as ações de ATER para a agricultura familiar, povos e populações tradicionais e povos indígenas. Defendemos uma ATER pública e agroecológica, com enfoque sistêmico e territorial, que incorpore as dimensões de gênero, reposicionando os papéis sociais e as responsabilidades das mulheres e dos homens na atividade produtiva e na organização social.

Defendemos que todas as chamadas públicas de ATER sejam elaboradas a partir da perspectiva agroecológica (p. 5).

Primeiramente, especialistas qualificados trabalham na elaboração de temas e análises com preocupações específicas voltadas para uma nova ordem social. Em seguida, tornam reais e necessárias para o coletivo, buscando criar unanimidade em relação à problemática trabalhada, na direção de torna-la necessária ao desenvolvimento rural. Por fim, reproduzem o discurso criando grupos de debates, disseminando a visão por meio da discussão sobre ela.

As ameaças aos povos indígenas implicam retrocessos e perdas para a sociedade brasileira. As proposições legislativas anti-indígenas que tramitam no Congresso Nacional, no Executivo e no Judiciário (PEC⁶⁸ 215, PEC 098, Portaria 303 e PL⁶⁹ 227) ameaçam não só os direitos dos povos originários garantidos na Constituição Federal, mas também o direito de todo o cidadão brasileiro em ter um ambiente sadio e equilibrado. O IX CBA-Agroecologia repudia veementemente essas iniciativas (p. 6).

A Carta deixa clara a intenção política do evento, uma vez que o texto é estruturado a partir de denúncias a condições injustas e demanda de melhorias na legislação vigente. Vale salientar que, no documento, o eixo que evoca as demandas políticas é bem maior que a parte que evoca questões científicas e epistemológicas, demonstrando o caráter político no qual esse conhecimento se constrói.

Esperamos do governo federal sinalizações concretas e imediatas de compromisso com o atendimento das propostas que aqui apresentamos. O imediato lançamento do Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos (PRONARA), tal como pactuado no Plano Nacional de Agroecologia e

⁶⁸ Proposta de Emenda Constitucional.

⁶⁹ Projeto de Lei.

Produção Orgânica (PLANAPO); a retomada das concepções originais do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), inclusive para o fortalecimento de redes locais de conservação da agrobiodiversidade; o fortalecimento de ministérios e órgãos ameaçados pelos interesses de forças conservadoras dentro do próprio governo. Não aceitamos que esta agenda, que sinaliza para saídas estruturais à crise de civilização, seja comprometida pelo ajuste fiscal. O ônus do ajuste deve recair sobre aquelas atividades e grupos econômicos responsáveis pela tragédia socioambiental que se agrava sobre a sociedade brasileira.

O II Planapo deve trazer avanços substanciais tanto em termos orçamentários quanto nas iniciativas necessárias para fazer avançar a Agroecologia como enfoque para a reestruturação dos sistemas agroalimentares, contribuindo para superar as desigualdades sociais e a degradação ambiental. Deve também avançar nos mecanismos de participação e controle social bem como na articulação coordenada entre ministérios e órgãos do governo brasileiro (p. 6-7).

O encontro começa a ser finalizado com a leitura de moções indígenas, dos Grupos de Agroecologia e de outros movimentos sociais, de forma emocionada e militante. Dá-se, então, espaço a apresentações culturais e teatrais, com músicas e danças.

Num congresso de caráter científico, a sua existência, organização, debates, discussões, trabalhos, mesas, GTs, ou seja, toda a sua estrutura influi para um momento final de efetivação de um projeto político que se caracteriza por ter uma produção, de um lado, “academicista”, e do outro, a existência de atores, imbuídos de discursos e participantes de certas instituições (que eles tornaram centrais a partir de seu trabalho em grupo) que conseguem penetrar no Estado e efetivar o sentido político da agroecologia.

Por fim, veremos mais detalhadamente no capítulo seguinte de que forma se deu a construção deste campo agroecológico, tomando como base as redes tecidas na conjunção das trajetórias de alguns de seus atores e a politização intrínseca que perpassa todo este fazer.

CAPÍTULO 2

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA AGROECOLOGIA NO BRASIL

Latour (2012) aponta a dificuldade de sair da bipolaridade local-global nas análises dos fenômenos sociais. São três os meios de análise mais recorrentes: O primeiro, que procura transferir análises de contexto global para o interior de locais e realidades específicas; inversamente, um segundo tipo que generaliza fatos empíricos e localizados. Mais raramente, se encontra um terceiro tipo, que se ocupa em encontrar as conexões (ductos) por onde se constroem as relações que se engendram no local e no global sem sobreposições, um meio pelo qual tornaria possível superar a bipolaridade (local-global) ao passo que visa o diagnóstico das conexões entre os atores que se encontram nas diferentes escalas espaço-temporais. Para tanto, Latour se utiliza da metáfora do *aplainamento*, procurando explicar que a superação da bipolaridade local-global se dá pelas associações estabelecidas entre os distintos atores, ao trazê-los para um único plano de ação, a rede. Logo, as associações são responsáveis por transportar as ações que configuram uma rede sociotécnica.

Quando falamos em contexto, não significa somente a cultura englobante e a sociedade ao redor, mas a rede em que o ator está inserido. Nesta rede, entre uma esfera e outra (global-local) a ação é transferida e sempre transformada. Identificar o que é transportado entre os atores de uma determinada rede implica em descobrir como se associam os seres humanos, natureza e objetos. Assim:

Temos apenas de estabelecer conexões contínuas entre uma interação local e outros lugares, tempos ou agências por meio dos quais um local é levado a fazer coisas. Isso significa que temos de seguir o caminho indicado pelo processo de delegação ou transferência (...). O desdobramento deve tomar a forma de rede sob a condição de que todo transporte seja pago com transformações, isto é, desde que pavimentemos o caminho de um local a outro, não com intermediários, mas com mediadores completos. Se fizermos isso, tornaremos visíveis as longas cadeias de atores que ligam os lugares entre si sem perder um único passo (LATOUR, 2012, p. 251).

Afirmar que uma interação “local” é moldada por elementos externos não diz nada sobre esses mesmos elementos, pois eles não simplesmente brotam de um contexto global, um quadro abrangente, uma estrutura profunda. O que devemos fazer é rastrear a existência contínua e empiricamente detectável para alcançar os lugares de onde vêm os ingredientes da ação. No caso da agroecologia, as viagens, os contatos pessoais, e as formações acadêmicas em outros países a constituir a configuração brasileira.

A “interação local” é um conjunto de outras interações distribuídas no tempo e no espaço, trazidas à tona por outros atores, inclusive os não-humanos, servindo como transportadores e mediadores. Isso é o que realmente acontece quando falamos da “estruturação” de algo, de alguma realidade local, pois não existe uma situação já dada onde ocupamos lugares predeterminados dentro dela.

A nova ordem de discurso global é caracterizada por tensões entre práticas internacionais e tradições locais, construindo um determinado cenário particular. Para recuperar algum sentido de ordem, a solução é rastrear as relações entre as controvérsias em vez de tratar de decidir como resolver qualquer tensão dada. De forma alguma se deve abandonar a busca de ordem, rigor e padrões. Apenas nos situamos na busca de um nível mais alto de abstração, de modo a permitir que os atores exibam seus próprios constructos, por mais contraintuitivos que pareçam⁷⁰. A Teoria Ator-Rede (TAR) oferece uma maneira científica de construir o mundo social sem interromper o fluxo das controvérsias (LATOURET, 2012). A TAR propicia condições de encontrar a ordem depois de haver deixado que os atores implantem toda a gama de controvérsias em que estão imersos.

Hoje se permuta e se mobiliza um número cada vez maior de elementos conectados no tecido social, com longas cadeias de ação com um número maior de não-humanos associados uns aos outros. A energia actante despendida pelos atores sociais talvez não seja propriedade dos objetos, como também não são propriedade dos humanos, mas sim, são propriedades de instituições, aparatos e dispositivos. Atores são definidos com base naquilo que eles fazem, em seu desempenho, pois suas competências são integradas a instituições sociais. O ator não é somente um objeto ou um ser humano, mas pode ser a mescla dos dois, uma outra criatura, um híbrido.

A ação é resultado de entidades associadas. Ela não é propriedade de humanos exclusivamente, mas de uma associação de atuantes. Os humanos não agem sozinhos,

⁷⁰ A tarefa de definir e ordenar o social deve ajustar-se aos próprios atores analisados.

eles delegam ação a outros atuantes que agora compartilham a sua existência através de uma mediação, translação técnica que reside na troca de propriedades entre matéria e sociedade. Somos todos, então, uma instituição-objeto.

Neste contexto, a noção de simetria é útil para deixar de lado a dicotomia sujeito/objeto como realidades independentes, que impedem a compreensão dos coletivos. Estamos num mundo híbrido feito de pessoas e objetos, de humanos e não-humanos como entidades coletivas mutáveis, ambos com história. A simetria é aquilo que se conserva ao longo de transformações, o constante na série de propriedades que os agentes podem trocar sobrepondo-se uns aos outros (LATOURE, 2001).

Ideias, materiais e homens movem-se também no coletivo por meio da ciência, estando conectados a controvérsias, paradigmas e questões de pesquisa. Há, indubitavelmente, uma relação entre os valores sociais e a ciência. Esta última exerce influência decisiva nas estruturas cognitivas pelas quais o homem se orienta no mundo e na relação entre sociedade e natureza.

O estudo da atividade científica é também um dos grandes focos daqueles que se utilizam dos ensinamentos de Latour – de seus estudos etnográficos de laboratório e da Teoria Ator-Rede – sendo o elemento central desta pesquisa. Segundo Latour (2001), os circuitos que os estudos da ciência precisam levar em consideração para reconstituir a construção e circulação dos fatos científicos são:

- A “Mobilização do mundo”, isto é, os meios pelos quais os não-humanos são inseridos no discurso, fazendo-os suscetíveis de argumentação. Aqui, a natureza se converte em argumento, trazendo autoridade e segurança aos cientistas;
- A “Autonomização”, ou seja, como uma disciplina ou profissão se torna independente e engendra seus próprios critérios de avaliação e relevância por meio da mobilização de recursos, organizações e regulamentos.
- A feitura de “Alianças”, que constituem o caminho pelo qual as informações científicas viajam, pois a referência circulante não cessa com os dados, ela tem que continuar a fluir e convencer outros;
- A “Representação pública”, vista como o cuidado com as relações com os não-cientistas, tanto com a sociedade civil quanto com o Estado, no qual os cientistas penetram para se tornarem fazedores de políticas públicas;

- Os “Vínculos e nós” efetuados, onde contexto e conteúdo se juntam, isto porque, um conceito se torna verdadeiramente científico porque ele se liga a um repertório de recursos, e não porque se autonomiza.

Tais circuitos não ocorrem, necessariamente, de forma sucessiva, mas demonstram passos e estratégias na institucionalização de um campo científico. Neste caso, o papel do sociólogo das ciências não é desmentir os fatos estudados, mas dar espaço à polifonia, proteger a diversidade de status, elucidando o obscurecimento de como o trabalho do cientista se torna invisível de acordo com o êxito que ele adquire.

A forma pela qual realizarei esta tarefa é por meio da análise de entrevistas de indivíduos vistos como destacados, pra definir as orientações que caracterizam o campo (MARICONDA, 2008), enxergando o vínculo entre o intelectual e o social, na busca dos mecanismos transversais que permitem a mobilidade entre os fatores intelectuais e socioprofissionais junto dos elementos organizacionais e institucionais da agroecologia.

Segundo Altieri e Toledo (2011), o desenvolvimento deste campo em nosso país está fincado, grosso modo, em três processos:

- O treinamento de uma nova geração de agroecologistas, em que muitos deles se tornam professores e pesquisadores em universidades públicas e centros de extensão rural;
- A re-orientação do movimento da agricultura familiar para a agroecologia;
- A entrada de agroecologistas no Governo Federal.

Visualizar o reconhecimento nacional de personagens como dotados de autoridade política a partir da análise das características sociais dos atores, permite entender os recursos sociais que os dotaram de disposições necessárias para adentrar na academia e na estrutura do Estado. As biografias mostram como a entrada na arena nacional só é possível mediante o trabalho prévio de discursos focados em invocações e ruptura com o passado, quando vidas individuais passam a servir para compreender processos profundos de transformação social e política (GARCIA JÚNIOR, 2007) na institucionalização do campo científico agroecológico.

As instituições são lugares de leis, costumes e pessoas. Elas propiciam todas as mediações necessárias para os atores sociais. Portanto, o sentido de institucionalizado, no campo científico, indica a ciência rotinizada, estabelecida. O que buscamos neste capítulo é entender a institucionalização da agroecologia, isto é, a sua conformação e

solidificação no território brasileiro, através da análise de correspondências entre trajetórias profissionais, não necessariamente em termos lineares ou causais.

Falar em prática científica é oferecer um relato mais realista da ciência em ação e da sua fabricação, alicerçando-a em laboratórios, experimentos e grupos. Por fim, “qualquer análise sociológica (...) tem que especificar a dinâmica das redes sociais que examina e as representações a elas associadas sem tomar como pressuposto divisões espaciais pré-construídas” (GARCIA JÚNIOR e GRZYNSZPAN, 2002, p. 340).

Os primeiros passos para uma nova ciência

A agricultura alternativa antecede a Revolução Verde⁷¹, tendo surgido na Alemanha em 1924 com a agricultura biodinâmica e natural⁷²; na Inglaterra, em 1946, com a agricultura orgânica⁷³; e na França, em 1940, com a “*agriculture biodynamique d'alimentation normale*”⁷⁴. Suas bases, grosso modo, estão na contestação política, no pensamento filosófico e na reação a padrões industriais de produção. Seus pioneiros eram, majoritariamente, das áreas biológicas, da zoologia e da agronomia.

“O termo agroecologia nada tem de novo, ele foi utilizado pela primeira vez em 1928, em uma publicação do agrônomo russo Basil Bensin” (PAULINO, 2013, p. 12) como uma ciência voltada para a agricultura. O lançamento da obra “Ecologia e geografia ecológica de cultivos no currículo agrônomo” em 1928 de K. Kagles, também marcou o início de uma série de reflexões sobre as questões ecológicas e ambientais relacionadas com a agricultura. Todavia, o uso do termo “agroecologia” perde força quando a Ecologia passa a ser abordada de forma mais experimental, enquanto que passou a caber à agronomia o tratamento das questões agrícolas.

Sua fase inicial vai do seu surgimento, em 1930, até os anos 1960. Neste intervalo de tempo, destacam-se as obras de Sir Albert Howard, de 1943 (*An agricultural testament*), lidando com o manejo dos solos, que é um aporte fundamental do fazer agroecológico; e de Rachel Carson, em 1962 (*Silent spring*), marcando o início da preocupação com os impactos dos agrotóxicos (SOUSA e MARTINS, 2013).

⁷¹ Iniciada na década de 1960, também conhecida como “Modernização Conservadora”, a Revolução Verde impulsionou o processo de mecanização no campo, “além de ter como característica a quimificação, que se expressa no uso de fertilizantes, agrotóxicos e sementes selecionadas” (PAULINO, 2013, p. 10).

⁷² (VOGT, 1999 apud BRANDENBUG, 2002).

⁷³ (REED, 2002 apud BRANDENBUG, 2002).

⁷⁴ (CEZAR, 1999 apud BRANDENBUG, 2002).

Sua expansão ocorreu principalmente dos anos 1970 a 1980 e em 1990 ocorreu sua institucionalização e consolidação. Já durante os anos 2000, fortaleceram-se as definições para novas dimensões da agroecologia. Seu arcabouço cresceu de uma análise do campo para a escala dos agroecossistemas e finalmente do sistema alimentar.

No século XX, o Estado passa a se entrelaçar com campos considerados de importância prática, trazendo novas funções para o conhecimento. As décadas de 1940 e 1950 presenciaram a utopia do poder da ciência para resolver todos os problemas da humanidade e, a partir da Segunda Guerra Mundial, temos também um crescimento acelerado da ciência graças ao aumento do apoio governamental, que assume responsabilidade cada vez maior no financiamento de pesquisas.

Durante as décadas de 1950 e 1960, período em que movimentos ambientalistas se posicionaram contra a industrialização da agricultura, vários artigos alemães foram escritos envolvendo os aspectos biológicos dos habitats naturais, numa combinação de ecologia e agronomia. Nos Estados Unidos, berço do maior número de produções textuais em agroecologia (WEZEL e SOLDAT, 2009)⁷⁵, o sistema universitário era bastante descentralizado, o que o tornava mais receptivo a inovações, do que, por exemplo, na Europa. Os institutos americanos muitas vezes se tratavam de empreendimentos interdisciplinares, desligados de departamentos ou cargos de professores, e que objetivavam pesquisas orientadas por uma determinada missão prática, recebendo contribuição de várias disciplinas para a exploração de um único problema, além do compartilhamento de equipamentos teórico-metodológicos entre diferentes grupos de pesquisadores.

Os sistemas descentralizados americanos se tornaram mais abertos para a produção de novos tipos de papéis e organizações científicas graças a maior variedade de ideias e experimentos e das numerosas maneiras pelas quais a ciência pode ser empregada. Os usos amplos da ciência e a profissionalização crescente dos professores acabaram por criar novas bases para a pesquisa acadêmica.

Os institutos americanos tinham maior autoridade e liberdade acadêmica se comparados com outros países, obtendo grande influência na política graças a sua estrutura pluralista. A tendência era que as instituições e universidades realizassem uma diversidade cada vez maior de funções, justamente quando a expansão da ciência no ensino superior exigiu uma participação maior da universidade nos problemas da

⁷⁵ Artigo escrito sob a égide do Departamento de Agroecossistema, Meio Ambiente e Produção do Institut supérieur d'agriculture et d'agroalimentaire Rhône-Alpes (ISARA), em Lyon, França.

sociedade (BEM-DAVID, 1974), o que explica o fato deste país ser o berço do conhecimento agroecológico.

Os trabalhos em agroecologia entre os anos 1930 e 1960 eram quase que exclusivamente da Alemanha e dos Estados Unidos da América (EUA) e, apesar da expansão de publicações em escala mundial, os EUA ainda dominam o número global graças, dentre outros motivos, à força dos nomes de Altieri, Francis e Gliessman⁷⁶. O que não significa, obviamente, que este campo tenha se mantido estático. Os agroecologistas vêm alterando sua abordagem de trabalho, passando das análises do habitat natural (entre os anos 1930-1960) para as questões agrícolas e da escala do agroecossistema (1970 a 2000). Os principais responsáveis por essa virada na cosmovisão dos agroecologistas foram Francis (2003) e Gliessman (2007), em diálogo com as obras de Altieri⁷⁷, trazendo pra este universo a bagagem dos aspectos culturais, sociais, econômicos e políticos no trabalho com os agroecossistemas.

Na década de 1960, período de um amplo questionamento dos esquemas democráticos, a natureza se transforma em referencial político, não apenas como política conservacionista do Estado, mas como objeto de disputa e apropriação social, quando “redefine-se o sentido da utopia como construção do possível pela ação política.” (LEFF, 2006, p. 308). O destino da natureza agora está em jogo num processo de criação de sentidos e verdades atravessado por estratégias de poder no saber. A partir daí, a interdisciplinaridade e as teorias sistêmicas apareceram como novas metodologias para apreender as configurações do mundo⁷⁸ e para lidar com os ecossistemas e populações locais.

Com isso, desde o final desta década, nos países subdesenvolvidos, o movimento ambiental vem se enraizando nas universidades e nas comunidades rurais. Os movimentos associados com o desenvolvimento de novos paradigmas “e às práticas produtivas do meio rural são uma parte importante de um movimento mais amplo e complexo, orientado para a transformação do Estado e da ordem econômica dominante” (LEFF, 2006, p. 494).

⁷⁶ A maior parte da produção textual mundial analisada por Wezel e Soldat (2009) provém dos EUA, Reino Unido, França, Alemanha. Outros países também apareceram, principalmente a partir dos anos 1990, como Nigéria, China, Índia, Canadá, Itália, Brasil, Kenya e Dinamarca.

⁷⁷ Altieri é o autor com maior número de publicações, seguido por Francis e Gliessman (WEZEL e SOLDAT, 2009).

⁷⁸ No entanto, essas metodologias ainda não conseguiam escampar da objetividade e unidade do conhecimento, recuperando o logocentrismo da ciência por tentar unificar e homogeneizar o saber do outro, não dando vazão a heterogeneidade e multiplicidade de saberes e visões de mundo, algo que só tem sido alcançado mais recentemente.

Na França, a produção de orgânicos (*agriculture biologique*), ainda subserviente à economia de mercado, é estruturada nacionalmente desde os anos 1980, mas a noção de agroecologia só ganha espaço posteriormente, a partir de processos de diferenciação entre agricultores orgânicos e de economia solidária. Neste país, os pioneiros da agroecologia foram os movimentos sociais⁷⁹, onde definições científicas e aspectos disciplinares se fizeram ausentes⁸⁰ (ABREU, LAMINE, BRANDENBURG, BELLON e MAZAROTTO, 2011). Lá, a agricultura ecológica surgiu como um movimento de contracultura e de crítica à sociedade de consumo.

Na Europa, os agricultores, precursores da agricultura ecológica, reagem às políticas de modernização e conquistam espaços na sociedade, organizando grupos e associações. Na França, um dos grupos pioneiros da agricultura biológica, o Grupo de Agricultores Biológicos do Oeste (Gabo) irá surgir já em 1958. Outra associação, a "Associação Française pour une Alimentation Normale" (Afran), será fundada por um médico preocupado com os aspectos da nutrição da agricultura-biodinâmica (CEZAR, 1999) (...) e no final dos anos 70 o movimento organiza a "Fédération Nationale d' Agriculture Biologique" (FNAB). Já anteriormente, fruto da expansão do movimento da agricultura ecológica em toda a Europa e outros continentes, em 1972, surge a "International Federation of Organic Agriculture Movements" (Ifoam) (BRANDENBURG, 2002, p. 17).

As mudanças de definições e escalas podem ser atribuídas à evolução de duas disciplinas básicas, das quais a agroecologia deriva: a agronomia e a ecologia. O envolvimento da botânica, da geografia e da economia também fortaleceu esse processo. Os tópicos estudados pelos agroecologistas cresceram com o tempo. Alguns persistem, como o solo; outros apareceram, como a sustentabilidade rural, o desenvolvimento e a agricultura sustentável, temas que deixaram claro o quanto a dimensão política foi adicionada a esse campo, incluindo a tentativa de influenciar processos decisórios na formulação de políticas públicas.

Trajetórias da agroecologia

As críticas ao padrão tecnológico dominante vão ficando cada vez mais evidentes a partir da década de 1970, graças à crise econômica e aos altos custos das tecnologias modernas, além das consequências sociais e ecológicas. Este período é

⁷⁹ Como o liderado por Pierre Rabhi.

⁸⁰ Incluindo aqueles relacionados à Via Campesina.

caracterizado pela disseminação de discursos ambientais que apoiam instituições e ações em torno de um projeto alternativo de desenvolvimento. Este processo dá início à fomentação de redes, conectando diversas esferas do social e passando adiante os ideais de uma nova forma de relacionamento ente homem e natureza.

A crise ecológica inaugura uma controvérsia entre peritos, abrindo novas realidades em disputas. Essas controvérsias abafam as certezas da ciência (LATOUR, 2004) e faz com que outras formas de conhecimento entrem na arena para lutar pelo uso legítimo dos recursos naturais pelas populações autóctones. Portanto, “the technological dimension of the agroecological revolution emerges from the fact the contrary to Green Revolution approaches” (ALTIERI e TOLEDO, 2011, p. 598).

Para dar continuidade a este tema, a partir desta sessão até o fim do segundo capítulo, serão analisadas as falas dos seguintes atores:

QUADRO 2: Falas transcritas e analisadas no Capítulo 2

Nome	Ocupação	Natureza da fala
Eros Marion Mussoi	Professor da Universidade Federal de Santa Catarina	Entrevista semiestruturada realizada durante o IX Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBA), em Belém do Pará no ano de 2015.
Eric Pierre Sabourin	Pesquisador do Centre de Coopération Internationale en Recherche Agronomique pour le Développement (Cirad) e professor visitante no Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília	Entrevista semiestruturada realizada durante o IX CBA.
Luiz Antonio Cabello Norder	Professor no Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal de São Carlos e Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural	Entrevista semiestruturada e observação de sua fala na Mesa Redonda “Cursos de agroecologia: reconhecimento profissional e seus desafios”, ambos durante o IX CBA.
Lucimar Santiago de Abreu	Pesquisadora da Embrapa Meio Ambiente	Entrevista semiestruturada realizada durante o IX CBA.
Tatiana Deane de Abreu Sá	Pesquisadora em agroecologia na Embrapa Amazônia Oriental e professora colaboradora nas Universidade Federal Rural da Amazônia e Universidade Federal do Pará	Entrevista semiestruturada realizada via chamada de voz online no ano de 2016.
Francisco Roberto Caporal	Professor do Departamento de Educação da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e membro do Núcleo de Agroecologia e Campesinato (NAC) desta instituição.	Entrevista semiestruturada ocorrida em 2015 no NAC/UFRPE.
Maria Virgínia de Almeida	Professora da disciplina de	Entrevista semiestruturada

Aguiar	Extensão Rural e coordenadora da Licenciatura em Ciências Agrícolas da UFRPE	ocorrida em 2015 no NAC/UFRPE.
Laetícia Medeiros Jalil	Professora de sociologia da UFRPE	Entrevista semiestruturada realizada na UFRPE em 2015.
José Geraldo Wizniewsky	Professor da Universidade Federal de Santa Maria no Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural	Entrevista semiestruturada realizada durante o 53º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER), em João Pessoa (PB) no ano de 2015.
Jalcione Pereira de Almeida	Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, vinculado ao Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas	Entrevista semiestruturada realizada durante o 53º SOBER.
Paulo André Niederle	Professor do Departamento de Sociologia e dos Programas de Pós-Graduação em Sociologia e em Desenvolvimento Rural da UFRGS	Entrevista semiestruturada realizada durante o 53º SOBER.
Julien Blanc	Doutor em Socio-antropologia do meio ambiente pelo Muséum National d'Histoire Naturelle	Entrevista semiestruturada realizada durante o evento “Diálogos de Conhecimento sobre Agroecologia”, na UFRPE em 2015.
Jorge Roberto Tavares de Lima	Professor da UFRPE, associado ao NAC.	Entrevista semiestruturada realizada durante o evento “Diálogos de Conhecimento sobre Agroecologia”.

Fonte: Próprio autor.

Sabendo que a agroecologia se identifica como discurso contrário da Revolução Verde, é importante frisar que os efeitos desta revolução se deram primeiramente, em nosso país, na região Sul, o que torna claro o porquê do movimento de agriculturas alternativas – precursor da agroecologia – ter tido mais força nesta localidade, como aparece na fala de Paulo André Nierdele:

Tem que olhar um pouco o contexto em que se desenvolve a agricultura dos anos 1960, 1970 pra cá, pós, pós início da Modernização Conservadora, Revolução Verde. Porque que a agroecologia, enquanto tal, como a gente compreende no Brasil teve um desenvolvimento específico no Sul do Brasil? Primeiro por conta da intensidade do processo de modernização da agricultura, o modo como ele se deu, ele foi, o projeto da Revolução Verde ele foi aplicado naquela região de forma muito mais intensa, muito mais abrupta, muito mais rápido e com consequências sociais muito expressivas. Soma-se a isso ou vem conectado a isso a reação a esse processo. Então você teve diversos movimentos reagindo a isso. “Bom, mas no Nordeste você tem movimento social também!”. Sim, mas a crítica que esses movimentos tinham no Nordeste eram menos associadas ao modelo de produção com

uso intensivo de agroquímicos, a especialização e muito mais ao, ao, a concentração da terra...

(...)

Então surge desde o Lutzenberger e a experiência da Fundação Gaia, o Centro Agroecológico do Ipê, o Cetap⁸¹, que era um centro de tecnologias alternativas vinculado aos movimentos sociais, começa a pipocar, em várias regiões, várias experiências tentando mostrar “ó, dá pra fazer diferente, tem modelos diferenciados”.

E num determinado momento essas experiências começam a convergir, começa a se formar efetivamente uma rede que vai desembocar num movimento agroecológico.

(...)

Acho que tem outro fator, é, que, de protagonismo nesse processo todo, que são os movimentos estudantis e de juventude. Você teve a influência dos Encontros Brasileiros de Agroecologia, é, muito capitaneados pelas Federações dos Estudantes de Agronomia, de Veterinária depois. Você teve o papel dos movimentos estudantis foram fundamentais; dos grupos de agroecologia; porque depois de formados, essas pessoas passaram a atuar nessas organizações. Foram trabalhar no MST; foram trabalhar no Cetap; no Centro Ecológico; e a rede que, pra formar um movimento, essa rede de organizações, ela já se abastecia de uma, se alimentava da rede que existia nos movimentos estudantis. Então isso ajudou um pouco a fortalecer (Paulo André Niederle, João Pessoa, 2015).

A estrutura de relações objetivas, ou quadro de tensões, “é o que vai comandar os pontos de vista, as intervenções científicas, os lugares de publicação, os temas escolhidos e os objetos pelos quais os cientistas se interessam” (BOURDIEU, 2004, p. 60). Assim, as questões ambientais e agrícolas dirão bastante sobre os rumos que os profissionais tomarão em suas trajetórias e suas estratégias de ação coletiva no cenário científico nacional, isto porque, as tomadas de posições dos cientistas só são compreensíveis quando inseridas nos campos aos quais estão vinculados.

A trajetória de Paulo Niederle aponta uma predileção para os estudos rurais e afiliação com temáticas da agricultura familiar, além de ter trabalhado diretamente com pesquisas em agroecologia durante alguns anos, o que o torna um perito dotado de fortes conhecimentos para investigação e análise:

Jonatta: Em primeiro lugar, como foi o seu contato com a agroecologia? Se foi a partir de algum local, instituição ou alguma pessoa que estava ligada com essa temática, nessa sua trajetória, assim...

Paulo: Sou filho de agricultor, meus pais hoje já não são mais agricultores, mas sou filho de agricultor (...). Enquanto termo, é um contato que começa na graduação, participando de grupos de agricultura ecológica, enquadra o movimento estudantil. Agora, enquanto prática social, digamos assim, considerando a agroecologia enquanto um movimento, fundamentalmente durante a graduação, grupos de

⁸¹ Centro de Tecnologias Alternativas Populares.

estudantes. Enquanto prática, provavelmente desde criança com os meus pais. Enquanto ciência, muito mais recentemente que eu passei a estudar efetivamente a agroecologia depois do doutorado, inclusive.

Jonatta: A sua graduação foi em que área?

Paulo: Agronomia. Universidade Federal de Pelotas.

Jonatta: O Senhor se formou em que ano?

Paulo: 2004.

Jonatta: Então lá já tinha grupos de agricultura ecológica? Já nessa época?

Paulo: Já tinha grupo de agricultura alternativa desde a década de 80. Depois ele se tornou grupo de agricultura ecológica e não sei como é que continua, se continua hoje, mas até recentemente tinha notícias de... Era um dos grupos mais antigos que tinha no Brasil, com todo um trabalho de movimento estudantil.

Jonatta: Tá legal. E agora, o Senhor atua profissionalmente em algum grupo de agroecologia, alguma atividade de extensão?

Paulo: Então, eu fiz o doutorado discutindo indicações geográficas, não tinha muita coisa a ver com a agroecologia (...). Depois que eu terminei o doutorado, eu fui pra Universidade Federal do Paraná, aonde eu dei aula durante três anos e ao chegar lá, tinha um projeto já constituído, no qual eu me engajei, de feiras de produtos agroecológicos, um projeto que já estava em andamento há quatro anos.

(...)

Ah... E depois, faz um ano e meio, começo de 2014, eu saí do Paraná e fui pro Rio Grande do Sul. Agora, especificamente no Rio Grande do Sul não tenho um projeto sobre agroecologia específico porque tem essa quebra, essas mudanças de universidade (Paulo André Niederle, João Pessoa, 2015).

A controvérsia inicial que pesa para conformar o cenário científico da agroecologia brasileira se encontra nas respostas para a Revolução Verde e, conseqüentemente, à crise ecológica, definido grupos de atores que, de um lado, apontavam para a necessidade da modernização do campo e, do outro, identificavam os efeitos negativos deste processo. Portanto, é natural que a base da agroecologia se conforme no Sul do país, local onde a modernização atingiu níveis mais altos durante as décadas passadas. Ainda hoje, essa região sustenta grande apoio de pesquisadores no campo agroecológico. Metodologicamente, essa controvérsia se torna o ponto inicial da análise da institucionalização do cenário científico da agroecologia brasileira e das redes que serão seguidas.

“O processo de construção dos agricultores familiares como personagens sociopolíticos na região Sul contou com uma série de iniciativas do sindicalismo” (p. 212). Trata-se de uma “construção interativa e compartilhada entre a complexidade interna de um ator e as suas reações com o ambiente social (outros atores, as oportunidades políticas e os vínculos que estabelece)” (PICOLOTTO, 2014, p. 214), fortalecendo a agricultura de base familiar e os atores que com ela se entrelaçavam.

O termo agricultura alternativa é um discurso social e remonta à década de 1970, conformado na agricultura de base ecológica e impulsionada por organizações comprometidas com um projeto político. Tal movimento ganha força aqui principalmente em 1976, graças ao manifesto ecológico brasileiro “O fim o futuro?”, de José Lutzenberger, que servirá de inspiração para pesquisadores, ecologistas e a sociedade no geral.

Enquanto movimento social do campo organizado em contraposição à modernização agrícola, sua origem se dá muito a partir da reação de agricultores ligados à ação progressista da Igreja Católica ou Protestante, as chamadas Comissões Pastorais da Terra, que

irão desenvolver um trabalho junto aos Agricultores e, em alguns casos, através de órgãos criados com finalidade específica, como o caso da Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural - Assessor, no Oeste do Paraná e da Associação de Hortigranjeiros do município do Turvo no Centro-Oeste do Paraná, Centro Vianei de Educação Popular em SC, Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor e Centro de Tecnologias Alternativas e Populares - Cetap, no Rio Grande do Sul (BRANDENBUG, 2002, p. 12).

As primeiras críticas ao processo de modernização na agricultura brasileira vieram por parte de intelectuais e profissionais (principalmente engenheiros agrônomos) que denunciavam os impactos negativos dessas tecnologias ao meio ambiente por meio de publicações científicas. Este movimento de agriculturas alternativas ganhou forma durante as décadas de 1970 e 1980, onde as universidades se constituíram enquanto espaços privilegiados para este debate, inclusive no movimento estudantil, tendo como marco, assim como elucidado por Luiz Norder e Lucimar Abreu na transcrição abaixo, a importância da organização de congressos da Organização da Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB).

Norder: Eu acho que a FEAB, Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil.

Lucimar: Década de 80...

Norder: (...) É um pessoal bem progressista, por uma agricultura... eles começaram a fazer isso...

Lucimar: Eu lembro que a agricultura alternativa, o presidente da agricultura alternativa era vinculado a FEAB. Maria Helena Lazarini...

Norder: Tem várias pessoas aqui. A FEAB é importante! (Luiz Antonio Cabello Norder e Lucimar Santiago de Abreu, Belém, 2015).

As discussões em torno da revolução verde desencadearam nas universidades a formação de vários grupos de estudos e pesquisas em tecnologias e agriculturas alternativas. Com o passar do tempo, as propostas amadureceram e esses estudantes militantes dos movimentos alternativos se graduaram, resultando em muitos casos na formação de Organizações da Sociedade Civil (ONGs) (AZAVEDO, 2011) ou, posteriormente, em Grupos de Agroecologia (GA's)⁸², que se tornaram importantes na disputa do modelo tecnológico dentro das universidades. Em outras palavras, alunos das ciências agrárias passam a ter contato com a temática, formando grupos de agricultura alternativa dentro dos cursos de agronomia, estudantes estes que farão parte, futuramente, de quadros profissionais das organizações não governamentais, dos movimentos sociais e do Estado.

A mobilização da academia

A emergência da sociedade civil brasileira se dá no período final do regime militar e início da redemocratização do país. Essa categoria começa a ser empregada a partir do final dos anos 1970 para expressar a reativação do movimento sindical e a ação dos novos movimentos sociais, quando o Estado passa a ser considerado como um instrumento útil para a sociedade civil. Dentre as transformações deste período, temos o ganho de força do movimento estudantil. Posteriormente, nos anos 1980, os movimentos ampliam seu alcance com as reivindicações ecológicas contra tecnologias poluentes e, na década de 1990, surge um novo tipo de organização, as ONGs, para designar entidades da sociedade civil em referência a um movimento de cunho social.

Após as greves do ABC Paulista⁸³ (a partir de 1978) e do III Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) em 1979, “cresceu a atenção para com as formas de representação sindicais e políticas dos grupos dominados” (p. 334). Antes era difícil estudar esse tipo de movimento graças à censura do regime militar. Depois, a materialidade dessas resistências políticas deu ânimo para

⁸² Os GA's eram nacionalmente articulados na década de 1980, perdendo essa articulação nos anos 1990 e se reestabelecendo a partir de 2005, com a construção de espaços de discussão, formação e elaboração de pautas políticas, como o Encontro Nacional de Grupos de Agroecologia (ENGA) e a Rede dos Grupos de Agroecologia do Brasil (REGA). Atualmente, a REGA ajuda na elaboração de um projeto político que tenha a Agroecologia como eixo central, trabalhando a formação teórica, prática e profissionalizante, através de projetos de pesquisa e extensão rural nas universidades (FAGUNDES, LADIERA e OLIVEIRA, 2013).

⁸³ Greves de operários durante a ditadura militar no eixo formado pelas cidades de Santo André, São Bernardo e São Caetano.

as suas análises nas ciências sociais, seus interesses e mobilização política. “A objetivação da experiência política progressiva serviria de marco para balizar os passos possíveis nos anos de 1980 para a liquidação do autoritarismo e para ampliar o leque de transformações sociais menos desfavoráveis às camadas populares” (GARCIA JÚNIOR e GRZYNSZPAN, 2002, p. 335), inclusive as do mundo rural.

No que se refere aos impactos da modernização agrícola, essa pauta começou a ser discutida academicamente na década de 1970, quando a Associação de Engenheiros Agrônomos do Estado de São Paulo (AEASP) realizou o I Congresso Paulista de Agronomia em 1977, manifestando a necessidade de repensar a agricultura brasileira⁸⁴. Em 1979, durante o IX Congresso Brasileiro de Agronomia, organizado pela Federação das Associações dos Engenheiros Agrônomos do Brasil (FAEAB), percebeu-se uma grande adesão dos militantes de esquerda à agricultura alternativa, por o considerarem enquanto um discurso anticapitalista.

Também foram tecidas resistências por parte de estudantes de agronomia que começaram a instaurar os embasamentos da agroecologia no Brasil a partir da década de 1980, através dos Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa (EBAA) e por profissionais graduados que participavam do Projeto Tecnologias Alternativas da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (PTA/FASE) – debatido mais a frente –, formando redes de intercâmbio entre diferentes setores da sociedade⁸⁵.

Nas universidades, os movimentos alternativos eram organizados por estudantes apoiados pela FEAB, que se encontravam nos Congressos Nacionais de Estudantes de Agronomia (CONEAs). Em 1981, a FEAB, a Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná e o Grupo de Agricultura Alternativa da AEASP organizaram o I EBAA em Curitiba (PR), configurando um marco da agricultura alternativa em nosso país, apresentando uma proposta contrária à Revolução Verde (PADULA, CARDOSO, FERRARI e DAL SOGLIO, 2013).

Essa interação institucional entre o PTA e o EBAA se encontra presente na memória do professor Jalcione Almeida, um dos meus entrevistados:

E aí tem que ir lá buscar nos EBBAs (...). O primeiro, eu acho, se não me engano, foi em Curitiba, por causa dessa efervescência do Paraná; o segundo foi no Rio de Janeiro, em que a AS-PTA já estava, ela tava no Rio, tá no Rio ainda né; a terceira, se eu não me engano, foi no Mato Grosso do Sul, se eu não me engano em Cuiabá, Mato Grosso do Norte,

⁸⁴ Em 1988 a AEASP criou o Grupo de Agricultura Alternativa.

⁸⁵ Redes que fomentaram a criação dos Centros de Tecnologias Alternativas (CTA's).

Mato Grosso, em Cuiabá e a última foi em Porto Alegre em 88, que eu ajudei a organizar um pouco. Então um pouco esse é o caldo assim de cultura, a gênese talvez dessa chamada agroecologia hoje, não é? (Jalcione Pereira de Almeida, João Pessoa, 2015).

Como dito no trecho acima, universitários adentravam neste universo por meio de movimentos estudantis e acabavam participando da organização de eventos acadêmicos, num misto de atividade acadêmica e militância, cuja dedicação chega a acompanhá-los durante muitos anos de suas vidas:

A minha dissertação, lá na década de 1980, foi naquilo que se chamava agricultura alternativa. Não existia essa terminologia “agroecologia”, mas agriculturas alternativas. (...) Eu fazia agronomia na época, terminei agronomia, enquanto estudante de agronomia, digamos, tinha um certo engajamento nas alternativas à agricultura moderna, sempre fui um crítico da agricultura moderna desde os Bancos Escolares. O movimento agriculturas alternativas na época foi uma válvula de escape, foi uma saída normal que eu encontrei. Foi, acho que inclusive, ajudou a montar os EBAAAs, os Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa, quatro EBAAAs. Na verdade, não os quatro, principalmente os dois últimos e o último em particular que foi em Porto Alegre, o IV EBAA, acho que foi em 1988, se eu não me engano, que eram referências, assim, nacionais, pontos críticos, assim, dessa agricultura, digamos, moderna e tal.

Esse engajamento, ainda na graduação, me motivou a escolher o tema no mestrado que foi na agricultura alternativa também, eu defendi uma dissertação com esse tema, que modéstia a parte, foi uma dissertação que até hoje é reconhecida como uma das referências, uma das primeiras referências nesse campo da alternativa.

Aí eu fui pro doutorado logo em seguida. E trabalhei, na época, com agriculturas diferentes, um pouco fugindo ao padrão dessa agricultura convencional moderna. E a minha tese, de certa forma, também lidou um pouco por aí, mas não trabalhando ainda com agroecologia na verdade. Eu só fui me envolver com agroecologia quando eu voltei do doutorado, isso em 93, quando eu voltei do doutorado, que aí, ele era, o que se pode dizer assim, um movimento nascente enquanto agroecologia (Jalcione Pereira de Almeida, João Pessoa, 2015).

As redes que compõe o movimento de agriculturas alternativas se tornarão a base da institucionalização da agroecologia no Brasil. Todavia, tal rede pode ser extensa, mas não significa que seja livre. Explicando de outra forma, todos os atores que adentraram nesse campo exibiram um acúmulo de capital científico e político (envolvimento em atividades acadêmicas e com movimentos sociais) prévio, o que faz com que eles estejam “preparados” para participar desse universo, que como todo e qualquer campo social, envolve competição entre seus participantes, com o sucesso de

alguns e o afastamento daqueles que não apresentaram as capacidades necessárias para fazer parte.

Já fazendo parte deste campo científico em constante desenvolvimento e transformação, os cientistas acumulam reconhecimento, o que permite que eles se tornem referência na reprodução e alastramento dos conhecimentos deste espaço, como vemos no trecho a seguir:

Agroecologia enquanto um movimento nascente, politicamente com certa importância no Brasil. Muitos que estavam ali nesse meio eram parceiros meus na época dos EBAA's, da década de 1980, no trabalho com ONGs, da década de 1970, início da década de 1980. Da agronomia tinha (...) Encontro Nacional de Estudantes... são estudantes de agronomia que eram bastante críticos a uma agricultura moderna e tal e esse era um caldo de cultura muito importante no campo das ciências agrárias pra pensar essas alternativas. Como eu fiz uma dissertação nessa área; uma tese também um pouco nessa área; quando eu voltei, eu estava na academia já né, já estava na universidade orientando, dando aula, então começaram a chegar os interessados, os alunos interessados em estudar essa coisa. E aí, meio que normalmente, chegavam pra mim “olha, o Jalcione lá, lida com esse negócio, vai lá”, e eu acabei orientando um ou outro nesse campo, mas não foi por muito tempo não, eu fiquei trabalhando academicamente mesmo cinco anos, até 1997, mais ou menos, e depois esse tema eu abandonei por razões, digamos assim, também políticas, de também fruto de debates, de discussão na época, eu acabei abandonando, hoje eu não tenho mais nenhuma vinculação mais acadêmica com o tema (Jalcione Pereira Almeida, João Pessoa, 2015).

O II EBAA ocorreu em 1984 na cidade de Petrópolis (RJ). No final do encontro foi elaborada a “Carta de Petrópolis - Protocolo de Intenções”, que estabelecia o apoio dos governos estaduais a estas práticas diferenciadas. A partir da mobilização de estudantes e alguns professores apoiados pela FEAB, nesse mesmo ano foi aprovado um novo currículo mínimo para os cursos de Agronomia, agora incluindo conteúdo das ciências sociais e do meio ambiente, formando um profissional teoricamente mais crítico e hipoteticamente comprometido com a realidade rural.

Em 1987 foi realizado o III EBAA, na cidade de Cuiabá (MT). Agora, o pequeno produtor passa a ser considerado o foco das ações da agricultura alternativa. Este encontro foi marcado pela percepção da pouca presença de agricultores nos congressos e pela dissonância de duas linhas de pensamento: o grupo que defendia mudanças radicais no campo para que pudesse haver mudanças de ordem técnica e o grupo que acreditava que as transformações técnicas seriam a porta de entrada das transformações sociais.

Segundo Padula, Cardoso, Ferrari e Dal Soglio, (2013), esse contexto apresenta duas vertentes da agricultura alternativa, ainda marcada pelo difusionismo, isto é, por uma extensão rural voltada à “imposição” de pacotes tecnológicos para os agricultores, sem uma relação dialógica:

- A linha radical: lutava pelo controle das forças produtivas;
- A linha técnica: profissionais de nível superior e classe média que focavam na técnica e na linha orgânica;
- A linha político-ideológica: composta pelos militantes de esquerda filiados ao PT e a Federação das Associações de Engenheiros Agrônomos do Brasil (FAEAB) e FEAB. Faziam parte deste grupo de pessoas que ocupavam cargos políticos de destaque;
- A linha social: representada pela articulação das ONGs (PTA/FASE).

No IV EBAA, em 1989, houve um desentendimento e o PTA/FASE saiu da organização. O motivo para a controvérsia foi: enquanto a rede PTA procurava inserir a participação dos agricultores, os outros congressistas queriam manter o encontro num nível mais acadêmico/científico. Assim, os anos 1990 vivenciaram o fim dos EBAA e um contexto político desfavorável aos movimentos sociais por causa da eleição de Fernando Collor de Mello, apagando um pouco a agricultura alternativa, que acabara ficando mais restrita aos Grupos de Agricultura Ecológica de certas Universidades (LUZZI, 2007).

O fim desta década foi igualmente marcada pelo

investimento de multinacionais na retomada das associações estaduais de engenheiros-agrônomos, que levou, durante o Congresso Brasileiro de Agronomia realizado em Salvador, BA em 1991, à retomada da FAEAB pelas forças conservadoras, que permanecem até hoje em sua direção. Atualmente, a FAEAB retomou o seu antigo nome – Confederação dos Engenheiros Agrônomos do Brasil (Confaeab)” (PADULA, CARDOSO, FERRARI e DAL SOGLIO, 2013, p. 48).

Os EBAA fincaram o movimento de agriculturas alternativas no cenário acadêmico sulista, servindo como um nó que conecta diversas histórias de vida em torno da mobilização de estudantes que, posteriormente, se reconectariam em diversas instâncias graças a esse contato inicial.

Por mais que haja uma articulação orgânica entre os caracteres emancipador e cognitivo da investigação agroecológica, sob o ângulo

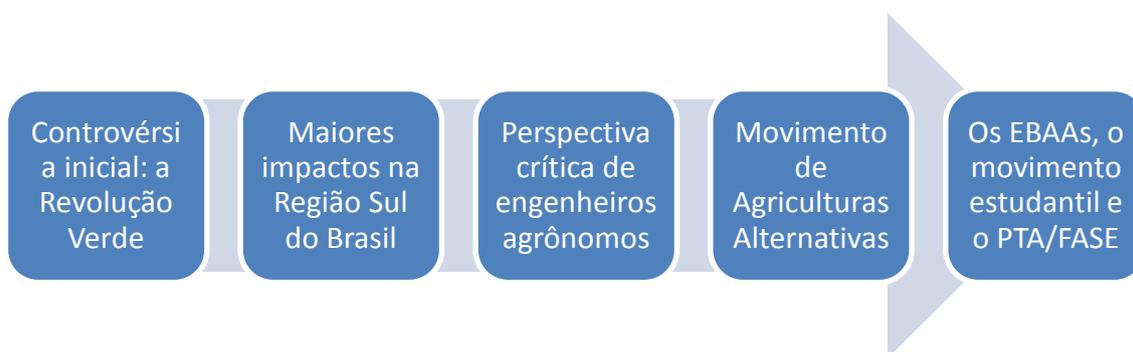
metodológico estes dois planos não podem ser confundidos: não é o agricultor, em campo, que pode imprimir legitimidade científica às descobertas e às inovações que a agroecologia é capaz de propor (ABRAMOVAY, 2000 apud NORDER, LAMINE e BELLON, 2015, p. 69).

Mesmo com o aspecto político e militante de seus atuantes, ligados a diferentes organizações rurais, este movimento também foi impulsionado por pessoas ligadas ao campo científico e assim continuou por alguns anos, mixando diferentes trajetórias, como a da professora Virgínia Aguiar:

Na época, inclusive, eu ajudei a construir – mas quando eu era bolsista da universidade – o Formad, que era o Fórum... deixa eu ver o que é que era... Era o Fórum Mato-grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento, uma coisa assim, não lembro direito. E aí, de onde participavam várias organizações. Então, eu participava pelo Núcleo que eu era bolsista, o Neru, o Núcleo de Estudos Rurais e Urbanos e aí eu tinha contato com a FASE a partir daí né, também, mesmo da época que a gente era estudante, que a gente construiu um EBAA né, o III EBAA, a gente tinha contato com o pessoal e foi, lá tem muito isso também, do movimento, dos movimentos sociais, aí tinha o pessoal Indigenista, tinha os Trabalhadores Rurais, os movimentos sociais estavam chegando, o MST e lá também tinha um movimento forte de luta pela terra bem antes do MST. Então, era uma rede bem interessante (Maria Virgínia de Almeida Aguiar, Recife, 2015).

Assim, o movimento agriculturas alternativas, que já surge num misto de ciência e militância, de uma academia politizada com profissionais participando de diferentes instituições que procuravam mudar a realidade do campo, ainda deve ser considerada como um braço de novas proposições do saber e de novos fazeres da universidade, pois é nela que surgem as definições e categorizações teórico-científicas e parte da visibilidade nacional e política para legitimar o movimento.

FIGURA 6: O Movimento Agriculturas Alternativas



Fonte: Próprio autor. Jonatta S. Paulino (2017)

Sobre isto, vejamos um pouco da trajetória do professor Francisco Roberto Caporal, um grande expoente do assunto:

Bom, eu sou engenheiro agrônomo, formado na Universidade Federal de Santa Maria, em 1975, no auge da Revolução Verde, e fui trabalhar na Extensão Rural do Rio Grande do Sul, naquela época Ascar⁸⁶, hoje Emater e fui direto pro campo, trabalhar na assessoria dos agricultores, na época a nossa base era o Difusionismo, práticas da Revolução Verde, usando dos pacotes da Revolução Verde, e enfim. Trabalhei em Extensão Rural durante trinta anos. Ah... 1998 eu fiz um mestrado... De 1988 a 1991 eu fiz um Mestrado de Extensão Rural em Santa Maria e aí, nessa época, um pouco antes disso, um pouco antes do mestrado, eu estava engajado no, na época havia uma luta dos engenheiros agrônomos em defesa do que nós chamávamos na época de “Agricultura Alternativa”. E a gente realizou vários EBAAAs (Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa) e por aí eu fui me engajando nessa luta, como Presidente da Associação dos Engenheiros Agrônomos de Santa Maria, a gente construiu a Primeira Lei de Agrotóxicos do Brasil, controle dos agrotóxicos e depois serviu como base pra Lei Estadual, a primeira Lei Estadual do Rio Grande do Sul e que posteriormente deu, subsidiou a Lei Federal de Agrotóxicos. Então, por aí eu fui tendo contato com essa área, participava também das Comunidades Eclesiais de Base. Então, também estou lá, por essa visão crítica que as Comunidades de Base tinham, a gente ingressou nessa trajetória. Nesse período eu tive contato com o primeiro livro de agroecologia que foi traduzido pro Brasil, foi o livro do Miguel Altieri, traduzido pela AS-PTA, que era justamente, na época o título era “Agroecologia, bases para uma agricultura alternativa”. Que depois, na segunda edição, trocou o título e ficou “Bases para uma agricultura sustentável”. Já estava em moda a ideia do desenvolvimento sustentável e da agricultura sustentável. Bom, por aí eu comecei a escrever alguns artigos já tomando como base as referências do Miguel Altieri, comecei a escrever algumas coisas nessa área (Francisco Roberto Caporal, Recife, 2015).

Francisco Caporal cursou graduação em agronomia na década de 1970, período de gestação do movimento de agriculturas alternativas, obtendo Mestrado em Extensão Rural pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) no ano de 1991, cujo título do trabalho é “A Extensão Rural e os limites à prática dos extensionistas rurais do setor público”, entrelaçando as áreas de ciências agrárias, extensão rural, desenvolvimento rural sustentável e agroecologia. Por fim, realizou seu doutoramento em Agroecología, Campesinado e Historia na Universidad de Córdoba, em 1998, com o trabalho intitulado “*La Extension Agraria del Sector Público ante los desafios del desarrollo sostenible: el*

⁸⁶ Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural.

caso de Rio Grande do Sul-Brasil”, sob a orientação de Eduardo Sevilla Guzmán⁸⁷, espanhol que se tornou um grande expoente da constituição da agroecologia na América Latina na década de 1980 graças a sua contribuição sociológica ao campo.

Para Caporal (2011), a agroecologia não é uma forma específica de prática agrícola. Esse posicionamento sobre o que é a agroecologia pode se tornar simplista por negar a construção paradigmática que envolve articulação de especialistas e diferentes campos de conhecimento, inclusive dos conhecimentos locais dos agricultores. Assim, antes de se afirmar que ela é um tipo de agricultura, um movimento social, ou uma simples adição de tecnologias ou práticas mais adequadas para o meio ambiente, o que conformaria um reducionismo conceitual, este ator defende que ela é uma matriz disciplinar, um campo de conhecimento científico responsável por, dentre outras coisas, elucidar os processos de transição agroecológica.

Na construção da perspectiva científica da agroecologia, escreveu uma vasta produção bibliográfica, com livros e artigos publicados sobre desenvolvimento rural sustentável, meio ambiente e agricultura familiar, se tornando um referencial constante para a produção acadêmica nacional sobre este universo. Dentre suas parcerias no processo de legitimação científica da agroecologia, uma das mais conhecidas é com o professor José Antônio Costabeber.

Como dito em sua entrevista, o desenvolvimento e a agricultura sustentável já estavam na moda na década de 1970. Esse discurso do ecodesenvolvimento formou um conjunto de princípios para se chegar ao desenvolvimento sustentável. São eles: reconhecer a diversidade biológica e cultural, fortalecer as capacidades das comunidades e promover a participação civil na gestão dos recursos naturais (SACHS, 1982 apud LEFF). Essas ideias possibilitam o surgimento da noção de agroecossistema – e que só ganhou amplo uso muitos anos depois –, do ecologista Odum (1969), que o considerava como ecossistemas domesticados, um intermédio entre o sistema natural e o fabricado.

Na discussão sobre sustentabilidade emergem diversas estratégias e movimentos sociais, envolvendo camponeses e indígenas em lutas sociais de reapropriação da natureza:

⁸⁷ Informações obtidas em seu Currículo Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?metodo=apresentar&id=K4799762H8&tipo=completo&idiomaExibicao=1> . Acessado em: 1 de outubro de 2014.

Seguindo esse impulso histórico, diversos grupos de cientistas e técnicos, assim como promotores do desenvolvimento rural e comunidades de base, desenvolveram diversas experiências de manejo de recursos naturais (...). Desta maneira, procurar condições políticas no interior da sociedade nacional para fomentar as iniciativas de projetos (...), promovendo apoios dos governos (LEFF, 2006, p. 717).

Durante esta década houve transformações na forma e no conteúdo dos estudos sobre o mundo rural, “correlativas à uma profissionalização crescente de seus autores, graças à implantação de programas de pós-graduação e à divisão de trabalho entre instituições de ensino e pesquisa...”, correlacionando a “pesquisa empírica desenvolvida a partir dos anos 1970 e a diversificação do quadro institucional com o surgimento das pós-graduações e dos diferentes centros de pesquisa” (GARCIA JÚNIOR e GRZYNSZPAN, 2002, p. 323).

Mudança nos temas, questões, métodos e técnicas abordados para operacionalização empírica dos problemas definidos teoricamente também marcaram essa passagem de tempo, quando se torna observável a estruturação de carreiras consagradas quase exclusivamente ao conhecimento do mundo rural, ou seja, a adoção de uma posição específica numa divisão social do trabalho intelectual. Surge um novo estilo de produzir conhecimento e a possibilidade de dedicação exclusiva à atividade intelectual.

A pesquisa de campo ganha prestígio com a valorização da entrevista direta para captar as representações dos sujeitos na compreensão da realidade social e percepção das categorias do discurso e do pensamento. Os temas dominantes passam a ter ligação com as categorias sociais de grupos subalternos e sua forma particular de conceber a realidade social, sendo neste momento que os novos grupos sociais ganham evidência.

Dedicar-se ao trabalho meticuloso de pesquisa era percebido como uma forma de luta contra a censura política da época, não havendo barreira entre as carreiras de pesquisador e de político profissional, ou de titular de cargos administrativos, pautadas numa homologia de posições entre os pesquisadores das ciências pertencentes as classes dominantes e os grupos subalternos, aproximando a relação entre os pesquisadores e as representações dos grupos sociais.

Este movimento permitiu modelar espaços institucionais para pesquisadores que portavam os discursos das camadas dominadas, quando os pesquisadores se tornaram os novos porta-vozes, mantendo uma ambivalência entre o discurso do campo intelectual e

do campo político, o que trouxe a voz para o espaço público daqueles que até então não a possuíam.

A colaboração entre sociólogos e economistas na análise da modernização agrícola do país inaugurou um novo campo de estudo. Foi entre os economistas que os temas de mecanização do trabalho, introdução de sementes selecionadas, adubos e defensivos químicos ganhou maior destaque. Essas reflexões foram alimentadas pelo intercâmbio científico com os EUA principalmente por docentes da Universidade de Viçosa, funcionários da Embrapa, da Embrater e do Ipea⁸⁸. Assim, enquanto os economistas analisavam o lado tecnicamente modernizado do rural, os cientistas sociais se dedicaram mais ao surgimento dos novos atores coletivos na cena política, social e cultural, tendo a Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER) como coletivo científico de destaque a publicar os trabalhos desta área.

Destaca-se ainda a criação de um curso de pós-graduação interdisciplinar voltado ao rural, o centro de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola (CPDA), da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), em 1977. Agora, as questões mais próximas das priorizadas pelas agências financiadoras e passíveis de se tornar políticas públicas ganharam mais relevância. O intelectual se consagraria mais ao indicar os caminhos da ação Estatal (formuladores de políticas públicas) do que ao se dedicar a questões de interesse puramente científico profissional (GARCIA JÚNIOR e GRZYNSZPAN, 2002).

Viajando para a Espanha

O aporte teórico da agroecologia recebeu influências da agronomia, ecologia, antropologia e sociologia (Altieri, 1995), sendo considerado um campo emergente e transdisciplinar. Segundo Abreu e Bellon (2014), a matriz conceitual agroecológica se liga a três universidades:

- Universidade de Berkeley, onde Miguel Altieri ministra seus cursos, na Califórnia (EUA);
- Universidade de Santa Cruz, onde se encontra Gliessman, na Espanha;
- Universidade de Córdoba, em Andaluzia, também na Espanha.

⁸⁸ Respectivamente: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária; Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural; e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

A evolução do trabalho empírico do Instituto de Sociologia e Estudos Camponeses (ISEC), criado em 1978 na Universidade de Córdoba, fomentou uma articulação com as ciências sociais e com metodologias participativas do campo da educação. Foi essa “escola de pensamento que introduziu no conceito de agroecologia o sentido sociopolítico de desenvolvimento da agricultura, vinculando-o aos processos históricos, resultado da crítica social ao atual contexto do neoliberalismo e da globalização” (ABREU e BELLON, 2014, p. 8). As pesquisas desse instituto relativizaram a epistemologia e estrutura de poder científica, dando valor ao conhecimento local.

É importante destacar as pesquisas coordenadas por Eduardo Sevilla Guzman, da Universidade de Córdoba, na Espanha, e as conexões entre ele e Miguel Altieri. Essas articulações acadêmicas se consolidaram com a criação do Programa de Pós-Graduação em Córdoba, com o Doutorado em “Agroecologia, sociologia e desenvolvimento rural sustentável”, em 1991.

Uma conexão clara entre a institucionalização da agroecologia no nosso país e as redes de interação entre o global e o local envolvendo diferentes temporalidades discursivas se dá com a ida de vários profissionais para a Espanha, em Córdoba, com o intuito de realizar suas pós-graduações nesta área, como vemos na fala abaixo de Francisco Caporal:

Em 1994 eu tive a oportunidade de ir pro Doutorado, eu escolhi o curso na Espanha, o Programa era justamente “Agroecologia e Campesinato Histórico”, que estuda Sociologia, lá da Universidade de Córdoba, e foi como de fato eu entrei nesse tema. Aí, eu tive contato com a maioria dos professores dessa área, que na época já estavam militando: Stephen Gliessman, o Alier, o Vítor Toledo, o próprio Miguel Altieri e a Clara, a esposa dele, o Wood Gate, da Inglaterra, o Peter Rousseu, dos Estados Unidos, enfim. Todo, praticamente, todo o povo que estava trabalhando a gente teve contato lá (...) na Espanha. Porque além das disciplinas do Doutorado, a gente tinha já naquela época um curso de Mestrado em Agroecologia que reunia todo esse pessoal. Continua reunindo até hoje todo esse pessoal. Então, foi por aí a minha entrada nesse campo. Eu fui orientando do Professor Eduardo Servilla Guzmán, o coordenador do Doutorado, que também é um expoente nessa área. Enfim, essa foi um pouco a trajetória e o ingresso nessa área (Francisco Roberto Caporal, Recife, 2015).

Perguntei ao Francisco Caporal e a outro entrevistado, o Eros Mussoi, quais foram as condições materiais que impulsionaram a ida para realizar pós-graduação na Espanha (se haveria algum vínculo institucional ou bolsa de estudos) e o que teria

proporcionado essa ida (se seu nome havia sido indicado por alguém ou se teria recebido um convite):

Caporal: Eu tinha bolsa do CNPq e o salário da EMATER-RS. Meu nome não foi indicado por ninguém e não tive nenhum convite. Nós fomos pelo interesse em extensão rural que lá tinha um bom curso e acabamos focando na Agroecologia. Eu fui para lá motivado pela linha de extensão rural do curso (Francisco Roberto Caporal, Recife, 2015).

Eros: Meu doutorado foi na Espanha, em agroecologia, como uma boa parte das pessoas se formaram na Espanha, por uma particularidade interessante. O curso era um curso muito aberto, permitia muito debate, muito diálogo e um foram chamando os outros.

Jonatta: Não tem nenhum convênio institucional, parceria não né?

Eros: Não.

Jonatta: Foi iniciativa mesmo?

Eros: Foi iniciativa. Hoje ainda tem espanhóis vindo aqui nos congressos de agroecologia. Mas então, essas pessoas começam a se conhecer, formar grupos, a formar o que a gente diz uma “massa crítica” em contraposição a um modelo. Agora, seria muito injusto se a gente não citasse a Ana Maria Primavera nos anos 1960, José Lutzenberg, nos anos 1960, Luis Carlos Pinheiro Machado... Foram pessoas que já tinham uma percepção crítica do modelo convencional de agricultura, foram decisivas na formação de muita gente. Então, esses grupos vão se autoconhecendo e vão se inserindo, muitos estavam na estrutura do Estado. Eram extensionistas, pesquisadores de Santa Catarina, mais extensionistas que pesquisadores, e professor universitário, mas tinha uma instância lá, o Caporal, o Costabeber que já faleceu, tinha a Emater/RS (Eros Mussoi, Belém, 2015).

Na Espanha, estes estudiosos encontravam o laço entre a produção, principalmente americana, na área de agroecologia – e que mais tarde se tornaria “clássica” – e um programa de formação profissional inteiramente focado para esta área e que estava em completa sintonia com suas trajetórias profissionais até aquele momento.

A aproximação da agronomia com a ecologia começa com, eu acredito que os precursores, os precursores foram o Steven Glizman, pesquisando no México, com comunidades indígenas e o Miguel Altieri pesquisando no Chile com comunidades indígenas. Essa, pra mim essa, pelo menos eu, pelas leituras que eu fiz, eu me baseio nisso.

Eles publicaram os primeiros livros em 1988, 1990 e essa bibliografia que eu acho que foi pioneira nessa área, junto com outros autores né: Vandemir, o próprio Peter Rousseu e outros autores que já publicaram nessa época aí. Em seguida, nós vamos ter outra influência importante da Espanha, que é lá do Instituto da Sociologia, com a publicação de um livro do Professor Servilla Guzman junto do Manoel Gonzalez de Molina, eles publicam o livro que também vai ter uma influência grande

nessa área. Então eu acho que essa influência no Brasil... Bom, também naqueles cursos de Mestrado que ocorriam lá na Espanha desde 1994, 1993, muitos brasileiros e latino-americanos participavam lá, porque o início do curso era voltado pra América Latina, e como tinha bolsa pra todo mundo, naquela época era uma fartura de bolsa, então ia muito gente daqui da América Latina e do Brasil pra fazer curso lá, fazer esse Mestrado lá. Pra fazer, fazer esse curso de Mestrado lá (Francisco Roberto Caporal, Recife, 2015).

O grande fluxo de agroecologistas nesta ponte entre Brasil e Espanha formula um cenário científico conformado por relações pessoais, sendo os pioneiros deste movimento agrônomos do Rio Grande do Sul. Temos então dois nós da rede agroecológica nesse momento: o primeiro deles, efetuado na atividade extensionista, onde diversos agrônomos que já se conheciam acabariam partindo para um mesmo caminho, isto é, o aperfeiçoamento intelectual fora do país; o que nos leva ao segundo nó, as interações que aconteceram na cidade de Córdoba, que auxiliaram na conformação de um grupo de pesquisadores voltados para um mesmo objetivo.

Estes atores passam por constantes agrupamentos e reagrupamentos para a formação de um grupo, através da energia actante que era investida em sua agregação:

Embora muitos não tenham feito nem a dissertação, mas beberam lá, porque como eu disse, passava toda essa turma de agroécólogos passava lá como professores, continua passando.

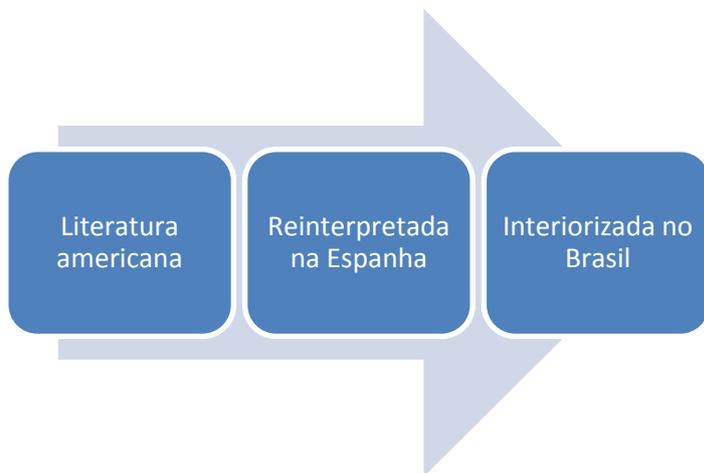
Então eu acho que é por aí que entra a agroecologia na perspectiva mais científica aqui na América Latina.

Aqui no Brasil, a primeira leva nós éramos: Costabeber, Costagomes, Canuto, o José Geraldo, o Borba, eu, a Virgínia. Nós éramos pelo menos uns dez brasileiros que saímos do Doutorado, fomos os primeiros a defender tese no doutorado da Espanha, inclusive antes que os espanhóis. Quando a gente veio a gente trouxe né, essa bagagem que a gente conseguiu construir lá. A bibliografia que a gente também teve acesso durante o Doutorado e isso aí serviu de base pra gente introduzir aqui também esse debate da agroecologia, tanto por dentro da Embrapa, no caso do Costagomes, do Marcos Borba, do Canuto, que são todos pesquisadores da Embrapa, como na Extensão Rural, no caso o Costabeber, eu, o Eros, a galera da Extensão Rural (Francisco Roberto Caporal, Recife, 2015).

A literatura Americana reinterpretada na Espanha e trazida para o Brasil faz parte da construção inicial do campo científico da agroecologia nacional, que perpassava principalmente a aplicação prática dos aprendizados por meio da extensão rural. Como disse Francisco R. Caporal (em Recife, 2015), “a América Latina com essa influência da bibliografia espanhola e norte-americana. O Glizman é da Califórnia, o

Miguel Altieri, embora tenha pesquisado no Chile, também trabalha na Universidade de Berkeley, na Califórnia também”.

FIGURA 7: As fontes da matriz conceitual agroecológica



Fonte: Próprio autor. Jonatta S. Paulino (2017)

Outra professora que atualmente trabalha diretamente com o Caporal no Núcleo de Agroecologia e Campesinato da Universidade Federal Rural de Pernambuco, em Recife, é a Maria Virgínia de Almeida Aguiar, engenheira agrônoma formada na Universidade Federal do Mato Grosso, com Especialização em Educação Ambiental na mesma universidade. Maria Virgínia Aguiar realizou seu doutorado em Agroecologia, História e Estudos Camponeses em Córdoba, na Espanha. Segundo a mesma, seu contato com a agroecologia:

surgiu no movimento estudantil, só que naquela época, nos anos 1980, a gente chamava de agricultura alternativa e lá na universidade federal a gente tinha um centro acadêmico muito atuante, um movimento estudantil muito atuante ligado a Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil. E a gente levou lá pra época, em 1987, o III Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa.

(...) a gente participou ativamente da construção desse evento. (...) eu acreditava nos meus colegas também, que eram muito militantes, que tinham um compromisso político muito grande, de construção de uma agronomia diferente e essa possibilidade de diálogo que a gente abria né – eles né, porque eu me colocava meio a parte – com os movimentos sociais. Então, chegou assim, o meu primeiro contato foi através dessa ideia da agricultura alternativa e esse grande evento. Foram quase quatro mil pessoas na época, aí tinha toda uma discussão dos engenheiros agrônomos e dos estudantes de agronomia, então tinha uma forte interlocução desse grupo que fazia (Maria Virgínia de Almeida Aguiar, Recife, 2015).

A interlocução política e militante da atividade acadêmica com os movimentos sociais também se faz presente na busca pela especialização nessa área, quando a Professora em questão viaja para a Espanha.

Desde quando eu era estudante eu militava, não é? Então, você tá falando do meu contato com a agroecologia. Eu militei lá na época com o movimento ecologista, então era a Associação Mato-grossense de Ecologia (Maria Virgínia de Almeida Aguiar, Recife, 2015).

Quando questionada sobre sua ida a Córdoba num período semelhante com o do professor Caporal, Virgínia afirmou que sua “história é diferente”:

Eu sou da geração do Caporal, ainda que eu acho que ele era duas turmas anteriores que a minha. A gente estudou juntos, a gente foi contemporâneo. Ele estava lá, eu fui na defesa dele e tudo. Mas então, eu era a única mulher brasileira e eu era a única que não era do Sul, na época, brasileira.

A minha chegada lá foi por outro caminho. Eu (...) era de um Projeto de Cooperação Internacional na universidade, nesse Núcleo, eu era bolsista, era o Projeto “Shift”, que chamava.

“Shift”, é... Eu não vou saber traduzir, (...) eu não lembro da sigla, mas era um projeto de cooperação entre Brasil e Alemanha que tinha várias experiências no Brasil, que faziam essas parcerias com universidades alemãs e o núcleo que eu participava tinha essa parceria (...). E aí eu fui pra Alemanha fazer um intercâmbio, fiquei lá três meses. Essa parceria era com a Universidade de Tübingen, que era o pessoal da geografia.

Então tinha essa abordagem interdisciplinar e tal. E quando eu fui pra lá, na volta, eu fui visitar uns amigos que moravam em Portugal e lá eu estava especulando, conhecendo experiências de produção ecológica, tanto na Alemanha como lá em Portugal também. (...) Tinha lá o Grupo de Apoio ao MST, tinha lá o Núcleo do PT no exterior. E era uma rede também de pessoas engajadas, que não param de trabalhar um minuto. Foi quando eu conheci o Professor Fernando Oliveira Batista, que é um professor da Economia, lá da Universidade de Lisboa e a gente, ele conhecia o Eduardo Sevilla Guzmán, que é justamente o coordenador do curso de agroecologia na Espanha. Eles eram amigos muito próximos, eles estavam envolvidos lá na discussão sobre a PAC, os projetos de desenvolvimento na Europa. E aí, apontou como uma alternativa. Então, foi justamente o Professor Fernando Oliveira que me deu a carta de indicação pra negociar uma vaga no Doutorado (Maria Virgínia de Almeida Aguiar, Recife, 2015).

Como vimos, Maria Virgínia não trabalhava em instituições de extensão rural do Rio Grande do Sul – como era comum entre os viajantes à Córdoba – e sua entrada na pós-graduação da Espanha se deu por outros contatos pessoais (a indicação do Professor Fernando Oliveira Batista para o Eduardo Sevilla Guzmán), para além do território

brasileiro. Desta forma, os cientistas precisam negociar, “transladar interesses”, para obterem os recursos e condições para o desenvolvimento do seu trabalho (CAVALCANTI, 2010).

Porém, as diferenças quanto a sua trajetória e a de Caporal e Eros Mussoi não significam que se tratam de movimentos opostos, mas sim, de diversificações e pluralidades de um mesmo processo, ligados a redes semelhantes.

E a minha perspectiva também era diferente, eu queria trabalhar sistemas tradicionais, camponeses, e o pessoal estava muito discutindo extensão rural, outra perspectiva que era das dinâmicas lá do Sul. Boa parte deles era da Emater, outros eram do Instituto de Pesquisa e Extensão de Santa Catarina, então eles tinham uma inserção governamental. A minha inserção não, a minha inserção era essa proximidade que eu tinha com os movimentos e eu queria estudar o campesinato. Então eu encontrei um espaço muito favorável, porque o Eduardo é um camponista muito importante e como agrônoma foi uma maravilha assim, pra lidar com a sociologia rural e os estudos camponeses que era o forte lá do Instituto.

(...)

Eu trazia muito forte os Sistemas de Conhecimento Camponeses e os Conflitos com os Sistemas de Conhecimento Técnico-Científico. E aí foi que a minha tese de doutorado foi bem grande, etnográfica, que foi lá em Mato Grosso que eu fiz. Esse contato que eu tive que eu aprofundi mais um pouco as questões da agroecologia do ponto de vista empírico e das reflexões também teóricas. O recorte que a gente fazia lá na universidade é muito da sociologia rural lá em Córdoba (Maria Virgínia de Almeida Aguiar, Recife, 2015).

Maria Virgínia também deixa claro o protagonismo da região Sul na construção do cenário da ciência agroecológica brasileira:

O Sul sempre foi protagonista de várias coisas, mas também outras regiões né. Agora exatamente quem foi a primeira pessoa que foi pra Córdoba e porque foi e como foi eu não sei exatamente não.

(...)

Eu acho que lá eles tinham uma coisa muito boa, que nem todo mundo tem, as instituições que mandavam esse pessoal pra fora eram instituições que tinham política de incentivo à formação.

Então assim, o pessoal ia da Embrapa, ia com bolsa além de seu salário. Então eles tinham incentivo pra isso. A Emater tinha um plano de cargo e carreira que incentivava o pessoal e as organizações. Outras organizações, não tem isso muito consolidado.

(...)

Não sei se é porque são instituições mais antigas ou os técnicos mais organizados, não sei (...). Então, era mais fácil pra eles irem estudar fora. No meu caso, por exemplo, eu era de ONG, eu tive que batalhar uma bolsa, não tinha quem me bancasse. Como eu não tinha mestrado, eu fiz

direto o doutorado, eu não conseguia a bolsa do Cnpq, que naquela época também era mais difícil. A gente tá falando aqui do Governo FHC⁸⁹. Então, eu não consegui pelo Cnpq porque eu não tinha mestrado, aí eu consegui uma bolsa internacional da Agência de Cooperação Espanhola. E eu imagino que muita gente não conseguia ir em função disso também né? E aí, depois eu acho que foi disseminando a importância desse programa. Então, o pessoal voltou de lá muito militante, eram pessoas muito comprometidas (Maria Virgínia de Almeida Aguiar, Recife, 2015).

Questionando-a, não consegui descobrir quem foi a primeira pessoa a ir para a Espanha ou a ter a ideia de fazer pós-graduação fora do Brasil, o que não tem, necessariamente, relevância para o trabalho, pois a ação dos atores sociais se dá de forma coletiva e a partir de extensas redes sociais. Neste contexto, o cientista não é o protagonista, mas o social e suas interações, ou seja, os cientistas só existem enquanto apoiados em todos os elementos que constituem a rede. Da mesma forma, não foi possível captar, nesta e em outras entrevistas, os subsídios institucionais e financeiros – para além das bolsas de estudo e de seus próprios salários⁹⁰ – que permitiam a ida dos pesquisadores para fora do país.

Outro entrevistado que fez seu doutorado em Córdoba foi José Geraldo Wizniewsky. Perguntei a este ator como tinha sido o seu contato com a agroecologia, se ele teria viajado no mesmo período que Caporal e se teriam existido incentivos institucionais e materiais para tal escolha.

José Geraldo: Na realidade, antes de me formar na própria faculdade, nos anos 1980, na época não se trabalhava a perspectiva da agroecologia enquanto fonte de conhecimento científico. O que existia era a agricultura alternativa e todos os encontros brasileiros e tal. Então eu me formei em 1984, foi um período de transição do Brasil dos ciclos militares pra uma certa abertura sistemáticas começaram a vir, emergir, e aí eu me formei, eu fui, eu fiquei um ano e meio trabalhando como profissional liberal ligado a algumas ONGs, ligado a igreja, lá no município onde eu nasci, em Santa Rosa, no Rio Grande do Sul e trabalhava já junto dumas associações de proteção ao ambiente natural. Então aí que eu comecei, junto com os movimentos sociais. Então a minha trajetória sempre teve vinculada a ideia da questão agrária, que eu sempre trabalhei; movimentos sociais ligados a luta pela terra; e a questão ambiental, que depois sim, eu fui trabalhar, fiz um mestrado, fiz a minha dissertação fazendo uma crítica a modernização da agricultura justamente no município que era o berço nacional da soja.
(...)

⁸⁹ Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, entre 1995 e 2003.

⁹⁰ Questões como dinheiro – por parte de universidades, do governo ou da iniciativa privada – ou estruturas institucionais apropriadas que possam sustentar o desenvolvimento de atividades, são importantes para se entender o caminho que os pesquisadores e cientistas decidem tomar (FRENCH, 2009).

Eu cheguei no penúltimo ano deles lá. Que era o Caporal, o Costabeber, que foi meu colega na universidade, que faleceu. Era o Eros Mussói, que trabalha na Epagri⁹¹ em Santa Catarina e agora tá só na universidade, se aposentou da Epagri e tinha o João Carlos Canuto que é lá da Embrapa. E tinha mais outros lá. Depois vem uma nova geração. O Joel, que trabalha na Embrapa em Pelotas.

Jonatta: No caso, o Senhor chegou a trabalhar com Caporal antes do Doutorado ou só conheceu ele lá?

José Geraldo: Não. Ele entrou dois anos depois do mestrado. Quando eu estava saindo do mestrado ele começou o mestrado lá em Extensão Rural. Fui trabalhar na Emater lá. Eu conhecia ele superficialmente. O Costabeber sim, eu conhecia, foi meu colega de mestrado e depois a gente compartilhou um ano e meio no doutorado e depois nós estávamos criando um Núcleo, que aí eu estou compondo sozinho, um Núcleo de Agroecologia na Universidade de Santa Maria.

(...)

Na época, era a época de FHC, tu não tinha esse incentivo, tu concorria com qualquer um, mesmo sendo professor da universidade e eu escolhi Córdoba porque era a única que eu podia trabalhar a questão dos assentamentos, que na época, o diretor Eduardo Servilla Guzmán tinha uma relação com a América Latina, com movimentos sociais. Então, o único lugar que eu poderia casar Reforma Agrária com Agroecologia era lá.

Eles tinham o Gliessman, nos Estados Unidos, trabalhava a agroecologia, mas não era na perspectiva dos assentamentos, o Altieri é a mesma coisa. Seriam as outras alternativas e aí Córdoba abriu essa. E era o Servilla Guzman tinha uma flexibilidade muito grande de pesquisar na América Latina, ele não te impunha pesquisar num projeto lá na Espanha. Então ficava fácil. Eu troquei alguns e-mails por intermediação do Costabeber e do Caporal e aí eu acabei indo em 1997 pra lá e fiquei até 2001 (José Geraldo Wizniewsky, João Pessoa, 2015).

Os agroecologistas apresentam trajetórias exemplares no que se refere ao aproveitamento das vantagens iniciais da formação acadêmica e da rede de relações e postos ocupados tanto para o seu crescimento pessoal quanto o alastramento da proposta agroecológica. Também indaguei sobre o que seria característico do movimento alternativo sulista para enviar uma gama de pesquisadores para Córdoba:

José Geraldo: Eu acho que talvez um pouco a herança dos, digamos, dos precursores do ambientalismo latino, o Lutseberg, o Pinheiro, Sebastião Pinheiro. De certa forma, eles deixaram uma inércia do movimento ambientalista e também porque Córdoba tinha, de certa forma, um diálogo com o curso de mestrado que nós fizemos em Extensão Rural, que tinha uma linha ambiental muito forte. Então já abriu discutir a questão de um novo modelo de Extensão Rural e nesse novo modelo vislumbrar a perspectiva do desenvolvimento rural sustentável, e não se chamava agroecologia, a gente foi se apoderar desse termo efetivamente

⁹¹ A Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina é o órgão oficial de pesquisa agropecuária e extensão rural deste Estado.

lá na Espanha. E na realidade, todos os brasileiros que estiveram ajudaram a criar a perspectiva da agroecologia como campo de conhecimento científico, que antes era um programa muito difuso, uns chamavam de prática, e aí começou várias teses serem feitas reafirmando essa perspectiva, que é um paradigma científico, um campo de conhecimento científico e não uma prática. E aí que se consolidou um grupo que trabalha, digamos assim, dentro dessa perspectiva.

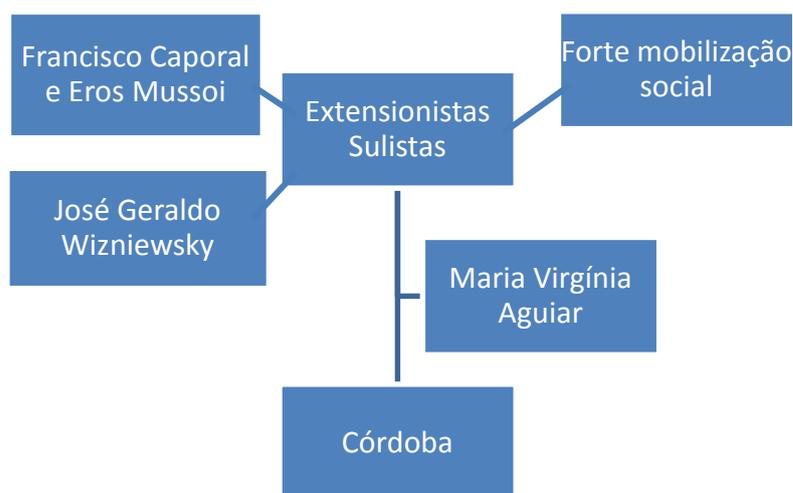
Jonatta: Então, no caso, esse vínculo com Córdoba era mais teórico, acadêmico do que institucional. Não tinha um projeto?

José Geraldo: Não tinha projeto. Entre universidades não tinha (José Geraldo Wizniewsky, João Pessoa, 2015).

Os ambientes são criados pelo homem e a intervenção científica modifica as formas de conhecer e lidar com a natureza. Além disso, os avanços científicos reconstróem relações sociais e geram novos atores e modelos alternativos ao padrão dominante (CAVALCANTI, 2010).

Portanto, o cenário científico perpassado pelo ambientalismo e pelas novas formas de apropriação da natureza fomentam uma rede de contatos interpessoais – onde os atores utilizavam as trajetórias de outrem de forma reflexiva para o planejamento de sua própria ação – e definem um coletivo emergente que, em seu retorno ao Brasil, colocariam em prática estratégias de definição epistemológicas para um novo saber e de construção de políticas públicas em agroecologia

FIGURA 8: Rede de contatos entre os entrevistados: da Espanha para o Brasil



Fonte: Próprio autor. Jonatta S. Paulino (2017)

Esse processo ficou bastante claro no diálogo com os cientistas sociais que pesquisam sobre a institucionalização da agroecologia e seus aspectos científicos e

epistemológicos, sendo eles: Luis Norder e Lucimar Abreu (entrevista realizada durante o IV CBA, em Belém do Pará):

Norder: É interessante. Córdoba é um paradigma. Córdoba é um paradigma da agroecologia.

Jonatta: Eu acho que é esse paradigma que trata se você quiser políticas públicas.

Norder: Exatamente. Mas dentro desse paradigma tem toda uma...

Lucimar: Não, não. Não concordo com isso não. É a interpretação deles que é mais política, uma agroecologia política é diferenciada. Não é eles que trazem uma proposição de construção de políticas públicas. A proposta de construção de políticas públicas dela, ela vem de várias escolas, inclusive...

(...)

Norder: Então, existem paradigmas de agroecologia. Existem, eu acho que são vários. (...) O de Córdoba é um paradigma que é esse hegemônico, que é uma fusão da ciência do movimento social, um discurso de uma ciência voltada pra emancipação, discurso voltado pra fusão entre a universidade e a sociedade, de construir uma política pública participativa, com enfoque também científico, respeitando o saber popular. (...) Essa é uma proposição que veio realmente do Costabeber, do Caporal, via Córdoba, Eduardo Servilla e esse...

Lucimar: Vitor Hugo Toledo. Mas eu não colocaria o Altieri aí dentro.

Norder: Não o Altieri mais recente assim...

Lucimar: Ele tem um caminho próprio.

Norder: É. Agora, quando você pega a agroecologia e coloca dentro de uma instituição de ensino como é o nosso desafio nosso lá, o nosso conceito de agroecologia não pode ser esse paradigma exclusivamente.

Lucimar: Esse paradigma?

Norder: Lá de Córdoba. Não dá pra ser só esse paradigma. Você tem que colocar a Dinamarca, você tem que colocar o da França.

Lucimar: A França é outra visão.

Norder: Você tem que colocar... Enfim, outras concepções de agroecologia (Luiz Antonio Cabello Norder e Lucimar Santiago de Abreu, Belém, 2015).

Apesar da discordância de Lucimar quanto à definição de Córdoba enquanto um paradigma brasileiro na agroecologia, acredito que, de fato, a construção de fatos científicos é, acima de tudo, um processo coletivo, que envolve uma rede, uma série de atores sociais que vão desde técnicos a um conjunto de instituições (LATOUR, 2000) na conexão Córdoba-Brasil. Portanto, ir até o lugar de onde o campo se consolidou, serve para diagnosticar os laços que envolvem a produção deste conhecimento, desvendar esta rede, seus relacionamentos e suas controvérsias, desembocando na forma praticamente indubitável que este grupo auxiliou na concretização de um tipo de fazer acadêmico e de gestão pública em nosso país.

Quanto ao coletivo de profissionais que foram à Espanha, Eros Mussoi, também entrevistado durante o IV CBA, afirma que:

É uma rede de relações. (...) As pessoas passam a fazer uma rede de relações e surgindo brincadeiras da própria, com relação a Espanha, com relação a Córdoba, a “Máfia Cordobesa”.

Jonatta: Professor, eu vou até repartir com o Senhor, eu já ouvi falar a “Armada Cordobesa”.

Eros: “Armada Cordobesa”. O Costagomes que dizia, a “Armada Cordobesa”. Sim, porque lá tinha um grupo com o Eduardo Servilla e que de fato, foi uma coesão muito grande com esse grupo, entre pessoas que pensavam diferente mas todo mundo imbuído por uma possibilidade de mudar a sociedade. Então essas pessoas voltam aos seus países. Eu estou falando não só do Brasil. Nós temos hoje um grupo que até estranha aqui, que tem um mexicano que sempre vem. São pessoas que estão em diversos países e que mantivemos relação, trocas, nos encontramos as vezes, então um pouco é isso pra te responder, e as pessoas vão se inserindo nas políticas públicas, alguns vão saindo do Ministério, vão entrando nas universidades, no caso do Caporal e da Virgínia e que ambos estão na universidade e eles continuam articulados (Eros Mussoi, Belém, 2015).

Para configurar um novo campo, é necessário o envolvimento de um grupo de pessoas interessadas em se identificar enquanto profissionais daquela área em ascensão (BEM-DAVID, 1974).

Quando a gente voltou, especialmente os “sulistas”, que eles tinham uma presença política muito forte em função dos lugares que eles ocupavam, no poder, que o Caporal, por exemplo, foi diretor da Emater do Rio Grande do Sul (acho que lá fala em “coordenação técnica”, alguma coisa assim, eles não usam “diretoria” não). A gente era chamado de “Esquadra Cordobesa”, como se fosse uma quadrilha que chegava em bloco com um pensamento, por amigos nossos, inclusive, que não entendiam muito bem. E assim, era uma perspectiva um pouco mais radical, de trabalhar a agroecologia dialogando muito com a sociologia, porque era o forte lá do doutorado.

Só que aí a “Esquadra Cordobesa” pegou que muita gente foi pra lá, se for contabilizar os brasileiros que foram pra lá, eu acho que vai dar muita, muita gente. (...) e assim, tinha muita gente que eu nunca vi, que eu não conhecia, que a gente perdeu o controle, no sentido assim, que não estava mais na nossa rede (Maria Virgínia Aguiar, Recife, 2015).

Assim, a “Armada Cordobesa” estaria, digamos, na vanguarda de uma nova posição no espaço de lutas que envolve a controvérsia ambiental/rural.

Eu acho que a “brigada Cordobesa” teve uma influência decisiva pra consolidar a agroecologia no Brasil. Mas, de novo, eu acho que ela foi

uma influência que se revelou muito mais importante no âmbito da política pública e de movimentos sociais do que no âmbito acadêmico, ou melhor, eu precisaria fazer uma reflexão um pouco mais apurada.

(...)

O Jalcione conseguiu fazer essa associação entre agricultura e questão ambiental ainda logo no final dos anos 1980, nos anos 1990, ele já estava discutindo isso (Paulo Niederle, João Pessoa, 2015).

Os atores fazem os fatos científicos e, até certo ponto, o campo científico, a partir de uma posição neste campo – posição esta que não fizeram por si mesmos e que encaminham suas possibilidades e impossibilidades –, isto porque,

o que comanda os pontos de vista, o que comanda as intervenções científicas, os lugares de publicação, os temas que escolhemos, os objetos pelos quais nos interessamos etc. é a estrutura das relações objetivas entre os diferentes agentes que são (...) os princípios do campo. É a estrutura de relações objetivas entre os agentes que determinam o que eles podem e não podem fazer. Ou, mais precisamente, é a posição que eles ocupam nessa estrutura que determina ou orienta (...) suas tomadas de posição (BOURDIEU, 2004a, p. 29).

Assim, por mais que não haja um consenso sobre o tipo de paradigma que Córdoba faz existir no Brasil, a disseminação desse campo resulta, em grande parte, da atuação bem-sucedida de acadêmicos que, graças à posição de vanguarda, ao desejo de se fazerem reconhecer enquanto novos tipos de extensionistas e do intercâmbio profissional necessário para tal, procuraram ampliar a fundamentação científica das práticas agroecológicas através de seus aprendizados na Espanha, funcionando também como diretriz de políticas governamentais e como parte do sistema de educação formal (NORDER, LAMINE e BELLON, 2015). Inclusive,

verifica-se, em alguns casos, um *continuum* discursivo que parte de uma caracterização da Agroecologia como ciência (ou como princípios oriundos do campo científico) e que se converte, gradualmente, em sua formulação pragmática, o que pode levar à sugestão de que o conjunto de proposições apresentadas decorre, direta ou indiretamente, de uma fundamentação científica. Além do mais, alguns discursos apresentam certo viés normativo, de forma que determinados processos produtivos, práticas, formulações pragmáticas, conceitos ou metodologias são admitidos ou recusados em função daquilo que se considera agroecologia (NORDER, LAMINE e BELLON, 2015, p. 69).

Outra via de entrada da agroecologia no Brasil

Como dito anteriormente, lado a lado com os EBAA's na construção das raízes da pauta agroecológica brasileira, tinha-se o Projeto Tecnologias Alternativas (PTA), um pequeno projeto, fundado pelo Jean Marc von der Weid dentro da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), e que mais tarde se tornou independente. O projeto PTA/FASE começou como forma de apoiar a luta dos trabalhadores rurais, adentrando em seguida no desenvolvimento de tecnologias como uma dimensão política, buscando trabalhar em parceria com os movimentos sociais. Tal fortalecimento aqui se baseia fortemente no trabalho de José Lutzenberger, “Fundamentos Ecológicos da Agricultura”, de 1981. Essa

multiplicação de grupos e associações engajados na busca de técnicas alternativas de produção enseja um encontro em Campinas em 1983, do qual participam mais de 100 lideranças nacionais entre técnicos e agricultores representantes de diversos estados brasileiros. Neste encontro, foram criadas as bases para a organização de uma rede nacional de fomento às tecnologias alternativas. Surge a partir daí o Projeto Tecnologias Alternativas que articula dez estados brasileiros: Maranhão, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Bahia, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais. (WEID, 1985, 1988). A agricultura alternativa constitui a base para o surgimento de uma rede de organizações não-governamentais de cunho desenvolvimentista na agricultura. (BRANDENBURG, 2002, p. 17).

Os PTA's surgiram a partir da necessidade de organizar as intervenções isoladas de agricultores e ONGs, garantindo a troca de experiências em nível nacional e fomentando assim, o movimento em redes no espaço rural. Estes projetos funcionavam juntamente às Redes de Intercâmbio de Conhecimentos, auxiliando na criação de Centros de Tecnologias Alternativas, espaços para a formação técnica e política dos profissionais atuantes na área, como por exemplo, para os estudantes das ciências agrárias.

No intuito de fornecer uma maior unidade discursiva para a Rede PTA, no ano de 1988 ocorreu o Encontro Nacional do PTA, que teve como objetivo estabelecer um caráter sistêmico do uso das tecnologias necessárias para alcançar um padrão alternativo de desenvolvimento. Foi com a atuação da Rede PTA que as questões tecnológicas começaram a entrar na pauta dos movimentos sociais com a qual ela se relacionava. Com a Nova República, algumas pessoas próximas a PTA/FASE passaram a fazer parte

do governo, facilitando uma relação estratégica com o Estado para disputa de espaços, recursos financeiros e instituições de pesquisa, reorientando as políticas públicas para que as ONGs assumissem um papel importante.

Jean Marc⁹² foi exilado nos anos 1970, indo para o Chile e depois para a França, onde teve contato com tecnologias diferenciadas, trazendo-as para o Brasil em seu retorno, ou seja, um nó entre Brasil e França no quesito de propostas alternativas de intervenção social. O exílio agora é visto como uma experiência de atravessar fronteiras e mapear novos conhecimentos (SAID, 2011). Portanto, foi um dos atores que estabeleceram conexões internacionais para que fosse possível implantar práticas alternativas na agricultura brasileira.

Em 1989, o Projeto TA se reestruturou a partir da necessidade de se organizar fora dos quadros institucionais da FASE. Houve então a desvinculação do PTA com a FASE e a constituição de ONGs autônomas, onde os coordenadores do PTA se redistribuíram numa nova instituição, idealizada em 1989 e fundada em março de 1990, a Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA). É neste momento em que a agroecologia entra como pauta oficial da Rede PTA, procurando conscientizar a sociedade e orientar a política de ação do Estado através da elaboração de programas e projetos que levassem em conta os princípios agroecológicos (LUZZI, 2007). Nos primeiros anos de funcionamento (1989-1992), a AS-PTA atuou como assessoria para instituições membros da Rede PTA, até que em 1992 os membros da AS-PTA assumiram a execução direta de programas de desenvolvimento local. A AS-PTA continuou a prestar serviços para as entidades da Rede PTA, mas priorizou o desenvolvimento de programas mais complexos e com equipes vinculadas a ela.

Nesta instituição, alguns nomes ganham destaque pelos cargos que ocupam e pela sua visibilidade em nível nacional, dentre eles: Paulo Petersen (coordenador executivo da AS-PTA). Paulo Petersen possui graduação em agronomia pela

⁹² Jean Marc Von der Weid, integrante da equipe executiva e responsável pelo Programa de Políticas Públicas e que trabalha na AS-PTA desde 1990, possui mestrado em Diplome d'Etudes Approfondies pela Université de Paris I (Pantheon-Sorbonne)⁹². Jean Marc trabalhou no Departamento de Desenvolvimento Regional do Ministério do Plano de Guiné-Bissau de 1981 a 1982 e no Departamento de Relações Econômicas Internacionais do Institut National de la Recherche Agronomique (Inra), na França, de 1974 a 1978. Possui várias publicações em inglês, como: "Expansion of AS-PTA's Family-Farmer Agroecology Program in Central-Southern Paraná – Brazil" (AS-PTA - 2000); "Hunger amidst Plenty" (FAO, Roma - 1996); "Planting a better future: agroecology in Tauá" (Journal of Learnings, Toronto - 1994); "Communal Participation in Agroecological Planning" (Ileia Newsletter, Holanda - 1993); e "Raport de la mission FAO/FONGs sur l'impact de la politique d'ajustement structurel en milieu rural senegalais" (FAO - 1992). Informações obtidas em seu Currículo Lattes. Endereço eletrônico: <http://lattes.cnpq.br/4704635102131603>. Acessado em: 25 de setembro de 2014.

Universidade Federal de Viçosa (1988) e mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural pela Universidad Internacional de Andaluzia (2011), cujo título do trabalho final é “*Metamorfosis Agroecológica: un ensayo sobre Agroecologia Política*”, orientada por Jan Douwe van der Ploeg. Atualmente é editor da revista “Agriculturas: experiências em agroecologia”. É também membro dos Conselho Editorial das revista *Agroecology and Sustainable Food Systems* (ASFS), e integra o Conselho Assessor Externo da Embrapa Nacional e da Embrapa Semi-árido e, desde 2009, é vice-presidente da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA).

A trajetória acadêmica de Paulo Petersen demonstra uma abertura para o movimento de agriculturas alternativas desde seu princípio, isto porque, concluiu sua graduação em agronomia na década de 1980, período de entrada deste movimento no país por meio das universidades e das mobilizações estudantis, mais especificamente, através dos cursos de agronomia. Seu trabalho de conclusão de mestrado, que incide sobre o campo da Agroecologia Política, foi orientado pelo Jan Douwe Van der Ploeg, autor de obras consagradas internacionalmente no campo de estudos do campesinato e das críticas ao modelo de agriculturas capitalistas e utilizadoras de insumos químicos, como por exemplo, “Sete teses sobre a agricultura camponesa” e “Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização”. No mais, Paulo trabalha na AS-PTA desde 1993, momento este em que a instituição abraçou a agroecologia como abordagem metodológica.

Além do mais, Petersen edita a Revista Agriculturas (AS-PTA), produtora e reprodutora do discurso institucionalmente autorizado sobre experiências em agroecologia (AZEVEDO e AZEVEDO FILHO, 2010). Isto é, o que aqui se publica tem consonância com o ciclo legitimado de cientistas e com o seu público, de acordo com o que regras que o discurso oficial permite. Assim, este ator se situa em posições fundamentais para a legitimação do discurso agroecológico no país, participando de instituições que tem a capacidade de reproduzir a agroecologia no território nacional.

O pesquisador também integra conselhos assessoriais na Embrapa, auxiliando no desenvolvimento da agroecologia nesta instituição, que, segundo ele, “tem um papel fundamental a desempenhar no avanço da perspectiva agroecológica”⁹³. A Embrapa, que nem sempre se mostrou inteiramente adepta dos ideais da agroecologia, lançou em

⁹³ Trecho retirado da matéria “Paulo Petersen: Para os ruralistas, é essencial que a Embrapa continue a serviço do agronegócio”, publicado em 9 de novembro de 2012 às 16:44h. Endereço eletrônico: <http://www.viomundo.com.br/denuncias/paulo-petersen-para-os-ruralistas-e-essencial-que-a-embrapa-continue-a-servico-do-agronegocio.html>. Acessado em: 25 de setembro de 2014.

2006 o “Marco Teórico em Agroecologia”, como fruto da discussão entre profissionais internos e externos à instituição. Isto significa que é com a consumação de interações entre alguns atores sociais, (sejam eles instituições ou pessoas), cujo engajamento da agroecologia se torna possível.

Sobre a relação entre a AS-PTA e a atividade científica na construção da agroecologia, os professores Jalcione Almeida e Laetícia Jalil deram as seguintes contribuições:

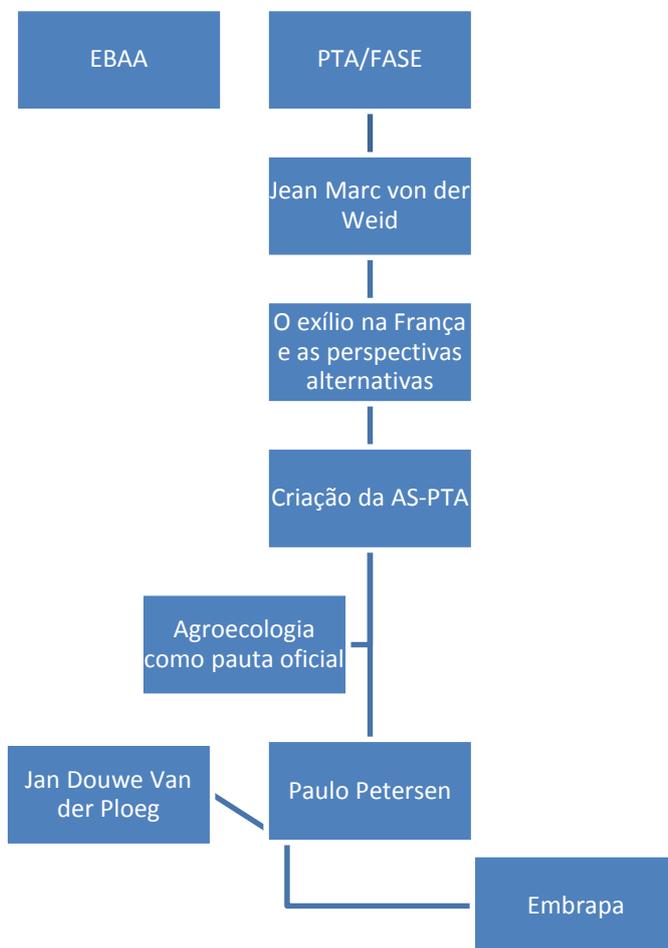
Nessa época da agricultura alternativa era o pessoal ligado ao PTA, ao projeto lá da FASE, do Rio de Janeiro, do Projeto Tecnologias Alternativas, PTA/FASE, que depois virou... Eles eram liderança importante nisso, que depois virou a AS-PTA, acho que até hoje tem a AS-PTA.

(...)

O PTA sempre torceu um pouco a cara pra academia né? Sempre achou que o negócio era pôr a mão na massa, recuperar experiências, chamar agricultores, trabalhar com agricultores, sempre foi o perfil deles né? Trabalhar muito. O que eu acho que tá correto. Trabalhar muito diretamente com associações, com organizações, com outros grupos de ONGs, e enfim, com projetos muito importantes no mundo inteiro, eles conversaram com o mundo inteiro pra fazer isso (Jalcione Almeida, João Pessoa, 2015).

A FASE foi uma instituição que facilitou a renovação do discurso sobre o desenvolvimento rural associado à sustentabilidade ambiental por meio das tecnologias sociais, o que fez com que novas proposições de desenvolvimento surgissem em consonância com a questão ecológica e democrática em seus sentidos político, ambiental, social, econômico e cultural (CAVALCANTI, 2010).

FIGURA 9: A agroecologia pela via das tecnologias alternativas



Fonte: Próprio autor. Jonatta S. Paulino (2017)

O trabalho de ONGs como a AS-PTA demonstram que as tecnologias não são ferramentas neutras, pois estão carregadas de valores sociais e políticos. Isto significa que tanto a FASE quanto a AS-PTA se conformaram enquanto nós importantes para a agregação de atores engajados nos novos rumos do desenvolvimento do campo.

Assim como a AS-PTA, enfim, o Pólo da Borborema, o Movimento Sindical, são atores fundamentais na construção desse campo agroecológico na Paraíba. Você não pode falar do campo agroecológico, ao meu ver, e eu estou dizendo isso porque eu nem sou paraibana, mas assim, são organizações que me vieram a mente na primeira, a primeira vez. Quer dizer, você olha o território, você olha esse local, você vai fazer

essa leitura desse campo a partir do território e quem tá efetivamente fazendo as atividades, as ações, as políticas, enfim, vem o Patac⁹⁴, vem a AS-PTA, vem o Pólo, vem enfim, outras organizações que constroem redes locais (Laetícia Jalil, Recife, 2015).

Por fim, Laetícia frisou o perfil prático da instituição, que foi fundamental na institucionalização da agroecologia nacionalmente. E, por mais que o enquadramento não seja de cunho científico, a sua atuação empírica influencia o fazer dos agroecologistas no geral e contém elementos globais que explicam a conformação do cenário agroecológico analisado.

França ou Espanha?

As confluências internacionais tanto da França – por exemplo, o contato cultural de Jean Marc durante o exílio – quanto da Espanha marcam o desenvolvimento da agroecologia no Brasil, porém, de forma diferenciada, como discutiremos a seguir. Perguntei a Caporal sobre a sua concepção da influência francesa na institucionalização do cenário científico nacional, eis a resposta:

Eu não sei se francesa viu. Tipo, francês até hoje não sabe o que é agroecologia.
 Não sabe mesmo, pode perguntar. Tem até um manifesto outro dia das ONGs de lá, de um grupo de ONGs (...). Um manifesto criticando justamente a política de agroecologia da França, justamente por isso.
 Eu tive várias vezes em colóquios lá na França. Convidado pra dar palestra lá e eles sabiam o que era agricultura alternativa né, mas agroecologia...
 Recentemente o Inra⁹⁵ começou a discutir agroecologia, mas é uma perspectiva de uma agricultura verde, a mesma coisa que era agricultura alternativa (Francisco Caporal, Recife, 2015).

A mesma pergunta foi feita para Paulo Niederle, que demonstrou uma posição bastante distinta da de Caporal:

Essa influência espanhola teve ressonância no meio acadêmico, mas, de novo, comparativamente, eu acho que a influência dela foi maior no âmbito de um grupo de acadêmicos que dialogavam diretamente com a formulação de políticas públicas.

⁹⁴ Programa de Aplicação de Tecnologias Apropriadas.

⁹⁵ *Institut National de la Recherche Agronomique*, sendo considerado a principal instituição europeia de pesquisa em agricultura.

E quanto você dialoga com a formulação de políticas públicas, você é obrigado a tomar alguns posicionamentos, do ponto de vista das escolhas necessárias a serem feitas, como é que vai ser o desenho da política e sempre tem limites. E, claro, como uma percepção de agroecologia que era pra dentro do meio acadêmico, mas em grande medida, era uma agroecologia enquanto um movimento social.

Naquela divisão clássica “prática, movimento social, meio acadêmico”, a perspectiva espanhola, muito mais que americana, muito mais que a do Gliessman. Gliessman era muito mais acadêmico, nesse sentido. É muito mais acadêmico. A perspectiva espanhola sempre fez questão de dialogar academia com movimento social. De outro modo, a entrada da literatura francesa ela é um pouco mais estranha, porque ela não se dá pelo termo agroecologia, ela se dá por um conjunto de discussões que tem a ver com o campesinato e agricultura, depois com a questão ambiental. Na França há uma discussão muito importante de ambientalização da agricultura. Tanto é que, muita gente, o próprio Alfio, a Maria José Carneiro, que discutiam agricultura familiar e campesinato, vão somar as suas reflexões à questão ambiental. É, o Jalcione. O Jalcione fez isso ainda muito antes (Paulo Niederle, João Pessoa, 2015).

Segundo Niederle, a força Cordobesa se dá muito mais num sentido de mobilização social e militância acadêmica para a intervenção pública no que de fabricação de fatos científicos, este último fator, sendo muito mais de posse francesa, principalmente nos aspectos sociológicos provindo das discussões de campesinato e ambientalização da agricultura, graças a pesquisadores como Alfio Brandenburg, Maria José Carneiro e Jalcione Pereira. Reiterando:

Quando a gente dialoga com os franceses você não vê esse processo de institucionalização como a gente tem aqui. A agroecologia não se tornou um termo de política do Estado ainda, tão forte na França como é no Brasil. E também não tem essa aderência acadêmica como a gente tem aqui. Se você vai num congresso na França num tem muita gente falando em agroecologia como a gente faz aqui.

E só que a perspectiva com que isso tem se dando na França é muito mais acadêmica do que movimento social. Se a gente for comparar os franceses, nesse caso, com os espanhóis, não tem esse vínculo com o movimento social como predomina entre os espanhóis, o que traz algumas vantagens do ponto de vista do diálogo acadêmico, mas uma série de limitações, inclusive no que tange, por exemplo, a institucionalização de políticas públicas. Política pública pra agroecologia na França pode acontecer, provavelmente vai acontecer, mas talvez a gente vai demorar pra ouvir falar nesses termos (Paulo Niederle, João Pessoa, 2015).

Entretanto, Jalcione Almeida formulou um pensamento um tanto contrário. Focando em sua experiência na França, onde realizou seu doutorado, indaguei sobre a absorção da perspectiva científica da agroecologia a partir deste país, se ele havia tido

contato com a temática lá e se haveria uma troca de energia actante entre os brasileiros e os franceses neste quesito:

Jonatta: o senhor poderia me falar um pouquinho se o Senhor teve contato com essa temática lá na França, se tem uma influência da França aqui no Brasil.

Jalcione: não. Eu particularmente não tive nenhum. O termo “agroecologia” entrou mais recentemente na França, mas naquela época falávamos muito em Agricultura Biológica, o equivalente a agricultura alternativa ou agricultura orgânica que já estava surgindo no Brasil é ainda agricultura biológica, “*agriculture biologique*”, que é o francês. Agroecologia é um termo que chegou mais recentemente, já tão assumindo, já tão falando. O doutorado, não foi um doutorado que acabou me influenciando, por exemplo, pro lado da agroecologia, não foi! Eu permaneci nas variantes alternativas da agricultura, da forma de produzir e se organizar no campo, mas agroecologia foi muito sempre, durante o doutorado e até o final, muito periférica, eu acabei me envolvendo mais quando eu voltei, quando eu voltei do doutorado, mais pelo contexto político que estava no Brasil e no Rio Grande do Sul, sobretudo. Então, eu não tive essa influência Cordobesa, pelo contrário, sempre fiz uma – e faço ainda – na medida que posso e quando sou chamado a fazer, entrevistado, faço algumas críticas a essa perspectiva que eu chamo a “Armada Cordobesa”, que é uma perspectiva da agroecologia que acabou tendo uma influência muito forte na agroecologia brasileira, sobretudo e particularmente o pessoal mais ligado a ABA, Associação Brasileira de Agroecologia (Jalcione Pereira, João Pessoa, 2015).

A problemática da relação Espanha x Brasil x França nas definições da agroecologia local está muito clara na fala de Eric Sabourin⁹⁶, onde o professor aciona a Espanha como o impacto mais profundo para o nosso campo de visão:

Jonatta: Então Professor, em primeiro lugar, o Senhor trabalha com o Cirad e veio da França pra cá. Nesse seu trabalho, tem alguma, algum apoio na perspectiva agroecológica?

Sabourin: Na cooperação do Cirad com o Brasil?

Jonatta: Aham.

Sabourin: No início não tinha nada e ultimamente tem uma proposta que vem sendo realizada mediante parceria entre o Cirad e o Inra. O Inra é o instituto de pesquisa agropecuária da França, onde cada vez mais a proposta da agroecologia está tomando força. Então tem hoje uma série de projetos de pesquisa (entre pesquisadores brasileiros e franceses) que já tem vários anos de trabalho de comparação sobre as condições de emergência da agroecologia (e agora um novo programa sobre a institucionalização das agroecologias entre França, Brasil e Argentina).

(...)

⁹⁶ Realizou seu Pós-Doutorado entre 1999 e 2000 na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) como bolsista do Centre de Coopération Internationale en Recherche Agronomique pour le Dével (CIRAD).

Jonatta: Então, no caso (...), o que é que o Senhor entende por institucionalização de agroecologia. Assim, como o Senhor definiria?

Sabourin: Institucionalização da agroecologia é justamente a passagem de uma proposta que vem da base, que vem do movimento social, da sociedade civil, até o seu reconhecimento pelas políticas públicas e pelos seus instrumentos. Atrás disso, no caso do Brasil, tem uma institucionalidade: tem um Plano, uma Comissão Nacional, uma série de instrumentos.

Jonatta: E como foi que o Senhor teve contato com a agroecologia?

Sabourin: Quando eu era estudante na França, estudei antes da antropologia, agronomia, e tive uma passagem pela militância daquilo que a gente chamava a vertente alternativa da agrobiologia. Não exatamente o equivalente da agroecologia na França, mas é algo mais perto da agroecologia que da produção orgânica. Depois quando estive trabalhando no Nordeste, muito rapidamente, colaborei com a rede PTA, o Centro Sabiá, Pernambuco e AS-PTA na Paraíba. Então, minhas referências, em todo caso, são primeiro as do Nordeste, na Paraíba e em Pernambuco.

(...)

Jonatta: Como o Senhor veio da Europa, o Senhor acha que teve alguma influência francesa na construção dessa perspectiva científica agroecológica do Brasil? Porque a gente vê muito a presença de Córdoba, mas ao mesmo tempo a França tem um debate ecológico que influi muito no pensamento dos estudos rurais do Brasil. O senhor acha que pra construção especificamente da ciência agroecológica, tem um peso francês ou não?

Sabourin: Não. Geralmente não tem tanto peso dos pesquisadores. Tem um peso da dinâmica latino-americana, da Espanha e Córdoba mais forte no caso das Universidades também, mas no quesito específico da França, não (Eric Sabourin, Belém, 2015).

Tanto no caso do Professor Jalcione Almeida quanto do Pesquisador Eric Sabourin, a partir de suas experiências pessoais de intercâmbio entre Brasil e França, a proposta da agroecologia parece ter ganhado espaço muito mais no contato com os brasileiros que já trabalhavam com essa ideia do que em território Francês. Para Jalcione, o contato com a temática ocorreu durante seu retorno ao Rio Grande do Sul diante de um quadro cultural efervescente para os movimentos alternativos; e, para Sabourin, quando trabalhou na sede paraibana da AS-PTA e no Centro Sabiá⁹⁷ em Pernambuco.

O mesmo aconteceu com o pesquisador francês Julien Blanc:

Julien: Eu estudei, começando, na verdade não era agricultura, e agroecologia não o foco, mas a questão do meio ambiente e da diversidade. (...) Aí, a questão da agroecologia e da agricultura orgânica

⁹⁷ Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá, uma Organização Não Governamental (ONG) fundada em 1993, que trabalha para promoção da agricultura familiar (agroflorestal e agroecológica) dentro dos princípios da agroecologia, com sede no Recife.

estava no meio na verdade, porque não era meu foco central, aí eu tive essa oportunidade de fazer um pós-doutorado aqui.

Jonatta: Qual instituição o seu pós-doutorado?

Julien: Então foi com esses dois, com a Embrapa e com o Inra. (...) É uma bolsa que eu consegui. O governo francês, o Governo do Ministério do Exterior Francês, ele me deu uma bolsa para atuar no Brasil.

Jonatta: Como foi que o Senhor teve contato com a agroecologia lá na França e como é que o Senhor vem parar aqui no Brasil tão regularmente?

Julien: Eu cheguei no Brasil em 2006 dentro de um projeto que era uma cooperação entre aqui no Brasil, a Embrapa Meio Ambiente e na França que aqui o equivalente é o Inra, uma pesquisa, e o departamento lá era EcoDesenvolvimento, era o ponto focal da pesquisa-ação

(...)

Essas pessoas eram militantes também, isso foi um encontro e uma experiência difícil pra mim porque eu venho de uma tradição acadêmica europeia e francesa que nosso jeito de ser militante é bem distanciada das nossas pesquisas. (...) Aqui as pessoas, aquelas pessoas têm umas duas ou três juntos, eles são pesquisadores, oficialmente, mas eles são militantes também e eles têm proximidades com o MDA, então, a dimensão política e governamental que se faz.

Jonatta: Achei interessante essa parte da “militantização” do pesquisador brasileiro, então o senhor não vê esse tipo de perspectiva na França, na Europa, desse pesquisador militante?

Julien: Tem! Somos todos militantes, mas de um jeito bem diferente. Tem justamente a dupla carga dos professores de universidade daqui, do pessoal da Embrapa, que eles fazem pesquisa e extensão, faz parte do trabalho deles. Na França não é o caso, nenhum pouco! São institutos bem diferenciados e estatutos bem diferenciados (...) A segunda coisa, acho que mais o segundo fato que aqui no Brasil quando você entra nesses assuntos é tão violento a questão do meio ambiente e do jeito que tá tratado a questão da desigualdade social que é muito difícil agir e fazer pesquisa sem se envolver e mesmo que pra mim sempre gerou algumas grandes, um *inconforto* muito grande quando eu trabalho a campo. As pessoas me pedem, eles me tentam me trazer pro lado mais da atuação, então, é, acho que esse é um segundo ponto de traz essa diferença grande (Julian Blanc, Recife, 2015).

Na institucionalização da agroecologia francesa, os pesquisadores não tiveram participação em manifestações e eventos dos movimentos sociais que passaram a apresentar a agroecologia como diretriz pragmática (NORDER, LAMINE e BELLON, 2015). Por teste motivo, Julien Blanc, que em seu país de origem foi habituado a outro formato de ciência, digamos assim, mais “neutra”, demonstra um claro estranhamento frente ao modelo de ciência aqui praticado, principalmente no universo da agroecologia.

É interessante observar que, na ciência agroecológica, a militância é algo incrustado e aquelas pessoas que não se atém a isso acabam por realizar uma atividade incompleta, como vemos na fala a seguir do Jalcione:

Jalcione: Eu nunca cheguei a ser militante da agroecologia. A agroecologia sempre foi pra mim, desde o início, um tema de pesquisa. Talvez um pouco por isso que as pessoas me viam no passado como militante da agricultura alternativa e tal, esperavam me ver como militante da agroecologia, o que eu não fui, não era! E aí que se criou um pouco de certa animosidade, um certo problema entre eu e algumas militâncias da agroecologia porque quando me olhavam (Jalcione Pereira de Almeida, João Pessoa, 2015).

Voltando para o caso de Julian Blanc, este ator teve um enlace com a temática agroecológica com a sua chegada ao Brasil em 2006, tendo sido surpreendido com o caráter engajado dos profissionais, que se dividem na tarefa de pesquisa e extensão (citando a Embrapa) ao mesmo tempo em que alguns se dedicam à de gestão pública, como no caso da aproximação com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, sendo fruto da necessidade de sanar nossos graves conflitos sociais e ambientais.

Jonatta: Quando o Senhor falou que estava pensando na institucionalização da agroecologia, o Senhor tá pensando lá na França?
 Julien: Os dois. O projeto comparativo entre a França, Brasil e Argentina.
 Jonatta: Defina “institucionalização da agroecologia”.
 Julien: O processo de institucionalização é a integração nas políticas públicas e na legitimação de uma coisa que é chamada “agroecologia”. Mas também a questão do mercado vai entrar. (...) Criação de um quadro político e econômico legítimo e dominante que funciona como motor do *ampliamento* de uma proposta (Julian Blanc, Recife, 2015).

Tanto Sabourin quanto Blanc dissertaram sobre o que entendiam por “institucionalização da agroecologia”. Ambas as opiniões se aproximam bastante da concepção de institucionalização trabalhada nesta tese, que envolve um processo de legitimação de uma proposta de fazer científico e prático cada vez mais disseminado e que leva ao fortalecimento de um quadro político que pretende se fazer dominante nas políticas públicas e em seus instrumentos. Em outras palavras, o campo científico da agroecologia envolve um projeto político que vai além da tomada de espaços dentro do mundo científico, adentrando no controle de humanos e não-humanos, isto é, na definição correta do uso dos recursos naturais e da ação dos sujeitos sociais por meio da gestão governamental.

Com forte sistema simbólico, os participantes da “Armada Cordobesa” são potencializadores de novas formas de fazer política por meio de “tentativas coletivas e organizadas que têm a finalidade de buscar determinadas mudanças ou até mesmo estipular a possibilidade de construção de uma nova ordem social” (AZEVEDO, 2010,

p. 215). As pessoas que participam deste processo não são apenas “mão de obra”, mas forças geradoras de criatividade e inovações socioculturais, mudanças estas que afetam o comportamento e expectativas políticas, forçando abertura de espaços para novos interesses. Por fim, essa participação política cresceu graças à “invasão” do Estado pela sociedade civil para introduzir marcas e ideias de certos grupos na organização da vida coletiva, o que fez com que estes mesmos grupos crescessem, causando o fortalecimento de suas ideias.

Sobre essa discussão, vejamos a opinião de Laetícia Jalil, professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal Rural de Pernambuco e com atuação nas discussões de gênero e agroecologia, cuja trajetória sempre demonstrou um posicionamento voltado para as questões da agricultura familiar, como veremos a seguir:

Jonatta: Como foi que a Senhora teve esse contato com a agroecologia?

Laetícia: Eu comecei na graduação. Eu fazia Ciências Sociais e era o meu orientador, a gente tinha essa pegada, o Professor Aldenor.

E a gente tinha muito esse contato com a Agricultura Familiar e aí, é muito fácil, porque nesse campo da Agricultura Familiar, dos Movimentos Sociais a discussão da agroecologia ela é uma alternativa, ela é um caminho. Então assim, pra quem quiser se mover, continuar trabalhando com Agricultura Familiar numa perspectiva mais engajada, eu acho que isso é muito importante porque assim, não é que a gente não está fazendo ciência, a gente faz uma ciência engajada, eu acho que essa é uma discussão que a gente tem que se apropriar muito bem, porque fica parecendo que a gente faz uma “não-ciência”, não é?

E assim, vem toda aquela discussão de uma ciência neutra, enfim. Então a gente que sai das Ciências Sociais, continua fazendo, estudando, uma carreira acadêmica, mas com esse compromisso, com essa relação muito próxima com as organizações, com os movimentos sociais, é muito natural que a discussão da agroecologia surgisse. Então já na graduação eu fui trabalhar numa Organização que trabalhava com agroecologia e aí, pronto assim...

Jonatta: Qual era, Professora?

Laetícia: Na Associação de Apoio as Comunidades do Campo, no Rio Grande do Norte, num projeto pequenininho, e aí a gente começou a ter contato com as organizações enfim, no Mestrado, quando eu fui pro Rio fazer o Mestrado, já mais claramente a gente já tinha mais contatos com as organizações que participavam da ANA, que é a Articulação Nacional de Agroecologia, enfim.

Jonatta: Sobre as suas atividades hoje, a Senhora atua profissionalmente onde, em que instituições, se tem alguma outra organização...

Laetícia: Eu sou Professora aqui na Rural de Pernambuco, sou Professora de Sociologia Rural, trabalho com isso; faço parte do GT de Gênero da ABA, da Associação Brasileira de Agroecologia; faço parte do GT de Mulheres da ANA, da Articulação Nacional de Agroecologia; eu coordeno um Núcleo de Agroecologia, que se chama o NEPPAS, que é Núcleo de Estudos e Pesquisas em Práticas Agroecológicas do Semiárido,

que aí a gente traz essa perspectiva mais do semiárido, das discussões que envolvem a Caatinga, enfim, todos esses desafios de pensar a agroecologia no Sertão (Laetícia Jalil, Recife, 2015).

Para a Professora – atuante academicamente e politicamente na área da agroecologia, participando de várias instituições desde a sua graduação – realmente existe a conformação de uma “escola” de Córdoba no Brasil:

Jonatta: dentro dessa internacionalização de aprendizado, a Senhora acha que uma força maior da Espanha ou da França?

Laetícia: não. Da Espanha! Eu nem consigo vislumbrar uma escola francesa. Assim, eu vejo, por exemplo, essa coisa de onde você vai, como que você volta. (...) Então eu consigo ver isso claramente, que tem a escola na Espanha e que essa escola ela passa a ser traduzida pro Brasil, isso é importante, porque se você não traduz o que tá escrito no campo mesmo de você pegar um texto e traduzir, de você pegar um texto e você construir relações, trazer essas pessoas, mandar pessoas, então assim, eu vejo que isso acontece, aconteceu muito fortemente com a Espanha. Eu nunca, assim, se você me perguntar uma pessoa, um autor francês, eu não conheço, que discuta agroecologia. Eu sei que tem. Agora no CPDA eu tenho alguns colegas que tão indo pra Montpellier, também tenho alguns colegas que tão indo pra Toulouse que também têm essa pegada um pouco da agroecologia, mas eu não consigo identificar uma escola. Nenhuma influência no Brasil (Laetícia Jalil, Recife, 2015).

Para entender a relação entre as discussões ambientais e do mundo rural e de que forma isso adentra no Brasil por intermédio de contatos com atores franceses, precisaremos voltar um pouco no tempo. Criado na França em 1950, o *Groupe de Recherche de Sociologie* (GRSR ou GSR) trazia a tona outros contornos para o pensamento sociológico na tentativa de pensar as questões socioambientais. A preocupação com o meio ambiente se revelou como uma questão nova, surgida graças aos impactos da poluição industrial⁹⁸.

Outro laboratório que marcou o pensamento sobre as questões ambientais e que entrelaçou essa problemática com o mundo rural foi o *Laboratoire Dynamiques Sociales et Recomposition des Espaces* (Ladyss), onde pesquisadores como Marcel Jollivet, Jean-Paul Billaud e Florence Pinton passaram a analisar os elementos ambientais a partir de seus trabalhos com camponeses e agricultores.

O Ladyss e GSR demonstraram influência na sociologia rural e ambiental francesa e em universidades brasileiras, o que se transformou numa rede de trocas científicas. Assim, “a influência da sociologia rural e ambiental francesa está registrada

⁹⁸ Hoje, as questões agrícolas e o espaço rural ocupam um lugar especial neste tema.

em pesquisadores brasileiros que se conectaram ao GSR e ao Ladyss, como Maria de Nazareth Baudel Wanderley” (PADILHA e BRANDENBURG, p. 24), que realizou seu doutorado na *Université Paris 10* sob a orientação de Henri Mendras e Macel Jollivet entre 1969 e 1975.

Outro ator institucional que se mostrou relevante nessa rede foi o programa CAPES-COFECUB⁹⁹, tendo como marco o projeto de nº 9 “Sócio-economia do mundo rural”, de 1979, que aproximou atores da, até então, Universidade Federal da Paraíba (UFPB-campus de Campina Grande) e a *Université Paris 10*. Nesse intercâmbio de experiências de pesquisa e cooperação científica se faz uma filiação rural-ambiental entre sociólogos franceses e brasileiros.

O projeto de nº 76 “Novas Perspectivas do desenvolvimento agrícola na França, na Europa e no Brasil”, cuja participação de Wanderley entre os anos 1985 e 2005 fez-se fundamental, trazendo impactos para a sociologia rural brasileira, pois ofereceu missões de estudo em Nanterre, além da doação de livros franceses e a realização de seminários no Brasil com a participação de professores e pesquisadores franceses como Marcel Jollivet e Jean-Paul Billaud. Este projeto contou com a presença de um autor bastante lido neste trabalho, o Alfio Brandenburg, que desenvolve atualmente pesquisas inspiradas na sociologia rural francesa e na sociologia ambiental de Marcell Jollivet.

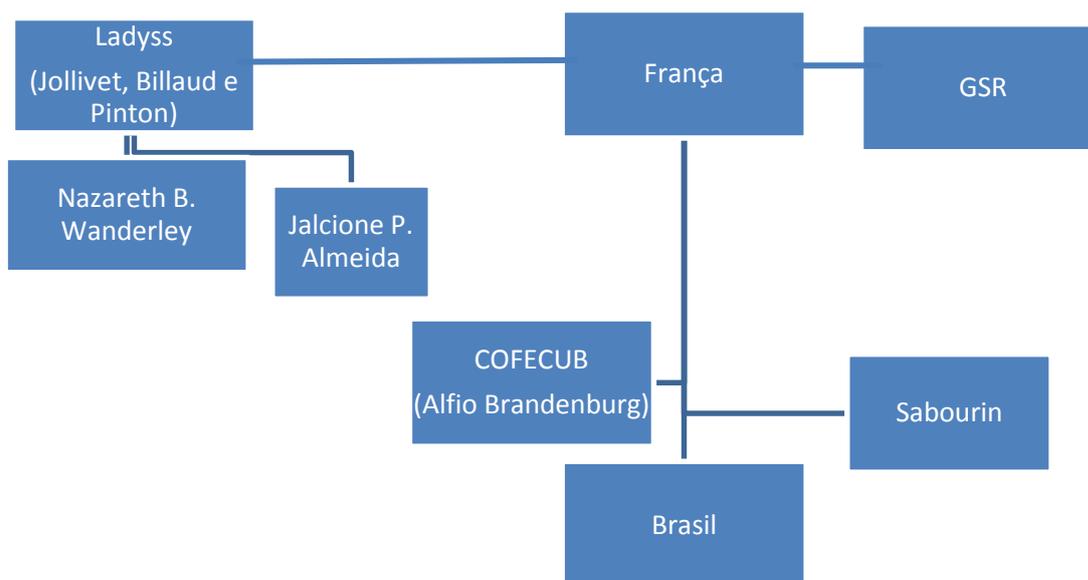
O surgimento da sociologia ambiental no Brasil possui semelhanças com o que aconteceu nos EUA, onde houve contribuição da sociologia rural para construir a ambiental. Assim, diversos estudos do rural foram considerados pioneiros na área ambiental, pois a atenção para o ambiental nasceu como desdobramento de temas vizinhos, surgindo principalmente nos anos 1980.

⁹⁹ O Convênio entre a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior e o *French Committee for the Evaluation of Academic and Scientific Cooperation with Brazil* (CAPES-COFECUB) foi criado entre Brasil e França em outubro de 1978 e está vinculando a vários programas de pós-graduação e as suas pesquisas. Em 2011 foi elaborado o projeto de nº 716/11 “Agroecologia no Brasil e na França: entre redes científicas, movimentos sociais e políticas públicas”, apoiado pela CAPES e pelo COFECUB. No Brasil participam a Universidade Federal do Paraná (Alfio, Osvaldo Heller da Silva, Moacir Roberto Darolt, Luciano de Almeida, Ângelo de Sá Mazarotto, Júlio Carlos Veiga da Silva e Douglas Ochiai Padilha), a Universidade Federal de São Carlos (Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural do Centro de Ciências Agrárias, Lui Antonio Cabello Norder e Andréa Eloisa Bueno Pimentel) e a EMBRAPA (Meio Ambiente/Jaguariúna, Lucimar Santiago de Abreu, Maria de Cléofas Faggion Alencar). Na França, a Universidade de Nanterre Paris Ouest (*Université Paris 10/Laboratoire Dynamiques Sociales et REcomposition des Espaces – Ladys, Jean-Paul Billaud*) e o Inra/Avignon (*Stéphane Bellon, Claire Lamine, Oliver Guillaume, Pascal Aventurier*). É coordenado por Alfio Brandenburg (UFPR) e Jean-Paul Billaud (*Université Paris 10 - Nanterre*), objetivando analisar a pesquisa científica relacionada à agroecologia e a interação entre as redes científicas e os movimentos sociais para a construção de políticas públicas.

Neste período, nosso entrevistado, Jalcione Pereira de Almeida, doutor¹⁰⁰ em Sociologia pela *Université de Paris* sob a orientação de Jollivet, escreveu textos voltados para o uso de tecnologias alternativas e desde 1989 produz trabalhos na temática rural-ambiental, passando a atuar nessa rede franco-brasileira de sociologia tecida do rural ao ambiental.

Vale salientar que os frutos da relação entre a sociologia rural brasileira e a francesa alcançaram a governabilidade brasileira nas discussões de políticas públicas. Por exemplo, José Eli da Veiga, que “teve grande parte de sua formação acadêmica na França, presidiu o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e teve suas ideias incorporadas na formatação da atual política de desenvolvimento territorial do MDA” (PADILHA e BRANDENBURG, 2015, p. 30).

FIGURA 10: A contribuição francesa para o pensamento brasileiro



Fonte: Próprio autor. Jonatta S. Paulino (2017)

O pensamento francês marcou uma geração de pesquisadores brasileiros no que se refere à agricultura ecológica e aos debates ambientais, o que não significa, especificamente, que a agroecologia tenha sido um tema central, dentre as diversas manifestações da prática agrícola ecologicamente correta, na França e assim, de forte presença no Brasil (BRANDENBURG, BILLAUD e LAMINE, 2015). Tem-se, de um lado, pesquisadores como Brandendeburg e sua “escola francesa” e, de outro lado, a

¹⁰⁰ Concluído em 1993.

atuação de extensionistas como Caporal e Costabeber enquanto participantes da “escola de Córdoba”. Portanto, ambos os direcionamentos encaminham grande parte da produção textual agroecológica.

Sobre essa polaridade, o professor Niederle aponta algumas considerações:

O Alfio tem uma importância, do ponto de vista da legitimação da agroecologia no âmbito acadêmico, que a meu ver ela é muito mais expressiva, por quê? Porque conseguiu dialogar com um conjunto de referenciais teóricos, analíticos, com uma discussão mais ampla de ambientalização que encontrou mais ressonância no meio acadêmico.

Do ponto de vista do Caporal e do Costabeber a gente vê os textos deles circulam no meio acadêmico, mas eu acho que, comparativamente ao Alfio, o impacto deles foi muito maior no meio dos *policy makers*, os “fazedores de políticas públicas”. Inclusive com a participação direta deles construindo políticas públicas.

E aí, talvez, seja um grande, uma grande contribuição e ao mesmo tempo algumas limitações. Sempre quando você institucionaliza uma política pública você tem que definir um referencial, atores privilegiados, instrumentos e, portanto, ela sempre vai ter problemas, vai ter limites (Paulo Niederle, João Pessoa, 2015).

Todavia, acredito que a influência Cordobesa não se dá apenas no engajamento dos pesquisadores, mas também na conformação epistemológica da literatura agroecológica aqui lida e produzida, através de pessoas que vão estudar fora, entram em contato com algumas ideias, trazem de volta para seus países de origem traduzindo textos e espalham seus aprendizados. Destarte, “parte dos militantes e técnicos mais críticos tiveram em sua formação uma passagem (...) pela Universidade de Córdoba, que privilegia a dimensão política das análises dos processos de transição” agroecológica (ABREU e BELLON, 2014, p. 9).

Claro que não podemos acreditar num tipo de influência “de baixo para cima”, em que a Espanha tenha imposto um *modus operandi* para os profissionais brasileiros. Todo e qualquer contato envolve troca de energia actante. Porém, o foco desta pesquisa é apreender a conformação do cenário brasileiro, de forma a escolher um recorte metodológico que deixa de fora possíveis traços brasileiros na Espanha.

Agora que a agroecologia, enquanto termo, entra no cenário Francês muito por influência brasileira e dessas discussões também. Não quer dizer que eles, que eles não tivessem discussões similares... Há uma cooperação Universidade Federal do Paraná (UFPR/Meio Ambiente), tem um programa de Meio Ambiente e Desenvolvimento, Alfio, Ângela Damasceno e Magda Zanoni e uma série de grupos franceses, sobretudo

num programa que se chama Ladyss, que é um laboratório que foi coordenado pelo Hugues Lamarche e agora é coordenado pelo Jean Paul. Eles tiveram ao longo dos últimos vinte anos vários intercâmbios nessa discussão socioambiental, não necessariamente agroecologia, é por conta dessa discussão teve esse projeto, que eu comentei no começo e a gente tá dando continuidade, digamos assim, o projeto... O meu reingresso na discussão da agroecologia provavelmente vai se dar por conta do projeto que foi aprovado Brasil-França pros próximos quatro anos que é pra estudar a institucionalização da agroecologia em diferentes países (Paulo Niederle, João Pessoa, 2015).

Vale salientar que essa troca de elementos fica muito mais clara no caso da França, isto porque, os entrevistados franceses (Eric Sabourin e Julian Blanc) começaram a se dedicar mais fielmente à agroecologia por meio de intercâmbios institucionais com o Brasil, e não a partir do seu lugar de origem. O Brasil aparece então como um nó que entrelaça pesquisadores da França e a agroecologia, o que não minimiza as contribuições elaboradas por Eric Sabourin para pensar o nosso mundo rural – mesmo que não tenham sido, especificamente, no campo da agroecologia.

Como dito no relato do I Seminário de Agroecologia Brasil x França¹⁰¹ ocorrido em Londrina (Paraná), de 5 a 6 de dezembro de 2013, a institucionalização da agroecologia no Brasil¹⁰² ocorreu antes que na França, onde tal proposta ainda se encontra fragmentada.

Em contraposição, na França, a agricultura orgânica é altamente estruturada desde os anos 1980¹⁰³ (CDT - IAPAR, 2013). Lá, agricultura ecológica, em sua versão da agricultura biológica, se institucionaliza antes do Brasil. Por exemplo, a lei que normatiza agricultura orgânica no Brasil surge em 1999, enquanto que na França, surgiu já década de 1980 (BRANDENBURG, BILLAUD e LAMINE, 2015).

Na França, a agroecologia somente começou a ser veiculada nacionalmente a partir de 2008, ainda que muito ligada ao setor empresarial da produção agroalimentar, o que difere muito do Brasil, onde ela segue como referência para a agricultura familiar e camponesa. Inclusive, o Inra, principal instituto francês de pesquisa agrônômica, incluiu a agroecologia em seus eixos prioritários apenas em 2010 e, em 2012, o

¹⁰¹ Esse evento soma-se aos esforços de fortalecimento da agroecologia com a criação da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO).

¹⁰² Na questão das políticas públicas, o CONSEA foi apresentado como referência da participação entre sociedade civil e governo.

¹⁰³ Uma experiência de destaque é a da Associação para Manutenção de uma Agricultura Camponesa (AMAP), com grande engajamento dos consumidores. Aqui, foca-se na criação de mercados alternativos e a influência entre diversos países.

Ministério da Agricultura anunciou o Programa *Produire Autrement*, para fomentar a transição agroecológica (NORDER, LAMINE e BELLON, 2015).

O retorno ao Brasil

As teorias sociambientalistas nos países desenvolvidos envolvem campanhas que levam em consideração abordagens idealistas e gerais, para todos. Já nos países em desenvolvimento, elas são mais específicas, focando nos direitos das camadas mais pobres, a exemplo das estratégias postas em prática no Brasil, Nigéria e México. Esses movimentos têm em comum o fato de terem “se originado na luta para melhorar o meio ambiente e a justiça social. É esse o eixo que tem a conexão mais forte com o pensamento político corrente (...) que muitas vezes levam à tipificação e a toda bagagem ideológica associada à política” (p. 101). Isto significa que “as ideologias políticas são um fator importante na definição dos temas a serem abordados e das prioridades a ser escolhidas” (MAWHINNEY, 2005, p. 102).

Sabendo que desenvolvimento envolve competição, confluências discursivas e teóricas que impulsionam a emergência de distintas metodologias e referenciais conceituais em países em desenvolvimento, tendem a apresentar articulações específicas das questões ambientais, com as questões rurais, forjando uma conexão entre estratégias de sustentabilidade e agricultura ecológica que servem de base legitimadora para alguns atores sociais.

As bases epistemológicas da agroecologia, que surgiram como uma vertente focada na tecnologia e na sua capacidade de superar os problemas do passado e criar melhores condições para a agricultura, ganha adeptos das mais diversas áreas, inclusive das humanidades, recebendo uma perspectiva mais social, focada na busca pela igualdade e baseando suas pesquisas na transdisciplinaridade enquanto um fenômeno complexificante e politizador da abordagem de seus técnicos.

Em relação às pesquisas em agroecossistemas, Altieri (1983, 1995) e Conway (1987) devem ser mencionados enquanto grandes teorizadores. Na aplicação dessa visão em países em desenvolvimento, não podemos deixar de mencionar autores como Gliessman (1981, 1990, 1997), Anderson (1986), Hecht (1995) e Carroll (1990). Simultaneamente, como causa e efeito, vai se fortalecendo cada vez mais um discurso de desenvolvimento sustentável, na tentativa de unificar visões de mundo deslocadas

pelo limite do crescimento econômico. Começamos a lidar com processos que ressignificam a natureza e confrontam as políticas dominantes de desenvolvimento¹⁰⁴.

Para Miguel Altieri (1999), a agroecologia é uma disciplina científica e marco teórico para analisar os processos agrícolas. Para Gliessman (2005), é a aplicação de conceitos e princípios ecológicos no manejo dos agroecossistemas sustentáveis. Para González de Molina (1992) e Sevilla Guzmán e González de Molina¹⁰⁵ (1992, 1996), trata-se de um campo de estudo que pretende manejar ecologicamente os recursos naturais a partir de uma ação social coletiva e participativa. Já o enfoque das ciências sociais é mais destacado em autores como J. Martínez Alier (1955, 1998) e J. M. Naredo (1996), pois estes incorporaram os conceitos de economia ecológica e ecologia política.

A incorporação da complexidade ambiental e o conceito de sustentabilidade envolvidos num novo paradigma das ciências agrárias demandam uma nova racionalidade ambiental (LEFF, 2006). É aí onde a agroecologia surge como o novo campo de conhecimento, que “é mais amplo do que uma disciplina científica, que substitui o conhecimento puramente técnico das Ciências Agrárias convencionais e que incorpora a relação entre a agricultura, o meio ambiente (...) e as consequências sociais” (SOUSA e MARTINS, 2013, p. 87).

Segundo Sousa e Martins (2013), são três as fases da evolução da abordagem metodológica da agroecologia no Brasil:

1. Ênfase em tecnologia e no difusionismo;
2. Experimentação e prática agroecológica;
3. Abordagem sistêmica e valorização do saber dos agricultores.

No Brasil, a agricultura ecológica¹⁰⁶ passa a ser fomentada por associações com agrônomos que retornam ao campo, chamados de neo-rurais, isto é, agricultores que viveram no meio urbano, “mas que voltaram ao campo, mediante o movimento de contracultura dos anos 1960 na Europa. Na Região Metropolitana de Curitiba, 60% dos agricultores ecológicos procedem de ocupações não agrícolas, embora com antecedentes no meio rural.” (BRANDENBURG, 2002, p. 13). Isto significa que neste tipo de desenvolvimento, tivemos um protagonismo de profissionais qualificados – técnicos

¹⁰⁴ Nesse período, a agroecologia foi definida como o estudo e manejo dos agroecossistemas. Outra nova orientação da agroecologia foram as pesquisas em agricultura tradicional em países em desenvolvimento (WEZEL e SOLDAT, 2009).

¹⁰⁵ Traz a história ambiental e o conceito de metabolismo social.

¹⁰⁶ A agricultura ecológica “passa a ser regulamentada e estimulada pela União Europeia, com políticas de subsídio à produção conforme Lei 2092/91” a partir de 1991 (BRANDENBURG, 2002, p. 21).

especializados ou agrônomos que praticam agricultura ecológica – e agricultores de “elite” do Sul do país.

Assim, a questão da aplicação prática dos conhecimentos e da sustentabilidade passa a ser um fator motivador de muitos cientistas. Nesse quesito, as atividades de pesquisa em nosso país foram “realizadas em instituições públicas por pesquisadores voluntários, ou por organizações não-governamentais. Igualmente nas universidades, nas faculdades de Agronomia, o perfil institucional do agrônomo, de modo geral é do tipo convencional” (BRANDENBURG, 2002, p. 21). Estes “profissionais alternativos” obtêm sua formação a partir dos coletivos informais de estudantes, em experiências de grupos de agricultores, empresas, associações, ONGs e em experiências fora do país.

Inicialmente, o termo agroecologia não era usado pra descrever um movimento de cunho nacional. Foi apenas nos anos 1990 que isso aconteceu, principalmente nos EUA e na América Latina. Nesse mesmo período emerge o seu terceiro uso, de prática agrícola. Destarte, a agroecologia vai adentrando nas políticas públicas como resultado da expansão das malhas de sua rede, inicialmente compostas em movimentos de agricultura alternativa, se espalhando em organizações da sociedade civil, na lógica dos movimentos sociais do campo e finalmente sendo incorporada como preocupação nos setores de gestão Estatal.

Essa década foi preenchida com importantes publicações, impulsionadas por programas de pesquisa e educacionais na academia, principalmente nos EUA. “O financiamento dos estudos científicos é influenciado pelos problemas mais práticos e, conseqüentemente, ajuda a exagerar o problema” (MAWHINNEY, 2005, p. 90). Textos focando na sustentabilidade e agricultura sustentável também aumentaram, tendo relação com a divulgação do Relatório de Brundtland¹⁰⁷ e, posteriormente, com a Unced-92¹⁰⁸, que colocou esses temas nos tópicos mundiais. Conseqüentemente, o termo biodiversidade, que emergiu nessa década, passou a ser intrinsecamente relacionado com a agroecologia¹⁰⁹.

A partir da Unced-92, mudanças nas políticas transnacionais fortalecem a noção de desenvolvimento sustentável. A noção de sustentabilidade se alastrou a um ponto de

¹⁰⁷ Documento também chamado de “Nosso Futuro Comum”, de 1987, focado na importância do desenvolvimento sustentável.

¹⁰⁸ Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento realizada no Rio de Janeiro, também conhecida pela sua sigla UNCED-92 (em inglês) ou CNUMAD-92 (em português), e apelidada de ECO-92 ou Rio-92.

¹⁰⁹ A agroecologia se tornou mais conhecida mundialmente também graças à disseminação pela internet. Esse período também colocou a agroecologia como um tema na educação superior (WEZEL e SOLDAT, 2009).

ficar “vulgarizada” graças à relevância das questões ambientais. Trata-se de uma noção polissêmica que não constitui uma categoria analítica, mas que é empregada como um conceito normativo e indicador (BRANDENBURG, BILLAUD e LAMINE, 2015) de ações sociais.

Temos um palco de tendências a combinar biodiversidade e justiça ambiental. Instituições que até então eram contrárias ao discurso de desenvolvimento sustentável acabaram como co-participativas dos setores econômicos e governamentais voltados para esta pauta. Com a Unced-92, esse pensamento se concretiza em diversas organizações ligadas ao mundo rural sob a égide da agricultura sustentável, alternativa ou ecológica.

A consideração de que o discurso ambiental, a preocupação ecológica e a própria agroecologia estejam mais próximas do campo ideológico do que da ciência ainda é um fantasma que de vez em quando tenta se erguer. Em 1992, durante o Fórum Global (Rio 92), no Rio de Janeiro, 264 cientistas – entre eles 52 ganhadores do Prêmio Nobel –, assinaram o Chamamento de Heidelberg, denunciando a ecologia como a emergência de uma ideologia irracional que se opõe ao progresso científico e industrial (COSTA GOMES, 2005b, p. 139).

Estamos diante de um cenário de redefinições de conceitos e métodos e de concretização do campo científico agroecológico, quando, em 1989, foi criado no Chile o Consórcio Latino Americano de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável (CLADES). “Foi no início da década de 1990, durante uma reunião organizada pela CLADES, que contou com representantes de mais de 12 ONGs, que a proposição científica da agroecologia foi apresentada por Altieri” (ABREU e BELLON, 2014, p. 6).

O retorno da “Armada Cordobesa” para o Brasil define muito da constituição do campo científico da agroecologia. Obviamente, estamos diante de um ambiente múltiplo e que se diversifica cada vez mais, com opiniões divergentes acerca de vários pontos, desde a própria definição do que é agroecologia, passando pelos elementos que devem ser o foco de investigação, chegando ao trabalho prático no campo. Apesar disto, é possível observar regularidades empíricas que ajudam a compreender elementos que fazem diferença no mundo social. Para isto, analisaremos trechos das entrevistas de Francisco Caporal, José Wizniewsky, Virgínia Aguiar e Eros Mussói quando estes falam sobre o fim das suas pós-graduações e a volta ao lugar de origem. Ao mesmo

tempo, analisaremos falas de Jalcione Almeida, para fins de aprofundamento e complemento de informações.

Caporal: Quando eu retornei da Espanha, coincidiu que tinha eleições pra Diretor Técnico da Emater e eu participei da campanha e fui eleito Diretor Técnico. E daí, junto com uma equipe, na época com a assessoria do falecido colega Costabeber, José Antônio Costabeber, a gente implementou na proposta, eu diria assim, na política uma proposta de Extensão Rural Agroecológica na Emater do Rio Grande do Sul.

Jonatta: Isso foi em que ano, Professor?

Caporal: Isso foi em 1998... 1999! No Governo do Olívio Dutra, 1999 a 2002. E daí a gente implementou essa proposta lá e começamos a, criamos a Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, que existe até agora. Fizemos um Programa de Capacitação em Agroecologia pra todos os técnicos de Emater, na época em torno de mil e oitocentos técnicos. E por aí a gente foi trabalhando nessa perspectiva (Francisco Roberto Caporal, Recife, 2015).

Vimos que Caporal procurou ocupar espaços centrais, legitimados, para expandir o novo campo, que perpassa relações dentro e fora do universo acadêmico, fortalecendo-o, a partir de vários lugares sociais, isto é, no contato com cargos de mando (Diretor Técnico da Emater do RS) para estabelecer uma proposta voltada para a extensão rural agroecológica e disseminação do saber acumulado (vide a Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável e o Programa de Capacitação em Agroecologia).

Os pesquisadores que têm maior prestígio e alto grau de capital social participam de espaços influentes na distribuição do capital, sendo o capital científico um tipo particular de capital simbólico, fundamentado no reconhecimento dos pares concorrentes do campo científico (BOURDIEU, 2004). Portanto, as relações sociais permitem que os atores circulem na esfera política, onde o interconhecimento é a base das relações, legitimando o grupo e o produto acadêmico por eles realizado, cujo resultado é um trabalho mútuo de legitimação daquele universo de reconhecimento.

Assim, Caporal e seu grupo, com o seu acúmulo de capital social (por meio de suas relações interpessoais) e científico (em suas trajetórias dedicadas à agroecologia) montam um aparato laboratorial para estudos que serão acompanhados de um trabalho simbólico de reconhecimento do objeto de pesquisa pelos semelhantes, induzindo legitimidade. Isto nos permite dizer que a escolha científica é uma estratégia política orientada para a obtenção do reconhecimento dos pares do campo e para a sociedade no geral, já que o campo científico é um lugar de luta pela dominação científica, o que

indica a possibilidade de métodos, estratégias e projetos políticos do pesquisador (CAVALCANTI, 2010).

Eros: Quando abre uma oportunidade política no Governo do Rio Grande do Sul, mais especificamente na eleição que o Olívio Dutra ganhou, em 1999, que ele por influência de parte dessa turma que resolve fazer a extensão rural agroecológica, é um enorme espaço.

Jonatta: Vocês já conheciam o Olívio Dutra pessoalmente?

Eros: Sim, como político, ele estava no movimento sindical, era do sindicato dos bancários. Se torna governador, monta uma equipe bastante inovadora e faz, pra mim, a única e primeira experiência consistente de agroecologia. Pode existir críticas “ah, fez tudo por decreto”. Fez. Mas aconteceu muita coisa, o primeiro congresso foi lá. Então isso preconiza as pessoas irem se conhecendo e começaram a se chamar. Eu mesmo fui chamado – apesar de ser Gaúcho, estava em Santa Catarina – pra apoiar o Governo Dutra, ia lá, dava cursos, participava com o pessoal, e muitos outros. Então, no Rio Grande do Sul, pra mim foi o primeiro momento que profissionais, alguns curiosos, outros com mais conhecimento da agroecologia, se inseriram nas políticas públicas, passaram seja informação, na formação de pessoas, seja na área técnica, seja na pesquisa (Eros Mussoi, Belém, 2015).

O interessante é que grande parte da institucionalização da agroecologia é centrada na extensão rural e, conseqüentemente, na agronomia, áreas que não necessariamente ocupam o foco central nos dias de hoje, mas que ainda delimitam muito do que este campo tem a mostrar. É importante frisar que não existe um movimento unilinear na passagem de acadêmicos para gestores públicos. A trajetória de Caporal mostra que este era muito mais reconhecido em cargos públicos do que na universidade, até que, com o passar do tempo, se tornou um acadêmico renomado. Em outras palavras, o fluxo de atores não é somente da academia para o espaço público, mas envolve giros diversos que no fim, apontam para uma mesma tendência, a da ciência engajada.

José Geraldo: É uma pena que as experiências que se teve na Emater, do Caporal e do Costabeber tiveram lá, meio que se perderam, mesmo no novo Governo do Társo agora ele não conseguiu ver montada a equipe que montou. Eu acho que essa experiência está pouco trabalhada teoricamente, a experiência rica que teve lá dos quatro anos e que a missão e a ação dos extensionistas era orientar com os princípios da agroecologia, estava inclusive no lema da instituição.

Jonatta: Isso foi quando Caporal voltou pra assumir a Emater?

José Geraldo: É. O Caporal voltou em 1998 e assumiu em 1999. Olívio Dutra tinha ganho o governo do estado, e aí assumiu o mesmo que assumiu no Társo, numa outra conjuntura. E antes tinha muito apoio dos movimentos sociais, a ideia era criar referência, essa era a grande

perspectiva da Emater: criar referências em agroecologia (José Geraldo Wizniewsky, João Pessoa, 2015).

A relação partidária dos simpatizantes com a agricultura alternativa se dava principalmente com o Partido dos Trabalhadores (PT), como vemos na fala de Jalcione Almeida, quando este retrata do início do movimento agriculturas alternativas no Sul brasileiro:

Eu acho que muito por essa tradição já anterior, da própria discussão das alternativas da agricultura, que começam lá, queiramos ou não, começam lá. É onde a agricultura moderna primeiro se instalou de uma forma intensiva.

Os casos dessa Revolução Verde também foram mais fortes inicialmente, mais visíveis. Os grupos se formaram: as ONGs, as associações. Politicamente, por dentro de alguns governos, com a criação do PT. O PT assumiu toda uma vertente de crítica à modernidade, à modernização do campo e tal e isso veio. Então, muitos agrônomos, inclusive eram filiados. Eu era, na época, fui filiado ao PT também, na década de 1980. E era por dentro do partido e por fora do partido que se dava muito dessas discussões. Era um momento, politicamente, bem efervescente, de crítica e tal, muito mais de crítica e menos de experimentação naquela época. Depois sim, depois a crítica o pessoal começou a experimentar. (...) Já haviam muitos atores sociais já importantes, politicamente e socialmente importantes no contexto. Quando eu falo Sul, eu falo particularmente o Paraná e o Rio Grande do Sul, não tanto Santa Catarina.

O Paraná tinha uma leva de agrônomos da minha geração muito críticos, naquela figura do Claus Germer; e depois tinha um colega agrônomo também da associação, foi do sindicato e da Associação de Agrônomos do Estado do Paraná, que eram muito críticos e muito ativos nesse... Bautazar, que depois foi trabalhar na AS-PTA, no PTA; o Horácio Martins de Carvalho, eu acho que até hoje deve tá assessorando o Movimento Sem Terra... enfim! Um grupo aí de uma meia dúzia de seis, sete, oito, dez agrônomos paranaenses muito combativos. Lá no Sul, muita influência no Rio Grande... O Paraná também o Luis Pinheiro Marchado, Luis Carlos Pinheiro Marchado; o pai e depois o filho, que é meu contemporâneo de agronomia também. Esse pessoal é muito crítico na agricultura alternativa, ou seja, existe um caldo de cultura, uma efervescência muito forte, o debate estava muito forte.

Fazíamos eventos, faziam manifestação de rua, dentro da faculdade, fora da faculdade, fazia panfleto, tá entendendo? (...) E aí posteriormente esse negócio subiu, ganhou outros estados. Bom, hoje o Brasil inteiro, é uma discussão nacional. O próprio país tem certa discussão nessa projeção em nível latino americano e mundial. E a coisa tá andando assim, a partir desse histórico. Mas começa no Rio Grande do Sul e no Paraná na década de 1980 e o germe disso chama-se agricultura alternativa, movimento de agricultura alternativa (Jalcione Pereira de Almeida, João Pessoa, 2015).

No Paraná, o movimento elegeu vereadores e influenciou na eleição de prefeitos, o que não aconteceu apenas no Brasil, mas também a nível internacional. Inclusive,

iniciativas de parceria entre a sociedade civil organizada e o poder público foram impulsionadas por políticas Estatais como o Orçamento Participativo do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre.

O exemplo mais expressivo vem da Alemanha, onde os camponeses e profissionais participam do poder público, ocupando cargos administrativos. Entre eles, o Ministério da Agricultura e Abastecimento, ocupado pelo Partido Verde e sob influência dos movimentos agroecológicos (BRANDENBURG, 2002, p. 18).

A relação dos movimentos sociais com o Poder Público se tornou mais significativa quando suas lideranças tornaram-se do governo, gerando manifestações diferentes, algumas de apoio à administração pública e outras de resistência e mobilização para acelerar o cumprimento das demandas da sociedade (MUTZENBERG, 2011). Assim, “a existência de sistemas de governo mais democráticos tem como consequência indireta um reconhecimento maior da necessidade de lidar com mais cuidado com questões ambientais, sociais e econômicas” (MAWHINNEY, 2005, p. 154).

A afinidade política dos agroecologistas se dava com o movimento de esquerda, representada na figura do Olivio Dutra, sindicalista e, até então, governador do Rio Grande do Sul. Algo que se repetirá anos depois, com o governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e a construção de grandes políticas públicas de cunho nacional e que tinham em seu cerne ditames agroecológicos, processo este que será analisado no capítulo seguinte.

Lá no Rio Grande do Sul, o governo passado, o PT, missão: agroecologia e desenvolvimento sustentável. Novo governo: PMDB¹¹⁰; ninguém fala em agroecologia, parece que é proibido falar em agroecologia. Aonde se entrou, em nível do estado, uma política consequente e duradoura, por exemplo? Não tem! É muito fragmentada, é muito de altos e baixos, tá entendendo? Bom, aí tu vai pensar coisas positivas tá no PNAE e nesses programas que “vai favorecer os agricultores que produzem dessa forma, fazer merenda escolar com produto de melhor qualidade” Ok, ótimo, beleza! Tomara que fosse vinte vezes mais. Do ponto de vista nacional, eu acho que tem muito, muito mais coisa a ser feita aí, poderia ter se avançado muito mais.

O que aconteceu foi – e eu estou falando num plano político mais partidário – uma total, praticamente quase que uma total identificação de uma proposta com um partido, entendeu?

¹¹⁰ Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

Então, “isso é coisa de PT”. Pelo menos no Sul do Brasil é muito isso, é emblemático “isso é coisa de petista” tá? É “agroecologia é coisa de petista”. Então, “tá PT, então deixa eles brincarem com essas coisas, o PT saiu, vamos falar numa outra coisa que é mais séria”, entendeu? “Vamos falar em desenvolvimento sustentável, vamos falar em agricultura sustentável”, que na verdade cabe um monte de outras coisas e não cabe... Então, eu acho que devido a essa história, a essa trajetória dos militantes, dos mais antigos, e essa identificação no início da década de 1980, dos fundadores, vinculações com o PT, essa acabou em muitas hostes, sendo identificadas com o próprio partido, entendeu? Isso é política agrícola, por exemplo, que “só petista faz”. Nem PSDB, por exemplo, no Sul faz. O PSDB, o PSB¹¹¹ não faz. Quer dizer, partidos mais a esquerda no Sul nem discutem esse tipo de coisa, não tem uma discussão agrícola. Partidos menores à esquerda do PT não tem uma discussão agrícola, de questão agrícola (Jalcione Almeida, João Pessoa, 2015).

Expondo um posicionamento crítico, Jalcione aponta que sem um contexto político vantajoso, haverá pouca possibilidade para o desenvolvimento de um certo pensamento científico. Isso provém do fato de que a institucionalização da agroecologia se dá através dos nós entre atores sociais e seus posicionamentos éticos e políticos, conectando discursos de transformação, gestores públicos de esquerda e cientistas engajados, de forma a conjugar instituições para normalizar a agroecologia nas estratégias de intervenção da vida social. Sem esse relacionamento partidário, o desenvolvimento da agroecologia se torna travado e pouco eficaz.

Ao mesmo tempo, esta tendência de adequação partidária tem aumentado a influência das ONGs sobre as políticas oficiais nacionais. A partir disto, as Organizações Não Governamentais têm acomodado seus discursos e práticas na noção englobante e institucionalizada de desenvolvimento sustentável, construindo consenso, soluções comuns, parcerias, conhecimento técnico e profissionalização.

Isto fez com que o Brasil consolidasse, desde 1998, uma abordagem dual do seu setor agrícola separando o apoio à agricultura familiar com a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário MDA; do apoio à agricultura patronal, mantido mediante o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Assim, a agroecologia se fortalece numa luta política que tipifica um discurso dualista e ideológico fortalecido por uma corrente científica em permanente construção.

No debate em torno da dualidade da agricultura familiar brasileira, a recorrência e a institucionalização de uma oposição exagerada entre agronegócio e agricultura familiar tendem a ocultar uma questão-chave: a do modelo de agricultura familiar. Esse debate essencialmente ideológico

¹¹¹ Partido Socialista Brasileiro.

(...) consegue, pela sua simplicidade maniqueísta mobilizar e opor partidos políticos, movimentos sociais e governo. Trata-se de um falso debate, amplamente manipulado de uma e outra parte, já que esses dois segmentos contribuem, na sua maioria, para as mesmas cadeias (SABOURIN, 2007, p. 737).

Voltando ao tema da conexão entre Espanha e Brasil, a trajetória de Maria Virgínia, mais uma vez, mostra um caminho diferente, mesmo que paralelo ao dos outros participantes da “Armada Cordobesa”:

Maria Virgínia: Tinha uma chamada internacional de bolsa pra países em desenvolvimento, o meu projeto foi aprovado, até porque não teria como eu ir sem bolsa, da Agência de Cooperação Espanhola, já tinha essa carta de indicação, negocieei o aceite na universidade e foi através desse caminho. Quando eu cheguei lá eu encontrei com um grupo de brasileiros, que era o Caporal, o Costabeber, o Canuto, o Flávio Sacco, era o pessoal do Sul. Aí chegou também, nesse mesmo período em que eu cheguei o José Geraldo Wizniewsky, que tá lá em Santa Maria, o Joel, que tá na Embrapa lá do Sul.

(...)

E aí, eu saí de Mato Grosso quando eu fui fazer a minha tese, mas eu voltei depois do Doutorado na Espanha e fui trabalhar numa ONG chamada FASE, que tinha um escritório lá em Mato Grosso.

Jonatta: Sobre quando a Senhora foi trabalhar na FASE, foi a convite de alguém ou foi lançado Edital?

Maria Virgínia: Foi por um convite. Eu estava na Espanha ainda, já pensando no retorno, porque quando eu fui pra Espanha eu era bolsista do Cnpq¹¹² e aí o meu contrato já tinha acabado. Então depois eu me tornei bolsista da Agência de Cooperação Espanhola, foi por isso que eu pude ir pra Espanha estudar, fiquei lá três anos. Aí na volta eu estava buscando trabalho. E aí eu tinha contato com o movimento do Mato Grosso, movimento que discutia Ambiente, Desenvolvimento, Agricultura Familiar e aí eles me convidaram pra ir pra lá. Foi um convite expresso. Eu fiquei muito lisonjeada com convite porque era um sonho trabalhar numa ONG como a FASE, que é uma ONG que tem uma experiência muito importante de anos, que tem uma abordagem na educação popular, que traz muitos elementos, que sempre trouxe muitos elementos pra essa discussão da agroecologia no Brasil. E aí, eu encarei, fui com a cara e a coragem de Córdoba pra uma cidadezinha chamada Pontes de Lacerda, foi o meu primeiro trabalho como extensionista também.

Jonatta: A Senhora já conhecia essa pessoa que lhe convidou ou foi um convite da instituição?

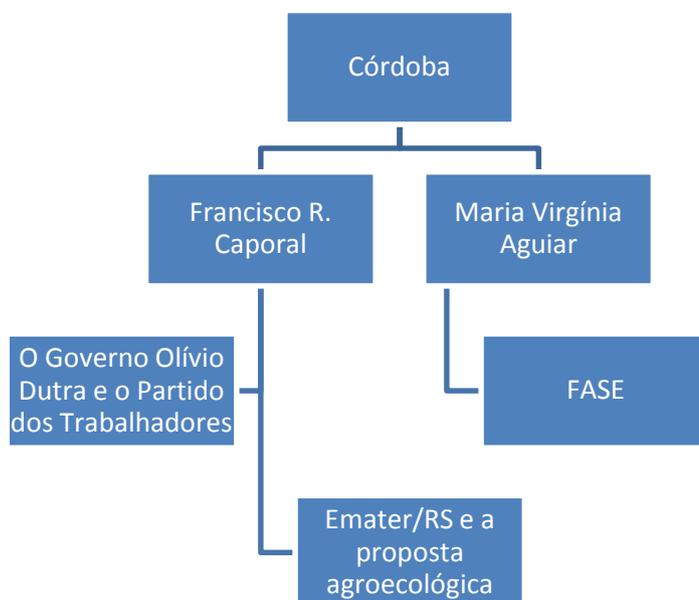
Maria Virgínia: Eu conhecia o grupo. Não foi uma pessoa, foi o coletivo, que lá tinha muito isso, dessas coisas, das decisões coletivas. Então foi, eu conhecia algumas pessoas. A pessoa que na época era o coordenador eu não conhecia pessoalmente, mas conhecia assim, a turma, o ambiente da FASE atuava, porque lá também tinha essa história de trabalho em rede (Maria Virgínia Aguiar, Recife, 2015).

¹¹² Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Após o fim do Projeto de Cooperação Internacional entre Brasil e Alemanha, no qual era bolsista e, a partir da indicação de colegas enquanto estava em Portugal¹¹³, ela reencontra o grupo de Córdoba, com quem já havia tido contato durante a graduação e cuja estrutura do campo sempre os aproximava, isto é, a abertura política e o fortalecimento da pauta ambiental no Rio Grande do Sul, o que levava a oportunidades profissionais e crescimento intelectual de pessoas interessadas por essa construção e que se imbuíram de responsabilidades institucionais para se tornarem capazes de realiza-las, formulando um novo tipo de conhecimento e prática agrônômica/extensionista.

Na sua volta para o Brasil, ela recebe o convite para trabalhar na Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional, instituição de grande importância na institucionalização prática da agroecologia, o que significa que ela já conhecia anteriormente o grupo da FASE por meio de suas posições análogas no espaço social, ou seja, de pessoas focadas num mesmo tipo de fazer acadêmico e de trajetória profissional, voltada para o mundo rural e para os movimentos sociais. Como a própria diz, o seu convite não foi feito por uma pessoa, mas sim por um coletivo, assim como tudo o que acontece na sociedade de rede, onde as ações sociais são geradas a partir das conexões entre os atores.

FIGURA 11: A chegada ao Brasil



Fonte: Próprio autor. Jonatta S. Paulino (2017)

¹¹³ Vide trechos da entrevista mais acima.

Também sobre o encontro com a “Armada Cordobesa”, Jalcione tem a sua experiência para contar:

Jalcione: Esse pessoal eu fui só travar conhecimento quando eu voltei do doutorado em 1995, 1996, quando a gente organizou aquela I Conferência, que nunca teve a segunda, Internacional de Tecnologia e Desenvolvimento Sustentável, o primeiro encontro acadêmico sobre desenvolvimento sustentável no Brasil, nós organizamos e lembro muito claramente que estava lá o Caporal, estava um pouquinho antes de ir pro doutorado. Na verdade, ele nem ficou pro evento, durante o evento, antes da organização do evento ele foi fazer o doutorado dele lá em Córdoba.

(...)

Jalcione: Talvez não tanto ao grupo ligado a ANA, que é uma outra forma de organização, com outro propósito, eu acho que é mais à ABA a ligação da “Armada Cordobesa”. Conheço vários desses que foram pra lá. Alguns terminaram, outros não terminaram. Mas foi uma leva na década de 1990 e 2000, os primeiros anos 2000. Foi uma leva no Brasil inteiro importante. Não sei dizer, mas seguramente, mais de trinta em questão de dez anos, e todos formados naquele texto lá de Córdoba. Tinha um perfil, tinham princípios filosóficos, políticos, técnicos que eram e que são bem definidos. E eu acho que assim, do ponto de vista ex... Boa parte desses pesquisadores acabou influenciando também a política pública de agroecologia, sobretudo na figura do Caporal, talvez seja o cara mais emblemático disso, na medida em que ele, quando voltou do doutorado ele, eu acho que trabalhou muito pouco na Emater, ele era ligado à Emater do Rio Grande do Sul, a Extensão Rural lá e depois quando assumiu o Lula, anos 2000 (Jalcione Almeida, João Pessoa, 2015).

Mesmo quem não fazia parte da “Armada Cordobesa”, como Jalcione Almeida, no fim das contas estava engajado na pauta da sustentabilidade no Brasil e tem conhecimento dos outros cientistas que também estavam nessa luta, como o fato de ter participado da organização da I Conferência Internacional de Tecnologia e Desenvolvimento Sustentável, “o primeiro encontro acadêmico sobre desenvolvimento sustentável no Brasil”, que contou com a breve participação de Caporal.

No mais, afirma a influência filosófica, política e técnica da “Armada Cordobesa” na Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), o principal coletivo acadêmico de agroecologistas a realizar congressos e organizar publicações em torno da temática, isto é, uma força paradigmática bem definida e que gera bastante energia actante, tendo como um dos principais porta-vozes o Caporal que, quando retornou do doutorado, se estabeleceu enquanto um ator-chave e um nó que agrupava uma série de outros atores na construção de políticas agroecológicas, seja na extensão rural sulista ou no governo Lula nos anos 2000.

Existia um outro grupo de associações, ou mais provavelmente de organizações e a influência partidária que puxava pro plano da política, da disputa política. A academia ficava... entrou um pouco mais tardiamente, um pouco a reboque de uma discussão e só em 1990 e poucos é que a academia botou a cara, começou a fazer trabalho. Hoje tem um monte. Vai num congresso da ABA hoje, sei lá, tem mais da metade dos trabalhos estão dentro de universidades, em programas de pós, faculdades de agronomia e etc. Então a partir de 1990, meados de 1990, essa coisa ganhou, digamos assim, o espaço acadêmico. Até então a academia era um pouco fora e esse era o debate na década de 1990, sobretudo muito marcado por essa coisa de “bom, a academia é um pouco acadêmica demais sabe, é um pouco fechada pra dentro, o negócio é se voltar pros agricultores, é formar agricultores é recuperar experiências e tal”. Existia, existia sim uma certa animosidade entre a militância tradicional da agroecologia na época, da agricultura alternativa e da agroecologia depois e o trabalho acadêmico. E depois dos anos 2000 meio que deu uma reaquecida. A ABA eu acho que foi uma associação que ajudou bastante. Os congressos da ABA que sempre se fizeram como congressos acadêmicos, entende?

Até hoje é assim, o que diferencia da ANA, dos encontros da Articulação Nacional de Agroecologia, que são mais de experiências, tem mais agricultores, tem mais discussão de experiências. Tem um apelo à academia pra, digamos, constituir isso que eles chamam – que eu acho que foi politicamente sempre um erro, politicamente – de ciência agroecológica. Esse apelo à academia nos últimos anos pra constituir essa ciência ecológica, agroecológica, com o papel da ABA, sobretudo, preponderante, aproxima, ajudou a aproximar mais a, a academia. Hoje eu não vejo tanto esse, olhando de fora assim eu não vejo tanto essa animosidade como eu via na década de 1980 e início da década de 1990 (Jalcione Almeida, João Pessoa, 2015).

Segundo o entrevistado, a academia entrou posteriormente no debate agroecológico, que antes era dominado pelos movimentos sociais. Porém, acredito que esta mobilização se inicia também com estudantes de agronomia no seio da universidade – mesmo que estes tinham contato com movimentos e ONGs – e sempre perpassou o refinamento profissional de sujeitos interligados com agricultores familiares, o que indica o forte papel da ciência na performatização do discurso agroecológico (PAULINO, 2013).

O professor Almeida acabou por transparecer um dos debates que estiveram presentes na minha dissertação¹¹⁴, sobre o desligamento existente entre a prática agroecológica e o seu fazer científico. Em síntese, defende-se que os técnicos¹¹⁵ que trabalhavam diretamente com os agricultores não concordavam com a postura

¹¹⁴ Defendida no ano de 2013 no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande. A dissertação objetivava analisar o discurso agroecológico e a performatividade científica no Banco de Sementes Comunitários da rede paraibana de agricultores agroecológicos “Sementes da Paixão”, sob o apoio da AS-PTA e do Polo Sindical da Borborema.

¹¹⁵ Como se o tais técnicos também não fossem cientistas.

cientificista daqueles que não faziam pesquisa-ação, isto é, aqueles que, durante seu trabalho de pesquisa, não se engajavam na mudança social. Todavia, o que acontece é que existe, de um lado, um tipo de fazer (também) científico – ao mesmo tempo, prático, só que mais recente e de caráter diferenciado e transformador – que critica outro tipo de fazer acadêmico, mais ligado à análise da realidade social sem a militância política.

A agroecologia é um grupo minoritário que tenta construir um campo de conhecimento contraposto à perspectiva agrônoma mais modernizante. O primeiro tipo de ciência (...) revoga os conhecimentos daquela que se diz mais apta, recente, e que é, simultaneamente, responsável pela apresentação de propostas para o futuro (...). Esse movimento paradoxal onde, de um lado, a ciência (...) tradicional (...) e, de outro lado, a ciência mais jovem que tem pretensão de “salvar” a vida moderna (...), é uma das decorrências fundadoras do discurso agroecológico (PAULINO, 2013, p. 79).

Assim, por mais que se afrente um tipo de ciência específico, vista como a tradicional, fechada dentro de si, “ainda é indubitável a importância da ciência para a legitimação de práticas, fazendo com que haja a necessidade da ciência da agroecologia” (PAULINO, 2013, p. 74) e de sua consolidação para a formação destes técnicos que estariam predispostos a trabalhar no campo.

Neste ínterim, fica claro como a formação de redes foi um dos moldes que permitiu o fortalecimento do movimento alternativo no Brasil. Um exemplo disso foi à criação, em 1999, da Articulação do Semi-Árido Brasileiro (ASA Brasil), “uma rede de organizações sociais que atuam na gestão e no desenvolvimento de políticas de convivência com a região semiárida” (AZEVEDO, 2011, p. 171), surgindo como um espaço de debate composto por 750 entidades da sociedade civil. Sobre a entrada da agroecologia na ASA, a professora Laetícia Jalil expôs algumas considerações interessantes:

Laetícia: Assim, eu acho que é um processo de discussão, de incorporação. Porque, quando a gente está falando de agroecologia, Jonatta, a gente está falando também de uma mudança de valores, de percepção, de vida, mas também de prática. Então assim, não é todo técnico, não é toda pessoa que está ligada ao campo que tem isso facilmente incorporado e que de uma hora pra outra, porque a gente está falando de um técnico sujeito que vem de uma formação que é bastante ortodoxa, que é bastante cartesiana. E aí a gente encontra esses entraves que passa também por essa questão do sujeito, o sujeito incorporar. Como entidade, como articulação, a ASA, ela surge, ao meu ver, ela surgia

como uma articulação pra discutir especificamente questões que envolviam as políticas de tecnologias sociais para a água. Principalmente P1MC¹¹⁶.

Agora P1+2¹¹⁷. Cisterna. Então, essas questões vão surgindo no processo. Não é linear nem é tão direta essa incorporação da agroecologia dentro da ASA e do discurso da ASA. E ainda não é uma coisa que é universal e não é uníssona.

Então assim, você vê um descolamento, em muitos casos, quando você tá no campo, por exemplo, entre a cisterna e o sistema produtivo, as questões políticas, as questões sociais. Aí essa complexidade toda faz com que o técnico muitas vezes ele seja um implementador de tecnologia da cisterna. Então isso não é agroecologia. A cisterna é importante quando ela é percebida dentro do contexto, dentro do agroecossistema. As vezes, por exemplo, as mulheres falam muito que aquela cisterna não é uma tecnologia que não facilita a vida delas. Como por exemplo, na perspectiva do feminismo, no diálogo com a agroecologia, essa cisterna não naturalmente ou necessariamente ela vai fazer com que as coisas efetivamente mudem.

Então é nesse sentido que a gente ainda fala e no campo mesmo político tem muita disputa, você está o tempo todo ali tendo que firmar e bater o pé e desconstruir, convencer também essas pessoas (Laetícia Jalil, Recife, 2015).

Vimos então que, por mais que ações sociais coloquem a agroecologia como pauta oficial, a sua efetivação não se dá automaticamente, enfrentando problemas tanto na sua aplicação (ou ausência dela) quanto na recepção por parte dos sujeitos de destino. A partir disto, a fala dos agroecologistas demonstra a constante necessidade de consolidar a pauta agroecológica em toda e qualquer iniciativa pública, cuja efetividade só se dá a partir de uma formação profissional focada na mudança de valores e de concepções de vida.

A agroecologia e a lógica desse campo determinam o posicionamento dos atores graças à confluência de discursos para uma diferente prática científica que busca transformar a estrutura vigente do campo acadêmico, o que tem a ver com o seguinte trecho da fala da professora Laetícia:

E esse campo agroecológico enfim, você, você colocou a teoria do Latour, enfim, do Ator-Rede, mas eu entendo que é, no local né, você tem atores que são fundamentais na construção desse processo e na legitimação desse discurso inclusive, porque não adianta esse discurso tá estratosférico e não ter no local alguém que, que dê materialidade né, que assumo esse discurso (Laetícia Jalil, Recife, 2015).

¹¹⁶ Programa Um Milhão de Cisternas.

¹¹⁷ Programa Uma Terra e Duas Águas.

Todo campo científico é um campo de lutas para conservar ou transformar este campo, comportando relações de dominação e resistência. A comunidade científica não é uma “simples comunidade”, mas uma arena de concorrência na qual os agentes criam o espaço e o espaço só existe pelos agentes e pelas relações objetivas entre eles.

As estratégias utilizadas nas lutas simbólicas do campo científico dependem das posições dos atores sociais, sendo orientadas ou para a conservação da estrutura ou para a sua transformação. Quanto mais favorecida é a posição de um ator na estrutura, maior a tendência para querer conservá-la. (BOURDIEU, 2004a). Assim, os agroecologistas, enquanto defensores de um novo fazer acadêmico, tentam a todo custo transformar a estrutura das relações entre cientistas e agricultores, posicionados contra os profissionais (pesquisadores e extensionistas) de todas as áreas, mas principalmente da agrônômica, que representam os atores conservadores e estabelecidos, já ainda se apegam à atividade cartesiana e difusionista.

Esse campo interioriza um jogo de discussão e de diálogo, onde o fato só é científico se for reconhecido pelos iguais. O conhecimento não se assenta na evidência subjetiva de um indivíduo isolado, mas na experiência coletiva regulada por normas de comunicação e argumentação. Portanto, o fato é construído e conquistado pela comunicação dialética dentro do processo de produção coletiva da verdade. A argumentação é um processo coletivo diante de um público e submetido a regras, envolvendo circulação¹¹⁸ e negociação, já que ninguém está isolado. Estas regras se estruturam num superego coletivo inscrito em instituições com apelo a ordem estabelecida, inserida num grupo de pares para quem se escreve.

Essa questão da agroecologia, ela vai se tornando, não um grupo fechado, mas as pessoas vão se conhecendo e vão se articulando e vão conhecendo as suas vidas, suas militâncias, suas atuações. (...) Eu te digo, Jonatta, que eu, como agrônomo, eu tive uma formação ultra-convencional. Eu me formei na década de 1960. Estava lendo um artigo aqui agora que menciona uma pessoa que hoje tem 93 anos que anda dando palestra por aí ainda chamada Ana Maria Primavera. Essa mulher nos anos 1963, ela dizia uma coisa muito simples: o solo é uma coisa viva. E ela era ridicularizada na universidade pública. O solo era uma coisa físico e química. Hoje tá aí comprovadíssimo. Depois veio o modelo da Revolução Verde e provocou toda essa erosão de conhecimento. Então, essa geração técnica tem uma formação convencional, mas algumas coisas, algumas inquietudes já estavam, então essas pessoas começam a se articular, a se conhecer (Eros Mussoi, Belém, 2015).

¹¹⁸ Também é importante o papel da divulgação, de tornar público.

A conformação do cenário agroecológico nacional envolve a combinação de diferentes capacidades com um objetivo relativamente coeso, reunindo pessoas com interesses significativos em círculos formais e informais que abrangem a elite acadêmica, pesquisadores e pessoas fora do campo acadêmico.

Jonatta: E eu acho que a visão do que cada autor tem da agroecologia depende da trajetória, o que ele teve contato, o que ele não teve contato.
 Laetícia: Tudo é assim, nós não nos formamos no Mestrado, você não se forma no Mestrado, no Doutorado, ou você não deixa pra fora todas essas questões e você quando vai escrever você só pensa naquilo. Isso é uma mentira. Por isso que eu acho que a discussão do engajamento, da ciência engajada, ela é muito pertinente porque não só diz qual é o lugar que você está tomando, mas também diz d'aonde você vem. Assim, eu acho que esse pesquisador que não tem passado, esse pesquisador que não tem, que está ali, isso é uma falácia, é uma mentira. É lógico que a sua trajetória vai te colocar num lugar do mundo e ela vai te ligar com outras pessoas (Laetícia Jalil, Recife, 2015).

Um ponto de vista é uma visão a partir de uma posição particular no espaço. Um ponto de vista é também um ponto no espaço onde nos colocamos para ver uma determinada visão (BOURDIEU, 2004b). Portanto, as trajetórias dos agroecologistas, por mais diversas que sejam, apontam para um engajamento político-científico focado na transformação do espaço acadêmico e das políticas governamentais voltadas para o campo.

Eu falo muito que quando eu chego num lugar, Jonatta, que eu não conheço ninguém, eu estou no lugar errado, entendeu? Eu chego num congresso, eu digo “não tem ninguém aqui?” Eu digo “hmm, festa estranha com gente esquisita”, porque você já tem certa trajetória. Então assim, você chegar num lugar que você não tem nenhum ponto de conexão, nenhuma rede, você não consegue identificar um nó que te liga ali, você está no lugar errado. Então isso é um campo que a gente tem que reconhecer. Então essas pessoas, esses pesquisadores ou essas pessoas que estão aí discutindo agroecologia dentro da academia ou nas ONGs ou no Estado também ou enfim, elas, a gente se conhece, não é? (...) Hoje, claramente, eu chego numa reunião da ANA, eu posso não conhecer todo mundo, mas você já ouviu falar, você reconhece aquela pessoa que também está no campo agroecológico e ele vai ser um agricultor, uma agricultora, vai ser uma pesquisadora (Laetícia Jalil, Recife, 2015).

O cenário científico agroecológico une um sistema informal de contatos transdisciplinares que liga as pesquisas acadêmicas, a prática docente e as atividades de extensão de diferentes pessoas interessadas, o que produz um movimento de

autolegitimação. Isso permite desenvolver o novo campo sem que haja, necessariamente, uma cátedra totalmente reconhecida por todos os cientistas que estudam o meio rural.

A consolidação desse novo campo depende de uma consciência crescente de limitações e exigência de fundamentos epistemológicos e estratégias de enfrentamento. Consciência esta que não é apenas interna ao campo científico, mas que também é construída em seu exterior, já que os agroecologistas se dedicam a apresentar propostas de soluções para problemas sociais.

Estes problemas sociais não existem *per si*, eles são “criados” no sentido de trabalhados, moldados e expostos pela ciência, o que não quer dizer que eles não se encontrem na vida social, mas sim, que eles são abstraídos e transformados em pontos de análise para uma determinada literatura, onde os profissionais se tornam os porta-vozes dos sujeitos das situações problemáticas.

A ciência é possibilitada por condições políticas que permitem o pluralismo e a experimentação para mudanças institucionais, numa tentativa permanente de ampliar o pensamento científico sobre as questões da sociedade, formulando os problemas das mudanças sociais e criando processos empiricamente pesquisáveis para lidar com tais problemas (BEM-DAVID, 1974).

A crise de legitimidade da agricultura produtiva coincide com a ascensão da pesquisa competitiva, em que diferentes lados apresentam propostas opostas para um mesmo público. Isso está inculcado nas posições sociais, revelando “relações de força simbólica entre aqueles que defendem, por exemplo, a produtividade e aqueles que se atêm à defesa do patrimônio” (BOURDIEU, 2004a, p. 52).

Vê-se então como as interconexões sempre foram fundamentais para o movimento de agricultura alternativa e, contemporaneamente, para o movimento agroecológico, pois “o acúmulo teórico e prático produzido pelos movimentos alternativos, ONG’s, universidades, instituições de extensão e pesquisa representam o conjunto de ações dos diferentes sujeitos” (AZEVEDO, 2011, p. 170) engajados na formulação de um novo projeto político para o mundo rural.

Desta forma, a década de 1990 é palco de grandes transformações, quando a agroecologia, o desenvolvimento local e as metodologias participativas entram em cena, não de forma linear e homogênea, mas a partir de iniciativas que geravam entraves, um processo de avanços e retrocessos. A agroecologia, que antes era concebida como uma disciplina específica que estudava os agroecossistemas passou a receber contribuição de

diferentes áreas de conhecimento e ganha um escopo mais amplo, onde seus pesquisadores passaram a se apresentar enquanto os porta-vozes de um novo tipo pensamento social contraposto a um arcaico e que deveria ser abandonado.

O paradoxo da Pesquisa Agropecuária

Segundo Dalbero¹¹⁹ (2014)¹²⁰, a pesquisa agropecuária brasileira pode ser dividida em dois períodos: antes e depois da década de 1970. O primeiro data de séculos atrás e não se relaciona com esta tese. O segundo se inicia a partir dos anos 1970, quando ocorre uma reorganização das ações estatais que permite a criação da Embrapa, em 1974 e a criação de diversas Organizações Estaduais de Pesquisa Agropecuária (Oepas), seguindo o modelo de modernização da Revolução Verde.

Neste mesmo ano surge a Embrater, uma empresa pública implementada em 1974, vinculada ao Ministério da Agricultura e integrada a Embrapa, com o intuito de oferecer apoio financeiro às instituições estaduais oficiais que atuassem em assistência técnica, extensão rural e na pesquisa agropecuária.

O surgimento da Embrapa foi resultado do cenário político e institucional dos anos 1970, marcado pela abundância de recursos financeiros e centralização decisória das políticas públicas, com grande investimento na contratação e capacitação de pessoal com cursos de pós-graduação no Brasil e no exterior, pois a oferta de cursos e universidades nacionais ainda era limitada.

Entre os anos 1970 e 1980 a Embrapa impulsionou a criação das empresas estaduais segundo o seu modelo organizacional que, juntas, formavam o Sistema Cooperativo de Pesquisa Agropecuária (SCPA) e depois o Sistema Nacional de

¹¹⁹ Essa publicação faz parte da estratégia comunicativa da Coordenação de Inovação e Sustentabilidade do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (DATER) da Secretaria de Agricultura Familiar (SAF) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) para divulgar resultados de pesquisas realizadas por meio de um edital público do ano de 2008 (últimos projetos encerrados em 2012), em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Neste edital foram beneficiados 49 projetos das Organizações Estaduais de Pesquisa Agropecuária, na tentativa de fortalecê-las, sendo entendidas como importantes na geração de conhecimentos do campo. Também foram apoiados projetos em universidades que representam 107 Núcleos de Agroecologia em atividade.

¹²⁰ Governantes em vigência durante a publicação desse texto: Presidente: Dilma Rousseff; Ministro do Estado do Desenvolvimento Agrário: Miguel S. Rossetto; Secretário Executivo do Ministério do Desenvolvimento Agrário: Laudemir André Muller; Secretário de Agricultura Familiar: Valter Bianchini; Diretor do Departamento de Assistência técnica e Extensão rural: Argileu Martins da Silva; Coordenador Geral de Relações Institucionais e Gestão do Sibrater: Hur Ben Corrêa da Silva; Presidente do Conselho Nacional dos Sistemas Estaduais de Pesquisa Agropecuária (Conselho Nacional dos Sistemas Estaduais de Pesquisa Agropecuária - Consepa) e diretor-presidente do Instituto Agrônomo do Paraná (Iapar): Florindo Dalberto.

Pesquisa Agropecuária (SNPA), constituído pelos centros e unidades da Embrapa, pelas Oepas, por universidades e institutos de pesquisa.

Com a mudança da constituição de 1988, que deu aos estados e municípios maior participação na distribuição dos recursos federais, o financiamento que a Embrapa repassava para as empresas estaduais foi reduzido, também por conta da crise fiscal brasileira e dos problemas dos sistemas estaduais da década de 1990. A SNPA se aprofunda então numa crise, quando as Oepas que conseguiram sobreviver passaram inevitavelmente por rearranjos institucionais, o que fez com que fosse criado, em 1993, o Conselho Nacional dos Sistemas Estaduais de Pesquisa Agropecuária (Consepa), no intuito de fortalecer os sistemas estaduais.

Até o fim dos anos 1970, ainda existiam vinte e um sistemas estaduais. Hoje, permanecem apenas dezoito entidades, onde apenas seis são voltadas exclusivamente à pesquisa agropecuária, com as demais formando um corpo mais amplo que incluem atividades de extensão rural, fomento, ensino ou fiscalização agropecuária. Neste contexto, a Embrapa atua nacionalmente enquanto que as Oepas local e regionalmente, se complementando no papel de inovar as tecnologias agrícolas.

Os principais desafios das Oepas são: crise fiscal dos estados; falta de investimento em pesquisa; retração do apoio financeiro federal; necessidade de novos equipamentos e instalações; necessidade de pessoal; e necessidade de modernizar as estruturas organizacionais. Outro desafio é ampliar a interação das Oepas com outros órgãos de pesquisa e desenvolvimento e outras instituições de transferência de tecnologia para a agropecuária. “Nesse contexto destacam-se o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Informação (SNCTI), constituído por universidades, institutos de pesquisa e agências financiadoras (...) e, mais (...) diretamente, o Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária (SNPA)” (DALBERTO, 2014, p. 22), que congrega a Embrapa e as dezessete instituições estaduais representadas pelo Consepa.

Afirma-se que nas Oepas, as metodologias participativas e sustentáveis substituíram o modelo difusionista. Porém, isso não foi completamente abandonado e é bastante perceptível ao longo do texto de Dalberto, (2014), em que é possível enxergar a prática da difusão e transferência de pacotes tecnológicos para o desenvolvimento da agricultura familiar, o que é bastante contraditório com os princípios agroecológicos de desenvolvimento local efetuado por meio das demandas intrínsecas dos sujeitos com quem se trabalha (PAULINO, 2013).

Evidencia-se, nesta mesma obra, as condições “agroecológicas” para o “agronegócio” brasileiro, quando sabemos que essas duas instâncias são praticamente inconciliáveis na mentalidade dos agroecologistas:

Na agricultura (...) é requerida a adaptação das inovações às condições agroecológicas e socioeconômicas específicas das regiões onde ocorre a produção. Portanto, o desenvolvimento de inovações para o agronegócio depende de uma robusta estrutura de pesquisa regional, capaz de tornar as tecnologias aplicáveis localmente, respeitando condições sociais e ambientais específicas para a sustentabilidade (DALBERTO, 2014, p. 21-22, grifo nosso).

Neste caso, a categoria “agronegócio” parece ser vista como sinônimo de qualquer “negócio agrícola”, e não necessariamente como o setor dominante e conservador do mundo rural. Além disso, utiliza-se, conjuntamente, os termos “agroecologia” e “agronegócio”, algo que, com um maior cuidado conceitual, seriam contraditórios e impossíveis de se utilizar juntos, já que a agroecologia é uma vertente voltada para a agricultura familiar e o campesinato que põe em questionamento as possibilidades de sustentabilidade e justiça social do agronegócio (GERHARDT, 2014). Assim, mesmo quando instituições, textos e documentos evidenciam a dedicação quase ou totalmente exclusiva aos princípios agroecológicos, não significa que na prática realmente o seja, discussão esta que veremos mais a frente.

No campo da agricultura ecológica, a Embrapa criou, em 1985, o “Programa de pesquisa para a agricultura alternativa” que, mesmo com iniciativas particulares de alguns pesquisadores dedicados a desenvolver técnicas diferenciadas, fracassou por falta de adesão da maioria dos participantes da instituição. Essa predileção da Embrapa pelas tecnologias da Revolução Verde fez com que, na década de 1990, suas ações fossem questionadas por movimentos e instituições que apoiavam a pequena produção rural, criticando seus pacotes tecnológicos.

A partir de então, os empreendimentos de pesquisa “passam a incorporar os referenciais da agroecologia e são desenvolvidos vários experimentos em parceria com organizações não governamentais e organizações de agricultores familiares, principalmente nas regiões de atuação da Rede PTA” (LUZZI, 2007, p. 151). Porém, estas iniciativas ainda eram marginais e apenas no final da década de 1990 e início dos anos 2000 é que esta situação se modifica, quando no ano de 2002, a agricultura orgânica e agroecológica entram como tema na Embrapa.

Assim, maior atenção foi direcionada à transição agroecológica nesta instituição, que estreitava suas relações com órgãos públicos também envolvidos com a agroecologia, como o Ministério de Desenvolvimento Agrário, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério da Ciência e Tecnologia e o Ministério do Meio Ambiente, além de empresas estaduais de Ater, instituições de pesquisa e universidades e setores da sociedade civil (como ONGs e organizações de agricultores).

Acompanhando a preocupação mundial com o meio ambiental e a produção agrícola, a Embrapa incorpora esses temas nas primeiras atividades relacionadas à produção orgânica, liderada pela Embrapa Agrobiologia, em Seropédica (RJ) e nas ações de desenvolvimento territorial da Embrapa Clima Temperado, em Pelotas (SP).

Em 2005, a partir de demandas crescentes dos movimentos sociais e de programas governamentais, foi realizada em outubro uma oficina de trabalho que culminou na construção coletiva do Marco Referencial em Agroecologia, que incluía uma agenda de ações focada na execução de projetos de caráter regional e local, no treinamento do corpo técnico da empresa nos princípios agroecológicos, na contratação de técnicos com este perfil em concursos e no lançamento da “Coleção Transição Agroecológica”, em parceria com a Associação Brasileira de Agroecologia. Estas contratações ampliam o caráter interdisciplinar e até transdisciplinar da empresa (SÁ, MELO JÚNIOR e BUENO, 2014).

A pesquisadora Tatiana Deane de Abreu Sá, agrônoma, com mestrado em Ciência do Solo e Biometrologia nos Estados Unidos e doutorado em Ecofisiologia Vegetal na Unicamp, esteve presente no processo de formulação desse marco. Sua trajetória profissional perpassa a chefia Geral da Embrapa Amazônia Oriental entre 2003 e 2005, quando foi convidada a assumir o cargo de diretora executiva da Embrapa, em Brasília, que ocupou até 2011. Em suas próprias palavras:

Passei seis anos lá em Brasília e nesse período eu tive a oportunidade de alicerçar um programa bastante consistente dentro da Embrapa a partir de uma reunião que a gente convocou todos os seguimentos ligados a agroecologia em termos da academia, ministérios, movimentos sociais e pactuamos uma agenda com a Embrapa. Começou com um Grupo de Trabalho que elaborou um Macro Referencial e fizemos uma série de ações, criação de projetos de grande porte nacional, a primeira vez com um perfil de profissionais a serem contratados nos concursos que viriam, enfim, publicações e esse pacto funcionou, praticamente cumprimos toda a agenda. E aí quando eu estava terminando meu período lá, eu achei que era hora de quando eu voltasse para cá, para Belém. (...) E aí eu achei que

era hora de eu pedir um Pós-Doctor no final da minha permanência lá e tentei procurar qual era a escola ou grupo que seria mais forte nessa parte justamente social. E aí eu entrei em contato com pessoas, tive um contato inicial com o Eduardo Servilla Gúzman no Encontro de Sociologia que aconteceu lá em Porto de Galinhas em 2010. A gente conversou a estratégia pra fazer, primeiro recomendou o período para eu ir e para eu assistir todas as aulas de um mestrado muito interessante que é a base das ações do grupo (Tatiana Deane de Abreu Sá, 2016).

Assim como outros atores entrevistados nesta tese, ela também possui pós-graduação em Córdoba ao mesmo tempo em que ocupou cargos institucionais de destaque, sempre trabalhando para disseminar a agroecologia em espaços como a Embrapa. Sobre a oficina de trabalho que resultou no Marco em Agroecologia da Embrapa, Tatiana Sá reforça a demanda de um coletivo científico, unido com outros setores da sociedade, frente ao Estado brasileiro:

Quando eu fui pra Brasília, estava com a intenção de continuar a aprofundar a questão da agroecologia. Mas a minha vontade só não bastava, então a gente começou com um convite do pessoal de Piracicaba que iria fazer um evento e nos pediu para organizar uma palestra sobre o que a Embrapa estava fazendo em agroecologia. Aí eu estava com um assessor que era bastante forte nessa época, que tem bastante coisas escritas e trabalhou aqui na Amazônia, não sei se você conhece, o Luciano Matos, ele trabalha na Embrapa Cerrado.

Resolvemos aproveitar o mote para poder avançar na construção de uma agenda. Daí o Ministério do Meio Ambiente nos chamou para outra palestra e isso reforçou. Aí nós organizamos em outubro de 2005, em Brasília, no Centro de Cerrado, um evento, justamente esse que eu estava lhe falando, onde a gente convidou todos os principais grupos da academia, os ministérios, movimentos sociais. A gente explicou, em um primeiro momento, o que estávamos fazendo de agroecologia e agricultura orgânica, o debate ecológico e que nós estávamos dispostos a discutir pra mudar a agenda e intensificar mas nós precisávamos ouvir o que demandavam da gente. O segundo momento foi ouvir o que demandaram. O terceiro momento foi pactuar a agenda. E o Marco Referencial foi um desdobramento disso. Eu, particularmente, não estava satisfeita com o Marco como ele estava, mas eu tive uma percepção política que se a gente adiasse não sairia. Então ele tinha que sair naquele momento. Um ano depois, depois do grupo de trabalho, ele saiu e foi apresentado pelo Presidente da Embrapa ao Ministro da Agricultura (Tatiana Deane de Abreu Sá, 2016).

Neste contexto de avanços enquanto resultado, dentre outros elementos, de contatos interministeriais, nem sempre os produtos alcançados são consonantes com as buscas efetuadas pelos agroecologistas. Todavia,

o que é importante dizer é que ao longo do tempo, com a história da Embrapa, quando ela está enfraquecendo, a gente, em vários momentos, contou a força de vários movimentos sociais pressionando. Por exemplo, 2012, mais ou menos, eu estava na Espanha, nós estávamos com um Presidente que era o Pedro Arraes e teve uma força muito forte contrária a agroecologia e que entrou na Embrapa que é a do Zander Navarro e ele abriu espaço pra isso e todo o processo, inclusive o Fórum de Agroecologia da Embrapa, não estava reunido (...) e houve uma pressão forte de grupo de mulheres do MST¹²¹ que invadiu a Embrapa Arroz e Feijão que é o centro sede desse presidente que já saiu e elas reivindicavam a não-privatização da Embrapa, mas ela reivindicavam também que a Embrapa retomasse a agenda de agroecologia. Quer dizer, é uma agenda que ela tem sido muito pautada pelos movimentos e quando ela começa a desaparecer os movimentos em geral demandam isso (Tatiana Deane de Abreu Sá, 2016).

Os agroecologistas tendem a enfrentar argumentos como os de Buainain, Alves, Silveira e Navarro (2013), que favorecem a difusão de inovações modernizantes na agricultura e a crescente inviabilidade econômica dos estabelecimentos rurais de menor porte. Sobre estes retrocessos, a pressão dos movimentos sociais muitas vezes aparece como fundamental para tentar equilibrar a balança de forças a favor dos ideais agroecológicos.

O lançamento do documento, também conhecido como “Marco Teórico em Agroecologia da EMBRAPA”¹²² – em 2006, durante o V Congresso Brasileiro de Agroecologia em Belo Horizonte (MG) –, como fruto de discussão de profissionais de

¹²¹ Neste movimento, a entrada da pauta ambiental nas questões relativas à produção agrícola se deu na década de 1980, por meio de vínculos efetuados com o Projeto PTA/FASE, além da participação de alguns membros do movimento no III EBAA. Entretanto, até meados dos anos 1990 não existia por parte do MST uma crítica bem delimitada ao modelo tecnológico dominante. O movimento, por muitas vezes, optou pela modernização da agricultura contanto que houvesse a conquista da terra e o controle dos meios de produção. Apenas com o esgotamento do modelo de produção tecnificado e quimificado e com as dificuldades de viabilização econômica em assentamentos rurais é que o MST levanta o questionamento sobre o melhor uso de tecnologias para o campo. A criação, pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), do Projeto Lumiar e, em 1997, a filiação do MST à Via Campesina Internacional, “contribuíram para o avanço do debate agroecológico dentro do MST” (LUZZI, 2007, p. 123). Além do mais, muitos técnicos contratados pelo Projeto Lumiar tinham vivência no movimento estudantil e no debate sobre a agronomia. Outro fator que ampliou o debate agroecológico no MST foi a expansão do movimento para as regiões Norte e Nordeste, complexificando o olhar sobre a agricultura familiar e suas especificidades. Assim, no fim da década de 1990 esse discurso alternativo ganha unidade dentro do movimento, até que em 2000 o MST assume a agroecologia como bandeira de luta. Atualmente o MST também é membro da ANA, auxiliando na organização de congressos e encontros agroecológicos em parceria com diversas ONGs (LUZZI, 2007).

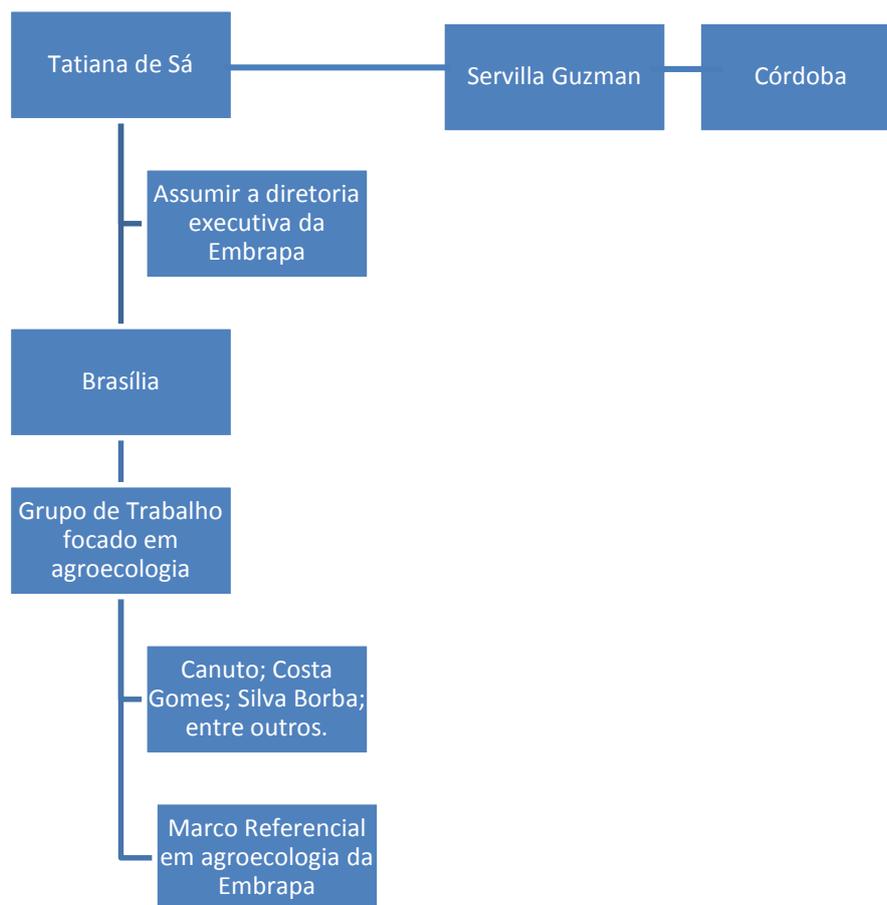
¹²² Coordenador: João Carlos Canuto - Embrapa Transferência de Tecnologia. Participantes: Agostinho Dirceu Didonet – Embrapa Arroz e Feijão; Amilton João Baggio – Embrapa Florestas; Altair Toledo Machado – Embrapa Cerrados; Edson Diogo Tavares – Embrapa Tabuleiros Costeiros; Heitor Luiz da Costa Coutinho – Embrapa Solos; João Carlos Costa Gomes – Embrapa Clima Temperado; José Felipe Ribeiro – Embrapa Sede; Lucia Helena de Oliveira Wadt – Embrapa Acre; Luciano Mansor de Mattos – Embrapa Sede; Marcos Flavio Silva Borba – Embrapa Pecuária Sul; Maria do Socorro Andrade Kato – Embrapa Amazônia Oriental; Mario Artemio Urchei – Embrapa Agropecuária Oeste; Paulo Choji Kitamura – Embrapa Meio Ambiente; Ricardo Trippia de Guimarães Peixoto – Embrapa Agrobiologia.

dentro e fora da instituição, foi importante para a legitimação da agroecologia perante as dinâmicas do setor rural brasileiro, colocando a pesquisa científica como um de seus elementos e apontando para a necessidade do apoio do Estado na formulação de políticas públicas, na organização de mercados, infraestrutura, e em mudanças institucionais na pesquisa, no ensino e na extensão. (ZONIN e BRANDENBURG, 2012).

Foi criado, posteriormente, o Programa Nacional de Pesquisa em Agroecologia da Embrapa¹²³ e o Fórum Permanente de Agroecologia, do ano de 2008, que articula a Embrapa com a sociedade civil. Portanto, fica evidente nos anos 2000 que, apesar dos entraves, a agroecologia passa a fazer parte de grandes “estratégias governamentais e dos programas de incentivo à produção agropecuária, assim como dos programas de ensino, pesquisa e extensão rural” (CAPORAL, 2011, p. 109).

Dentre os idealizadores do Marco Referencial da Embrapa estão alguns dos participantes da “Armada Cordobesa”, como João Carlos Canuto (coordenador da iniciativa), João Carlos Costa Gomes e Marcos Flávio Silva Borba, demonstrando a capacidade de articulação institucional desses atores para a proposição de ações em agroecologia.

¹²³ A Embrapa está ajustando a programação de pesquisa no formato de grandes portfólios, um deles é “Pesquisa em Sistemas de Produção de Base Ecológica”, objetivando para fomentar e articular várias iniciativas sobre esse tema na instituição.

FIGURA 12: Uma das vias de institucionalização da agroecologia na Embrapa

Fonte: Próprio autor. Jonatta S. Paulino (2017)

Alguns trechos do Marco Referencial foram transcritos para fins de análise.

Vejamos:

Assim, quando nos referimos à Agroecologia, estamos focalizando um conjunto de princípios (unidade), e quando tratamos de Agriculturas Ecológicas, nos remetemos às manifestações concretas ou à materialização daqueles conceitos (diversidade) (EMBRAPA, 2006, p. 2).

O marco referencial da Embrapa apresenta a agroecologia como um conceito, digamos, “mestre” das agriculturas ecológicas, sendo os outros tipos de práticas agrícolas “ecologicamente corretas” manifestações dela.

As Agriculturas de Base Ecológica são formas diferenciadas de aplicação dos princípios agroecológicos (EMBRAPA, 2006, p. 3).

A Agroecologia não se identifica com qualquer uma das Agriculturas de Base Ecológica em particular, podendo desenvolver-se de modo independente delas (EMBRAPA, 2006, p. 5).

Diferentemente do que já foi aqui debatido, onde os discursos de ecologização da agricultura e do movimento de agriculturas alternativas aparecem como sendo processos prévios à definição da agroecologia no Brasil, este documento tenta apresentar uma visão dela como algo anterior e mais geral, como um conceito “guarda-chuva”, como se todas as outras práticas agrícolas “ecologizadas” fossem subservientes ao marco referencial agroecológico. Este fenômeno não aparece apenas no documento em questão, mas também em outras obras de agroecologistas, como por exemplo, no recorte a seguir:

Em seu texto sobre a evolução do pensamento agroecológico, Susana Hecht revela que o termo “Agroecologia” é bastante contemporâneo, porém, a ciência e a prática de base agroecológica são tão antigas quanto a própria agricultura (SOUSA e MARTINS, 2013, p. 83).

Percebemos que se trata de uma tentativa de englobar o máximo possível de aspectos da agricultura como parte da agroecologia, até mesmo as práticas que sequer existiam antes desse termo ser categorizado e disseminado pelo seu aporte institucional. Não que a agroecologia não seja, de fato, uma agricultura ecológica, mas é fundamental ter em mente que o que se entende por tal fenômeno é uma construção histórica a partir de forças sociais e políticas específicas.

Deste modo, a agroecologia passou a ser tratada quase como um sinônimo de agricultura ecológica, um conceito que designa o conjunto de agriculturas alternativas. Isso facilita que estudantes escolham temas, vinculações sociais, profissionais e políticas variadas, fazendo com que ela se vincule a múltiplas identidades sociais e políticas e a outras áreas de conhecimento, como economia, ciências sociais, geografia e etc (NORDER, LAMINE e BELLON, 2015).

A denominação de Agricultura de Base Ecológica surgiu recentemente para traduzir a variedade de manifestações do que vinha sendo tratado como agriculturas alternativas. Entre elas, podemos citar a Agricultura Natural (Fukuoda), a Agricultura Orgânica (Howard, Balfour, Rodale), a Agricultura Biológica (Muller, Aubert, Chaboussou), a Agricultura Regenerativa (Pretty), a Agricultura Biodinâmica (Steiner), a Agricultura de Baixos Insumos Externos (ILEIA-Holanda) e a Permacultura (Mollison), entre outras (EMBRAPA, 2006, p. 3).

Mesmo apresentando os outros tipos de agricultura de base ecológica, para os autores do texto, elas ainda se enquadram numa definição mais recente que a própria agroecologia – algo que só começou a ser trabalhado como tal em nosso país principalmente nos anos 1990 –, o que parece ser uma tentativa de legitimá-la frente ao coletivo como um tipo de fazer que abarca todos os outros e que deve ser considerado como o norte normativo para os cientistas e não-cientistas em geral.

Inclusive, parafraseando Caporal em sua entrevista:

Essas agriculturas, a orgânica, a biodinâmica, a natural, a permacultura, todas essas alternativas, chamo de agriculturas alternativas, elas não necessariamente seguem as orientações e princípios da agroecologia que tem necessariamente que seguir algumas dimensões da sustentabilidade, como a gente tem enfatizado em vários textos: tem uma dimensão ecológica, tem uma dimensão social, uma dimensão econômica, mas também tem uma dimensão cultural, política. Então, se a gente não levar em conta isso, essas diferentes dimensões, elas fugiam do enfoque agroecológico (Francisco Roberto Caporal, Recife, 2015).

Por mais que o conceito de agroecologia exista desde a década de 1920, a sua disseminação enquanto um campo científico conectado com um fator de mobilização social provém do englobamento de outros discursos de transformação social e teorias científicas, como por exemplo, a incorporação do conceito de sustentabilidade (tendo como marco as obras de Altieri e Gliessman) e o posicionamento contrário à modernização e quimificação do campo, elemento este que o documento deixa bastante claro:

A Agroecologia somente pode ser entendida na sua plenitude quando relacionada diretamente ao conceito de sustentabilidade (EMBRAPA, 2006, p. 2).

Este modo afirmativo de apresentar-se vinha vinculado inseparavelmente de uma forma negativa, ou seja, a idéia de recusar os métodos e impactos da agricultura moderna (convencional ou da Revolução Verde) (EMBRAPA, 2006, p. 3).

A agroecologia é apresentada como resposta a um paradigma anterior, tanto na crítica aos impactos da Revolução Verde quanto na diferenciação crítica frente a uma ciência agrônoma convencional, reunindo contribuições de ciências agrônomicas, ecológicas e das humanidades, ou seja, um campo de conhecimento transdisciplinar que

recebe influência das ciências naturais e sociais. É aqui considerada como uma Ciência Emergente, orientada por uma nova base epistemológica e metodológica.

Com o desenvolvimento e conseqüente diferenciação entre as várias agriculturas ecológicas nas últimas décadas, podemos observar alguns sinais de incoerência com tais princípios, que devem servir de alerta: pacotes tecnológicos (tecnologia normalizada de substituição de insumos), incorporação mínima da dimensão ecológica (unicamente para obtenção de produtos sem resíduos tóxicos), especialização e produção a grande escala, descaso pela cultura tradicional e exclusão dos agricultores mais pobres, entre outros. Estas formas de convencionalização, que acercam algumas agriculturas ecológicas do que se poderia chamar de monocultivo ecológico, colocam em questão até mesmo seu enquadramento enquanto Agricultura de Base Ecológica, quando levarmos em conta as múltiplas dimensões da sustentabilidade, inerentes à Agroecologia. Para atuar segundo os princípios da Agroecologia não é necessário filiar-se a uma das formas de Agricultura de Base Ecológica. Pelo contrário, muitas vezes a adesão a um estilo específico de Agricultura Ecológica pode limitar as potencialidades da Agroecologia (EMBRAPA, 2006, p. 5).

Por fim, o documento também procura diferenciar a agroecologia em relação a todas as outras práticas “verdes” implementadas na produção agrícola por diversos setores do campo, demonstrando que a evolução de alguns estilos de agricultura ecológica, pela sua forte adesão às regras do mercado, pode resultar numa relação contraditória aos princípios agroecológicos. Em outras palavras, nem todos que se dizem praticantes da agroecologia devem ser encarados como tal.

A fala a seguir, da Lucimar Abreu, que inclusive trabalha na Embrapa, mostra que essa instituição esteve e ainda está presente na institucionalização da agroecologia e nas definições políticas desse processo, seja no “envio” de pesquisadores para Córdoba anos atrás ou nos intercâmbios de pesquisadores para o exterior, como por exemplo, para a Holanda:

Inclusive a Embrapa, agora tá enviando gente pra Holanda, porque por anos e anos dentro da Embrapa, (...) por anos eles enviaram pessoal pra Córdoba e agora o pessoal percebeu que tem um viés complicado, que é o viés político (Lucimar Abreu, Belém, 2015).

Abaixo vejamos a opinião da professora Maria Virgínia Aguiar no que se refere a discussão da agroecologia na Embrapa:

A Embrapa, eu acho que tem um grupo importante, que a gente poderia identificar como um grupo que está discutindo agroecologia numa instância de disputa muito forte, porque a gente sabe que a Embrapa é uma instituição extremamente conservadora, está ligada ao Ministério da Agricultura, tem disputas internas, inclusive financiamentos de empresas como a Monsanto, por exemplo. Então, mas ali tem pesquisadores que em algum momento aí nessa história do Governo Lula, que foi possível começar a construir o Marco Referencial da Agroecologia na Embrapa, que reuniu um grupo de pessoas no Brasil todo (...) de pessoas assim que puxaram essa discussão. O Costa Gomes, que é lá da Embrapa Clima Temperado, Pelotas. A Tatiana que é lá da Embrapa do Norte, lá de Clima Tropical. O Canuto, de São Paulo, que foi bem importante... (Maria Virgínia Aguiar, Recife, 2015).

Questionada sobre nomes importantes que estariam trabalhando com agroecologia na Embrapa, Maria Virgínia cita professores que atuam nas várias sedes da empresa pelo Brasil e que ganharam espaço durante o governo do Presidente Lula:

As parcerias que foram feitas com a Embrapa (...). O MDA começou a fazer um trabalho de aproximação com a Embrapa pra questão da inovação tecnológica. Eu percebo que tem uma forte ligação com a constituição da Anater, que é a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, porque a Embrapa assume um papel muito importante em função do desenho que foi configurado nessa construção. E com isso, eles fizeram uma grande parceria de trabalhar a inovação tecnológica nos territórios, nas regiões a partir da Embrapa. Então, a Embrapa puxando a interlocução com os movimentos sociais, com as universidades pra discutir novas configurações de inovação tecnológica. E como tem pessoas muito envolvidas, militantes dessa questão da agroecologia, que estão na Embrapa, envolvidos também na inovação tecnológica, acaba que a gente discute agroecologia também. Pra você ter uma ideia, agora na região sudeste vai acontecer um Seminário de Interlocução de vários segmentos que estão trabalhando com Construção do Conhecimento pra pensar a inovação tecnológica a partir dessa parceria que foi feita que foi feita com o MDA e a Embrapa. (...) A gente também foi convidado agora, recentemente – inclusive tem que dar a resposta – pelo pessoal da Embrapa Tabuleiros Costeiros que também vai fazer um Seminário de Concertação Tecnológica, então eles convidaram a ABA, a Vice-Presidência da ABA e alguns núcleos de agroecologia, também pra participar disso, então é uma parceria que eu acho, eu não sei exatamente qual o impacto, sinceramente. A gente poderia fazer uma análise crítica dessa parceria porque a gente sabe que a Embrapa está passando por um momento ruim de construção da agroecologia, não é? Mas, afinal de contas, é um espaço que tem aí, que pode ser ocupado, porque a gente está numa decrescente de construção de política pública, de afirmação de política pública (Maria Virgínia Aguiar, Recife, 2015).

A Embrapa, que representa o aparato público de pesquisa agrícola, tem programas em agroecologia promovidos por cientistas ligados a Associação Brasileira de Agroecologia e Associação Nacional de Agroecologia. A instituição também

participou da formação da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, realizou parcerias com o Ministério do Desenvolvimento Agrário e teve em seu interior a formação de núcleos de pesquisa que, por mais que estejam separados territorialmente, são interligados nas trocas de experiências em eventos e congressos científicos.

Todavia, mesmo com a elaboração do marco referencial da Embrapa na década passada, essa discussão ainda não atingiu o escopo que os agroecologistas desejam dentro da instituição. Este ainda é um assunto controverso e que encontra uma série de entraves para o seu desenvolvimento. Vejamos mais sobre esta discussão por meio da fala de alguns entrevistados:

Jonatta: Eu vi no seu currículo que o Senhor trabalhou na UNB e na Embrapa.

Sabourin: Primeiro na Embrapa e depois na UNB.

Jonatta: E é sempre muito paradoxal e controverso você falar de agroecologia na Embrapa, que você tem algumas pessoas que trabalham lá mas majoritariamente ela não é uma empresa que tem ainda a agroecologia como foco. Então, quando o Senhor trabalhava lá o Senhor via essa perspectiva agroecológica ou não?

Sabourin: Não, na época que trabalhei na Embrapa era por conta do apoio da Cooperação Francesa e do CIRAD para montar um Programa de Pesquisa novo, que era o Programa Nacional de Pesquisa sobre Agricultura Familiar, a partir de 1993, depois se transformou no Macro Programa de Agricultura Familiar da Embrapa. E naquela época já era super difícil. Foi uma batalha de um grupo de pesquisadores da Embrapa, com o apoio do Presidente da Embrapa, naquela época era o Murilo Flores, para montar o programa, para fazer da agricultura familiar um objeto de pesquisa.

Jonatta: Não era um foco na época?

Sabourin: Não era o foco. Foi um processo e se confirmou, se estabilizou. A agroecologia como tema de pesquisa na Embrapa é muito mais recente (Eric Sabourin, Belém, 2015).

Como visto na fala de Eric Sabourin, a Embrapa ainda não tem a agroecologia como foco e o lento progresso desse tema dentro da empresa se dá pelo esforço pessoal de alguns pesquisadores que se identificam com o tema e que se ligam com outros de mesmo posicionamento e não através de um reconhecimento total e dedicação integral da instituição, algo que é bastante comum quando se trata da institucionalização da agroecologia no Brasil.

Se tu conheces um pouquinho e for fuçar lá na Embrapa o que é que tem de agroecologia, tu vai ver que é periférica. Tem um programa lá com alguns mil reais ou milhões de reais que eu nem sei mais quanto está. (...) Está muito reduzido a certos núcleos, com certos pesquisadores e em

certos centros de pesquisa. A Embrapa até agora não conseguiu efetivamente, na minha opinião, incorporar a agroecologia. Ora, nós estamos falando “da empresa”, “A EMPRESA” de pesquisa agropecuária do país. Aquela que recebe, em termos federais, quase que 100% dos recursos pra fazer pesquisa agropecuária. Então é completamente desproporcional o investido na Embrapa em relação à agroecologia, gloriosas exceções e eu conheço algumas delas no Rio Grande do Sul, aqui, no estado de São Paulo, no sentido de que tem gente há bastante tempo pesquisando, gente importante e tal, mas que não significado. Bom, eu estou falando de uma política pública, pesquisa (Jalcione Pereira de Almeida, João Pessoa, 2015).

A fala de Jalcione Almeida mostra o *status* periférico da agroecologia na empresa oficial de pesquisa agropecuária no país, o que, para ele, transparece a fraca dedicação do Estado nacional para este tema, que só consegue espaço graças ao trabalho de alguns núcleos de pesquisadores engajados que demandam e atuam para este fim, o que de fato serve de exemplo para um movimento mais geral, pois muito do que é conquistado se dá por meio de uma rede de agroecologistas que conseguem ocupar posições privilegiadas e montar grupos que adquirem capital o suficiente para a ascensão da agroecologia nas políticas públicas.

A universidade também se modifica, não em função dessas pessoas, mas num momento político favorável, a pesquisa se modifica, não que a pesquisa da Embrapa, das instituições estaduais tenham feito que poderiam fazer, não! A Embrapa, eu acho que 10% ou 15% dos pesquisadores trabalham com agroecologia. O restante é transgênico, é agricultura tradicional, é pecuária tradicional, mas são espaços criados (Eros Mussoi, Belém, 2015).

Por mais que reconheçamos o aumento do alcance da agroecologia, a sua crescente “vitória” em várias instituições e o desenvolvimento do seu campo científico, inclusive na área da pesquisa, essas transformações não foram o suficiente para ocupar completamente a forma de atuação da Embrapa, sendo um reflexo importante das controvérsias que envolvem este o campo científico no país, pois, por mais que haja inegável concretização de suas propostas, ainda enfrentam problemas para se estabelecer na pesquisa oficial do Estado, algo que, com certeza, faz parte do cenário científico nacional.

A pesquisa agrícola tem recebido demandas de caráter ambiental e de mobilização social, com inovações tecnológicas, pressão de políticas públicas e marcos legais que alteram seu aspecto operacional e institucional, fazendo-a atuar mais na transdisciplinaridade. A monodisciplinaridade imperou entre os anos 1960 e 1970.

Depois a interdisciplinaridade foi forte entre as décadas de 1980 e 2010. Vivemos agora na época da transdisciplinaridade, muito disso graças à força da noção de sustentabilidade e seu caráter agregador dos aspectos naturais, socioculturais, políticos e econômicos. Hoje a empresa se relaciona com vários ministérios, cada um com uma funcionalidade específica, o que demanda ainda mais uma postura transdisciplinar, exemplificada também na evolução de ações em agroecologia.

Apesar dos pesares, a agroecologia cresce constantemente

Por meio do trabalho de atores como Caporal, engajados nas mesmas causas e conectados entre si pela influência de certos discursos, a pauta agroecológica perpassa a sociedade brasileira graças à expansão de suas redes, que performatizam a ação dos sujeitos a partir de certos códigos e normas para um valor comum. O alargamento dessas redes permitiu a entrada da agroecologia na arena de lutas sociais inerente à definição das políticas públicas, envolvendo táticas de “redefinições, mobilizações e desmobilizações, afirmação criativa e negação de estratégias e práticas insistentemente legitimadas. Em contraposição, desqualificadas dos sentidos projetados por grupos sociais que as negam ou minimizam” (GOMES, 2014, p. 132) a sua importância.

Tais atores focam nas políticas públicas como o modelo por excelência de ação governamental e lutam com outros grupos em torno da definição correta deste uso:

as políticas públicas tornaram-se a tônica dos anos 1990 e a razão das reformas estruturais e sociais, significando a necessidade de um governo para realizar tal intuito. Na lógica da elite política (...), está o pressuposto de que se no governo atuarem pessoas altamente qualificadas, as políticas implementadas podem propiciar o bem estar social (HEY, 2008, p. 30).

Portanto, na agenda política brasileira, as políticas públicas são tratadas como um jogo que só pode ser jogado por aqueles com reais chances de participar deste espaço. Temos então uma ciência política ou uma política científica, uma ciência pertencente aos mais competentes, onde o monopólio da política é justificado pelo monopólio da ciência.

A institucionalização deste campo científico é produto de conflitos que visam impor a existência de novas entidades e fronteiras. Segundo Costa Gomes (2005b), essa luta simbólica acontece porque os cientistas ainda estão presos ao paradigma anterior – tanto no que se refere ao uso de certas tecnologias no campo quanto num tipo de ciência

agronômica vista como convencional – e a passagem de um para o outro é lenta. A noção dominante concentra mais bolsas, estagiários e orientandos, exercendo uma pressão na comunidade científica pelos seus pares que restringe o conhecimento agroecológico.

Vale salientar que a uma comunidade agroecológica também exerce pressão no campo científico, procurando mostrar a relevância das questões rurais e ecológicas. Toda ciência se faz assim, coletivamente e de forma controversa e política.

O “ambientalmente correto” é um apelo que, atualmente, está relativamente bem difundido, ocorrendo nos meios políticos, acadêmicos e institucionais. Está no discurso, na mídia e nos editais. Nos últimos tempos, surgiram editais ou oportunidade de financiamento de projetos de pesquisa em agroecologia patrocinados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, pela Fundação de Amparo à Pesquisa do estado do Rio Grande do Sul – Fapergs –, pela Embrapa e pelo Programa RS Rural, entre outros. Ainda que se trate de um fato louvável, por si só, pode ser que não seja a causa de grandes mudanças no campo da pesquisa agroecológica.

(...)

Ou seja, ainda que o espaço e os recursos para a pesquisa agroecológica sejam crescentes, o perfil e a formação dos pesquisadores, muitas vezes, continua sendo convencional. (...) Muitos projetos continuam sendo apresentados com a mesma lógica da pesquisa tradicional (por produtos disciplinares baseados no delineamento experimental clássico, com pouca ou nenhuma participação de agricultores, realizados em condições artificiais e diferentes da que operam os agricultores, entre outros). Além disso, a análise dos projetos também continua sendo feita por pesquisadores consagrados, mas que também mantêm seus vínculos com os princípios epistemológicos e metodológicos do paradigma convencional. Ou seja, aquilo que se deseja substituir atua como força inercial, dificultando a transição na pesquisa. Esse fato tem um peso tão importante, que influi até mesmo na formatação de provas de concursos de instituições em busca de mudanças internas, a favor da agroecologia (COSTA GOMES, 2005b, p. 141-142).

Sobre a crescente incorporação da agroecologia em diferentes pautas e as limitações que esse processo oferece, o professor Jorge Tavares levanta uma série de problemáticas:

Jorge: nem tudo é agroecologia. Política pública é política pública, ela pode tentar buscar as bases de sua efetividade na agroecologia ou não. Não significa que ela seja agroecológica (...). Então, o que é que a agroecologia, o problema é que, de repente, tudo virou uma panaceia sabe Jonatta? Tudo tem que ser agroecologia. Por que tudo tem que ser agroecologia? Porque toda política pública tem que ser agroeco... Não é! Nosso Estado é um Estado burguês, conservador, que usa a agroecologia

como um mote de um discurso, ele não assume efetivamente, tanto é que, o que foi feito por Caporal, Eros, Costabeber, todo o pessoal que vem do início do Governo Lula, o Ministro lá do Rio Grande do Sul que era o Rossetto, é toda uma perspectiva de buscar um resgate de políticas sociais que atendam a maior, é todo um discurso, vamos dizer, de um governo que se mostrava na oportunidade com uma preocupação popular, não é? (...) Ou seja, isso não é agroecologia, mas isso era toda uma proposta de política de governo que poderia, nessa perspectiva, ter umas alianças estratégicas com a agroecologia. Mas isso não quer dizer que seja agroecologia. (...) Então a gente tem que separar as coisas, porque não é agroecologia. Um dos problemas que a gente tem é só você participar aqui, ou então se você quiser, dá uma olhada na ABA, nos trabalhos que estão sendo entregues lá.

Jonatta: O Senhor acha o quê da ABA?

Jorge: São uma série de agriculturas alternativas, uma série de coisas nessa linha, mas o quê é que é o conhecimento agroecológico? (Jorge Tavares, Recife, 2015).

Por mais que existam problemas na aplicação da agroecologia, ela funciona como um novo enunciado de políticas públicas, com ancoragem nas normas (técnicas e sociais), nas regras e nas instituições. Sua institucionalização envolve movimentos sociais e o meio científico, unindo duas ordens que já foram separadas, a ciência e a política, abrangendo visões de mundo sobre o que é verdadeiro e justo, e justamente por isso apresenta uma série de dificuldades em pôr em prática o desejo de seus atuantes em organizar uma parte do mundo.

O movimento agroecológico, por se inscrever no viés sustentável, se constitui num sistema de ação pública e um referencial para identidades sociais e profissionais da agricultura. Com raízes num movimento alternativo, a noção de agroecologia é controversa no campo científico, tendo várias concepções e proposições no campo da ciência e da política, surgindo mais recentemente como proposta política e pragmática no campo da educação.

Embora os Congresso Brasileiros de Agroecologia constituam o fórum privilegiado para debater-se a agroecologia a partir da agronomia, certamente não abrange o universo de estudos de outras perspectivas, tais como a social e política. O universo retrata os estudos da agroecologia no campo da ciência agrônoma das experiências e práticas dos movimentos sociais. Pode-se dizer também que poucos estudos problematizam a agroecologia nos seus diversos campos (BRANDENBURG, BILLAUD e LAMINE, 2015, p. 12).

“Atualmente, parece não haver espaço acadêmico da área das ciências agrárias (...) na América Latina que não encontrem profissionais comprometidos com a

agroecologia” (ABREU e BELLON, 2014, p. 10), assim como em outros campos de conhecimento e também na pauta dos movimentos sociais.

O tema da agroecologia coloca no debate público a questão do poder da ciência sobre o desenvolvimento da sociedade, destacando a natureza política do que está por trás das opções tecnológicas dos diferentes modelos utilizados na agricultura, portanto, a agroecologia coloca a questão mais geral da importância da relação entre sociedade e ciência (...). A agroecologia é resultado da ruptura radical das comunidades científicas e de grupos envolvidos no desenvolvimento rural (ABREU e BELLON, 2014, p. 11).

A ciência agroecológica se expande mais e mais, até mesmo internacionalmente¹²⁴. No caso do Brasil, é interessante frisar que este é “provavelmente, o país com maior número de cursos de Agroecologia ou com enfoque agroecológico em funcionamento na atualidade, tanto no nível médio, como de nível superior” (CAPORAL, 2011, p. 90).

Para sustentar uma determinada prática, o cientista precisa convencer o maior número de atores para colaborarem com seu laboratório neste sistema circulatório de fatos científicos, além de dar ao público uma imagem positiva da sua atividade. O homem da ciência traz a vida para o debate, mobiliza o mundo para torná-lo local de controvérsia, susceptível de argumentação, pois é a partir da representação pública que os cientistas estabelecem relações com o mundo exterior (LATOURET, 2001). Assim, A agroecologia traz o humano (o morador do campo) e o não-humano (a natureza) para a discussão, utilizados enquanto argumentos da necessidade da conversão agroecológica, expostos em suas situações de risco como fatos científicos incontestáveis.

Para isto, aos poucos foram surgindo espaços públicos de interação entre agroecologistas, como os Seminários Estaduais e Internacionais de Agroecologia, realizados inicialmente no Rio Grande do Sul desde o final da década de 1990. Em 1999 foi organizado o I Seminário Estadual de Agroecologia do Rio Grande do Sul e em 2002, durante o III Seminário Internacional sobre Agroecologia do Rio Grande do Sul foi sugerido o I Congresso Brasileiro de Agroecologia. Os Seminários sobre agroecologia do RS eram promovidos especialmente pela Assistência Técnica e

¹²⁴ Como exemplo da expansão dessa rede, temos a Sociedad Científica Latinoamericana e Agroecologia (SOCLA), composta por uma média de 360 professores e o Movimiento Agroecológico Latinoamericano (MAELA), agrupando ONGs. A SOCLA organiza um congresso científico de três em três anos, cursos de formação em diversos países, várias publicações. Uma de suas principais iniciativas foi a criação do doutorado em agroecologia em Medellín, na Colômbia, em 2007.

Extensão Rural e Associação Sulina de Crédito e Assistência Técnica (Emater/RS-Ascar).

Caporal: quando a gente iniciou aquele trabalho na Emater, nós resolvemos fazer o Seminário Estadual de Agroecologia e nós começamos lá em 1998, em 1999, o I Seminário Estadual de Agroecologia, em 1998 tinha quinhentas e poucas pessoas. E daí a gente seguiu todos os anos, lá continua todos os anos, até agora. E do Seminário, no II ano, eu acho que foi, a gente incorporou um espaço pra discussão da Pesquisa em Agroecologia. Ah, no terceiro ano, 1999, 2000, 2001... a gente lançou a Proposta de Criação da Associação Brasileira de Agroecologia.

Que foi criada lá, dentro do nosso Seminário. No IV ano, já com a ABA criada... Não! No VI ano a gente criou a ABA (...). Então, teve uma influência grande. Foram realizados lá no Rio Grande do Sul os dois primeiros anos. Então teve uma influência importante porque os Seminários foram crescendo, nós começamos com quinhentas pessoas, em 2001, (...) eu não me lembro os números exatos, mas em 2001 já eram três mil pessoas no Seminário, então, de todo o Brasil e da América Latina.

E a gente nesse período desse Seminário, até 2002, 2003, a gente trouxe todas essas grandes figuras da agroecologia, praticamente todas. Todos esses que eu te falei...

Luiz Maltieri, Peter Rousseu, Clara Nicols, o Norgan, o Martinez Alier da Espanha, Victor Toledo, essa turma toda passou por Porto Alegre. Nós temos inclusive uma foto que eu acho que é uma foto histórica, foi num dos Seminários que a gente conseguiu reunir quase todos eles, não todos, mas quase todos eles (Francisco Roberto Caporal, Recife, 2015).

FOTOGRAFIA 1: Seminário Estadual sobre Agroecologia



Fonte: Arquivo pessoal de Francisco Caporal.

Os participantes são, da esquerda para a direita: Costabeber, Gliessman, Altieri, Clara Nichols, Borba (ao fundo) Eduardo Sevilla (de lenço), Graciela, Victo Toledo, atrás da Graciela está um colega da emater que não lembro o nome), atrás do Victor está Peter Rosset, ao lado de victor esta Leff, depois aparece a cabeça de José Wisniewisk, atrás dele o Jaime morales e ao lado o último é Santiago Sarandon (Francisco Roberto Caporal, Recife, 2015).

FIGURA 13: Os eventos sobre agroecologia



Fonte: Próprio autor. Jonatta S. Paulino (2017)

Além disso, foram inaugurados vários Núcleos de Agroecologia em Instituições de Ensino Superior, o que provavelmente também não existem em outros países. Também é crescente o número de publicações e de cursos no território nacional, seja em graduação ou pós-graduação. Nosso país possui cada vez mais cursos de graduação em agroecologia (bacharelado ou tecnólogo) e outros cursos com denominações que se assemelham a Agroecologia (AZEVEDO, 2011). O crescimento do número de teses e dissertações no tema tem a ver com as trocas permitidas com a criação da ABA, além de suas publicações (SOUSA e MARTINS, 2013).

Sabendo que as disciplinas são mecanismos complexos para tornar atores sociais capazes de falar e escrever sobre o mundo (LATOURETTE, 2004), e até mesmo transformá-lo, a evolução histórica da agroecologia mostra uma construção típica de uma “nova” disciplina científica, pois emergiu em limitados países e não foi realmente reconhecida nos seus primeiros cinquenta anos, mas se expandiu relacionando novas definições, o aumento de escala de pesquisa e novos tópicos a serem considerados.

Duas coisas necessárias para construir um paradigma: alistar outras pessoas para que elas acreditem, comprando e disseminando a ideia; e controlá-las para que aquilo que elas espalham pareça mais ou menos inalterado (sem isso, a coisa foge do controle, fica imprevisível, há sempre negociações.), mantendo assim a força da alegação. Para

ganhar força, tem-se que alistar outras pessoas para participarem da construção dos fatos científicos, controlar o comportamento delas e tornar previsíveis suas ações (LATOURE, 2000) dentro de um quadro epistemológico, teórico e metodológico.

Assim, cientistas falam em nome de novos aliados que conformaram e trouxeram para o seu lado, acrescentando inesperados recursos para ganhar as controvérsias, organizados em camadas e prontos para dizer a mesma coisa para fazer a balança pender a seu favor (LATOURE, 2000). Graças a isso, pode-se dizer que hoje, a agroecologia está bem estabelecida¹²⁵ (WEZEL e SOLDAT, 2009), pois foi capaz de mudar a atitude das pessoas, com uma nova filosofia de agricultura e um sistema de pensamento transdisciplinar, facilitando o contato de vários grupos junto com a gestão pública.

Finalmente, essa mudança no *modus operandi* dos atores sociais, guiados, em grande medida, por um *ethos* militante, gera um impacto de cunho científico na conformação de políticas públicas com nuances voltadas para a agroecologia, como debateremos no capítulo a seguir.

¹²⁵ Para este mesmo autor, duas diferentes abordagens ainda prevalecem graças as suas características de movimento e prática: a de agroecossistema *versus* a de sistema alimentar, o que pode não ser conciliado tão cedo.

CAPÍTULO 3

AGROECOLOGIA:

A CIÊNCIA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS

A agenda pública é produto da tensão entre diversos atores sociais, isto é, pessoa, grupo ou organização “que participa de um jogo social; possui um projeto político; controla algum recurso relevante; tem, acumula (ou desacumula) forças no seu decorrer e pode produzir fatos para viabilizar seu projeto” (MATUS, 1996 apud BAGATTOLLI, 2010, p. 96). Neste trabalho, estamos nos referindo a cientistas que são, ao mesmo tempo, burocratas e participantes de movimentos sociais, ONGs, associações e etc, cuja arquitetura de poder por eles conformada em um determinado jogo de poder é o que molda certas políticas públicas.

Para além do próprio governo, participam na formulação de políticas públicas empresas, trabalhadores, movimentos sociais e a comunidade científica. No caso deste último, “as informações científicas não se restringem aos locais de pesquisa e circulam em espaços externos ao laboratório” (PAESE, 2009, p. 190) e sua apropriação pública fundamenta posições conflitivas dos atores em jogo.

A capacidade de se articular politicamente é um fator muito importante. Desta forma, tornam-se basilares os atores que demonstram maior poder de pressão articulando ciência, tecnologia e política. Tais controvérsias são uma mistura de pessoas e argumentos, baseados na aliança entre diferentes atores, cientistas ou não (PAESE, 2009).

Faz-se da autoridade científica uma força política (BOURDIEU, 2004a). A autoridade da ciência se torna uma questão central, trazendo até mesmo a integração das ciências sociais em problemáticas das ciências duras e na política. Neste caso, a ciência supostamente tem que oferecer alternativas para as políticas globais em resolver os problemas da realidade, influenciando alterações nos programas de pesquisa e nos corpos políticos.

O conhecimento científico reflete nos fatores sociais e culturais. A ciência produz e reproduz modelos normativos de relações, influenciando na cultura, nas identidades

e na natureza, performatizando a realidade, pois cria quadros de pensamento e ação para os atores sociais, mediando sua relação com o natural.

Uma corrente de pensamento não se torna movimento político a não ser que os ideais propostos sejam reconhecidos no exterior do grupo propositor. A força das ideias na política se mede pela força de mobilização que elas acatam, pela força do grupo que as reconhece. Na política, procura-se convencer as pessoas de que se pode fazer o que se diz, pronuncia e busca, tentando reconhecer os princípios de categorização do mundo social que alegam serem verídicos na busca por uma nova ordem social.

“A ciência é também (...) um trabalho de acumulação de reconhecimento e de poder. Investe-se nesse capital simbólico a fim de assentar a estabilidade dos enunciados, permitindo ao cientista ter peso nos debates científicos” (p. 97). Assim, “a ciência torna-se uma arma de combate para fazer com que os outros aceitem seus enunciados (...) persuadir as instituições dos interesses das pesquisas empreendidas e da necessidade de empreendê-las” (SHINN, 2008, p. 99).

O trabalho científico se apoia fortemente na escrita para a produção dos enunciados que procuram ser universais, resultado também de dispositivos e instrumentos geradores de imagens, quadros, gráficos e fotografias. Lidamos com uma forma agonística de ver o mundo, onde as vitórias são obtidas graças ao poder e relações de negociação (SHINN, 2008).

Quando trabalham, os pesquisadores querem persuadir e provocar adesão às suas ideias. Provar é persuadir por meio de jogos de escritura, governados e calculados. O texto, mais do que transmitir informação, ele age. A validade científica de um enunciado mede-se, dentre outros elementos, também pela aceitação dos outros pesquisadores e do coletivo como um todo. Portanto, este capítulo tem como papel transparecer a relação entre a atividade dos cientistas e a relação com as políticas públicas em agroecologia.

As políticas públicas

Políticas públicas são um

conjunto de ações coletivas voltadas para a garantia dos direitos sociais, configurando um compromisso público que visa dar conta de determinada demanda, em diversas áreas. Expressa a transformação daquilo que é do

âmbito privado em ações coletivas no espaço público (GUARESCHI, COMUNELLO, NARDINI e HOENISCH, 2004, p. 180).

Tais políticas são programas de ações que representam a realização de decisões da sociedade organizada e do Estado para induzir mudanças, servindo para construir uma nova representação dos problemas capaz de estabelecer condições sócio-políticas para a sua resolução.

Enquanto muitos autores criticam a tendência crescente do Estado para penetrar ou mesmo absorver a sociedade civil e para o fazer de formas cada vez mais autoritárias (...), outros autores convergem na idéia, aparentemente contraditória com a anterior, de que o Estado é crescentemente ineficaz, cada vez mais incapaz de desempenhar as funções de que incumbe. De acordo com essa concepção, o Estado ou carece de recursos financeiros (...) ou de capacidade institucional (...) ou carece ainda dos mecanismos que na sociedade civil orientam as ações e garantem sua eficácia. Nessas análises, o Estado hora surge como um leviatão devorador, hora como um empreendedor falhado (SOUSA SANTOS, 2001).

Um tema entra na agenda política quando o governo o prioriza enquanto um problema público passível de ser transformado numa política pública. “Os problemas que farão parte da agenda são escolhidos por indivíduos ou grupos que possuem poder suficiente para influenciar as decisões do governo na configuração da agenda” (LIMA, NEVES e DAGNINO, 2010, p. 238).

Entende-se por políticas públicas o conjunto de intervenções, programas, projetos que são formulados, coordenados ou executados pela iniciativa pública, o Estado. (...) As políticas públicas podem ser consideradas como o encaixe de diversos níveis de decisão e escalas de aplicação. (...) Cada vez mais as políticas públicas aparecem como construções sociais, resultantes de processos de ação coletiva, que associam diferentes categorias de atores públicos e privados (TONNEAU e SABOURIN, 2007, p. 286).

Elas também podem ser compreendidas como o produto de uma atividade intencional e de uma autoridade investida pelo poder público de forma legítima (DURAN, 1999 apud TONNEAU e SABOURIN, 2007). Ou também como um conjunto de acordos institucionalizados entre atores mais ou menos divergentes, sendo o caráter intencional essencial para a sua compreensão.

Divide-se o processo de elaboração das políticas públicas em quatro etapas não lineares:

- Definição do problema e conformação da agenda (agendamento). Nem todos os problemas entram na agenda pública, existem mecanismos de inclusão e exclusão;
- Formulação;
- Implementação (ou execução das decisões);
- Avaliação.

Antes de entrar na agenda política, uma situação deve ser reconhecida como problema por algum ator que tenha capacidade política e interesse que isso ocorra, trabalhando para expressar o problema em uma linguagem adaptada para que se torne público. Os círculos acadêmicos e científicos têm um papel chave na definição e difusão do problema, pois, os cientistas, muitas vezes, são indivíduos que acumularam poder suficiente para adentrar na agenda política.

Os últimos trinta anos apresentaram uma transformação nas políticas públicas voltadas para a agricultura brasileira. Os anos 1970 e 1980 presenciaram uma lógica Estatal de substituição de importações, ordenamento territorial e modernização da agricultura, visando melhor abastecer o mercado e a população. No final dos anos 1980, com a crise da dívida externa, e início dos anos 1990, com a liberação econômica, a principal preocupação passa a ser o incremento da competitividade, o que afasta a agricultura familiar do quadro de ação do Estado. Entretanto,

a partir de 1994, além da busca pela competitividade, a preocupação do Estado passou a ser o combate à pobreza e o desenvolvimento diferenciado entre a agricultura familiar e o agronegócio, o que levou à criação de novos ministérios (Ministério de Desenvolvimento Social, Ministério para o Desenvolvimento Agrário) e à implantação de políticas específicas para este fim, tais como as diversas bolsas de ajuda às famílias, agrupadas depois na Bolsa Família, e o Programa Nacional de Fortalecimento para a Agricultura Familiar (Pronaf) (BONNAL, DINIZ, TONNEAU e SIDERSKY, 2007, p. 270).

Em 1996 tem-se o reconhecimento oficial da necessidade de uma política específica para a agricultura familiar, tendo sido criada a Secretaria de Desenvolvimento Rural, ligada ao Ministério da Agricultura. Posteriormente, a partir de 1998, transformou-se no Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)¹²⁶, com a criação da Secretaria de Agricultura Familiar (SAF), que, na época, juntamente com a Secretaria

¹²⁶ O MDA foi criado sob a pressão dos movimentos sociais do campo nos anos 2000. Em consequência, muitas pesquisas por ele financiadas atendem, de alguma maneira, a interesses de tais movimentos.

do Desenvolvimento Territorial (SDT) e a da Reorganização Agrária (SRA), assumiram as políticas de desenvolvimento rural para agricultura familiar. Vale salientar que o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) ainda tem a ver com o “público da agricultura familiar, já que cuida da comercialização dos produtos e da sua regulamentação (sanitária e de qualidade) da legislação sanitária, da pesquisa e do abastecimento via Companhia Nacional de Abastecimento (Conab)” (TONNEAU e SABOURIN, 2007, p. 287).

Referindo-se mais especificamente a agroecologia, seus adeptos utilizam de duas linguagens: a valorativa, para que o problema se torne público; e a científica, que identifica o problema nos circuitos dos cientistas e da política. Vimos esse processo nos capítulos anteriores, tanto da construção epistemológica, validação política e institucionalização de um campo brasileiro.

Assim, alguns atores acabariam cumprindo a tarefa de mediação entre sociedade e Estado para a formação da agenda política. Esses atores seriam os mediadores políticos, formados por partidos e seus representantes; mediadores sociais, formados por representantes particulares que, por sua posição estratégica ou destaque pessoal, dispõem de legitimidade, como os intelectuais e os cientistas; e os mediadores administrativos, formados basicamente por funcionários públicos ou outros profissionais que ocupam funções no aparelho estatal. Os mediadores (...) são os grandes responsáveis pela definição dos problemas que compõem a agenda pública (LIMA, NEVES e DAGNINO, 2010, p. 241).

Houve, entre 1999 e 2002, “uma aproximação entre o governo estadual do Rio Grande do Sul e um conjunto de organizações não governamentais e movimentos sociais (...), o que levou a uma inserção da Agroecologia no debate político e ideológico daquele período” (NORDER; LAMINE e BELLON, 2015, p. 73). Destarte, os agroecologistas passam a agir como mediadores sociais numa vasta rede, atuante entre movimentos sociais, ciência, atores do campo e Estado.

Com o Governo Lula, líderes deste grupo de pesquisadores em conjunto com o Partido dos Trabalhadores adentraram no Ministério do Desenvolvimento Agrário, o que lhes permitiram influenciar diretamente nas políticas públicas, especialmente as de extensão rural e pesquisa agropecuária, caracterizando uma aproximação político-partidário de grupos específicos.

Assim, a partir de 2003, com base na experiência do Rio Grande do Sul¹²⁷ e em uma combinação entre discursos analíticos, programáticos e normativos, o Governo Federal adota a agroecologia como diretriz oficial para a extensão rural e a insere em outras ações do Estado, elementos estes que serão o centro das sessões a seguir, focando nas principais políticas onde a agroecologia figura.

Nesse período aumentava a demanda por um espaço para apresentação e debate de trabalhos acadêmicos em agroecologia. Assim, em 2003 foi realizado o I CBA em Porto Alegre (RS). Em 2004, durante uma assembleia do II CBA foi constituída a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), que faz parte da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e tem caráter técnico-científico, visando incentivar a produção científica em agroecologia. Em 2006 lançam a Revista Brasileira de Agroecologia e em 2011 os Cadernos de Agroecologia (PADULA, CARDOSO, FERRARI e DAL SOGLIO, 2013).

Desta forma, esta sessão tem como objetivo debater sobre a construção coletiva, no formato de redes compostas por atores chaves, das políticas públicas que mais apareceram na fala dos entrevistados (ver quadro abaixo), sendo elas de assistência técnica e extensão rural, núcleos de pesquisa, programas de crédito, de aquisição e distribuição de alimentos e um plano nacional focado em agroecologia, não me detendo nas implicações práticas e locais destas ações.

QUADRO 3: Falas transcritas e analisadas no Capítulo 3

Nome	Ocupação	Natureza da fala
Eros Marion Mussoi	Professor da Universidade Federal de Santa Catarina	Entrevista semiestruturada realizada durante o IX Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBA), em Belém do Pará no ano de 2015.
Eric Pierre Sabourin	Pesquisador do Centre de Coopération Internationale en Recherche Agronomique pour le Développement (Cirad) e professor visitante no Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília	Entrevista semiestruturada realizada durante o IX CBA.
Irene Cardoso	Professora da Universidade Federal de Viçosa e Presidente da Associação Brasileira de Agroecologia	Observação de sua fala na Mesa Redonda “Pnapo: um balanço das ações e as perspectivas futuras”, durante o IX CBA.
Maria Emília Pacheco	Presidenta do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e	Entrevista semiestruturada realizada via chamada de voz

¹²⁷ Inclusive, a atuação de organizações sindicais fez parte da implementação de um Projeto de Desenvolvimento Rural nesta região, no ano de 1994.

	Nutricional (Consea)	online no ano de 2016.
Tatiana Deane de Abreu Sá	Pesquisadora em agroecologia na Embrapa Amazônia Oriental e professora colaboradora nas Universidade Federal Rural da Amazônia e Universidade Federal do Pará	Entrevista semiestruturada realizada via chamada de voz online no ano de 2016.
Francisco Roberto Caporal	Professor do Departamento de Educação da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e membro do Núcleo de Agroecologia e Campesinato (NAC) desta instituição.	Entrevista semiestruturada ocorrida em 2015 no NAC/UFRPE.
Maria Virgínia de Almeida Aguiar	Professora da disciplina de Extensão Rural e coordenadora da Licenciatura em Ciências Agrícolas da UFRPE	Entrevista semiestruturada ocorrida em 2015 no NAC/UFRPE.
Laetícia Medeiros Jalil	Professora de sociologia da UFRPE	Entrevista semiestruturada realizada na UFRPE em 2015.
José Geraldo Wizniewsky	Professor da Universidade Federal de Santa Maria no Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural	Entrevista semiestruturada realizada durante o 53º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER), em João Pessoa (PB) no ano de 2015.
Jalcione Pereira de Almeida	Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, vinculado ao Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas	Entrevista semiestruturada realizada durante o 53º SOBER.
Valter Bianchini	Assessor da diretoria do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural e outrora Secretário da Agricultura Familiar no Ministério do Desenvolvimento Agrário	Observação de sua fala no “Painel 1: Agricultura Familiar no Brasil: cenário atual e desafio de novas políticas” e entrevista semiestruturada, ambas durante o 53º SOBER.
Walter Belik	Professor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas. Foi membro do Consea	Entrevista semiestruturada realizada durante o 53º SOBER.
Guilherme da Costa Delgado	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e consultor da Comissão Brasileira de Justiça e Paz	Observação de sua fala durante o Seminário Internacional “Agroecologia no mundo e a encíclica ecológica”, na cidade de Campina Grande (PB) em 2015.

Fonte: Próprio autor.

A extensão rural e a agroecologia

Mudanças ocorreram no final dos anos 1980 e alteraram a relação do Governo Federal com o mundo rural, como a globalização dos mercados agrícolas, a retirada do Estado na execução dos programas rurais e a privatização de serviços Estatais. Nesse

período começa o esgotamento da extensão rural vigente, efetuada como uma educação informal, um convencimento para a inovação tecnológica. Tal crítica é contextualizada no questionamento dos resultados obtidos quanto à redução da pobreza rural e na crescente preocupação com a sustentabilidade.

A extensão rural brasileira passou por uma reconstrução no seu pós-período de declínio na década de 1990, que inclui a entrada do debate ecológico:

O primeiro marco de incorporação da temática “Agroecologia” na extensão rural foram as ações da agenda de cooperação elaborada no Rio Grande do Sul, em 1994, por entidades governamentais (Emater/RS-Ascar, UFRGS, Embrapa, Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária - FEPAGRO - e Prefeitura Municipal de Porto Alegre) e não governamentais (Rede PTA-Sul e Programa de Cooperação em Agroecologia). A agenda culminou, em 1995, com a realização da Conferência Internacional sobre Tecnologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. (...) Pode-se localizar aí o embrião do que viria a resultar na realização dos seminários e, depois, do II Congresso Brasileiro de Agroecologia no Rio Grande do Sul, a partir do qual surgiu a ABA-Agroecologia (PADULA, CARDOSO, FERRARI e DAL SOGLIO, 2013, p. 60).

A criação, pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em co-participação com os movimentos sociais, do Projeto Lumiar em 1997, fez com que muitos técnicos contratados pelo Projeto tivessem vivência no movimento estudantil e no debate sobre práticas alternativas na agronomia. Tratava-se de um programa de qualidade e produtividade nos assentamentos de reforma agrária. Essa iniciativa, que tinha como intuito difundir os serviços de assistência técnica aos agricultores assentados, faz avançar o debate de um modelo alternativo de desenvolvimento rural que se estabelece no campo, principalmente em assentamentos.

A retomada da assistência técnica e extensão rural – que havia sido desarticulada durante o Governo Collor de Mello em 1992 – pelo Governo Federal começou a ser desenhada em 2002, com a equipe de transição do governo do presidente Lula, na qual atuou Valter Bianchini (cuja trajetória será descrita mais a frente), que auxiliou na passagem do antigo Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (Dater) – que estava sob coordenação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) – para Secretaria de Agricultura Familiar (SAF) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Esta transferência do DATER para uma instituição vinculada à agricultura familiar significou uma aposta em um estilo diferenciado de assistência técnica, rompendo com a herança de um serviço que existe no país há mais de cinquenta anos, e que vinha sofrendo grandes transformações. Essas transformações podem ser caracterizadas pela desestruturação das instituições estatais voltadas para ATER, e, em paralelo, pela emergência de uma multiplicidade de experiências de organizações não governamentais, empresas prestadoras de serviços, organizações vinculadas a movimentos de agricultores, que, sem qualquer tipo de coordenação pública, vinham atuando no meio rural (DUARTE e SILIPRANDI, 2006, p. 2).

Bianchini fortaleceu nós com Francisco Roberto Caporal¹²⁸ e Eros Marion Mussoi, efetuando uma relação entre a SAF/MDA e o campo agroecológico. Em suas palavras:

Quando eu transferei o Dater para o MDA, para a SAF, para pensar a Política Nacional de Ater (Pnater), nós trouxemos alguns especialistas, entre eles, o Caporal e o Eros. O Eros é de Santa Catarina, o Caporal veio do Rio Grande do Sul e eles tinham recém voltado do Doutorado em Córdoba e fizeram teses calcadas na Extensão Rural, mas com esse viés da agroecologia. Então, eles foram pessoas importantes em pensar a política Pnater, ambos trabalharam um tempo no MDA. Então a política Pnater ela já nasce com esse princípio de uma agricultura agroecológica. As diretrizes da Pnater nasce com esse comprometimento. Mas isso também tem uma caminhada anterior. Os anos 1980, eles vêm de uma crítica muito forte ao modelo da modernização, desmatamento, agrotóxico, erosão, você vem num momento paulatino, criando instituições da agricultura orgânica, da agroecologia, alternativa. Nos anos 1980 você cria instituições legais, leis de conservação de solo, lei de agrotóxicos, você cria uma série de indenizações. A gente passa a dialogar com uma série de instituições pra gente começar a pensar os programas no Sul e aqui no Nordeste, como o Banco Mundial, de manejo do solo e conservação do solo e da água, isso em meados dos anos 1970, nos anos 1980 eles ficam muito fortes (Valter Bianchini, João Pessoa, 2015).

A partir de 2003, instituições encarregadas de ações de extensão rural, juntamente com sindicatos, ONGs e associações de agricultores, deram início a elaboração do Marco de Referência para uma Política Nacional da ATER, o que levou a escrita do documento final da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão

¹²⁸ Engenheiro Agrônomo com Mestrado em Extensão Rural e Doutorado em Agroecologia, Campesinato e História. Foi extensionista rural da EMATER/RS-ASCAR de 1978 a 2009. Atualmente é Professor no Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural, Coordenador do Curso de Agronomia da UFSM. Publicou artigos em periódicos especializados, capítulos de livros e livro Agroecologia, Extensão Rural e Desenvolvimento Rural. Foi vice-presidente (gestão 2010-2011) da Associação Brasileira de Agroecologia (CAPORAL e AZEVEDO, 2011, p. 7).

Rural (PNATER) e aprovaram, em 2004, a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, Governo Federal – MDA/SAF.

Neste mesmo ano, tendo recebido o cargo de Secretário Nacional da Agricultura Familiar, Bianchini contribuiu com a instituição de uma nova política de assistência técnica e extensão rural para a agricultura familiar:

Eu vou colocar a partir de 2003 a Secretaria. A participação social era muito intensa. Contag, Via Campesina, Fetraf, esses grupos tem um processo intenso de participação. Esses grupos vêm também organizados com assessoria de ONGs. E há também o envolvimento da Maria Nazareth, da Sônia Bergamasco, José Eli da Veiga, uma série de professores que também vão assessorando essas organizações, vão contribuindo. Essas coisas elas vão muito junto.

E como eu te falei, a vinda do Caporal, do Eros, de algumas pessoas, daí se articula com uma rede da Embrapa, com uma rede da Emater, uma rede de ONGs... (Valter Bianchini, João Pessoa, 2015).

Outro nome de grande destaque nessa construção coletiva foi o de Francisco Roberto Caporal¹²⁹. Após sair da Emater do Rio Grande do Sul, onde foi Diretor Técnico entre 1999 a 2002, período do Governo de Olívio Dutra, Caporal foi convidado para ingressar no MDA, durante a presidência de Lula:

Quando terminou o nosso mandato eu fui convidado pra ir pro MDA, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, no início do Governo Lula para ajudar na Coordenação da criação de uma Política de Extensão Rural. Eu participei do grupo que construiu essa proposta da Pnater e nesse debate a gente introduziu a Agroecologia como um dos eixos da Política Nacional de Extensão Rural e, apesar da reação de alguns setores da Extensão Rural oficial, Estatal, a gente logrou que a agroecologia fosse mantida como um dos eixos da Extensão Rural nesse período.

Então aí é a primeira vez que entra o termo Agroecologia em Política Pública no Brasil foi na Pnater.

Antes não se falava em agroecologia em nenhum ministério do país. Bom, de lá pra cá eu fiquei oito anos lá em Brasília trabalhando como Coordenador Nacional de Extensão Rural, coordenando a área de Formação e aí a gente teve a possibilidade de realizar cursos de agroecologia no Brasil inteiro, de todos os níveis, desde cursos de 40 horas até cursos de especialização (Francisco Roberto Caporal, Recife, 2015).

¹²⁹ Engenheiro Agrônomo com Mestrado em Extensão Rural e Doutorado em Agroecologia, Campesinato e História. Foi extensionista rural da EMATER/RS-ASCAR de 1978 a 2009. Atualmente é Professor no Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural, Coordenador do Curso de Agronomia da UFSM. Publicou artigos em periódicos especializados, capítulos de livros e livro Agroecologia, Extensão Rural e Desenvolvimento Rural. Foi vice-presidente (gestão 2010-2011) da Associação Brasileira de Agroecologia (CAPORAL e AZEVEDO, 2011, p. 7).

Essa ação foi organizada dentro do Sistema Nacional Descentralizado de Ater Pública (SIBRATER, criado em 2006), coordenado pelo DATER. Nas palavras de Caporal:

Na época que a gente foi pra Brasília, além de mim, a equipe lá, que já tinha essa perspectiva na cabeça também estavam o Eros Marion Mussoi, participou do mesmo grupo, que também vinha da mesma formação, na mesma Universidade de Córdoba, e depois a gente se incorporou no grupo com a Professora Virgínia e a partir daí a gente começou a fazer uma articulação nessa perspectiva. A gente propôs, por exemplo, a Criação do Comitê de Agroecologia no Condraf, foi criado, existe até hoje e nesse Comitê a gente reunia os principais setores da agroecologia, as ONGs, as Organizações de Agricultores e aí a gente fazia esse debate. E a gente fez em... o ano eu não vou me lembrar, mas acho que foi 2008, a gente construiu o primeiro Programa Nacional de Agroecologia, antes da Pnapo, que era uma tentativa mais ou menos igual o que foi feito agora, que era reunir tudo que havia nos diferentes ministérios pra tentar fazer uma articulação, mas não logramos muito êxito, porque na época não tinha um apoio institucional do governo pra fazer isso, então os ministérios faziam corpo mole, não tinha muita disposição como agora, que teve uma Coordenação da Casa Civil e daí passou a ter, digamos assim, uma força direta do centro do governo pra implementar. Quando a gente saiu de lá, a Virgínia saiu, eu saí também. (...) Enfim. Aqui tem uma influência grande, possibilidade de termos acesso a políticas públicas (Francisco Roberto Caporal, Recife, 2015).

Neste sentido, o DATER “realizou convênios com universidades (cursos de especialização) e escolas agrotécnicas estimulando a formação de profissionais na área de agroecologia e desenvolvimento rural sustentável” (LUZZI, 2007, p. 146), demonstrando o fortalecimento da agricultura familiar de acordo com os princípios agroecológicos.

Tendo sido chamado para trabalhar no Ministério do Desenvolvimento Agrário, Caporal explica esse convite da seguinte forma:

Como diretor da Emater do Rio Grande do Sul, eu tinha bastante relação já com o pessoal do governo (...). E na área de Extensão Rural eu sempre tinha participado das discussões, junto com, por exemplo, o Valter Bianchini, que era o Secretário da Agricultura Familiar. Então a gente já tinha uma trajetória assim de encontros, de debates, eles me conheciam. Acho que foi por isso que me convidaram. (...) Até pela experiência que a gente estava fazendo lá em Porto Alegre (Francisco Roberto Caporal, Recife, 2015).

A trajetória de Francisco Caporal demonstra uma clara afiliação entre a atuação acadêmica e de gestão pública, principalmente num período em que, desde a década de

1990 e principalmente nos anos 2000, a atividade de assistência técnica e extensão rural foi se solidificando dentro das esferas Estatais, isto porque, “todas as políticas tendem a um processo de articulação que envolve atores, projetos, instituições, marcos regulatórios, descobertas científicas e desafios postos pela sociedade” (GOMES, 2014, p. 127).

Segundo Eros Mussoi, o convite de Caporal para o MDA se deve ao capital científico, político e social que este havia aglomerado ao longo dos anos:

Porque que primeiro o Caporal foi chamado? O Caporal, nessa transição do Governo Olívio Dutra, ele ficou quatro anos como diretor técnico da Emater, então ele era o grande ideólogo da extensão, da agroecologia, junto com o Costabeber que já faleceu, mas na extensão rural ele era a grande pessoa que tinha uma noção metodológica, pedagógica, estrutural e técnica da agroecologia. No momento que o Olívio Dutra não se elege e o Lula se elege, a primeira pessoa chamada pra compor o grupo da Extensão Rural no Ministério do Desenvolvimento Agrário foi o Caporal, a gente é claro já se conhecia, já tinha convivido. Então, ele chamou algumas pessoas, eu sou chamado, eu já era técnico da Epagri e passei quatro anos lá em Brasília trabalhando nessa política nos primeiros quatro anos do Lula.

(...)

Então o Caporal é chamado por causa disso, porque ele passou a ser uma referência no Rio Grande do Sul, sem dúvidas, e nacionalmente. O Costabeber também. O Costabeber não foi pra Brasília, ficou no Rio Grande do Sul, ele estava lá participando de curso, atuando. Então, algumas outras pessoas como na Embrapa, o Carlos Canuto também, pesquisador que é uma referência. Depois apareceu a Tatiana aqui de Belém do Pará, que eu não conhecia, então são pessoas que vão aparecendo nesse momento favorável, bem favorável. Então não foi nenhum acidente, foi um jogo de casualidade, digamos assim (Eros Mussoi, Belém, 2015).

Graças ao prestígio acumulado pelo Caporal, ele pôde apresentar propostas para fabricar materiais (seminários, livros e pesquisas) que fossem do seu interesse. Além disso, essa aproximação com o Governo Federal aprofundou laços previamente existentes, pois a conformação do grupo que iria trabalhar na nova extensão rural se devia ao interconhecimento da “Armada Cordobesa”. “Em consequência, são acionados pesquisadores ou grupos de pesquisa que já tenham relações (pessoais, políticas ou acadêmicas, ou as três juntas) com tais grupos” (CARNEIRO, DELATIN e SANDRONI, 2015, p. 17). Para Eros Mussoi:

Quatro anos seguidos, o Governo Lula (...) abriu um espaço imenso na questão da extensão rural, nos leva pra Brasília eu, o Caporal – na

verdade, o Caporal foi antes, depois me convidou – uma série de pessoas, a Virgínia, que vai bem depois, são pessoas – não é jogar confete pra nós mesmos – que tiveram valor na criação de uma outra extensão rural, extensão rural agroecológica, contrariando todo aquele modelo difusionista.

Então, a partir disso, essas pessoas também chamam outros pra compor os quadros do Governo, o Ministério do Meio Ambiente, Ministério do Desenvolvimento Social, uma série de oportunidades de novas pessoas entrarem (Eros Mussoi, Belém, 2015).

Sobre estes convites, Maria Virgínia Aguiar deixa claro, mais uma vez, que mesmo sua trajetória perpassando os mesmos espaços dos outros atores aqui trabalhados, ela contém em si diferenciações:

Eu fui pra Brasília acompanhando família, meu marido foi trabalhar no Ministério do Meio Ambiente e eu pedi demissão da FASE pra eu terminar a tese porque eu não estava conseguindo conciliar as duas coisas. Apesar de que a FASE me abriu os caminhos pra eu encontrar a comunidade que eu mergulhei, mas eu não dava conta. E aí eu pedi demissão, fui terminar minha tese. Fiquei em Brasília um tempo, só escrevendo. E eu convivia com esse circuito do pessoal do Meio Ambiente. Aí reencontrei Caporal, que ele tinha sido meu colega. Encontrava com ele assim, socialmente, não encontrava a trabalho.

E aí, lá em Brasília tem essa dinâmica dos Editais de Consultoria. Então, logo que eu terminei a tese, ainda que eu não tinha defendido ainda, apareceu um dos editais lá do MDA e uma amiga de Mato Grosso que me mandou, da FASE, circulou por e-mail e falou “olha, você está aí, disponível, quem sabe te interessa”. Eu vi que era pra trabalhar com a Política de Ater e eu não tinha exatamente o perfil porque eu não estava acompanhando, eu não estava muito familiarizada com a política, mas na entrevista – porque eu sabia minimamente o que estava acontecendo – eles me selecionaram, tinha currículo e como eu estava lá, pude fazer a seleção presencial, porque lá também tinha esse esquema de fazer a entrevista por telefone, porque eram consultores a nível nacional.

Aí eu tive a sorte de trabalhar justamente na coordenação do Caporal, que eu já conhecia. (...) E foi um mergulho profundo pra entender o que significava a construção da PNATER na época, foi em 2006 que eu fui pra lá (Maria Virgínia Aguiar, Recife, 2015).

Da participação da comunidade acadêmica no encaminhamento das políticas públicas em direção a uma perspectiva de justiça social, podemos citar, como um exemplo concreto, a aproximação teórico-metodológica da Pnater com os textos de Francisco Roberto Caporal e José Antônio Costabeber, principalmente no artigo de Caporal (2003) intitulado “Bases para uma nova ATER pública”. Fruto de uma construção coletiva, se estabelece um nó entrelaçando pesquisa científica e formulação de políticas públicas. Neste artigo, Caporal defende que

as novas exigências da sociedade e os papéis que deve assumir o Estado diante do desafio de apoiar estratégias de desenvolvimento sustentável passaram a exigir uma nova Assistência Técnica e Extensão Rural - Ater. Partindo da crítica aos resultados da Revolução Verde e ao modelo de extensão rural baseada no difusionismo, chegou-se à conclusão que cabe aos aparelhos de estado contribuir para a construção de outros estilos de desenvolvimento rural e de agricultura que permitam assegurar melhores condições de vida para a população rural e urbana. Os cenários atuais indicam que as ações dos serviços públicos de extensão rural (de entidades vinculadas ou não ao Estado) devem ser pautadas pelo uso de metodologias participativas e os agentes externos devem desempenhar um papel de facilitadores de processos de desenvolvimento rural.

(...)

Ao contrário da prática convencional, estruturada para transferir pacotes tecnológicos, a nova Ater pública requer uma ação que parta do conhecimento e análise dos agroecossistemas e que proponha alternativas baseadas em princípios que aproximem a Agronomia da Ecologia com base em um enfoque holístico e sistêmico. A introdução do conceito de Extensão Rural Agroecológica e as mudanças institucionais sugeridas neste artigo pretendem constituir-se em uma contribuição para a nova Extensão Rural pública que deve estabelecer novo tipo de compromisso com os seus beneficiários e com os resultados socioambientais de sua intervenção (CAPORAL, 2003, p. 1).

Assim, este autor procura “discutir as atuais orientações de política para a Extensão Rural” e “resgatar sua importância como instrumento necessário para o fortalecimento da agricultura familiar”, tomando como modelo as experiências do Rio Grande do Sul, onde trabalhou na Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/RS) desde o ano de 1975. Ele acredita que o Estado deva atuar “de forma decisiva, provendo serviços de assistência técnica e extensão rural, públicos e gratuitos, à agricultura familiar dos países em desenvolvimento” (CAPORAL, 2002, p. 1). Maria Virgínia Aguiar realça a presença emblemática do Caporal neste processo:

Quando o Caporal e o Costabeber voltam eles ocuparam o poder. O PT ganhou, eles foram pra direção da Emater e instituíram seminários. Acho que os seminários já aconteciam, os Seminários Estaduais de Agroecologia. Eles criaram a ABA depois, em função dessa articulação que eles faziam e como eram seminários internacionais, eles conseguiam mobilizar pessoas do Brasil inteiro. Eu lembro quando eu estava lá no interior do Mato Grosso, o pessoal já estava falando “nossa, tem um grupo interessante que tá puxando uma discussão forte lá no Sul” com relação a isso (Maria Virgínia Aguiar, Recife, 2015).

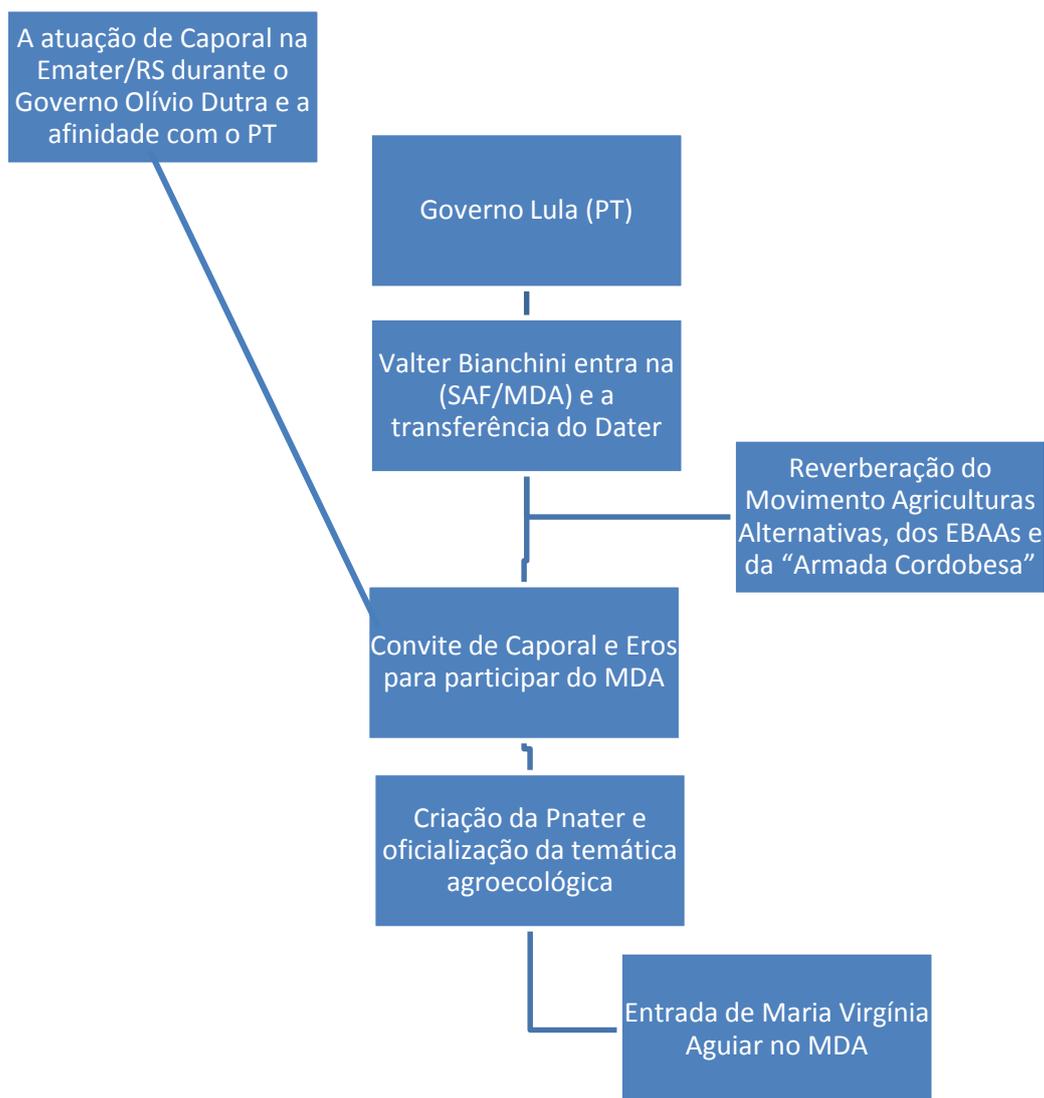
Sobre a aproximação da Pnater com seus escritos, Caporal aponta para a inter-relação entre a produção científica, os canais que elas circulam e a sua validação através do reconhecimento dos seus pares, realizada, muitas vezes, com o auxílio do contato pessoal e com a conformação de grupos:

O que aconteceu foi um pouco essa trajetória, porque como a gente foi de uma época em que a gente produziu muito, escrevemos muita coisa, o Costabeber e eu juntos lá em Porto Alegre, até porque a gente viajava muito junto, então durante a viagem a gente ia construindo os textos. A gente também ficou tendo relação com muita gente por causa dos Seminários. Então muita gente ia pra Porto Alegre, e como a gente coordenava os Seminários lá, tivemos relação com muita gente. E aí a gente distribuía os textos, era tudo grátis, tudo acessível pra todo mundo. Então, acho que um pouco por aí, o pessoal teve acesso (Francisco Roberto Caporal, Recife, 2015).

Essa fala nos permite afirmar que a circulação e consagração de trabalhos dependem das posições ocupadas dos cientistas (BOURDIEU, 2004b). Assim, a legitimidade alcançada por Caporal neste campo abriu espaço para a possibilidade de assimilação das informações por outros atores sociais como parte de uma translação mais ampla do conhecimento “seja no meio acadêmico (em congressos acadêmicos, por exemplo) seja em outros setores governamentais (nos seminários e oficinas organizadas pelos ministérios)” (CARNEIRO, DELATIN e SANDRONI, 2015, p. 15).

Depois, quando eu estava lá, a gente publicou um livro também, reunindo vários textos, que também teve distribuição gratuita, então a gente criou esse outro caminho de contato com as pessoas através da bibliografia (Francisco Roberto Caporal, Recife, 2015).

O ajuste dessa rede se orienta por relações pessoais ou de conhecimento anterior, apoiando em sentimento de confiança e proximidade resultante de um convívio acadêmico prévio. Tal confiança é renovada a cada trabalho conjunto, atribuindo certa inércia na rede em torno de uma teoria científica. Vemos então a importância das relações pessoais para a elaboração de um conhecimento que seja realmente útil a um determinado grupo. Esse tipo de relação é, em si, um investimento político (CARNEIRO, DELATIN e SANDRONI, 2015).

FIGURA 14: A trajetória da Ater Agroecológica

Fonte: Próprio autor. Jonatta S. Paulino (2017)

Segundo Caporal (2007) a Extensão Rural Agroecológica pode ser definida como:

Um processo de intervenção de caráter educativo e transformador, baseado em metodologias de investigação-ação participante, que permitam o desenvolvimento de uma prática social mediante a qual os sujeitos do processo buscam a construção e sistematização de conhecimentos que os leve a incidir conscientemente sobre a realidade, com o objeto de alcançar um modelo de desenvolvimento socialmente equitativo e ambientalmente sustentável, adotando os princípios teóricos da Agroecologia como critério para o desenvolvimento e seleção das soluções mais adequadas e compatíveis com as condições específicas de

cada agroecossistema e do sistema cultural das pessoas implicadas em seu manejo (CAPORAL, 2007, p.64).

Assim, a Pnater agroecológica se posiciona no mundo como um processo de fortalecimento das políticas públicas para a agricultura familiar consolidadas com o Pronaf e que não se caracterizam enquanto simples iniciativas do próprio Estado, mas da pressão de atores sobre ele. Deste modo,

A mobilização em torno da elaboração de políticas específicas para a agricultura familiar começa no Governo Itamar Franco com as grandes marchas, a ocupação da Sudene, em 1993. Foi um movimento social que realmente puxou a elaboração da política para Agricultura Familiar que foi fortalecida durante o Governo Lula, embora teve a novidade importante das compras públicas. Mas o que foi fortalecido durante o Governo Lula foi o orçamento do Pronaf, quer dizer, a modalidade de uma Agricultura Familiar integrada a tecnologias modernas, ao mercado de *commodities*. Paralelamente, foi também toda uma luta do movimento social da sociedade civil da agroecologia para fazer reconhecer algumas medidas de experimentação dos primeiros instrumentos dentro do MDA e depois a elaboração da PNAPO. Mas foi, nos dois casos, um resultado do movimento social, não teve nenhuma inspiração de Governo, Estado, quer dizer “vamos fazer uma política para a agroecologia” (Eric Sabourin, Belém, 2015).

A Pnater funciona a partir de contratos administrativos executados em chamadas públicas registradas no SIATER (Sistema Informatizado de Ater). Um aspecto relevante da Pnater é a sua concepção pedagógica, que “propõe uma nova forma de relação entre o extensionista e o agricultor baseada na horizontalidade. Essa relação foi sistematizada em um documento produzido pelo MDA (2010)” (BOSETTI, 2015, p. 12) e tem como princípio a concepção dialética e interacionista de aprendizagem.

Do ponto de vista operacional, a PNATER foi pensada num formato público-privado. O Estado, através do MDA contrata empresas privadas que, por sua vez, contrata os profissionais que tem a missão de trabalhar junto com os agricultores. Esses são os atores que vão colocar em prática a política pública pensada anteriormente tanto por agentes estatais quanto por representantes dos grupos sociopolíticos. Nesse momento da política pública, o desafio fundamental é a criação de uma concertação de interesses entre esses diferentes agentes, isto é, entre os profissionais que vão executar a política e os próprios agricultores em relação aos objetivos traçados por cada um e da própria política pública (BOSETTI, 2015, p. 12).

Essa nova concepção de extensão rural é bastante inspirada nos dizeres de Paulo Freire, que analisa a relação entre o técnico agrônomo e o camponês, procurando ir além

das ações que tratam os atores do campo como simples alvos de projetos desenvolvimentistas unilaterais e dominadores. Para Freire (1983), o conhecimento não é recebido de baixo pra cima de forma passiva. Se assim fosse, ocorreria uma invasão cultural, negando ao homem, um sujeito transformador do mundo, a ação e a reflexão. O conhecimento requer a transformação da realidade. Assim, o agrônomo educador não pode provocar transformações no *locus* sem conhecer a visão de mundo dos camponeses¹³⁰ e com eles aprender.

Não se trata de estender, mas de conscientizar para que os indivíduos se apropriem criticamente da posição que ocupam. Um trabalho indispensável para ativar a capacidade intrínseca transformadora que o ser humano possui, indo além da estrutura fundiária hierarquizante, que trata o camponês como inferior e ser somente obediente, condicionando-os a uma postura de pouca reflexão lúcida.

O trabalho do agrônomo educador não deve se limitar à técnica, pois é impossível substituir as técnicas sem repercutir em outras dimensões da vida do agricultor. Não são apenas as técnicas, mas as a conjunção dos homens com instrumentos que transformam a sociedade. Este pensador também evoca a necessidade da Reforma Agrária em parceria com a educação transformadora no campo:

a visão crítica, respondendo aos desafios que o próprio processo da reforma agrária provoca, desenvolve um grande esforço de capacitação de pessoal especializado para seus trabalhos específicos, sem cair, contudo, em especialismos. (...) Uma concepção crítica da reforma agrária, que sublinha a mudança cultural, que reconhece a necessidade da mudança da percepção, abre um campo de trabalho altamente fecundo ao agrônomo-educador (FREIRE, 1983, p. 41).

Apointa-se a necessidade de uma nova formação para o agrônomo educador, que deverá trabalhar para a transformação cultural com base no conhecimento popular. “Neste humanismo científico (que nem por isto deixa de ser amoroso) deve estar apoiada a ação comunicativa do agrônomo-educador” (FREIRE, 1983, p. 50). A “falsa” educação faz com que os técnicos funcionem como meros repetidores dos textos lidos, constituindo uma espécie de assistencialismo educativo não-transformador: rígido, dogmático e autoritário. O conteúdo da educação dialógica não deve ser escolhido isoladamente, tem que ser pensado no contato do técnico com o agricultor, a partir dos conhecimentos e demandas e necessidades do agricultor.

¹³⁰ Categoria utilizada pelo próprio Freire (1983).

Os conhecimentos dos agricultores implicam numa pesquisa prévia, onde esses saberes são captados num quadro científico e devolvidos como temas problemáticos, daí a necessidade de uma metodologia dialógico-problematizadora e conscientizadora. Desta forma, “a assistência técnica, que é indispensável, qualquer que seja o seu domínio, só é válida na medida em que o seu programa, nascendo da pesquisa do ‘tema gerador’ do povo, vá mais além do puro treinamento técnico” (FREIRE, 1983, p. 61).

Segundo Gerhardt (2014), um aspecto se destaca nos textos escritos sobre Ater de 2003 a 2009, que é o tom reprovador ao trabalho anterior das agências de extensão, de forma a diferenciá-los do trabalho pretérito e reforçar o caráter inovador da “Nova Ater”, criticando o tipo de prática adotada a partir dos anos 1970 e os efeitos da Revolução Verde e dos pacotes tecnológicos como algo inaceitável realizado pela antiga Embrater, pelas Emater e seus extensionistas.

A explicitação desses efeitos negativos serve para gerar um discurso salvacionista, proposto de forma dual entre a antiga extensão e a nova, a mais benéfica. Desconstrói-se o anterior para construir positivamente o atual, o que gerou um senso comum entre os técnicos e especialistas, legitimando o novo rumo e orientação de trabalho. O pensamento de ruptura radical com o passado, ou da ideia que se tem dele apresenta um misto de análise acadêmica e programa de ação a partir do contraste novo/velho, de forma a mixar análise e engajamento para romper com as práticas expostas como errôneas do passado, focando no futuro (BRAGA e SANTANA, 2009).

As bases conceituais da nova orientação podem ser sintetizadas em sete aspectos: ser participativo, multidisciplinar, dialógico, construtivista, holístico, sistêmico, democrático e agroecológico (GERHARDT, 2014). Estas sete bases conceituais servem como método de solução para múltiplos problemas e não são questionadas a não ser em situações específicas de disputas de poder, conformando uma Caixa-Preta, isto é, um conjunto de princípios científicos sobre os quais não se debate.

O padrão argumentativo binário também se baseia na contraposição entre a agricultura ecológica *versus* a agricultura convencional. Esse jogo discursivo remete as possibilidades de elaboração de políticas específicas que estejam de acordo com o modo de visão dos técnicos relacionados com a Nova Ater.

O texto, antes de se propor soluções, diagnostica erros cometidos para contrastar uma visão futura, focada na transição que sensibiliza “um seletor público destinatário da referida mensagem” (GERHARDT, 2014, p. 17), positivada pelo uso corrente da

expressão “sucesso da Nova Ater”, o que obscurece a possibilidade de diagnosticar os possíveis insucessos.

A nova Ater pública deve atuar adotando um enfoque holístico (...), abordagem sistêmica (...), abordagem multidisciplinar e interdisciplinar, estimulando a adoção de novos enfoques metodológicos participativos e um paradigma tecnológico baseado nos princípios da Agroecologia (...); a intervenção dos agentes de Ater deve ocorrer de forma democrática, adotando metodologias participativas, sendo a intervenção dos agentes de Ater (...) exercida mediante uma relação dialética e dialógica com os agricultores (BRASIL, 2004 apud GERHARDT, 2014, p. 18).

Tanto na Pnater quanto nos textos de apoio escritos pelos extensionistas relacionados, vê-se uma circularidade discursiva, um padrão textual pra legitimação do trabalho atual, de suas trajetórias, carreiras, ações práticas e escritos. Tem-se

conjuntos de significantes que estruturam a matriz simbólica de um sistema de pensamento/ação. Se o primeiro indica os alicerces epistemológicos, metodológicos, empíricos e pedagógicos da “Nova Ater”, ele só faz sentido quando contraposto ao outro grupo, pois, para se sustentar, precisa estar a ele referido. Dessa matriz bipolar fixa-se certas ideias-força objetivadas na forma de sete mandamentos ou virtudes (ditas “diretrizes”) – ser agroecológico, participativo, democrático, multidisciplinar, construtivista, holístico e dialógico – que, por sua vez, se opõe a outro conjunto de ideias ou pecados, ambos, porém, integrando um mesmo universo dual composto por dois mundos (-/+) invertidos” (GERHARDT, 2014, p. 19).

Esse sistema de oposições fixa princípios de visão e divisão do mundo (BOURDIEU, 1996) que delimitam o que pode ou não ser observado, planejado e executado no que se refere a práticas para o mundo rural. Assim, mesmo com as contrariedades do próprio discurso e das contraposições externas a ele, se constrói uma visão de mundo que “impõe um funcionamento ideal, mas que no final se reduz, como o mal que combate, ao dualismo simples vida-morte” (FOUCAULT, 2009 apud GERHARDT, 2014, p.19) e que institucionaliza uma política pública nacional através de mecanismos de convencimento e vigilância de caráter dual e idealizado.

Vale salientar que dentre os agroecologistas há o reconhecimento dessa dualidade, pois o próprio Caporal (2003) afirma que “na atualidade, é corrente a utilização de algumas dicotomias para o contraste entre diferentes abordagens dos programas de desenvolvimento, o que nos parece adequado quando se trata de extensão” (p. 20).

O dualismo do sistema classificatório na Pnater funciona de forma reguladora, pois posiciona e referencia a ação dos atores que participam de instâncias onde se discute políticas de extensão, dos próprios agentes de extensão e da conduta de agrônomos em geral.

Ainda que o efeito estigma produzido dependa do contexto enunciativo e da autoridade da fala do locutor, o caráter performático das expressões (significantes que condensam um imaginário coletivo incorporado) faz com que sirvam para acusar, denunciar, elogiar ou exaltar algo ou alguém. Daí seu uso corriqueiro em textos sobre extensão rural. Por outro lado, reforça-se a garantia de coerência e o poder de classificar quando se operacionalizam categorias a partir de níveis de grandeza baseados num *continuum* entre dois polos antagônicos ideais, abrindo com isto a possibilidade de “passagem” ou “transição” de um lado para outro, de uma agricultura para outra, de uma prática para outra, de uma metodologia para outra (GERHARDT, 2014, p. 22).

O efeito prático de um enunciado “reside no reconhecimento pelo outro da autoridade de quem fala e num contexto que confere inteligibilidade e propensão para se aceitar o que é dito. Se tais condições não são satisfeitas, o ato de fala fracassa e se anula” (GERHARDT, 2014, p. 22). Assim,

A grande semelhança de conteúdo e vocabulário usados na PNATER e textos de apoio resultou num forte mecanismo de legitimação, pois ambos passaram a produzir “efeitos de verdade” (FOUCAULT, 1997). Até ser publicada, a defesa da “extensão agroecológica” como política pública era mera proposição geral, desejo expresso na forma escrita. Mas, a partir daí, seu conteúdo passou então a dar credibilidade aos que defendem a “agroecologia científica”. Dois anos após lançada, Caporal e Ramos (2006), por exemplo, publicam “Política Nacional de Ater: primeiros passos de sua implementação e obstáculos e desafios a serem superados” e citam a PNATER e seu “enfoque agroecológico” como meio de referendar argumentos. Assim, ao usar e reforçar as diretrizes da PNATER, processa-se uma retro-alimentação entre publicações que defendem uma mesma profecia. Se antes os textos de apoio influenciaram a elaboração da PNATER, depois ela é que virou artefato discursivo usado na pregação da “transição à agricultura de base sustentável (GERHARDT, 2014, p. 35).

Essa aproximação entre textos científicos e a produção de políticas públicas fortalece um encontro de duas epistemologias distintas de dois grupos de atores: os cientistas e os gestores públicos. A apropriação das pesquisas em políticas, onde ocorrem negociações e adequações do conhecimento que realmente é utilizado, ocorre num idioma de co-produção. Isso significa que existe um ordenamento legítimo que

sustenta essa forma de se fazer política. Neste caso, temos um crescente emprego de um vocabulário técnico instrumental no campo da política efetuado através da mediação entre esses dois universos, não apenas traduzindo interesses e pontos de vista, mas interligando-os aos elementos e discursos da rede (CARNEIRO, DELATIN e SANDRONI, 2015).

No ano de 2010, os conceitos e princípios da Pnater foram revistos como política de Estado por meio da Lei 12.188/2010, com auxílio do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (PRONATER), com ideais focados nas metodologias participativas e enfoques multidisciplinares.

A partir da Conferência Nacional de Ater (Cnater), realizada sob a coordenação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF), foi estabelecida a coordenação da implementação da Política pelo MDA, regulando o acontecimento das Conferências de Ater a cada quatro anos. A 1ª Cnater¹³¹ ocorreu em 2012, dentre seus temas prioritários estava a criação de um plano nacional de agroecologia¹³², demonstrando um nó entre o tema da extensão rural e a necessidade de uma política pública mais geral no campo agroecológico.

Várias modificações foram realizadas com a publicação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultura Familiar e Reforma Agrária – “Lei de Ater” (BRASIL, 2010). Dentre elas, a integração com universidades, a Embrapa, as Oepas, com o Incra e com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Cnpq) (BRASIL, 2015).

Todavia, segundo os agroecologistas, a Lei da Ater de 2010 teve como marco o distanciamento dos princípios agroecológicos obtidos em 2003 com Caporal, onde o termo agroecologia foi substituído pela noção de produção sustentável, bem mais neutra e “despolitizante”. Nela, o termo sustentável

talvez esta seja a noção mais plástica incorporada ao discurso oficial sobre extensão rural, sendo uma das razões de ter sido mantida na Lei de ATER de 2010. Adjetivo com alto grau de indeterminação, seu poder de se acoplar a outras palavras transforma-o em um curinga, espécie de carta muda do jogo usada para encher, com um pouco mais de vazio, a

¹³¹ “A 1ª CNATER (de 23 a 26 de abril de 2012), unificada às proposições oriundas da 2ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidária (2ª CNDRSS), de 2013, dão o ponto de partida para as reflexões e proposições da 2ª CNATER” (BRASIL, 2015, p. 8).

¹³² A 2ª CNDRSS deu origem ao Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PNDRSS).

opacidade de sentido de noções como “desenvolvimento rural”, por exemplo, agora dito ‘sustentável’ (GERHARDT, 2014, p. 24).

A autonomia dada aos executores dos projetos dentro da Lei de Ater fez com que a aplicação da política tomasse vieses contrários a proposta inicial da Pnater, coincidindo com o período da saída de Caporal da Coordenação Geral da Ater oficial, em 2010. Segundo Caporal (2011), isso supõe um revigoramento neodesenvolvimentista em processo no país.

Assim, a política de Ater ainda não está totalmente adequadas do ponto de vista da transição agroecológica, tendo que ser repensada para escapar completamente do paradigma tecnológico e de desenvolvimento dominante (REDE ATER NE, 2014)¹³³. De acordo com a ANA/FASE (2014)¹³⁴, a Pnater não tem favorecido, efetivamente, a transição agroecológica e, quando as chamadas são executadas por instituições oficiais da Ater, estas privilegiam lotes com grande número de agricultores. Dentre os desafios levantados estão a descontinuidade e sobreposição de recursos e projetos, além de pouca adaptação a algumas particularidades regionais. Além disso, a demanda é maior do que a capacidade operativa e técnica e o acesso à Ater está condicionado à emissão da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), o que nem todos possuem.

Grande parte do público que faz parte das redes de agroecologia recebe Ater a partir de entidades não oficiais, o que significa que a Ater oficial ainda não se consolidou no cotidiano das famílias. Isso resulta no fato de que as ONGs e organizações não oficiais de assessoria não tem dado conta do conjunto de demandas e necessidades para ampliar a agroecologia. Enquanto em alguns lugares se tem déficit de atendimento da Ater, em outro tem sobreposição¹³⁵, havendo famílias que recebem atenção de entidades com metodologias diferentes e contraditórias.

¹³³ A Rede ATER Nordeste é uma articulação de entidades que visa contribuir no processo de transição agroecológica e na convivência com o semiárido. Nasceu no final de 2003, motivada por ONGs e movimentos sociais, criticando o modelo de extensão rural convencional, procurando intervir na construção da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. A gestão de programas está diretamente relacionada à Articulação do Semiárido (ASA).

¹³⁴ Documento organizado por Maria Emilia Lisboa Pacheco, Vanessa Schottz e Daniela Oliveira. Organizações que compõem o Projeto: Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá (PE); Centro Viane de Educação Popular (SC); Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata/CTA-ZM (MG); Centro de Tecnologias Alternativas e Populares/CETAP (RS); Instituto de Permacultura e Ecovilas da Mata Atlântica/IPEMA (SP); Terra Viva – Centro de Desenvolvimento Agroecológico do Extremo Sul da Bahia (BA); Rede ATER Nordeste; e Serviço de Assessoria à Organizações Populares Rurais/SASOP (BA).

¹³⁵ “No caso de alguns territórios da Rede Nordeste são várias as instituições, concepções e práticas de assistência técnica.

As entidades também afirmam que as chamadas públicas estabelecem uma relação de prestação de serviço e não de parceria, onde o governo paga pelo serviço oferecido no sistema de reembolso, o que desfavorece os processos acumulados pelas organizações da sociedade civil.

No mais, foi sancionado em dezembro de 2013, pela presidente Dilma Rousseff, o projeto de lei que cria a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER),

projeto de lei que cria a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater), instituição que tem como principal objetivo qualificar e ampliar os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) no Brasil. “A articulação entre a Assistência Técnica e Extensão Rural e a pesquisa agropecuária promoverá o aumento da produtividade e da renda dos agricultores familiares, além de facilitar o acesso às políticas públicas”

(...)

A Agência funcionará como um serviço social autônomo, com personalidade jurídica de direito privado. Será composta por um conselho administrativo formado pelos presidentes da Anater e da Embrapa, além de representantes do Poder Executivo e de quatro entidades de produtores rurais¹³⁶.

A Anater constitui um sistema integrado de desenvolvimento tecnológico e extensão, juntamente com a Embrapa e com o apoio do CNPq, por meio do financiamento dos grupos de pesquisa de universidades que se dediquem ao assunto, conectando projetos e redes no território nacional de acordo com os princípios do Planapo.

Observa-se também o aperfeiçoamento na formação de extensionistas do DATER por meio de cursos de especialização, mini-cursos, seminários e parcerias com Instituições de Ensino Superior. A partir de 2013, passaram a existir as Chamada de Ater Agroecológica, que incluem demandas das organizações da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA). Agora, as chamadas de Ater, que antes eram de um ano (o que não condizia com os ideais de continuidade do trabalho agroecológico), passaram a durar três anos, tendo a inclusão da participação de mulheres (devendo ser 50% do público com 30% dos recursos destinados a elas) (BRASIL, 2015).

¹³⁶ Trecho retirado da matéria intitulada “Dilma sanciona projeto de criação da Assistência Técnica e Extensão Rural”, publicada em 12 de dezembro de 2013. Disponível no link: http://www.agrolink.com.br/culturas/milho/noticia/dilma-sanciona-projeto-de-criacao-da-assistencia-tecnica-e-extensao-rural_188769.html . Acessado em: 29 de setembro de 2014.

Entretanto, o entrevistado José Wizniewsky deixou claro seu descontentamento com o rumo mais recente tomado pela assistência técnica e extensão rural oficial que, sem a presença dos colegas “Armada Cordobesa”, perde seu caráter fortemente agroecológico:

Eu acho que, infelizmente, o pessoal, a maioria, se desiludiu um pouco com a política do anúncio da criação da Anater, que seria uma ideia de retomar a Embrater lá dos anos 1970 e 1980, mas numa perspectiva não difusionista. E infelizmente, no lançamento, afastou muita gente. Tanto que o próprio Caporal era do MDA e agora se deu uma afastada, um forte crítico dessas políticas, no sentido que, segundo ele, estão esvaziando a perspectiva agroecológica quando confunde produção orgânica com agroecologia. Não tem nada a ver uma coisa com a outra e foi meio que misturado na lei as duas coisas.

Todo mundo esperava que fosse uma conquista, “vamos reestruturar o Sistema Brasileiro de Extensão Rural”. No dia que ela foi vinculada a Anater com a Embrapa, uma difusão da tecnologia, é quase que, digamos assim, uma recuperação do que foi lá na criação da própria Embrapa e da Embrater quando se criou o tripé, da história do Crédito Rural, a Embrater pra entender e a Embrapa pra abrir os pacotes tecnológicos ou fazer ciência, pesquisa aplicada (José Geraldo Wizniewsky, João Pessoa, 2015).

FIGURA 15: O esvaziamento da perspectiva agroecológica na Ater oficial



Mesmo com as controvérsias neste campo, o conhecimento agroecológico é cada vez mais exigido em “editais de concursos públicos das empresas estaduais e dos prestadores de serviços da ATER” (AZEVEDO, 2011, p. 175), como resultado do processo de institucionalização da agroecologia e movimento necessário para sua continuidade.

Assumindo este como um processo exemplar da forma que a produção científica e os próprios cientistas podem intervir nos rumos das políticas sociais, fica evidente que, a partir dos anos 2000, apesar dos entraves, a agroecologia passa a fazer parte de grandes “estratégias governamentais e dos programas de incentivo à produção agropecuária, assim como dos programas de ensino, pesquisa e extensão rural” (CAPORAL, 2011, p. 109).

Os núcleos de agroecologia

No ano de 2007 se concretiza outra importante ação do Dater: a construção, em parceria com o CNPq, dos Editais de pesquisa em interface com a extensão rural¹³⁷. Como avanço desse processo, em 2010 foi lançado outro Edital¹³⁸, onde constava a criação e consolidação de Núcleos de Agroecologia nas instituições de ensino, com o intuito de qualificar a formação de alunos, técnicos extensionistas e professores, o que permitiu o surgimento de 100 núcleos de agroecologia em todo o país.

Os editais de projeto de extensão lançados em especial pelo Ministério da Educação (MEC), mas em parceria com outros ministérios, entre eles o MDA, passaram, desde 2010, a contemplar linhas de Agroecologia. Em 2010, o MEC, o Mapa e o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) lançaram carta-convite para selecionar 30 projetos de implantação e consolidação de núcleos de estudo em Agroecologia de instituições federais de educação profissional e escolas técnicas vinculadas a universidades que oferecessem cursos na área de Ciências Agrárias (PADULA, CARDOSO, FERRARI e DAL SOGLIO, 2013, p. 61).

¹³⁷ O primeiro deles objetivava apoiar projetos da agricultura familiar, mas abria a possibilidade de financiamento de trabalhos desenvolvidos no âmbito da agroecologia (Edital MCT/CNPq/MDA/MDS nº 36/2007). A esse, seguiu-se o Edital MCT/CNPq/MDA/SAF/Dater nº 33/2009, com uma linha específica sobre Agroecologia (PADULA, CARDOSO, FERRARI e DAL SOGLIO, 2013, p. 60).

¹³⁸ MDA/SAF/CNPq nº 58/2010.

A criação dos Núcleos de agroecologia remota a época que o grupo de Caporal ocupava o MDA, conformando mais um nó entre políticas públicas e um certo grupo de cientistas. Vejamos o seu depoimento sobre isso:

Iniciamos o apoio à criação dos Núcleos de Agroecologia nas Universidades. Foi o primeiro edital do Cnpq que a gente fez, ainda quando eu estava lá, que também tinha o foco na agroecologia. Aí foram apoiados pelo Edital do Cnpq/MDA em torno de quarenta núcleos. E na mesma época teve um outro edital do MEC que também apoiou um número importante de núcleos. Não me lembro agora se vinte ou trinta núcleos. (...) Financiado pelo Cnpq. O MDA repassa o dinheiro pro Cnpq. Dinheiro orçamentário do MDA operacionalizado pelo Cnpq, nas normas do Cnpq (Francisco Roberto Caporal, Recife, 2015).

Fazendo parte desse circuito de promoção de políticas em agroecologia, especificamente sobre os Núcleos de Agroecologia, também se encontra o Valter Bianchini, um ator que não fez parte da “Armada Cordobesa” mas que a ela se conectou naquele momento, avigorando mais um nó nesta vasta rede:

Nós criamos um incentivo grande: a Política de Ater em Agroecologia. Foram feitos dezenas de chamadas. Hoje a gente tem uma rede importante de Ater. Criamos no Cnpq um programa envolvendo as universidades pra centros de pesquisa e extensão. A ideia era universalizar. Criou-se uma rede importante na Embrapa e nas OEPAS. Então hoje há uma articulação grande (Valter Bianchini, João Pessoa, 2015).

Como consequência desse esforço coletivo, temos o Núcleo de Agroecologia e Campesinato (NAC) da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE - Campus de Recife), onde fiz parte da minha pesquisa. Maria Virgínia, que fez parte da consolidação desse grupo, deu sua contribuição:

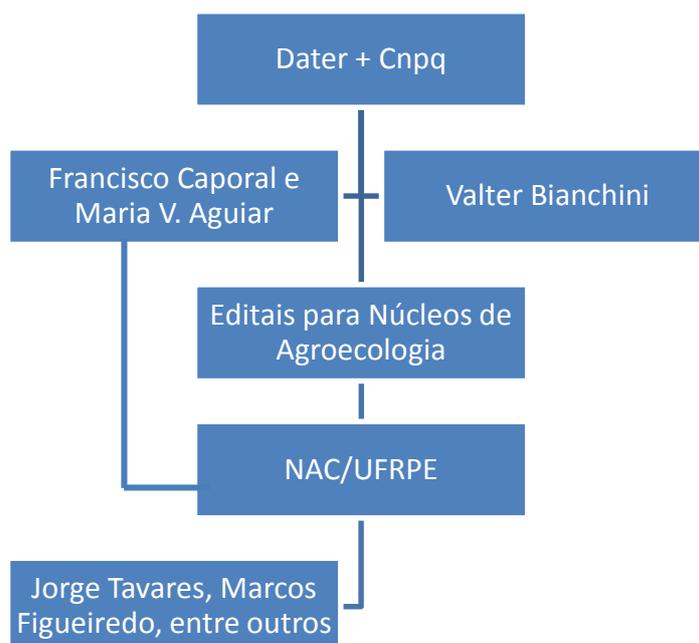
É uma coisa que tem a ver com o avanço da política pública dentro da universidade, como que a política tem estimulado o crescimento dessa discussão dentro da universidade. Então, quando a gente estava lá no MDA, nós fomos protagonistas de políticas importantes de incentivo, para que o tema da agroecologia fosse mais formalmente trabalhado dentro das universidades. Então, eu não sei exatamente em que ano (...), mas foram lançados os editais de construção dos Núcleos de Agroecologia, de formalização dos núcleos, ainda quando eu estava lá. O primeiro edital que saiu eu estava lá. E depois, quando eu vim para cá, nós fomos beneficiários também dessa política no segundo Edital que teve, o NAC apresentou um projeto e foi aprovado. Mas já existia aqui um grupo de professores, que era, especialmente, o Professor Jorge Tavares, o Marcos Figueiredo, depois mais recentemente o Nunes, José

Nunes e também na época o Paulo Diniz, que acabou que foi embora pra Paraíba, que ele era de outra área também, ele é das Ciências Sociais. Então esse grupo já vinha trabalhando de forma articulada, o que seria a semente do NAC, depois aí a gente formalizou. Quando chegamos aqui, o grupo ficou maior. Esse grupo se consolidou e se formou, aliás, foi se consolidando a ponto de se formalizar enquanto grupo aqui na universidade (Maria Virgínia Aguiar, Recife, 2015).

Este depoimento aponta para o processo de construção do NAC, que tem seus pilares num aliança de colegas professores já existente na universidade, cuja mentalidade aponta numa direção semelhante e que é formalizado através das conquistas políticas da “Armada Cordobesa” em Brasília. Os participantes deste grupo, ao sair do MDA, se beneficiariam dessa mesma construção política, como no caso de Caporal, que fizeram concurso para a UFRPE e ingressaram no NAC graças à aproximação de ideais comportada por essa rede de interconhecimento. Nas palavras de Caporal:

Eu fiz concurso aqui, vim embora e me integrei no Núcleo, porque eu já conhecia o pessoal daqui, muitos já tinham feito também doutorado lá em de Córdoba na Espanha. O Professor Jorge Tavares, o Professor Marcos Figueiredo fizeram lá, a Professora Virgínia também esteve lá. Daí me integrei no Núcleo aqui, que eu já me sentia em casa, tinha todos os amigos e seguimos trabalhando nessa área (Francisco Roberto Caporal, Recife, 2015).

FIGURA 16: A “Armada Cordobesa” e os Núcleos de Agroecologia



Fonte: Próprio autor. Jonatta S. Paulino (2017)

Uma das ações previstas no Planapo (política esta que nos debruçaremos mais a frente) de grande impacto na agroecologia e que também perpassam as responsabilidades da Embrapa é a continuação da criação dos Núcleos de Agroecologia enquanto desembocadura das ações em agroecologia consolidadas nos anos anteriores, como exposto por uma das minhas entrevistadas, a Tatiana Deane de Abreu Sá:

Eu acho que dentro do Planapo, a coisa mais forte que tem acontecido é o incentivo a criação de Núcleos. (...) O Planapo trazia esse caminho da abertura de editais para criação e manutenção de núcleos de agroecologia. O primeiro passo foi, principalmente, em instituições de ensino onde existe um suporte para instituições, universidades, institutos federais e até para alguns outros tipos de instituições, até particulares, por exemplo (...). E os outros programas que são importantes, o PNAE e o PAA, com certeza (Tatiana Deane de Abreu Sá, 2016).

“Ainda que a primeira chamada de projetos MDA/CNPq a serem liderados por instituições de pesquisa só tenha sido lançada no final de 2014” a Embrapa “se engajou, desde 2012, em iniciativas de criação de núcleos de agroecologia em instituições de ensino superior”. Com a Chamada do ano de 2014¹³⁹, “voltada principalmente para instituições de pesquisa agrícola, a Embrapa aprovou 10 projetos para estruturação de Núcleos de Agroecologia” (SÁ, MELO JÚNIOR e BUENO, 2014, p. 8).

Por fim, no Brasil, o desenvolvimento das instituições de ensino superior também se deve ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), existente de 2003 a 2012, que permitiu expansão física, acadêmica e pedagógica da rede federal de educação¹⁴⁰.

O Pronaf e a agroecologia

Dentre os investimentos para a projeção da categoria socioeconômica “agricultor familiar” a partir de certos aparatos institucionais, foi criado no Plano de Safra¹⁴¹ 2003/2004 o

¹³⁹ MDA/CNPq nº 38/2014.

¹⁴⁰ Informação obtida no endereço eletrônico: < <http://reuni.mec.gov.br/o-que-e-o-reuni> > . Acessado em: 14 de setembro de 2016.

¹⁴¹ “O Plano é um instrumento que organiza as políticas econômicas e sociais do Governo Federal voltadas à cadeia produtiva da pesca e aquicultura, com o objetivo de ampliar a efetividade das ações governamentais e o desenvolvimento sustentável por meio de medidas de estímulo à competitividade e ao empreendedorismo”. Informação obtida no endereço eletrônico:

Pronaf Agroecologia: destinado a agricultores familiares beneficiários dos Grupos C e D. Nas operações de investimento poderão acessar 50% do limite dos seus respectivos grupos, quando destinados à produção agroecológica (certificado sob as normas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento). Agricultores do Grupo C, em operações de custeio, também se beneficiarão do sobreteto de 50%, quando apresentarem projetos em transição para a agroecologia ou estiverem produzindo na atividade agroecológica. (NEVES, 2007, p. 241)

Para ter acesso à política, é necessário que os agricultores possuam a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) e apresentem um projeto técnico para o seu sistema produtivo. Tal projeto é elaborado pelo técnico de Ater quando este é procurado por um agricultor ou associação. Após a elaboração, o agricultor entrega o projeto ao agente financeiro, mediante protocolo, que analisa e libera ou não os recursos. Ou seja, os créditos para o Pronaf Agroecologia só acontecem quando contam com a participação de um técnico de Ater, pois ele concretiza a ação com sua participação, assinatura e acompanhamento. No mais, essa vertente do Pronaf representa um salto nas políticas públicas voltadas ao campo agroecológico enquanto uma fonte de recurso para a agricultura familiar ecológica.

No geral, o Pronaf não apenas possibilita o acesso aos recursos do próprio programa. Nos casos dos Programa de Aquisição de Alimentos e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PAA e PNAE), a iniciativa articula prefeituras e governos estaduais junto a organização e produção das associações e cooperativas familiares e, na questão ambiental, foi fundamental para a criação do Cadastro Ambiental Rural (CAR), permitindo a adequação ambiental das unidades produtivas familiares para que continuassem a acessar políticas públicas (BRASIL, 2015).

Então, com o Pronaf foi se criando uma série de lutas diferenciadas pra atender parte dessa grande diferenciação regional e dessa própria agricultura familiar que se criou um conjunto de políticas, principalmente a partir de 2003. Programas como o PAA, de compra institucional; em 2004, a criação de um seguro da agricultura familiar; a própria Política Nacional de Ater. Então foi criado uma série de políticas complementares que deram ao Pronaf hoje uma referência importante não só no Brasil, mas em todo o mundo (Valter Bianchini, João Pessoa, 2015).

Entretanto, o Pronaf ainda não tem força o suficiente para estimular a transição agroecológica em todas as regiões e territórios, isto porque, segundo os agroecologistas, foca numa lógica produtiva pautada na especialização e na incorporação de pacotes tecnológicos prontos (REDE ATER NE, 2014) e não em metodologias participativas e no aprendizado coletivo de princípios da agroecologia.

Graças a fatores como as dificuldades burocráticas e suas rigorosas regras de participação, o programa beneficiou, sobretudo, agricultores familiares mais capitalizados e melhor articulados com a rede bancária, especialmente nos estados do Sul do País¹⁴². Este menor impacto nas regiões Norte e Nordeste fez com que o governo Lula diversificasse as modalidades de crédito (jovens, mulheres, semi-árido, floresta, agroecologia, transformação dos produtos, etc.). Mesmo assim, para os agroecologistas, ainda se trata de um incentivo a produção capitalista.

Mesmo que o Pronaf Agroecologia não possua grande capacidade transformadora, é inegável a ação englobante e estruturante de políticas públicas que o Pronaf traz consigo e o fato de que sua construção se realiza com uma participação ativa de cientistas comprometidos com os processos e dinâmicas do mundo rural, como no caso do Valter Bianchini, que foi responsável pela gestão do Pronaf no Governo Lula. Em duas palavras:

Nós tivemos, na criação do Pronaf, dois atores importantes. De um lado, quando eu ainda ajudava a coordenar no MDA, um grupo importante de pesquisadores e a academia também teve um papel num conjunto de normas. O próprio movimento sindical, a Contag, a Fetraf¹⁴³, fora um conjunto de trabalho que mostrava que nesses anos 1990, a necessidade importante de se criar uma linha diferenciada de investimento pra restituir a agricultura familiar num momento complicado de recessão e um conjunto de vários problemas que tiveram na época.

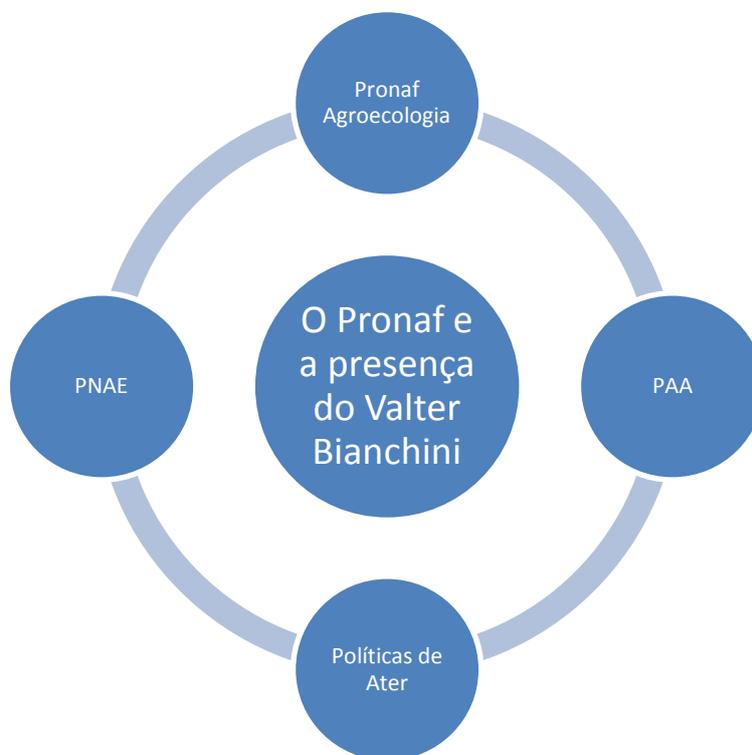
Tal união, de elaboração importante de estudos e uma forte participação dos movimentos sociais que tinham um vínculo com a terra permitiu que começasse a se estruturar um arranjo institucional importante em que elaborações da academia, participação ativa dos movimentos sociais e uma sensibilidade de um conjunto de executores que se criasse um programa como o Pronaf que evoluiu numa rede importante nas duas gestões do Governo FHC e partir de 2003 e, com forte apoio do Governo Lula e, nós pudemos não só implementar o Pronaf como linha de crédito, mas também criar uma linha de políticas complementares importantes (Valter Bianchini, João Pessoa, 2015).

¹⁴² Vale salientar que muitas leituras da agricultura familiar são parciais, estando limitadas aos estados do Sul do Brasil (SABOURIN, 2007).

¹⁴³ Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar.

A participação da ciência na formulação de políticas públicas não está apenas na contribuição de informações técnicas, mas na própria forma de se fazer política, pois a democracia moderna se baseia na valorização da racionalidade, onde ciência e política se coproduzem e influenciam mutuamente. Também podemos afirmar que demandas políticas de setores da sociedade podem se transformar em motivações de pesquisa, diluindo as fronteiras da academia, através de uma militância ou participação política, havendo uma adaptação da epistemologia científica às demandas da sociedade e para as políticas públicas (CARNEIRO, DELATIN e SANDRONI, 2015).

FIGURA 17: As articulações do Pronaf



Fonte: Próprio autor. Jonatta S. Paulino (2017)

No entanto, essa articulação para conformação de políticas não ocorre de maneira harmoniosa, o que acontece são disputas entre diferentes projetos com intuítos específicos em torno dos ministérios do Governo Federal. A partir do Governo Lula, a arena dessas lutas se configura com a repartição dos cargos e da distribuição dos ministérios, onde, de um lado, temos um espaço mais voltado para grandes proprietários, exportadores de álcool, açúcar e bovinos e, do outro, o ministério responsável pela agricultura familiar, que contém em si suas próprias controvérsias:

As três secretarias do MDA confiadas ao Partido dos Trabalhadores foram repartidas entre responsáveis e equipes vindos dos movimentos e organizações sindicais e profissionais, concorrentes entre elas ou ligadas a correntes diferentes do PT: a SRA à CONTAG, a SAF à Federação dos Trabalhadores da Agricultura (Fetraf), o Inbra ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e a SDT às cooperativas da agricultura familiar. Mesmo se o acesso à gestão das políticas públicas de quadros vindos dos movimentos sociais constitui uma tentação, esse tipo de repartição apresenta limitações. Primeiro, pode-se discutir se isso permite ao governo federal assegurar a condição de uma política pública de maneira neutra ou se deixa margem para negociar em situação de arbitragem e de garantia de princípios e prioridades. Segundo, o mais preocupante é o aparecimento de vieses corporativistas na medida em que esses movimentos estão em concorrência para constituir suas bases sociais e para mobilizar mais recursos. Terceiro, além da concorrência entre programas do mesmo ministério destinados ao mesmo público, cada secretaria tem uma tendência natural a impor seu modelo de desenvolvimento da agricultura familiar. Existe, portanto um risco sério de ver coexistir uma tensão, três políticas parciais em lugar de uma só, declinada de maneira diversa e flexível em função das situações ou a partir de verdadeiras negociações técnicas com os representantes regionais e locais dos agricultores familiares (SABOURIN, 2007, p. 725).

A multiplicidade de estratégias e de projetos políticos no Estado faz dele uma arena de lutas. As políticas públicas estão cada vez mais sob a influência de atores multilaterais, concebidas de maneira segmentada, assim como a distribuição orçamentária do nosso país, como afirmado por Caporal:

O esforço que a gente fez lá, nós conseguimos investir uma quantidade bastante grande de recursos e capacitação de técnicos, foi bastante mesmo. Mas nunca conseguimos, por exemplo, colocar dentro do Orçamento da União a questão da agroecologia como uma linha do orçamento, nunca. A gente propôs várias vezes, mas não logramos colocar. Então, é uma questão também política, tem que ter força política pra poder implementar (Francisco Roberto Caporal, Recife, 2015).

Sobre a disputa para adquirir bens no Governo Federal, vejamos o depoimento da professora Maria V. Aguiar:

Tinha uma disputa estrutural no governo, porque mesmo o Governo Lula, tinha um apoio muito forte pro agronegócio, tanto que manteve os dois ministérios. O MDA se fortaleceu muito, mas não era o grande ministério. (...) Então tinha essa disputa estrutural, eu diria, de convencimento, de que era uma perspectiva importante, de rompimento, de questionamento e tudo mais. Mas a gente também tinha uma disputa interna dentro da própria Secretaria de Agricultura Familiar, que era uma perspectiva de que a agricultura familiar deveria crescer a partir do segmento mais capitalizado, mais tecnificado, que querendo ou não

respondia mais à inovação tecnológica, do ponto de vista da modernização.

E aí, o nosso trabalho era visto de forma marginal e muitas vezes associado à discussão da pobreza ou se resumia também a uma perspectiva meramente tecnológica. Então sempre teve essa confusão entre a agroecologia e a agricultura orgânica. Agora isso está mais acentuado, inclusive na opinião pública. Então, a gente procurava fazer essa discussão da agroecologia com a sua dimensão técnica-produtiva, mas dialogando com outras questões estruturais da política agrícola, da política agrária, e isso era motivo pra muito confronto e pra muita disputa interna dentro do ministério. Como eu não era gestora, quem era gestor era o Caporal, a gente apoiava esse trabalho, mas era um enfrentamento muito forte (Maria Virgínia Aguiar, Recife, 2015).

Mesmo durante o governo Lula da Silva, período de grande expressividade da agricultura familiar e, apesar do aumento dos recursos para este setor, manteve-se como prioridade o agronegócio brasileiro. Naquele período, os recursos para a agricultura familiar representavam apenas 15% a 20% daqueles destinados a agricultura empresarial (SABOURIN, 2007).

Estas diferenças de investimento não ocorrem de maneira neutra, mas perpassam a existência de diferentes modelos de desenvolvimento em disputa para a agricultura brasileira, como vemos na fala a seguir:

Estamos falando de uma disputa de modelos. Se eu for pensar só na agroecologia como questões produtivas, eu estou falando de uma disputa muito cruel e histórica de um modelo de desenvolvimento em que eu tenho de um lado o grande latifúndio e que se transforma depois no agronegócio e você tem o campesinato, a agricultura familiar, que você sabe historicamente ela é renegada, não é reconhecida, não tem recurso (Laetícia Jalil, Recife, 2015).

Portanto, o conhecimento dos agroecologistas se tornou um bem de disputa e capitalização de política na gestão pública, assim, solicitar estudos, pesquisas, fazer vínculos com instituições acadêmicas e relações pessoais com pesquisadores podem ser vistos como capitais políticos. Portanto, o encaminhamento de iniciativas e pesquisas se torna um elemento de expressão de poder, pois demonstra a capacidade de mobilização de recursos de certo grupo (CARNEIRO, DELATIN e SANDRONI, 2015).

Como vimos, na década de 1980, o sistema político era centralizado e autoritário. “Até os anos 1990, as políticas eram aplicadas de cima para baixo por meio do aparelho político e técnico-administrativo” (TONNEAU e SABOURIN, 2007, p. 289). Porém, nos últimos 15 ou 20 anos houve “evolução” no modo de relacionamento

entre as políticas públicas, seus beneficiários e a sociedade civil organizada. Assim, as entidades não-governamentais como ONGs, igrejas e movimentos sociais, fizeram-se presentes e ativas, configurando uma descentralização e o surgimento de novos espaços de negociação, ratificados nos anos 2000.

Essa estruturação leva a uma separação setorial das políticas públicas de desenvolvimento rural, ambiental, social e agrícola, fixando uma especialização das políticas em função de um público específico: agricultores familiares de um lado e produtores da agricultura patronal ou empresarial do outro.

E a agroecologia entra aí. Estamos falando de um modelo de disputa por recurso, por política pública, por uma Ater de qualidade, uma assessoria técnica de qualidade, enfim. Aí a agroecologia vai se construir como? Ela se constrói de várias formas. Ela se constrói dentro das chamadas de Ater; em projetos em cooperação internacional com as ONGs que tomam a agroecologia como princípio pra ação, então isso é importante. Então as ONGs começam a correr atrás de financiamentos e enfim (Laetícia Jalil, Recife, 2015).

Essa configuração provoca dificuldades na coordenação dos diversos instrumentos pela sobreposição de poderes e medidas, algumas vezes, contraditórias. A agregação de ações e instrumentos paralelos na política agrícola e de desenvolvimento rural, dividida em três ou quatro ministérios, não permite, seja para os beneficiários ou para os observadores, ter uma visão objetiva e clara da ação pública.

“Essa pluralização de instrumentos, que pode parecer contraditória, é muito frequente no marco das políticas públicas. Dificilmente encontra-se uma política única e universal” (p. 287). A contradição “entre políticas públicas decorre da inexistência de um projeto norteador, de uma política nacional estratégica” (TONNEAU e SABOURIN, 2007, p. 288). É essa justaposição de políticas divergentes que alimenta ainda mais a disputa de vários atores por projetos diferenciados.

Isso acontece dentro das universidades também. Acho que um marco importante foi o Edital de 2010 que forma Núcleos pra poder terem atividades de Extensão na perspectiva agroecológica. Então assim, eu acho que a agroecologia se constrói desde aonde estão as pessoas que acreditam nela. Se eu estou hoje dentro da universidade, eu não tenho nenhum projeto que não caminhe para uma discussão de agroecologia. Seja de extensão, seja de pesquisa, dentro da sala de aula, enfim. Eu tiro por mim como professora e tenho amigos que trabalham nas ONGs que estão nesses processos. E a agroecologia não é só um modelo produtivo, ela não é só disputa de política pública, ela não é só projeto de cooperação internacional para fazer a transição de um modelo produtivo.

Então entra formação, entra capacitação, entra intercâmbio, entra passeio (Laetícia Jalil, Recife, 2015).

Assim, o processo de construção da agroecologia, enquanto uma categoria política para um projeto de desenvolvimento específico, se deve também ao apoio de intelectuais e acadêmicos em dois níveis: no nível da luta cotidiana; e no nível da formalização das reivindicações políticas. Vemos um movimento inspirado no ecodesenvolvimento¹⁴⁴, focando na produção familiar agroecológica e que vem se materializando em políticas públicas.

Estamos falando de uma disputa de um modelo que você tem que criar várias estratégias pra questionar o velho e construir algo novo. Eu acho, hoje, especificamente, nós temos uma Política de Ater e Agroecologia, nós temos alguns financiamentos internacionais, cooperações internacionais pra construção da agroecologia. E é por isso que esse segundo Planapo tá sendo elaborado pra que se garanta um recurso específico para as ações que compõem o que a gente chama das ações para a transição agroecológica, que envolvem vários ministérios. Envolve Ministério da Saúde, envolve Ministério da Educação, envolve Ministério do Desenvolvimento Agrário, envolve Ministério da Agricultura e Pecuária, enfim (Laetícia Jalil, Recife, 2015).

As oposições de interesses ou conflitos funcionam, muitas vezes, como dinâmicas paralelas e, na maioria deles, como tensões, o que pode levar a instabilidade das políticas e ruptura dos seus instrumentos e o descompasso entre as escalas de tempo dos diferentes atores e dos prazos ditados pelos órgãos financiadores, sejam eles nacionais ou internacionais.

“A evolução recente das políticas públicas reflete as mudanças que acontecem na sociedade em termos de crescimento dos espaços de diálogo e oportunidades de participação” (TONNEAU e SABOURIN, 2007, p. 291). Mesmo nesta abertura de espaço para que a agroecologia seja incorporada por movimentos sociais e instituições de pesquisa e extensão rural, é preciso a ampliação de políticas públicas. Portanto, o desafio para a generalização das experiências agroecológicas é político, principalmente contra o agronegócio e a agricultura empresarial.

¹⁴⁴ Esta noção foi “inicialmente utilizada por Maurice Strong, primeiro diretor executivo do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), durante a primeira reunião de seu Conselho de Administração, celebrada em Genebra, em junho de 1973” (TONNEAU e SABOURIN, 2007, p. 293).

Mercados e aquisição de alimentos (PAA e PNAE)

Em 2007 e 2008 aconteceram uma série de protestos pelo mundo motivados pela dificuldade de se obter alimentos graças a escassez e a elevação de seus preços, como resultado da especulação financeira dos mercados agrícolas. Protestos estes que se sucederam também em 2010, mas com menor intensidade, trazendo também à tona o debate sobre a qualidade da alimentação, principalmente das populações mais pobres. Esses eventos impulsionam a noção de uma crise alimentar e da necessidade de se pensar em modelos alternativos de produção.

O relatório “Evaluación internacional del papel del conocimiento, la ciencia y la tecnología em el desarrollo agrícola” (2008)¹⁴⁵ apoia a agroecologia como alternativa produtiva e incentiva mais interação entre equipes interdisciplinares de cientistas e agricultores (SOUSA e MARTINS, 2013). No mais, o relatório da FAO intitulado “El estado mundial de la agricultura y la alimentación” de 2009 acaba reforçando o ideário sobre a crise ambiental planetária.

A publicação do Relatório da Conferência das Nações Unidas Sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad), intitulado “Despertar antes que seja tarde”, do ano de 2010, alertou para a necessidade de mudanças nas orientações científicas e políticas que moldam os sistemas agroalimentares. Esse texto é parte do aprofundamento das conclusões divulgadas pela Organização das Nações Unidas (ONU) depois da crise alimentar de 2008¹⁴⁶.

Segundo os pesquisadores envolvidos na Avaliação Internacional Sobre Conhecimento, Ciência e Tecnologia Agrícola para o Desenvolvimento (IAASTD), é indubitável que vivemos em uma crise agrícola. Olivier Shutter, relator da ONU pelo Direito à Alimentação, apresentou um informe ao Comitê de Direitos Humanos da Assembleia das Nações Unidas confirmando as preocupações da IAASTD, além de afirmar a importância da agroecologia enquanto enfoque científico para reorientar os sistemas de produção de conhecimento focando em alternativas tecnológicas agrícolas.

Temos então um contexto discursivo internacional onde a agroecologia desponta como referência alternativa para os rumos da agricultura e da alimentação. A experiência brasileira entra nesse contexto de institucionalização, tendo como marco o

¹⁴⁵ Do Banco Mundial e quatro agências da ONU, resultado de 4 anos de estudo.

¹⁴⁶ Neste ano tivemos como grande discurso o de Jacques Diouf, diretor geral da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura em uma conferência na Universidade de Havana (Cuba).

lançamento do Planapo. O reconhecimento oficial desse tema mobiliza ensino e pesquisa acadêmica, inspirando também política e programas governamentais (PETERSEN, 2013).

O conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) interpenetra este espaço de relação entre a produção agrícola e a alimentação, indicando a necessidade do acesso regular a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente, respeitando a diversidade cultural e a sustentabilidade ambiental. Esse conceito, que existe desde os anos 1970, vincula-se, no Brasil, à ativa participação social, sendo marcos a criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) em 1994 e do Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN) em 1998. No mais, em 2006 foi aprovada a “Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional” (Loan - nº 11.346), que institucionaliza a criação de uma rede de conselhos municipais e estaduais, além do nacional, por meio do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan).

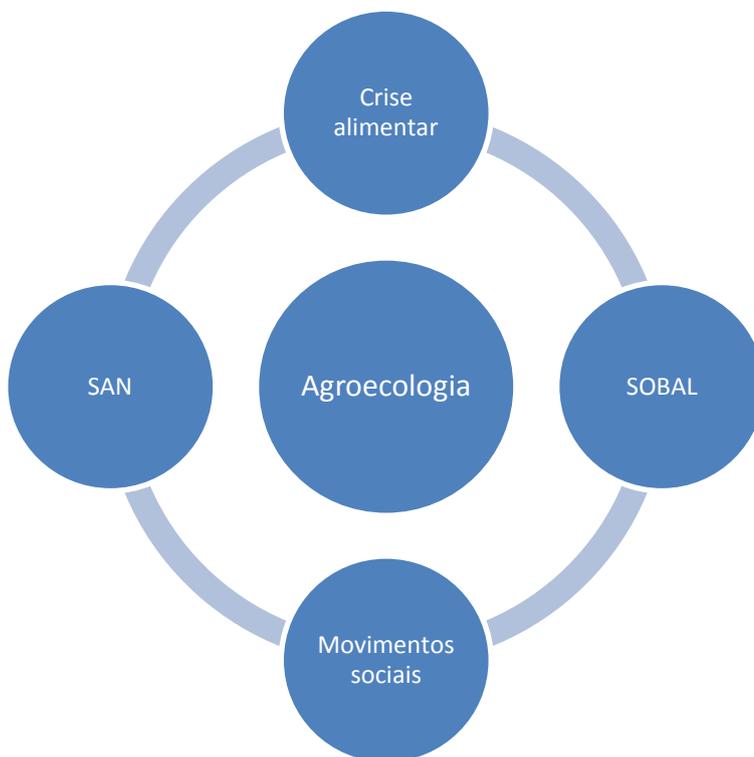
A SAN, que estimula uma forte mobilização social e democrática, foi ganhando cada vez mais espaço dentro dos movimentos sociais vinculados a agricultura. Inclusive, em 1996 a Via Campesina, num fórum paralelo à Cúpula Mundial de Alimentação ocorrido em Roma, lançou o conceito de Soberania Alimentar (Sobal), indicando:

O direito dos povos a definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito a alimentação a toda a população, com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e a diversidades dos modos camponeses de produção (VIA CAMPESINA, 2009 apud PEREZ-CASSARINO, 2013, p. 219).

A SAN e a SOBAL são conceitos imbuídos de discursos que incentivam a construção social de mercados alternativos de alimentos, o que se torna um ponto chave deste debate. “Nessa perspectiva, a proposta da Agroecologia torna-se uma ferramenta relevante para a consecução dos objetivos da SAN e da SOBAL” (PEREZ-CASSARINO, 2013, p. 223), já que lidam com questões agrícolas e são referidas as populações tradicionais e camponesas, além de adentrar no englobamento discursivo e prático do campo agroecológico.

A agroecologia se constitui como um dos ferramentais técnicos, econômicos e políticos que possibilitam a construção de sistemas agroalimentares alternativos, nos quais o redesenho das relações de mercado cumpre papel central (...). A articulação entre as abordagens da SAN e SOBAL com a agroecologia possibilita o marco conceitual e político que abre esses caminhos (PEREZ-CASSARINO, 2013, p. 226).

FIGURA 18: Discursos sobre alimentação e Agroecologia



Fonte: Próprio autor. Jonatta S. Paulino (2017)

No que tange a construção dos mercados para agricultores agroecológicos, mas que também pode ser generalizado quanto ao alcance das políticas de agroecologia no Brasil, a entrada do governo como demandante dos produtos desse sistema é de suma importância. Este processo reflete o posicionamento do Estado frente às políticas de abastecimento e segurança alimentar, ratificando a importância da agricultura familiar. Assim, os programas de compra governamental como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), a Política de Garantia de Preços Mínimos para produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio)¹⁴⁷, o Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF), entre outros, têm gerado uma demanda importante por alimentos locais e agroecológicos.

¹⁴⁷ O PGPM-Bio foi criado em 2008 e se trata de uma complementação financeira repassada aos extrativistas e suas organizações caso estas vendam seu produto por preço inferior aos fixados pelo Governo Federal.

O PAA (...) articula a compra pelo poder público de alimentos produzidos pelos agricultores familiares (...) e são distribuídos a pessoas em situação de vulnerabilidade social, repassados para a rede de equipamentos públicos de alimentação e nutrição (restaurantes populares, cozinhas comunitárias e bancos de alimentos), fornecidos para instituições socioassistenciais e escolas da rede pública ou filantrópica de ensino (SCHMITT e GRISA, 2013, p. 234).

O que estas ações têm em comum, mais uma vez, é a presença do agrônomo Valter Bianchini como Secretário da Agricultura Familiar – antes responsável pela gestão do Pronaf – empossado em janeiro de 2003. A trajetória do ex-secretário da SAF demonstra uma “disposição” para os referenciais agroecológicos, começando pelo fato de ter cursado graduação em agronomia na década de 1970¹⁴⁸ que, como já sabemos, é um dos cursos pelo qual se introduz o debate sobre o uso de tecnologias alternativas no Brasil, a partir dos anos 1970 e principalmente na década de 1980.

Bianchini se especializou em Formulação e Análise de Políticas Agrícolas pela Universidade de Campinas (Unicamp), pesquisando sobre o Crédito Rural, sob a orientação de Walter Belik, professor do Instituto de Economia da Unicamp desde 1985, cujo trabalho nesses últimos anos preconiza problemáticas relativas à segurança alimentar, analisando o papel do abastecimento alimentar e a logística da distribuição. Nos cursos na Unicamp, Walter Belik “procura avaliar e aperfeiçoar os instrumentos de política agrícola e agroindustrial, levando em conta as suas interfaces produtivas e sociais”¹⁴⁹.

Bianchini fez seu doutoramento em Meio Ambiente e Desenvolvimento na Universidade Federal do Paraná (UFPR), com a tese intitulada “O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF e a Sustentabilidade da Agricultura no Vale do Ribeira – Paraná”¹⁵⁰, entrelaçando as áreas de Sociologia Rural, Agronomia e Economia para trabalhar os temas de segurança alimentar e agricultura familiar. Seu orientador na época, Alfio Brandenburg, é professor da Universidade Federal do Paraná e tem diversas pesquisas e publicações na área de agroecologia, dentre elas, a obra “Agricultores agroecológicos e o ambiente rural: visões interdisciplinares” de sua organização (et al.) – inclusive, utilizada como referência

¹⁴⁸ Graduou-se na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) de Botucatu.

¹⁴⁹ Informações obtidas no endereço eletrônico: <http://www.unicamp.br/unicamp/imprensa/premios-e-distincoes/premio-zeferino-vaz/2005/walter-belik>. Acessado em 29 de setembro de 2014.

¹⁵⁰ Título obtido em 2010.

neste trabalho –, fazendo deste último um dos nomes importantes nesta temática no Sul do país.

Com mais de 26 anos de experiência profissional, o agrônomo Valter Bianchini vinha atuando como coordenador do Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais, entidade que ele representava no Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CNDRS) do Ministério do Desenvolvimento Agrário até então¹⁵¹.

Vale salientar que Valter é um dos fundadores do PT paranaense e atua como extensionista rural desde 1976, o que demonstra uma ligação com a atividade política e atenção especial para a assistência técnica e extensão rural, como vemos em sua participação na Pnater. Atualmente, trabalha pela criação de um escritório da FAO no sul do país¹⁵², um fórum neutro que oferece aos países a oportunidade de se reunirem e formularem políticas relacionadas à agricultura e alimentação, apoiando iniciativas brasileiras como o Programa Fome Zero¹⁵³, o Pronaf e instituições como o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) e a CONTAG¹⁵⁴. Fórum este que já publicou vários textos focados em agroecologia, inclusive do Jean Marc von der Weid. Vemos então que a energia actante acumulada nas ações dos atores sociais reforça uma ampla rede que viabiliza o fortalecimento do projeto agroecológico.

Esta breve revisão da trajetória do Valter Bianchini serve para demonstrar de que maneira “a formulação de políticas públicas mobiliza segmentos da instituição estatal e da articulada (...) sociedade civil, tendo no centro dessa mobilização recursos e capitais diversos; ou seja, concorrência de saberes e conhecimento técnico” (GOMES, 2014, p. 132) para que a agroecologia seja o elemento central de um projeto político diferenciado. Portanto, o debate sobre segurança alimentar e crédito rural sempre estiveram presentes na formação acadêmica de Valter Bianchini, temas estes que dão base à formulação de políticas públicas como o PAA (sob a égide do Consea, do qual seu antigo orientador, Walter Belik, fez parte) e o Pronaf.

¹⁵¹ Trecho da matéria “Valter Bianchini toma posse como Secretário da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário”, publicada em 09 de janeiro de 2003. Disponível no link: <http://m.milkpoint.com.br/cadeia-do-leite/giro-lacteo/valter-bianchini-toma-posse-como-secretario-da-agricultura-familiar-do-ministerio-do-desenvolvimento-agrario-14635n.aspx> . Acessado em: 29 de setembro de 2014.

¹⁵² Informação obtida no endereço: <http://turismoruralmt.blogspot.com.br/2012/09/valter-bianchi-do-parana-e-nomeado.html> . Publicado em setembro de 2012. Acessada em: 29 de setembro de 2014.

¹⁵³ Programa do governo federal criado em 2003 para o combate à fome.

¹⁵⁴ Informação obtida no link: <https://www.fao.org.br/quemSomos.asp> . Acessado em 29 de setembro de 2014.

O PAA, que foi instituído pelo artigo 19 da Lei 10.696/2003, é desenvolvido com recursos dos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Desenvolvimento Agrário (MDA). As diretrizes do PAA são definidas por um Grupo Gestor coordenado pelo MDS e composto por mais cinco Ministérios¹⁵⁵. O programa permite a aquisição de alimentos de agricultores familiares com isenção de licitação para que os produtos sejam enviados a ações de alimentação empreendidas por entidades da rede socioassistencial, como “Equipamentos Públicos de Alimentação e Nutrição como Restaurantes Populares, Cozinhas Comunitárias e Bancos de Alimentos e, para famílias em situação de vulnerabilidade social”¹⁵⁶. O PAA é implementado através de cinco modalidades, operacionalizado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) juntamente com governos estaduais e municipais. Para participar do Programa, o agricultor deve ser identificado como agricultor familiar, enquadrando-se no Pronaf, cuja identificação é realizada por meio da Declaração de Aptidão ao Pronaf.

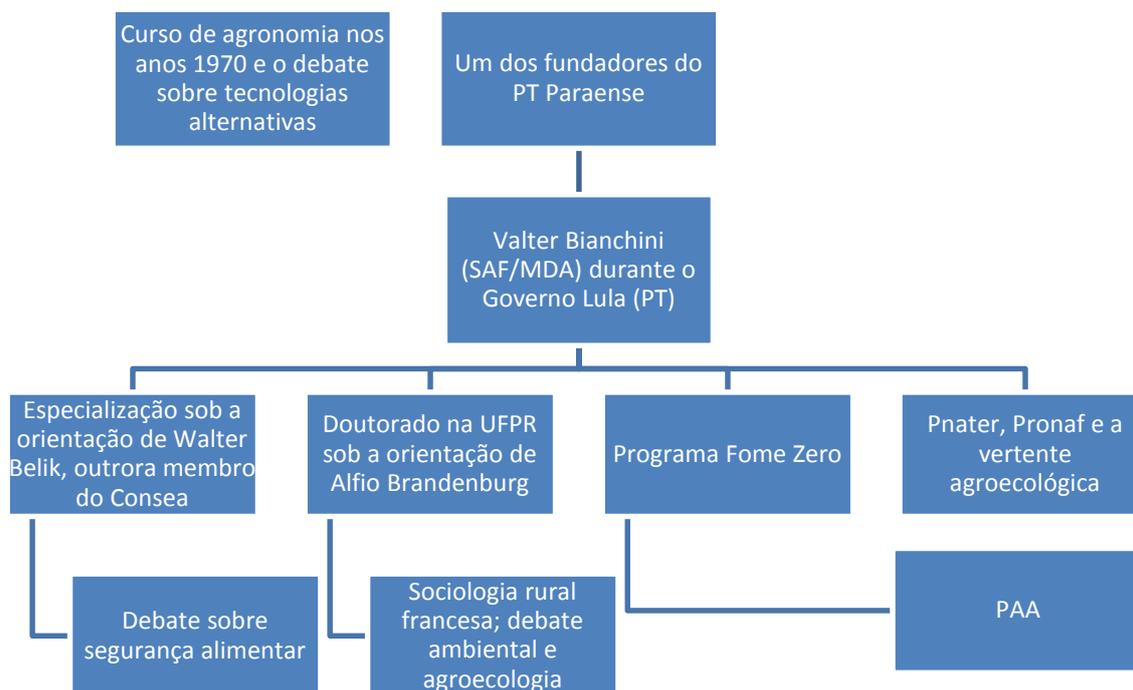
O PAA, que é uma das principais ações estruturantes do Programa Fome Zero, apresenta uma conexão com o Pronaf no que se refere à participação dos agricultores na produção alimentar. Em todos os casos, vemos a atuação do Valter Bianchini na formulação destes programas como um nó para o desenvolvimento do PAA e consequentemente, da agroecologia, já que esteve presente durante governo Lula na implementação do Fome Zero, tendo sido também responsável pela gestão do Pronaf. Assim, o início dos anos 2000 conta com vários elementos importantes para a gestão dos contornos que o cenário agroecológico brasileiro apresenta hoje em dia.

Ainda no período de 2003 a 2007, intervalo este em que Valter Bianchini atuou pela primeira vez enquanto Secretário Nacional da Agricultura Familiar, mais duas importantes iniciativas para agroecologia ganham forma, o Pronaf Agroecologia e a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural¹⁵⁷ (Pnater), trazendo como diferencial e eixo orientador de ações a adoção de um novo enfoque científico, com metodologias participativas e uso de tecnologias baseadas nos princípios agroecológicos para o fortalecimento da agricultura familiar.

¹⁵⁵ Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA); Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG); Ministério da Fazenda (MF); e o Ministério da Educação (MEC).

¹⁵⁶ Informação obtida no seguinte endereço eletrônico: <http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/decom/paa>. Acessado em 29 de setembro de 2014.

¹⁵⁷ De responsabilidade do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural do MDA.

FIGURA 19: Valter Bianchini e as políticas públicas

Fonte: Próprio autor. Jonatta S. Paulino (2017)

A atuação de gestores públicos na construção do PAA e do PNAE é exemplar dos nós que a rede agroecológica é capaz de fazer, pois, muitos deles,

possuem trajetórias de vida vinculadas às organizações da agricultura camponesa e familiar, da segurança alimentar e nutricional e do campo agroecológico. Essa circulação de atores em diferentes espaços institucionais favorece a participação social na construção das políticas públicas e a institucionalização de ideias identificadas com esses três grandes temas – agricultura familiar, segurança alimentar e nutricional e agroecologia – e a articulação entre eles (SCHMITT e GRISA, 2013, p. 242).

Sobre a junção da temática da agroecologia com a política de aquisição de alimentos, ouvimos também as palavras do Walter Belik, que foi membro do Consea entre 2003 e 2007 e Coordenador da Iniciativa América Latina e Caribe sem Fome, projeto conduzido pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO/ONU), durante o ano de 2007¹⁵⁸:

¹⁵⁸ Informações obtidas em seu currículo lattes, no seguinte link: < <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?metodo=apresentar&id=K4783183Y8> > . Acessado em 29 de setembro de 2014.

Tem uma representação muito grande do movimento agroecológico, dos ambientalistas dentro do Consea. Inclusive, o presidente do Consea na época era o Chico Menezes, que é do Ibase¹⁵⁹, tem uma presença muito grande aí, vários projetos de agroecologia que eles financiam. Então, a discussão surgiu muito em função disso, mas a agroecologia não entrou no PAA.

A discussão ficou mais quente a partir de 2009 com o lançamento da Lei 11.947, da Merenda Escolar, porque aí se diferenciou efetivamente, dando um sobrepreço ao produto da agroecologia.

A Lei do PAA é de 2003/2004. No PAA não se discutia essa questão da agroecologia e daí isso surgiu por patrocínio do pessoal da alimentação escolar que resolveu diferenciar. Isso foi um marco super importante, porque assim, foi o primeiro programa público de compra de alimento orgânico (Walter Belik, João Pessoa, 2015).

O PNAE (também conhecido como Merenda Escolar) tem suas raízes fincadas na Campanha de Merenda Escolar iniciada em 1955 e institucionalizada em 1979. O interessante aqui é observar a mudança realizada no programa no ano de 2009, onde, a partir da Lei nº 11.947 de 16 de junho, o governo federal ampliou a alimentação escolar para o ensino médio e alfabetização de jovens e adultos, estabelecendo um vínculo entre a alimentação nas escolas públicas e a agricultura familiar local. Neste momento, passa ser obrigatória a destinação pelos municípios e estados de no mínimo 30% dos recursos federais para a compra direta da agricultura familiar, com prioridade para assentamentos de reforma agrária, quilombola e indígenas.

Jonatta: Essa Lei de 2009, que eu achei bem interessante e foi um marco, da merenda escolar, o Senhor lembra das pessoas envolvidas, de alguma instituição envolvida na elaboração dela?

Walter: O Consea teve um papel fundamental. O Consea é um elemento. Depois você tem a coordenadora do Programa de Alimentação Escolar na época era a Albaneide Peixinho, que é uma baiana. Albaneide ficou muitos anos e sempre foi uma pessoa muito ligada a esses movimentos ambientalistas. Então teve, obviamente, influência da Albaneide. E a Presidente do Consea, em 2009 já era a Maria Emília Pacheco. Maria Emília Pacheco é uma ambientalista da FASE e tem aquele movimento da, esqueci o nome, que ela foi ligada nos anos 1990, do PTA (Walter Belik, João Pessoa, 2015).

De acordo com a ANA/FASE (2014), foi por meio da ação articulada que a “sociedade civil¹⁶⁰ conseguiu influenciar nas dinâmicas de funcionamento do PAA, no

¹⁵⁹ Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas.

¹⁶⁰ “Nesse caso, tais ações ocorreram, especialmente, a partir da atuação das organizações que integram o GT nos diversos espaços de discussão de políticas públicas, como o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, os Conselhos Estaduais de Segurança Alimentar da Bahia, Paraná e Pernambuco, e de mobilização social como o Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e

processo de regulação da Lei do PNAE (...) e exerceu pressão sob o governo para que elaborasse uma proposta de política pública de abastecimento alimentar¹⁶¹” (p. 73). Na conversa com Maria Emília Pacheco, comentei sobre essa posição do Walter Belik, que afirmou a entrada tardia da temática agroecológica no PAA em comparação com o ano de sua criação, e pedi sua opinião. Sua resposta foi a seguinte:

Na verdade, a concretização disso ainda é muito difícil (...). Quando o PAA nasceu, tempos depois, eu não tenho precisamente o ano, mas e criou praticamente logo em seguida o que se chama Grupo Consultivo do PAA. Tem um Grupo Gestor, mas foi criado o Grupo Consultivo, que é uma forma de garantir a participação da sociedade. Eu mesma fiz parte do Grupo Consultivo do PAA antes de ser Presidente do Consea. Então nós acionávamos os debates nas várias instâncias. Nós estávamos, ao mesmo tempo, no Consea e nesses grupos, nessas instâncias públicas de monitoramento e formulação de propostas. E lá tinha, além de representante, por exemplo, no caso eu, do Fórum, de agente da ANA, mas também dos movimentos sociais, estavam lá nesse Grupo Consultivo.

Então, tanto do PAA como do PNAE (...) tem pessoas que estão nos vários espaços. Foi através dessa atuação nossa revendo os instrumentos de operação desses programas, tentando problematizar as dificuldades dos instrumentos como está, porque aquela Declaração de Aptidão do Pronaf, da exigência, desde essa problematização a gente fazia, como também, no caso do PAA, batalhamos muito pra que houvesse transferência de recurso direto pras pequenas associações, pequenas cooperativas, como capital de giro, também não conseguimos, fomos derrotados. E nesses espaços também discutíamos a necessidade do pagamento de um *plus* pelo alimento agroecológico.

Fomos nós que, vamos dizer, levamos esse debate, nós que eu digo, representações da ANA, do Fórum Brasileiro de Soberania Alimentar e de Movimentos Sociais que também são comprometidos com a agroecologia. Esse que é o papel. Então, estávamos tanto nesses espaços, mas também nas plenárias do Consea. Insistíamos nisso, todas as vezes que fizemos uma avaliação e monitoramento tanto do PAA como do PNAE, a gente voltava a tratar dessas questões. Bom, isso foi dando um pouco mais de concretude pra essa perspectiva que nós precisaríamos de uma Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, mas ao mesmo tempo, antecipadamente, nós já estávamos discutindo a perspectiva agroecológica por dentro dos programas já existentes (Maria Emília Pacheco, 2016).

Vemos que a entrada da agroecologia na política pública é um processo que envolve avanços e retrocessos e que não se dá de forma simples, mas que abarca um

Nutricional (FBSSAN), os Fóruns Estaduais de SAN (PR e PE), as Redes ATER Nordeste e Rede Ecovida de Agroecologia” (ANA/FASE, 2014, p. 73).

¹⁶¹ “Foi elaborada pela Câmara Interministerial de SAN com apoio do Consea uma proposta de projeto de lei que institui uma Política Nacional de Abastecimento Alimentar. No entanto, esse PL ainda não foi encaminhado pelo governo para o Congresso Nacional” (p. 73).

esforço de inserção de certos ideais de um determinado grupo (Grupo Consultivo do PAA) trabalhando numa articulação em rede com vários atores (ANA; Movimentos Sociais; Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional), onde nem todas as propostas são aceitas, mas que as conquistas adquiridas já possibilitam o encaminhamento da proposta para outras ações futuras (a construção da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica).

É importante deixar claro que na injunção da agroecologia dentro do PAA, a atuação da ANA foi bem mais explícita do que a da ABA, o que não exclui a cientificidade necessária para problematizar a estrutura da política pública. Na ANA, o Grupo de Trabalho de Soberania e Segurança Alimentar (GTS-SA) analisa essas políticas e a construção de mercados, através das diretrizes da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), buscando a promoção do abastecimento e estruturação de sistemas descentralizados de base agroecológica e sustentáveis de produção, construída de forma participativa e no diálogo entre a sociedade civil e o governo, promovido pelo Consea (ANA/FASE, 2004).

Além do mais, a comercialização de alimentos agroecológicos faz parte das estratégias dos técnicos e agricultores que pertencem a ANA. As feiras agroecológicas foram as primeiras práticas e ainda se constituem como a principal estratégia de comércio, fortalecendo, com o auxílio do PAA, esses circuitos curtos e locais¹⁶².

Vejamos a seguir a trajetória de Maria E. Pacheco, mestre em Antropologia pelo Museu Nacional sob orientação do professor Otávio Guilherme Velho:

Particpei de uma pesquisa coordenada por ele sobre hábitos e ideologias alimentares em camadas de baixa renda, era assim o título na época, uma pesquisa apoiada pela FINEP¹⁶³ e fui pra Amazônia. Nesse período eu pesquisei em Santarém e coincidiu com meu período no Rio e conheci a existência das chamadas ONGs (...). Fui pra uma feira, fiquei observando os camponeses e daí fui para o campo conhecer as comunidades. Nesse período eu acabei conhecendo a FASE e em seguida, terminado meu curso, terminada minha participação em um outro projeto que foi na Fiocruz¹⁶⁴, também convênio com a FINEP, eu tomei conhecimento que a FASE tinha uma equipe de pesquisa e precisaria de pessoas para essa equipe, porque uma delas, que é o Jean Pierre Leoa, ia assumir, na época, a coordenação da FASE. Como eu já conhecia essa região no Pará e uma das áreas de atuação de pesquisa era exatamente no Pará, eu fui

¹⁶² Circuitos de comercialização caracterizados pela relação direta entre o produtor e o consumidor ou cotando apenas com um intermediário.

¹⁶³ Financiadora de Estudos e Projetos.

¹⁶⁴ Fundação Oswaldo Cruz.

convidada pra integrar essa equipe em 1978 e de lá não saí até hoje (Maria Emília Pacheco, 2016).

O seu engajamento na temática agroecológica provém de uma aptidão gerada ao longo de sua vida para lidar com o assunto, capacidade esta que se refere à própria ação, a uma possibilidade legítima de agir em uma situação dada, que pode ser de ordem técnica, social ou econômica, cujo “conjunto de competências permite enfrentar uma situação singular e complexa”. (TONNEAU e SABOURIN, 2007, p. 304). Neste ínterim, também questionei à entrevistada sobre o seu percurso profissional, perpassando a FASE até alcançar a presidência do Consea:

A FASE participou desde o início da criação do Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional e eu, desde então, participei das reuniões, dos encontros do fórum em nome da FASE. Integrei também a coordenação do Fórum e em 2004, o Francisco Menezes, foi convidado pra participar do Consea que estava sendo reinstalado depois do término do seu funcionamento no Governo FHC, em 2003, retomou as atividades do Consea e o Chico Menezes me convidou.

Num primeiro momento foi assim, que havia um convite para integrantes do Fórum irem participar do Consea. No primeiro momento, eu participei então, coordenei comissões lá no Consea e lá fui também permanecendo. Em 2012, quando uma nova gestão ia se iniciar o Fórum me indicou e meu nome foi apoiado pelos movimentos sociais (Maria Emília Pacheco, 2016).

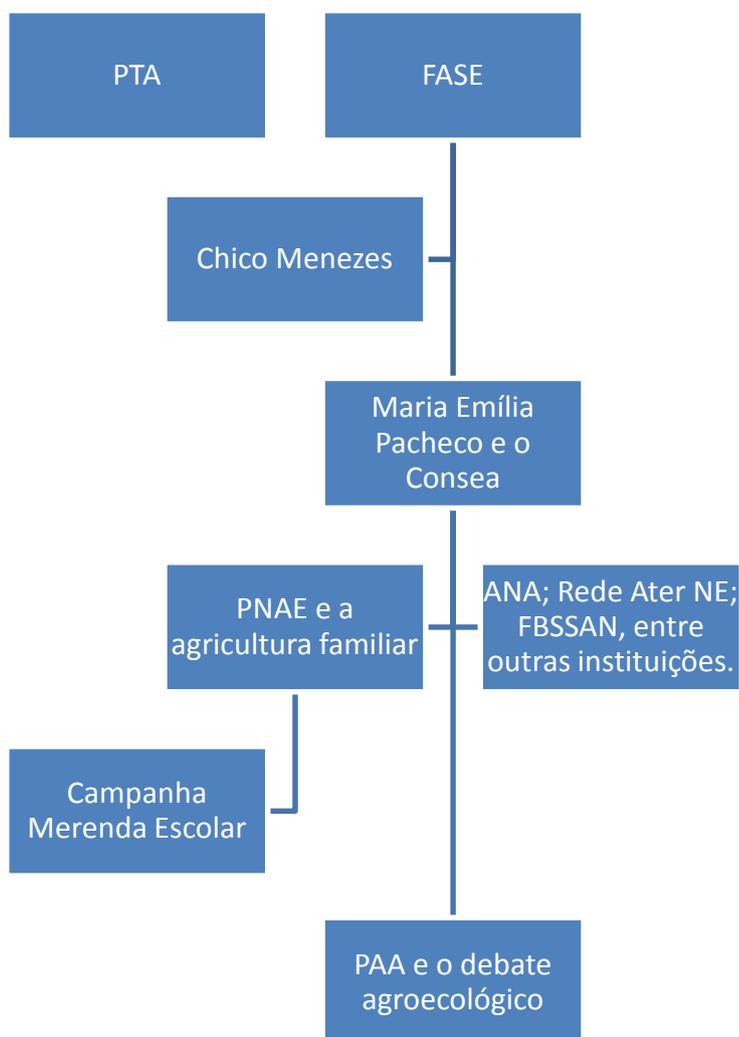
O percurso foi possível graças à proximidade da posição de Maria Pacheco com outros atores que atuavam em ciclos semelhantes, o que gera interconhecimento, como por exemplo, a presença do Francisco (Chico) Menezes. No mais, sendo muito ativa na necessidade de se afirmar a importância da agroecologia pra alterar o cenário de opressão no mundo rural, indaguei também à entrevistada sobre como foi o seu contato com essa temática:

Tudo isso se explica pela minha idade, eu tenho algumas décadas de nascida. Eu participei também da criação da Articulação Nacional de Agroecologia. O projeto da Rede PTA nasceu na FASE, como você mesmo disse, mas quando chegou em 2001, nós tivemos uma reunião, naquele momento nós avaliávamos o seguinte: tinha um debate dentro da Rede PTA que entendia que era chegada a hora de ampliar, fazer outras conexões e também tinha um debate a partir do Fórum Brasileiro de Desenvolvimento e Meio Ambiente que o Jean Pierre participava. Também lá se debatia a necessidade de se articular mais com os movimentos camponeses e tinha também um conjunto de técnicos na Embrapa, na Assistência Técnica, um pessoal que estava contestando e

em uma posição de compromisso com a agricultura camponesa e com as comunidades tradicionais, contestando o modelo agrícola (Maria Emília Pacheco, 2016).

Essa relação entre profissionais e instituições engajadas acontece, dentre outros motivos, graças ao posicionamento de atores que defendem interesses que não são, em tese, os seus e que se fazem porta-vozes de uma demanda social, uma causa universal. Todavia, essa mesma demanda social pode ser definida com o auxílio da ciência, construída junto dos eruditos, ao invés de aparecer para eles através de decisões públicas e problemas postos pelo Estado (BOURDIEU, 2004a).

FIGURA 20: Maria Emília Pacheco e as políticas públicas



Fonte: Próprio autor. Jonatta S. Paulino (2017)

Finalizando o detalhamento da trajetória de Maria Emília, após a junção do debate dos campos da agroecologia, da SAN e da Sobal, começou-se a discutir o avanço

para além das tecnologias alternativas para se trabalhar numa perspectiva agroecológica. Então foi realizado o I Encontro Nacional de Agroecologia em 2002 e, no final do ano, foi criada a Articulação Nacional de Agroecologia, onde Maria Emília Pacheco atua até hoje, no chamado Núcleo Executivo.

Quando eu fui para o Consea eu já levava essa perspectiva, que nós precisávamos avançar, que o debate sobre o acesso ao alimento estava intimamente associado à qualidade do alimento e, eu me lembro bem, inclusive quando se iniciou no Consea, o debate do conceito Alimentação Adequada e Saudável e naquela época havia um entendimento muito mais referido aos contaminantes biológicos. Esse debate dos contaminantes químicos, pacto dos venenos, foi muito introduzido a partir de nós, eu digo “nós” no plural, porque pessoas da Articulação de Agroecologia também. Nós nos articulamos para influenciar nesse debate sobre alimentação adequada e saudável e posteriormente eu assumi em 2012, nós já havíamos desenvolvido um trabalho a partir da Articulação de Agroecologia nessa perspectiva de chegar a propor uma política e um momento também oportuno foi exatamente nesse período aí de 2011, 2012, quando nós realizamos Encontros Regionais de Agroecologia e quando eu assumi a primeira, se não me engano, a I Plenária do Consea, foi exatamente pra se discutir a proposta da Política de Agroecologia que eu tinha acompanhado na sua formulação e então eu fico muito satisfeita da gente ter conseguido algo que, ao meu ver, é extremamente importante, é uma interação entre o campo da agroecologia com a nutrição (Maria Emília Pacheco, 2016).

Como resultado destes esforços, de acordo com a Rede de Assistência Técnica Rural das Organizações Não Governamentais do Nordeste (REDE ATER NE), o PAA e o PNAE foram consideradas como as políticas que têm “mais peso em relação à transição agroecológica” (REDE ATER NE, 2014, p. 13), favorecendo o desempenho das unidades produtivas familiares agroecológicas.

Finalmente, a interconexão entre a agroecologia e os programas de compra governamentais só se tornou possível graças à preocupação com a segurança alimentar do país, tendo seus pilares estruturados a partir da década de 1990 com: os atores presentes na elaboração da proposta de uma Política Nacional de Segurança Alimentar em 1991; os atores que participaram do movimento Ação da cidadania contra a fome e a miséria e pela vida, em 1992; da Campanha Nacional de Combate a Fome em 1993; das organizações articuladas em torno do Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, criado em 1998; além daqueles que elaboraram o projeto Fome Zero em 2001. Até que em 2003, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) foi reestabelecido e tornou-se vital na criação do PAA, na

articulação da alimentação escolar com agricultura familiar e no aperfeiçoamento e monitoramento da PGPM-Bio (SCHMITT e GRISA, 2013).

A Política Nacional de Agroecologia (Pnapo)

A construção de uma arquitetura institucional para o mercado de produtos orgânicos remota a década de 1980, na legislação do uso de agrotóxicos, onde se demonstrava a preocupação com os efeitos negativos à saúde humana e ao meio ambiente. Assim, impulsionada pelas organizações e pelos movimentos sociais, as discussões sobre a regulamentação dos agrotóxicos conformam o marco inicial da regulamentação da agricultura orgânica.

Na década de 1990, essa discussão se alastrou com a criação do Comitê Nacional de Produtos Orgânicos (CNPO), instituído pelo Governo Federal em 1995, reunindo o Ministério da Agricultura, Embrapa, Ministério do meio Ambiente e Universidades. Resultado desses debates, entra em vigor, em janeiro de 1999, a primeira regulamentação nacional definindo a produção orgânica e englobando a produção agroecológica, biodinâmica, natural, sustentável, biológica, regenerativa e permacultura, estabelecendo as normas de produção, tipificação, processamento, envase, distribuição, identificação e certificação de qualidade. Uma maior estabilidade institucional foi alcançada posteriormente¹⁶⁵, com a criação do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica (SISOrg).

Isto cria as condições mínimas para o estabelecimento dos mercados, pois sem eles, não haveria circulação e desenvolvimento desses produtos. A partir disto, os debates sobre a institucionalização da agroecologia passaram a envolver diversas disputas valorativas acerca de normas de produção. Ocorrendo no período de 2007 a 2012 diversos decretos e instruções para estabilizar as lacunas da lei.

Contexto no qual também se desenvolveu a agroecologia no Brasil e que refletem os mecanismos de legitimação frente o Estado. Entretanto, o processo de apropriação da agroecologia e de afastamento cada vez maior frente à agricultura orgânica (tema já trabalhado nos capítulos anteriores) deve ser visto pela manipulação de signos culturais que vinculam seus produtos à agricultura familiar, à produção

¹⁶⁵ Com a promulgação da Lei nº 10.831 de 23 de dezembro de 2003 e no Decreto nº 6.323 de 27 de dezembro de 2007. Segundo esta lei, o produto orgânico deve contemplar o uso responsável da água, do solo, do ar e dos demais recursos naturais, não sendo permitido o uso de substâncias que coloquem em risco a saúde humana e o meio ambiente, tais como agrotóxicos, transgênicos e fertilizantes sintéticos.

diversificada e de qualidade, ao bem estar animal e natural e etc, correspondendo ao formato de uma rede social e um valor distintivo que define o conteúdo de suas trocas (NIERDERLE e ALMEIDA, 2013).

Tendo a agroecologia sido absorvida por diversos movimentos sociais, em 2011, a Marcha das Margaridas¹⁶⁶, auxiliada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), reivindicou à presidência da república o fortalecimento da agroecologia no âmbito da agricultura familiar. Essa demanda foi o incentivo necessário para a construção da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo)¹⁶⁷.

A ANA e a ABA foram convidadas para contribuir na construção desta Política. Para tal, foram realizadas oficinas em todas as regiões do Brasil, com a participação de universidades, dos movimentos da Via Campesina e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF), órgãos de Ater, ONGs e órgãos de pesquisa. Também foi realizada uma oficina nacional para a elaboração do documento a ser apresentado pelo governo. Neste processo, o protagonismo da ANA ganha destaque:

Em Abril de 2012, a ANA realizou um seminário para elaborar um documento com propostas para a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo). Logo após o encontro, a ANA encaminhou ao Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) o documento Propostas da Articulação Nacional de Agroecologia - ANA - para a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica.

(...)

Em maio do mesmo ano, realizou-se o seminário da ANA com o governo federal sobre o Pnapo para finalizar a proposta. Houve avanços, mas nem todas as propostas da ANA foram acatadas (...). Como encaminhamento, deu-se continuidade às discussões do GTI com uma pequena comissão da sociedade civil, que contou com as participações de dois representantes da Comissão Nacional de Produção Orgânica (CNPOrg), dois da ANA e dois dos movimentos sociais” (PADULA, CARDOSO, FERRARI e DAL SOGLIO, 2013, p. 65).

Irene Cardoso (presidente da ABA e outrora funcionária da Emater/PR e da Embrapa) na Mesa redonda “Pnapo: um balanço das ações e as perspectivas futuras”¹⁶⁸, ocorrida no Congresso Brasileiro de Agroecologia de 2015, afirmou que durante o processo inicial de construção de uma política nacional em agroecologia, a ANA foi

¹⁶⁶ A Marcha das Margaridas é uma ação estratégica das mulheres da floresta e do campo que lutam pelo desenvolvimento sustentável com justiça, democracia, liberdade, autonomia e igualdade.

¹⁶⁷ A Pnapo é considerada por muitos como a maior conquista em termos de políticas públicas para agroecologia no Brasil.

¹⁶⁸ A mesa também contava com a participação de Carlos Mário Guedes (Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável); Paulo Petersen (AS-PTA); e Patrus Ananias (MDA).

chamada pra contribuir ativamente. Pra tal, ela articulou cinco Seminários Regionais e um Seminário Nacional, produzindo um documento subsídio para a construção da Política Nacional de Agroecologia, tudo isso impulsionado pela Macha das Margaridas. Nesse documento, a ANA construiu vários objetivos, diretrizes e ações, dentre elas a Secretaria das Terras, Territórios, da Água e da Cidadania, elemento que não entrou na versão final da Pnapo.

Neste evento, a presidente mesma fez um apelo na presença do Ministro do MDA vigente na época, Patrus Ananias, demonstrando que o diálogo entre cientistas e gestores públicos se dá em espaços diversos, inclusive num congresso de caráter acadêmico:

Gostaria de fazer uma solicitação direta ao Ministro Patrus que olhe com carinho, porque os nossos projetos são importantes, nós precisamos renová-los, porque agora a gente tá conseguindo construir a indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão a partir das universidades, institutos como a Embrapa, sempre com parceria direta com os movimentos sociais, com o movimento da agroecologia (Irene Cardoso, Belém, 2015).

Em resposta, Patrus Ananias fez uma longa série de agradecimentos a diversas instituições que envolvem o mundo rural e fez uma fala genérica e positiva focada nos esforços do governo em defesa da reforma agrária e a favor da agricultura familiar, frisando o compromisso com a sociedade civil para fazer da agroecologia uma grande prioridade, algo visto como central – e não como uma convenção marginal – para o Governo Federal.

Falando na presidência da Irene Cardoso na ABA, seu vice-presidente, Eros Marion Mussoi, assumiu o cargo graças a um dos contatos personalizados que o campo da agroecologia reforça, efetuando mais um nó nessa rede. Segundo o mesmo, ele se dedicou a essa atividade como

culpa do Caporal também. No Congresso de Porto Alegre, ele era da diretoria passada e ele (...) pediu pra mim, pro Paulo Petersen... Tu tens que entrar, tu me representa. Eu disse “tu me representa”, ele é a referência. Ele disse “eu estou cansado, quero outras coisas”. Aí propôs essa diretoria.

É um espaço interessante. Eu já te digo que tu vai gravar, a ABA é um espaço interessante, desde que ela seja, tenha postura crítica, ela não pode ser, ela tem que se mostrar uma associação independente, não uma associação que é um braço do governo, ela não é.

Tem que ser crítica das políticas públicas que nós estamos tendo, crítico aos avanços do agronegócio, crítico ao governo apoiando os que estão apoiando (Eros Mussoi, Belém, 2015).

Nesta busca por políticas, a ANA é, dentre outros, representada fortemente por Paulo Petersen, cuja trajetória é indicativa da forma como a agroecologia perpassa os setores acadêmicos, permitindo a entrada de certos sujeitos em movimentos sociais e levando-os à espaços de discussão e gestão pública.

No campo da gestão pública, tal ator atuou como um dos representantes da sociedade civil (enquanto dirigente da ABA) na Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Cnapo) para a formulação do Planapo. Além disso, esta comissão foi responsável pela formulação do Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos. Portanto, Petersen é um exemplo indicativo de como a agroecologia é produzida e reproduzida através de um conjunto de interações, até que seja possível atingir seu ápice de legitimação: a entrada nas políticas públicas. Com isso, o Planapo, com a sua execução através da Comissão Nacional de Agroecologia, se tornou uma forte iniciativa em torno da agroecologia e é exemplar do contato entre instituições governamentais, de pesquisa e movimentos sociais que conformam o cenário agroecológico brasileiro.

Um dos pontos fortes da existência da Comissão Nacional de Agroecologia é o fato de ela possibilitar o encontro de agroecologistas comprometidos na formulação de políticas públicas, ao menos uma vez por semestre na cidade de Brasília, pra discutir os rumos dessa política e desse plano reunindo os movimentos sociais articulados pela ANA e a ABA com o Governo Federal.

A Cnapo foi bastante pensada em espaços como os seminários acima citados, o que corresponde ao fato levantado por Carneiro, Delatin e Sandroni (2015), de que a formulação de política pública geralmente ocorre em espaços especializados (por exemplo, fóruns e seminários) onde os conhecimentos são produzidos e circulados, funcionando como produtores de ideias que alimentarão os fóruns políticos onde as políticas públicas são decididas. Estes últimos são alimentados pela produção científica, seja produzida fora de sua estrutura ou em seu próprio cerne.

Os fóruns – espaços de concertação entre gestores, cientistas e representantes da sociedade civil – são mecanismos acionados com frequência no Brasil, onde as diferenças entre perspectivas transformam-se em posicionamentos políticos (independente em qual direção) alimentados, por sua vez, por conhecimentos não apenas da academia, mas também da sociedade civil e de organismos multilaterais (...). A

maneira como funcionam supõe certos requisitos, como o conhecimento prévio, a confiança, a força política, que podem funcionar como barreira na seleção dos participantes (CARNEIRO, DELATIN e SANDRONI, 2015, p. 20).

Tais espaços, que representam prestígio político, são comissões especializadas que geram a possibilidade de discernir as diretrizes de organização do sistema, encaminhamentos estes que são representativos de uma visão de mundo. São lugares onde as forças estão centradas e de onde podem sair trunfos para serem usados no controle dos humanos e não-humanos (HEY, 2008).

O ápice da mobilização precursora da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo) é chamado de “Agosto Agroecológico”, pois foi no dia 8 de agosto de 2012 que houve o lançamento da “Frente Parlamentar Mista pelo Desenvolvimento da Agroecologia e Produção Orgânica”. E, no dia 20 de agosto deste mesmo ano, a presidente Dilma Rousseff instituiu o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo)¹⁶⁹, que contempla: “crédito e financiamento, seguro agrícola e de renda, preços compensatórios e regulatórios, compras governamentais, medidas fiscais e tributárias, pesquisa e inovação científica e tecnológica e assistência técnica e extensão rural” (GOMES e WILLIAM, 2013, p. 32).

Neste mesmo mês foi lançado pelo MDA o Plano Safra da Agricultura Familiar 2012/2013, que tinha como tema “Alimentos, Renda e Sustentabilidade”, incluindo a “Rota da Sustentabilidade”, onde todos os contratos de Ater exigiram melhoria de gestão ambiental e redução de uso de agrotóxicos, sendo contemplados também sistemas agroecológicos, orgânicos ou agroflorestais.

Na Embrapa, foi instituído pelo diretor executivo de Pesquisa e Desenvolvimento, via Resolução Normativa, o comitê gestor do portfólio “Pesquisa em Sistemas de Produção de Base Ecológica”, que assegurou a definitiva institucionalização do tema na Empresa (GOMES e WILLIAM, 2013).

Neste mesmo ano, o Ministro do Desenvolvimento Agrário vigente, Pepe Vargas, anunciou uma troca de titulares envolvendo seis áreas do MDA, entre elas a Secretaria de Agricultura Familiar (SAF), que voltou a ser comandada por Valter Bianchini, cargo este que estava ocupado por Laudemir Müller (que também já foi

¹⁶⁹ Por meio do Decreto nº 7.794. O Planapo I vai de 2012 a 2015; já o Planapo II, de 2016 até 2019. No I Planapo a Embrapa ficou encarregada de 17 iniciativas, enquanto que no II, 12 iniciativas.

Ministro do Desenvolvimento Agrário), e que acabou por assumir a Secretaria Executiva do ministério.

Em entrevista ao Portal “Gazeta do Povo” – jornal que integra o Grupo Paranaense de Comunicação (GRPCOM) – sobre o seu retorno à SAF, publicada em 11 de setembro de 2012, Valter reafirma a importância da agroecologia nas políticas voltadas para a agricultura familiar (grifos do autor):

Após cinco anos, o sr. retorna à secretaria. Quais os principais desafios da pasta nesta segunda rodada?

São basicamente quatro pilares: assistência técnica e extensão rural; agroecologia e produção orgânica; sucessão rural; e inclusão sócio-produtiva. Um dos principais desafios é transformar o Dater [Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural] em uma verdadeira empresa nacional de extensão rural que atue em parceria com estados e municípios. O MDA recentemente assumiu o comando de um grupo interministerial que coordena a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica [PNAPO]. Acredito que a agricultura familiar tem realmente uma correlação forte com um modo mais diversificado, mais ecológico de produção (...)

O grande divisor de águas para a agricultura foi a criação do Pronaf, em 1996. De lá para cá, o que mudou?

O programa ganhou musculatura e o volume de recursos cresceu de uma forma quase que geométrica...¹⁷⁰

Assim, a institucionalização da agroecologia no país ganha ainda mais força com o lançamento desta Política¹⁷¹, que institucionaliza o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo) – também chamado de Plano Brasil Agroecológico ou Brasil Ecológico – e estabelece a Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Cnapo) e a Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica (Ciapo)¹⁷², constituída por dez ministérios, coordenada pelo MDA e responsáveis por efetivar as diretrizes da Pnapo.

¹⁷⁰ Trecho da entrevista intitulada “Agricultura familiar sem limite de renda”, disponível no link: <http://agro.gazetadopovo.com.br/arquivo/agricultura-familiar-sem-limite-de-renda/> . Acessado em 29 de setembro de 2014.

¹⁷¹ Publicada pelo Governo Federal, sob a presidência de Dilma Rousseff, através do Decreto nº 7.794.

¹⁷² Os órgãos governamentais que fizeram parte da Câmara Interministerial foram: Secretaria-Geral da Presidência da República (SG/PR); Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa); Companhia Nacional de Abastecimento (Conab); Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa); Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA); Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra); Ministério da Saúde (MS); Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa); Ministério da Educação (MEC); Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE); Ministério da Ciência, Tecnologia e Informação; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS); Ministério do Meio Ambiente (MMA); e o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA).

Dentre os representantes da sociedade civil na Comissão Nacional de Agroecologia estão: a Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF Brasil); Articulação Nacional de Agroecologia (ANA); Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); Associação

O Planapo, cuja ampliação das compras governamentais está dentre os seus objetivos, nada mais é do que uma carta de intenções para a criação de instrumentos de ação do Estado, apresentando um conjunto de ações organizadas em quatro eixos estratégicos: I. Produção; II. Uso e Conservação de Recursos Naturais; III. Conhecimento; IV. Comercialização e Consumo. Seu objetivo é articular e implementar programas e ações comprometidas com a transição agroecológica e a produção orgânica e de base agroecológica.

A Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica também aprovou, no dia 8 de Agosto de 2014, o Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos (PRONARA), estruturado em seis eixos: Registro; Controle, Monitoramento e Responsabilização de toda a cadeia produtiva; Medidas Econômicas e Financeiras; Desenvolvimento de Alternativas; Informação, Participação e Controle Social; Formação e Capacitação. Para a sua efetivação, o PRONARA segue três diretrizes norteadoras: incentivo à redução de agrotóxicos e a conversão para sistemas de produção sem essas substâncias; construção de mecanismos de restrição ao seu uso, produção e comercialização – com especial atenção àquelas com alto grau de toxicidade – ; e um processo educacional da população em torno da temática.

Sobre o Pnapo, Valter Bianchini também fez parte da sua formulação ao participar da Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica (CIAPO) enquanto representante da SAF. Para ele, “o programa está muito rico e é fruto da maturidade das discussões entre o governo e representantes da sociedade civil”¹⁷³. Mais uma vez, o caminho de construção da agroecologia demonstra então um diálogo entre agentes de desenvolvimento, cuja ampliação de suas conexões faz avançar o campo agroecológico.

A Pnapo, que objetiva integrar e articular políticas e ações promotoras da transição agroecológica e da produção orgânica, contribuindo para o desenvolvimento

Brasileira de Agroecologia (ABA); Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG); União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES); Rede Ecovida de Agroecologia; Articulação Semiárido Brasileiro (ASA); Câmara Temática de Agricultura Orgânica (CTAO); Subcomissão Temática de Produção Orgânica (STPOrg); Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil (MMC); Movimento dos Pequenos Agricultores; Rede Cerrado; Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (ASBRAER); e Associação Brasileira de Agricultura Familiar Orgânica, Agroecológica e Agroextrativista (Abrabio).

¹⁷³ Trecho da matéria intitulada “Comissão Nacional de Agroecologia aprova Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos”, publicada em 12 de agosto de 2014. Disponível no link: <http://aspta.org.br/2014/08/comissao-nacional-de-agroecologia-aprova-programa-nacional-de-reducao-de-agrotoxicos/>. Acessado em 25 de setembro de 2014.

sustentável, existe graças ao ganho de espaço institucional

com a lei número 10.831 de 2003 que definiu e regulamentou a produção e comercialização da produção orgânica no Brasil. Posteriormente, o MAPA estabeleceu a instrução normativa número 64 em dezembro de 2008 na qual definiu e regulamentou o sistema de produção como orgânico. Apesar de já fazer parte do conjunto das políticas agrícolas tanto do MAPA quanto do MDA, até o ano de 2012 a agroecologia ocupava um espaço marginal dentro dessas políticas em ambos os ministérios (Bosetti, 2013). Nesse ano, em função de acontecimentos como a Rio + 20 e das pressões provenientes dos movimentos sociais que defendem uma agricultura sustentável e autônoma em relação às multinacionais do agronegócio, o governo federal lançou a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PNAPO (BOSETTI, 2015, p. 8).

Deste modo, “a institucionalização da agroecologia possibilitou a construção de um quadro normativo que estabilizou o mercado, criando as condições necessárias para ação” (NIERDERLE e ALMEIDA, 2013, p. 53) de diversos atores no cenário político do país. Neste sentido, a Pnapo, como resultado da transformação de marcos jurídicos e regulatórios, indica uma ação mais estratégica para fazer da agroecologia uma pauta política nacional, o que tem atraído a atenção de consumidores, vendedores, empresas, como também de organizações de pesquisa, extensão rural e assistência técnica.

Como dito por Maria E. Pacheco, há um acúmulo de esforços dos atores em rede já citados neste trabalho e das várias iniciativas propostas, o que permitiu, conseqüentemente, a existência da Pnapo enquanto construção de outra perspectiva de desenvolvimento rural:

Essa construção vem desde o primeiro Encontro Nacional de Agroecologia (ENA). E aí, é um movimento em vários sentidos, esse debate vai ganhando densidade e concretude através dos ENAs, isso é um passo (...). Por exemplo, uma das primeiras conquistas, ao meu ver, que houve, antes de se instituir a Política, foi a influência do campo agroecológico na Política de Assistência Técnica e Extensão Rural. (...) Esqueci de uma coisa, não pode perder de vista que além do Consea tinha o Condraf, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, lá sempre estiveram pessoas que são da ANA e foi a partir do Condraf que se iniciou também o debate sobre a Política de Assistência Técnica (...), a própria FASE, a entidade que eu participo, também esteve nesse debate e houve uma crítica, um trabalho muito articulado, que talvez você vá ver ele exatamente na publicação “Construção do Conhecimento” que foi feita pela ANA antes do II ENA, você verá como alí tem a materialidade das propostas pra mudar a orientação dominante da Política de Assistência Técnica, que sempre foi baseada na visão do difusionismo, na visão de transmissão de conhecimento, tanto é que na ANA

começamos a discutir construção coletiva do conhecimento e começamos a influenciar. Agora você pergunta como. Isso é uma soma de ações articuladas, que é de audiências pedidas, solicitadas junto ao Ministério ou nos debates através do Condraf, dentro do próprio Consea também discutimos um pouco a assistência técnica, eu digo um pouco porque essa é uma política que foi sempre mais discutida no Condraf. E também, as decisões e conclusões do ENA também eram encaminhadas ao governo e houve uma certa maleabilidade, com dificuldades, com resistência, mas pra ir incorporando algumas propostas, se não, não teria como explicar como é que hoje tem, por exemplo, uma chamada de agroecologia de Ater, ou uma chamada pra mulheres (Maria Emília Pacheco, 2016).

FIGURA 21: Alguns laços da Pnapo



Fonte: Próprio autor. Jonatta S. Paulino (2017)

Dentre as dificuldades de implementação do Plano Nacional, foi evidenciado pela professora Laécia Jalil a disputa no sentido de não incluir a categoria “Orgânica”

e seu eixo produtivo, fazendo com que o plano fosse focado inteiramente na agroecologia, o que não obteve sucesso:

A ideia era disputar mesmo o Estado, disputar recurso para a agroecologia, para as políticas, construir uma política agroecológica, enfim, mesmo que você tenha uma política de Ater que assuma os princípios da agroecologia, você conseguir dentro do Estado garantir recursos específico para ações, para a transição agroecológica. Então acho que o Planapo ele vinha nesse sentido e a gente sabe que, por exemplo, a produção orgânica, ela não necessariamente é agroecologia. No campo da disputa nesses processos, quem estava lá, a gente ouvia muito dizer isso “teve que incorporar a produção orgânica”. Então assim, como é que você, em certos momentos, tem que recuar pra poder juntar forças e enfim, nesse sentido que quem estava né, nesse processo diretamente nessa arena, conta que tivemos que abrir mão e incorporar a produção orgânica porque não existia força naquele momento pra fazer um Plano Nacional de Agroecologia. Então a produção orgânica entra porque é óbvio, existe um campo aí da agricultura que trabalha com a produção orgânica, principalmente no eixo Sul, Sudeste, enfim, e que percebe isso mais como uma produção para o mercado, que a agroecologia não visa isso, não necessariamente a produção para o mercado, mas a segurança alimentar, enfim, são outros princípios que regem a produção agroecológica (Laetícia Jalil, Recife, 2015).

Por fim, embora o Planapo tenha sido “muito bem recebido pela comunidade agroecológica, o acompanhamento das políticas públicas (...) não é condizente com a característica e o discurso da agroecologia brasileira” (AVENTURIER, OLLIVIER, ALENCAR e BELLON, 2015, p. 55), demonstrando que ainda existem limites que são cotidianamente enfrentados pelos agroecologistas.

A ciência e a democracia

Os pesquisadores brasileiros ficaram atraídos pelas demandas do contexto das grandes lutas do final da década de 1970, um momento de avanço dos movimentos populares contra o regime autoritário, conformando um novo sujeito político e um novo sindicalismo. Surge então um vínculo orgânico entre estudiosos e sindicalistas (BRAGA e SANTANA, 2009).

A democracia dos anos 1980 foi alimentada por uma conjuntura política favorável e pela visibilidade dos movimentos sociais, emergindo da crise do regime autoritário e dos diferentes esforços de aprofundamento democrático da nação. Esta década presenciou a ruptura da “unidade” da sociedade civil, quando ela se torna

diversa e expressiva. Entendemos a sociedade civil como um composto de conglomerados de vida associativa, é “um subproduto do capitalismo ocidental do fim do século XIX, o qual produziu associações, movimentos e públicos que eram externos tanto ao Estado como à economia – partidos, sindicatos” (BURAWOY, 2009a, p. 63).

Esta década é a época de ouro do movimento dos trabalhadores no Brasil, avançando sua mobilização e ganhando fortes contornos políticos e institucionais. Nesse período, o sindicalismo consegue formar grandes instituições, como o PT (1980) e a CUT (1983), com presença no debate político nacional. Isso conforma as bases para o que viria a ser o “novo sindicalismo”.

Então, “os pesquisadores das ciências sociais dos anos 1980 se viram diante de um momento político marcado por movimentos vários de luta contra opressões diversas” (SADER e PAOLI 1986: 60 apud BRAGA e SANTANA, 2009). Momento em que os cientistas reconstruíram sua interpretação científica para levar em conta a perspectiva dos objetos de pesquisa, efetivando uma interlocução entre os cientistas e os “novos sujeitos políticos”.

O processo de alargamento da democracia é expresso na criação de espaços públicos e na participação da sociedade civil nos processos de discussão e de tomada de decisão relacionadas com as políticas públicas. O marco formal desse processo é a Constituição de 1988, que fundamentou essa participação civil. Tal projeto provém da luta contra o regime militar empreendida por setores da sociedade, tendo destaque os movimentos sociais (DAGNINO, 2004).

Um dos pontos fundamentais do esforço democratizando iniciado nos anos 1970 com a luta contra o regime autoritário e ratificado nos anos 1980 foi a batalha contra a concepção estatista de poder e política na busca por uma visão ampliada de política e de seus atores. Forçava-se uma ampliação da visão da arena política para incluir a constituição dos civis como sujeitos políticos. Daí, os anos 1990 se tornaram cenário de um fluxo dinâmico e atuação conjunta entre sociedade civil e Estado. Há então um

movimento que se enunciava no final dos anos 1980 e início dos anos 1990, quando a questão social e a pobreza passam a ser vistas sob a ótica da construção da cidadania e da igualdade de direitos, tal como paradigmaticamente evidencia a criação do Conselho de Segurança Alimentar (Consea) (DAGNINO, 2004, p. 156).

Os anos 1990 presenciaram uma transformação no perfil do engajamento dos cientistas em direção às ONGs e ao empreendedorismo social. Na universidade,

umentam os estudos sobre políticas públicas. “O perfil crítico e reflexivo hegemônico nos anos 1980 (...) cede progressivamente seu lugar para um perfil (...) comprometido com a ‘gestão da questão social’ e profundamente envolvido com as políticas públicas e com as ONGs” (BRAGA, GARCIA e SILVA, 2009, p. 256)

Essa ciência politizada germina no Brasil bastante graças a seu caráter de país desigual que oferece material histórico para uma epistemologia crítica, reflexiva e engajada com públicos extra-acadêmicos, além de haver a presença de um fazer científico militante de acordo com a trajetória intelectual e política dos pesquisadores (BRAGA, GARCIA e SILVA, 2009).

Este fazer científico procura abrir-se ao conhecimento reflexivo, aquele que tematiza sua relação com as propostas da sociedade, encontrando os atores extra-acadêmicos e os públicos que têm sua autonomia ameaçada (BURAWOY, 2009b). Em virtude da sua história, os cientistas dos países menos desenvolvidos e com disciplinas jovens, como no caso da agroecologia brasileira, não recuam para dentro dos muros da universidade, mas avançam em direção à sociedade civil, o que não acontece nos países com disciplinas mais velhas e estabelecidas.

Atualmente, não vivemos num momento totalitário de anulação da política, mas sim, num contexto de constante disputa. Essa disputa simbólica é constitutiva de toda disputa política e atravessa as experiências contemporâneas de construção democrática no Brasil. Neste contexto, a linguagem corrente obscurece diferenças e reduz antagonismos subjacentes ao vocabulário comum. Temos uma disputa político-cultural entre projetos políticos, operando em noções como sociedade civil, participação e cidadania.

De um lado, temos projetos políticos que envolvem a criação de espaços onde o poder do Estado possa ser compartilhado com a sociedade e a constituição de um campo ético-político, como por exemplo, os Conselhos Gestores de Políticas Públicas e os Orçamentos Participativos (criados majoritariamente em locais com governança do PT). Um marco importante desse processo de democratização foi a eleição de Lula.

Por outro lado, existem projetos neoliberais, reforçados com a eleição de Collor em 1989, em que o Estado se isenta cada vez mais do seu papel garantidor do bem estar social, encolhendo suas responsabilidades sociais e transferindo-as para a sociedade civil. Tal processo se insere uma tendência global de adequação das sociedades ao modelo neoliberal produzido no Consenso de Washington. É interessante frisar que, em ambos os casos, é necessária a participação da sociedade civil.

As noções de sociedade civil, participação e cidadania são mecanismos de disputa e relação entre os projetos. Portanto, devemos abandonar a separação que coloca, de um lado, a sociedade civil como um espaço de virtudes democratizantes e, do outro, o Estado como o obstáculo à participação democrática, já que o neoliberalismo entra no Brasil justamente a partir dos espaços públicos abertos para o diálogo, conformando um paradoxo e uma confluência perversa entre um modelo mais democrático e outro neoliberal.

A hegemonia do projeto neoliberal traz como consequência o crescimento e o novo papel exercido pelas organizações não governamentais e a marginalização dos movimentos sociais. Assim, “o resultado tem sido uma crescente identificação entre ‘sociedade civil’ e ONGs, onde o significado da expressão ‘sociedade civil’ se restringe cada vez mais a designar apenas essas organizações” (DAGNINO, 2004, p. 149).

A noção de cidadania também é alterada, agora produzida não apenas nos limites do Estado com a aquisição de direitos no sistema político-jurídico, mas na própria sociedade civil, num formato mais igualitário de relações sociais, reconhecendo o outro como sujeito portador de interesses e direitos legítimos. “Isso implica também a constituição de uma dimensão pública da sociedade, em que os direitos possam se consolidar como parâmetros públicos para interlocução, o debate e a negociação de conflitos” (DAGNINO, 2004, p. 154).

É na formulação de políticas que consideram pertinentes a superação da pobreza e da desigualdade que se encontra o terreno privilegiado de luta da sociedade e do projeto democratizante. Agora, as políticas são pensadas como esforços emergenciais para determinados setores sociais, como no caso do que é dito por Jalcione Almeida sobre as disputas políticas da agroecologia:

O que muito agroecologistas querem é ir para a disputa, eles querem ir para as cabeças – como a gente diz – eles querem bater chapa com chapa, ciência com ciência, e querem, muitos deles “olha, que no futuro a agricultura seja toda agroecológica”, ponto. Na verdade, é isso que se quer pra muitos agroecológicos (...), é legítimo pensar isso. Agora, não consigo perceber como é que faz isso de maneira individualizada. (...) E aí eu volto a insistência, eu acho que, antes de uma afirmação paradigmática ou junto com a afirmação paradigmática/científica, necessariamente, é o campo da política, e estou falando Política com “P” maiúsculo, que é o do confronto e das disputas, políticas mais relevantes no campo da produção, no campo do agrário, do agrícola, é nesse campo que eu acho que tem que se disputar.
(...)

O movimento agroecológico politicamente hoje tem potencial mais reduzido, politicamente, em minha opinião.

(...)

Vejo um pouco assim, retomar uma discussão que aproxime essas duas vertentes (...), que reaproxime essas duas vertentes, uma vertente política (...) e uma mais técnico-científica, que ambas são importantes (Jalcione Pereira de Almeida, João Pessoa, 2015).

A perda do potencial político da agroecologia mencionada é explicada pelos agroecologistas, muitas vezes, pela virada neoliberal do Governo Dilma – grosso modo, em contraposição à abertura democrática do Governo Lula – o que pode explicar o afastamento de pessoas como o Caporal dos cargos públicos e a perda de espaço da agroecologia nas políticas, como uma dissidência do próprio PT:

O Congresso conservador mantém leis e não importantes e 70% do Congresso, 374 deputados de 503 deputados são da bancada ruralista. É desigual! Distribuídos em 24 partidos. Então não é... Se engana quem pensa que é só a maioria dos Democratas, dos partidos mais conservadores. Não! Estão distribuídos, isso serve pra bancada mineradora, bancada evangélica, fundamentalista que ignora os interesses da população, bancada dos bancos. Não existe isso de só um partido político.

É isso a crise política da Dilma, é isso que ela se aliou a esses caras. A crise política é uma crise decisória de quem se aproveita do poder

(...)

São parcerias infelizes (Eros Mussoi, Belém, 2015).

Portanto, nessa disputa entre diferentes projetos políticos, a agroecologia se coloca no lado democratizante e o agronegócio é colocado no lado neoliberal:

É batendo no Ministério de Desenvolvimento Agrário, Ministério de Desenvolvimento Social, Ministério do Meio Ambiente. (...) Os caras estão aprovando transgênico. O Ministério diz que está na mão de pessoas poderosas. Então é tudo tirado a fórceps, é muita luta, se não pressionar o governo, não sai. (...) Sem desrespeitar o Planapo e as pessoas que tiveram envolvidas, não é nada frente ao agronegócio. O agronegócio é antigo, jogam dinheiro, cancelam dívida, repactuam dividam, abrem projetos... Então essas coisas saem naturalmente, pra nós temos que ficar lutando com documento, política, documento, então é uma situação desgastante (...). Completamente desequilibrada, é injusta, é uma luta desigual (Eros Mussoi, Belém, 2015).

Por fim, essa postura crítica dos agroecologistas frente aos avanços neoliberais nos permite enxergar uma leva de pesquisadores que justificam sua atuação profissional pelo conteúdo político de suas preocupações acadêmicas. “Assim, a pesquisa pressupõe

um comprometimento com a política pública (...), com uma contribuição mais direta às questões eleitas como de interesse social ou política” (CARNEIRO, DELATIN e SANDRONI, 2015, p. 18). Essa relação entre política pública e ciência também perpassa a capacidade de inserção dos pesquisadores nos espaços institucionais onde se produzem as políticas. Formam-se nisso grupos de interessados, unidos por questões que lhes são pertinentes.

O projeto político

A crítica da racionalidade instrumental é algo próprio do paradigma científico moderno e permite a ruptura com o tempo linear da noção de progresso, multifacetando as análises e as percepções da vida. Ao lado disso, se faz necessária uma nova forma de se pensar em fazer política, envolvida em novos valores e formas de conhecimento.

Construir um novo tipo de racionalidade implica em ativar um conjunto de elementos sociais capazes de orientar e sancionar o comportamento dos atores sociais, envolvendo processos políticos e conflitos de interesses, “reorientando valores e instrumentando normas” (LEFF, 2006, p. 242). Esta racionalidade perpassa o desejo por reformas no Estado, transformações institucionais e a realização de um tipo interdisciplinar de conhecimento e de formação profissional. É um processo político e social que passa pela confrontação de interesses opostos pela inovação de conceitos e conhecimentos.

A racionalidade (...) é definida como o sistema de regras de pensamento e de ação que se estabelecem dentro de esferas econômicas, políticas e ideológicas, legitimando determinadas ações e conferindo um sentido de organização da sociedade em seu conjunto. Essas regras orientam processos, práticas e ações para determinados fins, através de meios socialmente construídos, que se refletem em sistemas de crenças, normas morais, acertos institucionais e padrões de produção (LEFF, 2006, p. 243).

Estamos diante de transformações discursivas que trazem à tona outros interesses sociais, formas organizacionais e processos ideológicos, orientando a ação através e para uma racionalidade diferenciada. Este processo indica a força que a construção do conhecimento tem para entender os novos caminhos pelos quais as práticas são direcionadas.

A inovação social está profundamente articulada à possibilidade de projetar utopias que superem as conquistas da modernidade, incorporem o domínio coletivo e consciente das ciências, das técnicas, das escolhas de produção, da distribuição e de consumo de bens materiais e não materiais. Sonhar utopia, entretanto, não é suficiente. É necessário buscar os meios de concretizá-las. Impõe-se, pois, pensar estrategicamente, planejar novos modos de conhecimento que sirvam como alavancas de uma sociedade sustentável (BAUMGARTEN, 2014, p. 21).

Sonhar utopias é estar embebido em certos discursos. Concretizá-las é pôr em prática um projeto político, que nada mais é do que o conjunto de crenças, interesses, concepções de mundo e representações de como deve funcionar a sociedade, elementos estes que orientam a ação política de diferentes sujeitos. Todavia, entender a política unicamente como valores, interesses, forças e opiniões de homens insolados é empobrecer o seu significado. A política é “a gestão, a combinação e a negociação das mediações humanas e não-humanas” (LATOUR, 2001, p. 332). Só conseguimos enxergar isso quando vemos os fatos juntos em suas redes e controvérsias.

Os projetos políticos são coletivos e possuídos por uma dimensão societária: uma visão de como deve ser a sociedade. Eles orientarão a ação política de um ator social nas mais diversas formas de ação política e produzem significados que interagem com matrizes culturais mais amplas. Deste modo, os projetos políticos se ancoram em configurações existentes e elaboram novos elementos, transformando o repertório cultural da sociedade. Aqui, a política é também permeada por escolhas, expressas nas ações dos sujeitos, orientadas por representações, crenças, valores e interesses em suas trajetórias.

A noção de projeto político é útil para abandonar as visões homogeneizantes do Estado e da Sociedade Civil, pois reconhece a diversidade interna de ambas e o seu relacionamento, onde existem diferentes projetos políticos que se atravessam, tanto no Estado quanto na sociedade (DAGNINO, 2004), sendo o agroecológico um deles.

Esta noção traz consigo o laço entre cultura e política, sendo cultura o conjunto de significados que integram práticas sociais. A cultura deve ser entendida também através das relações de poder, que podem ser vistas a partir de seu caráter cultural, pois expressam, produzem e comunicam significados. A cultura é uma dimensão de todas as instituições (econômicas, sociais e políticas), um conjunto de práticas materiais que constituem significados, valores e subjetividades. No mais, a cultura é política porque envolve processos que buscam redefinir o poder social (BAGATTOLLI, 2010).

Assim, a visão social de mundo, isto é, o conjunto de ideias sobre o homem, a sociedade, a história e sua relação com a natureza está de acordo com posições sociais, interesses e situações, mesclada em lutas simbólicas e os projetos políticos postos em prática nos diferentes jogos de poder.

Nem sempre os atores agem nos processos decisórios de forma totalmente correspondente com seu projeto político, todavia, não deixam de seguir um modelo cognitivo, que pode ser entendido como o conjunto de ideias que pauta a ação de um ator numa determinada arena. Este modelo é conformado em interação com outros atores e suas agendas. Trata-se de um conjunto de ideias acerca do objeto da política, de seu contexto e que pode ser aplicado no estudo de políticas públicas.

A construção de políticas envolve atores diversos com distintos projetos políticos, “onde a força ou debilidade de um ator pode ser avaliada pela sua capacidade de aproximar a agenda decisória de sua agenda particular” (BAGATTOLLI, 2010, p. 118), não existindo barreira entre ciência, tecnologia e sociedade, onde o desenvolvimento científico impacta o contexto sociopolítico e o inverso também.

As conexões entre o conhecimento científico e as políticas públicas envolvem complexas questões de autoridade e credibilidade. Estes nós devem ser conceitualizados em termos de identificações sociais e culturais, envolvendo diferentes expectativas, compromissos e definições ente as fronteiras da natureza e da cultura, da ciência e da política, enfim, do que deveria ser objeto da responsabilidade humana (WYNNE, 1994).

“A formulação de políticas públicas mobiliza segmentos da instituição estatal e da articulada (...) sociedade civil, tendo no centro dessa mobilização recursos e capitais diversos; ou seja, concorrência de saberes e conhecimento técnico” (GOMES, 2014, p. 132) para que a agroecologia seja o elemento central de um projeto político diferenciado.

Os instrumentos das políticas públicas não são dispositivos dados, eles portam representações de mundo, organizando as relações entre Estado e sociedade. Assim, o argumento científico-tecnológico torna-se persuasivo para conseguir adesão de atores da sociedade e para o embasamento de políticas públicas no setor agrícola. Não é somente promover o desenvolvimento da agricultura familiar, isso não acontece sem alguma base. É preciso forjar a adesão da agroecologia enquanto um projeto político, lutando para impor um sistema de classificação “mais correto” e buscando a hegemonia política.

Podemos afirmar, inspirando-se em Bourdieu (2004a) que o modelo cognitivo que engloba o campo agroecológico produz uma forma particular de *illusio*, que é o

interesse científico anti-econômico, desinteressado e puro. Neste sentido, a crença dos agroecologistas na produção de uma sociedade mais justa aparece como uma busca científica gratuita, baseada num projeto político cujas representações sociais interessadas e parciais são vividas como universais e objetivas, usadas como armas nas lutas internas ao campo científico e como equipamento nas disputas por políticas e ações em agroecologia.

Os homens políticos se armam da ciência para governar, para legitimar uma ação política inspirada por razões não científicas (BOURDIEU, 2004a). Assim, os conflitos intelectuais são também conflitos de poder, pois a estratégia de um pesquisador comporta uma dimensão política e uma dimensão científica. No campo agroecológico, a complementaridade entre esses dois universos resulta numa maneira eficaz e legítima de formular e constituir uma demanda social.

A retórica da demanda social, associada à preocupação real em satisfazer as necessidades e as expectativas de pequenos agricultores, camponeses, quilombolas, indígenas, comunidades tradicionais e etc., assegura “uma forma relativamente indiscutível de legitimidade e, simultaneamente, um acréscimo de força simbólica nas lutas (...) de concorrência pelo monopólio da definição legítima da prática científica” (BOURDIEU, 2004a, p. 47).

O poder é reproduzido também na produção acadêmica textual, cujo conteúdo é reflexo das lutas de classificação no que se refere ao que é legítimo frente à extensão da ciência ao mundo rural. Essa biblioteca científica, como vimos, acaba por converter necessidade social em virtude científica (BOURDIEU, 2004b).

Isto significa que a arena da responsabilidade social existe também dentro da ciência e das suas lutas, na qual, as responsabilidades normativas são intrínsecas ao discurso da ciência, indicando os nós entre ciência e política numa rede de relações intelectuais que fecham as incertezas numa caixa preta, envolvendo fluxos institucionais e processos sociais. E, “para que continue existindo, a caixa-preta exige um consumidor ativo e precisa ser acompanhada por outras pessoas” (LATOUR, 2000, p. 227). Sem a ação de muitas e diferentes pessoas, a caixa-preta tende a ser inútil.

A construção do campo agroecológico se dá como um empreendimento coletivo, feito por pessoas que acionam recursos sociais para realizar um grande projeto político-científico. Sabendo que o campo científico é um lugar histórico que produz verdades trans-históricas, a luta científica tem como objetivo o monopólio da representação

legítima do real. Isto é, um projeto de dar uma representação realista do real, de criar uma realidade objetiva da qual deve-se dizer a verdade (BOURDIEU, 2004b).

Na tentativa de se constituir enquanto hegemonia com base em alianças e na geração de consentimento e conhecimento, os atores engajados em um projeto político também se dedicam a criticar outras ações, acusando-as de falsas, arcaicas, absurdas, irracionais ou ilusórias, isto porque, as hegemônias são produzidas, reproduzidas, contestadas e transformadas no discurso (FAIRCLOUGH, 2001). Deste modo, a execução de um grupo define suas entidades, de forma a se afastar de outras que consideram ilegítimas, ou seja, os antigrupos, que têm como função delimitar o mundo social do primeiro grupo.

Os recursos utilizados para demonstrar as fronteiras que delimitam esse grupo e para que ele perdure envolve a mobilização de profissionais e de equipamentos intelectuais. Em outras palavras, a delimitação dos contornos do grupo, um constante de trabalho de justificação da sua existência – suas regras, seus precedentes e suas definições – é um jogo que envolve recrutamento e posicionamento dentre as variadas vozes contraditórias na definição dos limites e apresentação das aparências.

Isto não significa que os adeptos ao grupo sejam cumpridores cegos e obedientes à coesão grupal (LATOURET, 2012). Os grupos se fazem existir de maneira performativa, não são inertes, investindo constantemente em mobilização, manutenção e desenvolvimento¹⁷⁴. Desta forma, a institucionalização da agroecologia perpassa a conformação de grupos, como a “Armada Cordobesa”, que integra as mais diversas instâncias, reagregando seus participantes e agregando novos indivíduos com o intuito de estabelecer a agroecologia enquanto padrão de ação política.

As conquistas dos participantes da Armada são caracterizadas pelo volume de seu capital científico, uma espécie particular de capital simbólico (fundado nos atos de conhecimento e reconhecimento dos concorrentes). Por este motivo, adquiriram maior probabilidade de impor seus desejos num campo relativamente recente e vanguardista de acordo com a sua posição na estrutura de distribuição do capital.

A produção textual da agroecologia, enquanto não-humanos actantes, funcionam como nós num coletivo de conexões, não se deve unicamente à criatividade dos autores, mas também ao contexto de sua produção, ao estágio da trajetória do pesquisador e ao local de sua fabricação.

¹⁷⁴ A norma não é a regra de observação dos agregados, mas sim, a inovação.

A capacidade de antecipar tendências, ligada à origem social e acadêmica dos participantes, permitiu a posse de bons temas e lugares de publicação em boa hora (um contexto nacional favorável) sendo um dos fatores que determinam as diferenças sociais mais marcantes em suas carreiras científicas (BOURDIEU, 2004a). Portanto, o capital científico acumulado intermedia a adentrada dos agroecologistas na política, da mesma forma que esta entrada reforça a ciência por eles realizada.

Estes *experts* cuidadosamente selecionados são capazes de fazer a ligação profícua entre o mundo da ciência e da gestão pública, tendo o poder de falar, de dizer a verdade, pelo reconhecimento que estes têm graças ao seu conhecimento e trajetória, dando ordem a assembleia dos humanos e calando o que achar necessário. Assim, estes fazem falar o mundo e constroem a verdade nos debates.

Desta maneira, a operacionalização do discurso agroecológico empodera os argumentos de autoridade científica dos agroecologistas, com seu treinamento, capacitação e formação para efetivar a transição agroecológica. O termo agroecologia funciona como categoria de mobilização social, moral, ideológica e afetiva, por meio de um caráter operacional para a construção do consenso e de uma unidade reguladora e disciplinadora das diferenças no interior da arena de disputas que são as perspectivas para o desenvolvimento rural. Trata-se de um “esforço coletivo de pessoas e instituições com trajetórias e interesses distintos” que “tem papel crucial como desestabilizador de hierarquias morais dominantes” (GERHARDT, 2014, p. 39) nas políticas públicas para o mundo rural.

Neste contexto, os valores da agroecologia não são por si mesmos produtores de práticas agroecológicas, estes contam com a confecção de nós e alianças para contestar uma hegemonia discursiva e prática em torno do mundo rural e agrícola. Apenas com a interação entre atores sociais com instituições governamentais e não governamentais engajadas num mesmo projeto político é que seus ideais passam a se constituir enquanto nós na construção de arranjos sociais e políticos.

Sabendo que “o nosso comportamento individual é em grande parte influenciado e, em muitos casos, relativamente determinado por princípios instituídos em políticas públicas (...), controlando suas condutas e imprimindo novas racionalidades” (GOMES, 2014, p. 127), adentrar nas políticas públicas significa controlar o comportamento dos atores sociais, fazendo com que elas adiram a seus ideais. Portanto, construir políticas públicas de acordo com um determinado projeto político é abrir a possibilidade de controlar humanos e não-humanos.

Dagnino (2004) aproxima sua definição de projeto político à de Gramsci, designando-a como os “conjuntos de crenças, interesses, concepções de mundo, representações do que deve ser a vida em sociedade, que orientam a ação política dos diferentes sujeitos”, a partir da hipótese de que há um vínculo entre cultura e política, onde os projetos políticos não se “reduzem a estratégias de atuação política no sentido estrito, mas expressam e veiculam e produzem significados que integram matrizes culturais mais amplas” (p. 144).

O fato de que um projeto político envolve diferentes questões além da atuação política estrita, pode ser exemplificado no apelo messiânico do campo agroecológico, evidenciando a existência dos mais pobres e de seus aspectos culturais e cotidianos, como vimos no Seminário Internacional “Agroecologia no mundo e a encíclica ecológica”, realizado em 2015¹⁷⁵.

Neste seminário, foi discutido o ressurgimento da teologia da libertação com uma clara vertente de teologia ecológica, insistindo nos termos da ética da vida e na economia do bem viver. A inspiração para esse debate vem da atuação do Papa Francisco, que enxerga os pobres enquanto as “vítimas prediletas” da crise ecológica. Nas palavras do expositor Guilherme da Costa Delgado, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e consultor da Comissão Brasileira de Justiça e Paz:

Tornar o debate da encíclica num debate eclesialístico, não é essa a intenção do Papa. O Papa quer um diálogo ecumênico, não é um diálogo interno à corporação religiosa. Nesse diálogo ecumênico, nós também estamos fazendo um papel de Igreja, nós leigos, só numa concepção canônica, os leigos são um pequeno detalhe, quando uma coisa não é organizada pela estrutura, parece que não é de Igreja, mas isso aqui, eu sou Igreja, embora não tenha nenhuma representação. Mas, eu acho que as Pastorais Sociais, os movimentos leigos e etc precisa ter uma amizade, uma hierarquia religiosa e mais autonomia. Assim como estamos no Papado do Francisco, nos dois Papas anteriores não tinha essa conversa (...) eram digamos assim, conservadores, não queriam penetrar nessa relação com o mundo (Guilherme da Costa Delgado, Campina Grande, 2015).

A realização de seminários de Agroecologia pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e a divulgação da Encíclica “Laudato si’”, pelo Papa Francisco “são expressões de movimentos de renovação em instituições que até o presente momento mantiveram-se alheias ou mesmo hostis às proposições do campo agroecológico” (CBA, 2015, p. 5). Este último se trata

¹⁷⁵ Organização: Rede Agricultores e AS-PTA. Local: Universidade Federal de Campina Grande.

de um documento onde o Papa critica o desenvolvimento e o consumismo irresponsável e apela mundialmente ao combate da degradação ambiental.

“O projeto político, a missão que as pessoas ou a organização se coloca (...) tem a ver com a vontade e a disposição” (GUTERRES, 2006, p. 137). Ou seja, o projeto político é posto em prática a partir dos interesses do grupo envolvido e com a tomada de ação desse grupo de acordo com a posição que eles ocupam no espaço social. O planejamento do projeto político e a aplicação das estratégias pensadas sempre são perpassados por interações e tensões, influenciando-se entre si: atores, contexto, público-alvo, plano, projeto e programa. Para sair do campo do planejamento para o campo da luta política, é necessário ter o controle dos recursos. Portanto, o objetivo da luta política, grosso modo, é o controle dos recursos humanos e não-humanos.

Ator não-humano recursivo da agroecologia e objeto de disputa por controle é a própria natureza, um aliado discursivo que se faz decisivo em seus debates como algo que está sempre melhor representado ao seu lado. A agroecologia é colocada como a solução frente à crise ecológica no que se refere ao uso de recursos naturais porque se apoia nos dados da natureza, que “em tese”, estariam falando por si mesmos.

Os humanos não perpetraram sua política sem a presença dos não-humanos (LATOUR, 2004). Assim, o apelo ao respeito à natureza quanto aos impactos negativos do modelo de modernização conservadora, lado a lado à justiça social dos que vivem e trabalham no mundo rural, formam a causa final da resolução das controvérsias que envolvem a agroecologia e seus setores opostos. Portanto, o projeto agroecológico em busca de mudanças estruturais envolve a mobilização em lutas políticas contra outros setores da sociedade, como o agronegócio e as empresas transnacionais responsáveis por produzir agrotóxicos e transgênicos (ZONIN e BRANDENBURG, 2012).

o principal desafio para a incorporação (...) de inovação agroecológica é político. A força do agronegócio na política econômica (...) constitui um grande entrave para o avanço na formulação de um projeto democrático e sustentável de desenvolvimento rural” (LUZZI, 2007, p. VIII).

Para se posicionar contra esses setores, não basta apenas afirmar que a natureza está ao seu lado, mas tem-se que mostrar os outros aliados (pessoas e instituições) além do meio ambiente. Isto significa que a agroecologia vem ganhando espaço não apenas porque ela protege a natureza, mas porque ela está esticando as malhas de sua rede e

absorvendo mais coligados. Falando de outra forma, os ganhos de espaço da agroecologia não podem ser explicados somente pela positividade em relação à natureza, mas também graças ao recurso a aliados que foram reunidos para tornar esse fato indubitável e necessário, conformando uma caixa-preta.

A maneira como os agroecologistas dialogam é guiada pelo paradigma de ética ambiental, onde se cria um campo de sentidos compartilhados e de negociação entre instâncias, já que paradigmas e discursos ambientais como o da sustentabilidade tem a capacidade de guiar o diálogo entre os atores sociais, criando um sentido e um direcionamento único para as ações (ROJAS, 1997).

O discurso ambiental é um pensamento crítico e com um propósito estratégico que transforma conceitos e métodos de várias disciplinas e constrói novos instrumentos para a gestão ambiental. Esse discurso envolve trocas entre a atividade científica e o aparato institucional mobilizado para a resolução de conflitos sócio-ambientais. A junção deste discurso e de outros, com capacidade transformativa da realidade social, fundam uma racionalidade ambiental que é também constituída por critérios para a tomada de decisões dos atores sociais no sentido de orientar políticas públicas, normatizar processos de produção e consumo e legitimar ações de diferentes atores e grupos sociais. Portanto, a racionalidade ambiental articula instrumentos técnicos, normas legais e ações sociais conjuntamente, “orientando o saber no campo estratégico do poder e da ação política” (LEFF, 2006, p. 252).

O discurso ambiental enfoca mudanças institucionais e sociais, passando pelo corpo social e os aparatos do Estado e a necessidade de uma reforma em seu seio. A entrada no Estado acaba por fazer parte dos planos de quem quer aplicar esse tipo diferenciado de racionalidade. Assim, “o saber ambiental adquire um sentido estratégia na reconstrução da realidade social” (MANNHEIM, 1936, 1940 apud LEFF, p. 242) pois exige a premência de pesquisa, adequação na legislação e o reconhecimento do poder público.

Esse movimento exige do campo agroecológico um entrelaçamento com o Estado numa falsa antinomia: servir-se do Estado para liberar-se da influência do Estado. Um paradoxo onde a autonomia se deve ao financiamento Estatal, permitindo uma produção que não esteja submetida à sanção imediata do mercado. Vale salientar que o Estado também impõe constrangimentos as decisões resultantes da ação coletiva.

A realização de uma racionalidade ambiental necessita de uma combinação de objetivos comuns de diversos atores que incidem em todas as instâncias do aparato do Estado (ALTHUSSER, 1971 apud LEFF, 2006). Assim,

a participação dos técnicos das entidades em campanhas eleitorais, as responsabilidades políticas e administrativas que muitos deles acabaram por assumir e, de maneira mais difusa, as oportunidades abertas pela descentralização de algumas políticas governamentais fazem o poder público um foco decisivo do próprio trabalho de organização popular (ABRAMOVAY, 2000, p. 168).

Essa procura pelo Estado por parte dos agroecologistas não deve ser vista

como o esgotamento do papel do Estado (tal qual pressuposto pelas leituras neoliberais), mas sim, como sua pouca adequação a dinâmica social. Nas últimas décadas, a hegemonia do modelo de democracia representativa fez com que se fechassem os olhos a outras possibilidades de construção do espaço democrático (...), ou seja, a diversidade de formas alternativas de democracia (...). Vive-se (...) uma democracia de 'baixa intensidade', dada pela retirada da função primordial do Estado como promotor de redistribuição de riquezas e redutor de desigualdades. Uma democracia em que os grupos dominantes têm poder de decisão (PEREZ-CASSARINO, 2013, p. 187).

A agricultura agroecológica se conforma enquanto um projeto socioambiental que implica diversas estratégias de agricultores e organizações a elaborar políticas (CRISPIM e SANTOS, 2012). “A inserção do agricultor em uma organização em rede aponta a dimensão de uma política que se desenvolve no interior do movimento que recupera os interesses individuais transformando-os em projetos coletivos” (BRANDENBURG, 2012, p. 30). Assim, o agricultor é inserido numa rede que envolve diversos atores, um híbrido de política, ciência e mobilização social, através da coletivização de suas demandas.

Para os agroecologistas, é necessário legitimar e fortalecer os direitos dos moradores do campo, dotando-os de maior alcance político e capacidade técnica, científica, administrativa e financeira. Tais estratégias deixaram de ser uma demanda unicamente de acadêmicos e militantes pois também se conformam enquanto desejo das próprias comunidades rurais.

Esse movimento aumentou o número de organizações camponesas, “assim como de projetos de pesquisa, desenvolvimento e extensão, orientados pelos princípios da agroecologia”, acendendo uma cooperação em forma de redes “para fortalecer o

consenso social a favor dos novos projetos produtivos na agricultura, procurando incidir nas políticas de produção rural e gerar estudos de desenvolvimento sustentáveis” (LEFF, 2006, p. 500). Por este motivo, a agroecologia procura

a estruturação de parcerias interinstitucionais que criem sinergias e complementaridades e potencializem as vantagens comparativas de cada setor envolvido no processo (...), incluindo aí as organizações dos agricultores. A concertação entre instituições tem mostrado um caminho fecundo para a superação da compartimentação do conhecimento na busca da interdisciplinaridade visando à aplicação do enfoque sistêmico para o estabelecimento de prioridades para a pesquisa (SILVEIRA, PETERSEN e SABOURIN, 2002, p. 105).

Essa busca articulada entre inovação do conhecimento e da realidade social faz com que os agroecologistas destaquem

a necessidade de profunda revisão no enfoque teórico metodológico que orienta as políticas oficiais e as legislações que regulam os sistemas de geração e difusão de tecnologias, e de crédito e fomento agrícola. Fundamentado na lógica de maximizar os rendimentos físicos por unidade de área dos cultivos e criações tomados individualmente, o paradigma técnico científico que orienta as políticas e legislações atuais termina por induzir os agricultores a uma alta dependência aos insumos externos a suas propriedades e comunidades. Orientados por esse paradigma, os atuais instrumentos de política agrícola constituem-se em poderosos mecanismos de desestímulo à sustentabilidade (SILVEIRA, PETERSEN e SABOURIN, 2002, p. 115).

Para que o ator “fale com sua própria voz, é necessário um difícil trabalho de emancipação, no qual o pesquisador atua como uma espécie de ‘parteiro’”. Destarte, “o pesquisador deve lograr estabelecer uma relação de cumplicidade” (BRAGA, 2009, p. 101) e engajamento para intervir no debate público e transformar a realidade, contanto que se tenha produzido um conhecimento científico autêntico capaz de restituir os sujeitos sociais. Essa utilidade do intelectual para as classes subalternas está em produzir um conhecimento crítico que denuncie a dominação. Enquanto cientistas

não apenas inventamos novas categorias sociais, mas também damos a elas legitimidade política e normativa, fracassar nisso equivale a dar uma carta branca para o Estado e para o mercado preencherem esse vácuo com suas necessidades (...). Ao estudarmos movimentos sociais, nós simultaneamente os endossamos como públicos (BURAWOY, 2009c, p. 214).

O campo agroecológico se envolve em um discurso permeado de categorizações e fortificações de identidades que permite a entrada no Estado e a ocupação de um espaço neste, com o intuito de definir a forma mais adequada a lidar com o público com o qual se trabalha.

As categorias são produtos sociais de uma luta classificatória. Parte do trabalho cientista é definir essas categorias humanas (camponeses, agricultores familiares, comunidades tradicionais, etc). Quando fazemos isso, criamos um público para colaborar, chamando-os de excluídos, marginalizados e com isso colocando-os a frente do debate político, o que não significa que estes setores da sociedade não ajam por conta própria e que não se mobilizem a não ser com a intervenção científica. Quero apenas levantar a questão de que a atividade científica é de extrema importância pra se entender este tipo de propositividade política.

Acontece então um ajustamento entre o público e a ciência: a ciência como porta-voz militante de um grupo da sociedade civil que ela mesma auxiliou na categorização. Este movimento procura legitimar soluções que já foram encontradas, ou seja, dar voz e ditames que os próprios cientistas, em consonância com seu público, já consagraram nos ciclos alternativos em que vivem.

Vemos então uma crescente participação de organizações de agricultores familiares na implementação de programas de desenvolvimento agrícola que se voltam contra o modelo, digamos, padrão. Tal processo revela uma nova concepção sobre as ações de interesse público, que deixa de ser encarado apenas como responsabilidade Estatal e passa a mobilizar as organizações da sociedade civil. Isto aponta para um caminho onde os processos de formulação e implementação de políticas públicas são resultado também da articulação entre o Estado e as organizações da sociedade civil vinculada a certo cientistas, onde o primeiro cumpre seu papel de facilitador e regulador, sem que se confunda ou substitua as iniciativas autônomas das últimas (SILVEIRA, PETERSEN e SABOURIN, 2002).

A adoção da agroecologia coloca a rede de seus adeptos num círculo de relações onde a ciência está sempre presente. Portanto, “a ambição científica da agroecologia abre caminho para o contato cada vez mais frequente com os círculos convencionais da organização científica e amplia os compromissos entre ‘agroecologistas’ e instituições científicas consagradas” (ABRAMOVAY, 2000, p. 168).

O que está em jogo não é apenas a entrada em mercados, mas a estruturação de novos círculos de produção e consumo mediante o engajamento de diferentes atores,

com a atuação do estado e de redes sociais de atores não-econômicos, como as ONGs, os movimentos sociais e as associações de consumidores, o que implica no “aumento da influência local, regional e nacional da rede, que se manifesta não só na participação em órgãos importantes da Embrapa e em contatos com a universidade, mas também na liderança de iniciativas de envergadura nacional” (ABRAMOVAY, 2000, p. 169).

Um subcampo da agroecologia que deixa bastante clara sua afinidade com o caráter do poder é a Agroecologia Política, que pode ser entendida como “um campo de estudo dedicado a análise e ao desenho de marcos institucionais adequados para que a Agroecologia seja efetivamente incorporada como referência de ações públicas voltadas à promoção do desenvolvimento rural” (PETERSEN, 2013, p. 70). Esse ramo trata da transformação dos arranjos institucionais de acordo com as condições historicamente dadas.

Seguindo esta linha de pensamento, a agroecologia dá bases científicas, metodológicas e tecnológicas para uma nova “revolução agrícola” no mundo. Ela cria condições e se utiliza de condições políticas já dadas para tal. Aqui, as dimensões da revolução agroecológica combinadas, sejam elas cognitivas, tecnológicas e sociais, dão vazão para novos modos de comunicação entre ativismo e ciência (PETERSEN, 2013).

Por conseguinte, a expansão da agroecologia fortalece um processo cognitivo, tecnológico e sócio-político de inovação, ligados a novos cenários políticos, como a emergência de governos progressistas e movimentos camponeses de resistência. Logo, o pretense paradigma agroecológico é construído em constante troca com os movimentos sociais e processos políticos (ALTIERI e TOLEDO, 2011).

Finalmente, temos uma politização da ciência pela epistemologia ou uma epistemologia política, que trata simultaneamente da organização da vida pública e das ciências. A ciência e a política não são mais poderes, mas sim, os conhecimentos postos em ação para conter o coletivo e colocá-lo em movimento (LATOUR, 2004).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vivemos hoje envoltos numa cultura ecológica, enquanto uma categoria geral da racionalidade ambiental, que conforma um sistema de valores a orientar os comportamentos dos atores para os objetivos da sustentabilidade. Isso inclui a vigilância dos atores sobre os riscos ambientais, a organização da sociedade civil em defesa dos direitos ambientais e a incorporação de uma consciência social, resultando numa produtividade sustentável.

Essa interação constante entre o mundo social e o da natureza transparece que humanos e não-humanos não estão em guerra, mas sim, trocam propriedades para compor a matéria do coletivo. A distinção entre sujeito (homem) e objeto (coisa) só serve para tornar a troca de propriedades entre esses universos impossível, separando as coisas.

Redefine-se a noção do social. Não se trata mais de uma sociedade ameaçada pela natureza objetiva, mas de um coletivo em expansão. O que há de realidade exterior e objetiva é a existência dos não-humanos, que acabam sendo mobilizados, socializados e domesticados, muito a partir da atividade científica. A noção de coletivo designa uma filosofia política onde não há mais dois elementos que se atraem (natureza e sociedades). O coletivo é tudo vinculado e não dois separados. Ele é uma assembleia de seres capazes de falar (LATOURET, 2004).

Estão imbricadas ecologia, política e estudos da ciência. Assim, não é possível enxergar a natureza se não a partir da atividade científica, chegando ao ponto em que se confundem a natureza com a própria ciência. Isso significa que não devemos separar a natureza de um lado e as representações que os humanos fazem sobre o mundo natural e sobre si mesmos de outro.

No campo da agroecologia, os cientistas (técnicos e pesquisadores), os moradores do mundo rural e o ambiente em que vivem compartilham não apenas um diálogo, mas estão misturados. São elementos de lugares diferentes que juntos criam um novo actante que faz falar a natureza, um híbrido onde pessoas e objetos defendem um mesmo discurso, isto é, a necessidade de colocar a agroecologia como o mote principal

do desenvolvimento rural brasileiro. Embebidos neste discurso e apoiados na existência do coletivo, manejar e mediar humanos e não-humanos (instituições, natureza, produção acadêmica, discursos, políticas públicas, pessoas) dentro de um jogo de poder se torna o verdadeiro projeto político da agroecologia, apoiando-se na natureza e na justiça social para acelerar a democracia a seu favor.

A principal vantagem de dissolver a noção de “sociedade”, vendo-a como interações de curta duração e novas associações, é que agora é possível unir o conteúdo científico e o contexto social com o intuito de preservar tanto “a história do envolvimento dos homens na construção dos fatos científicos quanto o envolvimento das ciências na feitura da história humana” (LATOUR, 2001, p. 23), isto porque a ciência é um processo de construção social e, portanto, político, operacionalizado em condições dadas e cujo final depende da interação entre os atores envolvidos.

A ação desses atores não se realiza sob pleno controle da consciência, ela deve ser considerada no cambio como um nó inserido em um conglomerado de muitos conjuntos surpreendentes de agências. Um ator é aquilo que muitos outros fazem atuar. Um ator não é a fonte pura de ação, mas o alvo móvel de uma quantidade de entidades que convergem à ele. Qualquer coisa que modifica sua incidência num estado de coisas é um ator ou, se não tem figuração alguma, um actante. Todavia, a ação social não só é controlada por externos, também é delegada a distintos tipos de atores vinculados entre si e que são capazes de transportá-la através de outros modos de ação, outros tipos de força completamente distintas (LATOUR, 2012). Portanto, é dentro das trocas de energia actante da rede agroecológica e de suas interações grupais¹⁷⁶, que seus participantes interiorizam um *modus operandi* comportamental focado no fortalecimento de uma epistemologia científica dita revolucionária, no empoderamento dos movimentos sociais e na composição de novas estruturas para as políticas públicas.

Neste sentido, a pesquisa realizada seguiu a trajetória dos atores-chave destacados enxergando as agregações e reagregações de seus grupos (como por exemplo: a Armada Cordobesa, a ABA, a ANA e os mais diversos Fóruns, Conselhos, Secretarias e Ministérios citados durante o trabalho) ao longo do tempo, de modo a fazer mais duradouras as interações em contínua mudança, pois são estes vínculos que potencializam as competências sociais necessárias para capacitar institucionalmente os

¹⁷⁶ Os vínculos sociais apresentam dificuldades para se manter no tempo e no espaço. Eles não são inertes e devem ser negociados constantemente (LATOUR, 2012).

agroecologistas, tornando-os pessoas com habilidades específicas em uma tarefa especializada que envolve os moradores do mundo rural e as ações do Estado.

Reconstituir as redes do processo histórico de institucionalização da agroecologia serviu para nos apresentar um cenário contemporâneo que, contém em si, políticas públicas, programas e ações pautadas a partir do diálogo entre os movimentos sociais, o Estado e o conhecimento científico, fomentando a prática agroecológica por meio do trabalho conjunto de uma série de pessoas representantes de discursos e instituições, constituindo atores-chaves para o entendimento das dinâmicas atuais do mundo rural.

Este movimento veio a tona graças a emergência de intermediários culturais, novos atores que dão conta de valorar os produtos e relações do campo agroecológico. A constituição desses intermediários também envolve a formação de novos sistemas peritos (GIDDENS, 1991), com “excelência técnica e competência profissional para sustentar as representações constituídas em torno do consumo” (NIERDERLE e ALMEIDA, 2013, p. 35), sendo responsáveis pelos mecanismos de certificação da produção ecológica e na formulação dos projetos agroecológicos.

A confluência de diferentes trajetórias, atores e ações políticas permitiu o alastramento de novos sistemas de produção e comercialização e a apropriação de mercados pelos agricultores agroecológicos. Tal rede de atores robustece sua estrutura institucional reforçando a agroecologia como um segmento específico do campo acadêmico que não tenta se fechar em si mesmo, pois busca ampliar sua presença para conquistar outros segmentos da comunidade científica (ABRAMOVAY, 2000) e política, isto porque, a ciência está presente em todos os aspectos da vida social e está sempre ligada aos processos políticos (LATOUR, 2000 e 2001).

Os agroecologistas reconfiguram o campo científico e político da agricultura brasileira por meio do acúmulo de energia actante ao longo de décadas, resultado das suas ações contextualizadas em uma rede de múltiplos nós. Todavia, afirmar que se faz um novo tipo de fazer científico não significa que haja uma reconfiguração na estrutura acadêmica e na forma que os conhecimentos e saberes universitários são construídos e disseminados. Neste sentido, dentro da academia, nas estruturas curriculares e disciplinares, a agroecologia ainda obedece, muitas vezes, ao mesmo tipo de funcionamento da ciência normal.

Assim, a agroecologia, que funciona simultaneamente como uma perspectiva científica, um movimento social e um tipo específico de prática agrícola, teve sua

institucionalização e atual configuração pautada, dentre outros fatores, numa capacidade performática e expansiva da ciência, que foi se conectando cada vez mais com movimentos sociais, o que possibilitou a adesão de atores porta-vozes legítimos em cargos de gestão pública, atuando como alguém que fala no lugar do que não fala (LATOUR, 2000), sejam discursos, instituições, movimentos e etc.

Na maioria dos casos, as explicações sociais são simplesmente um agregado supérfluo que, em vez de revelar as forças que atuam atrás do que se disse, dissimulam o que foi dito. A verdade é que existe uma capacidade de persuasão dos cientistas da importância do que fazem – da sua verdade nos fatos postos em evidência (LATOUR, 1997).

Esta habilidade de convencimento dos cientistas existe porque eles trabalham com a politização das categorizações dos atores do mundo rural, o que demonstra “como as análises (...) têm ficado subordinadas às demandas do campo político” (GARCIA JÚNIOR e GRZYNSZPAN, 2002, p. 338), o que se torna bastante sintomático no caso do campo agroecológico.

Não podemos generalizar ao ponto de afirmar que todos os cientistas que trabalham com agroecologia necessariamente atuam na construção de políticas e ações de desenvolvimento rural, muitos deles a tomam unicamente como objeto de estudo ou perspectiva analítica. Todavia, este tipo de atuação, mesmo que indiretamente, também fortalece o campo em questão, pois permite o alastramento destes conhecimentos e o alcance de novos espaços.

Conquanto, a agroecologia no Brasil é mais forte que em outros países latino-americanos graças ao perfil de formação de professores, pesquisadores e agentes de desenvolvimento (em universidades públicas, centros de pesquisa, extensão rural e órgãos governamentais). Estes atores iniciam seu mergulho no universo da agroecologia em ações orientadas por redes científicas intercaladas a movimentos sociais e ONGs entre as décadas de 1970 e 1990 e terminam numa participação ativa na construção de políticas públicas a partir dos anos 2000.

O reconhecimento da agroecologia pelo Estado, graças ao fortalecimento das organizações sociais, possibilitou o crescimento dessas ações alternativas. Fazendo parte de um projeto em construção de um modelo diferenciado de desenvolvimento rural está a valorização recente de produtos artesanais, naturais, orgânicos e agroecológicos associada aos valores positivos que a agricultura familiar vem

adquirindo a partir da conjunção de uma série de discursos e políticas públicas (PICOLOTTO e BRANDENBURG, 2013).

a palavra agroecologia, pela força que vem ganhando a ciência agroecológica, passou a ser usada para efeitos de marketing tanto em eventos nacionais e internacionais sobre a produção e produtos orgânicos, como inclusive, em políticas públicas, discursos parlamentares, assim como por setores da mídia e do agronegócio (CAPORAL, 2011, p. 88).

Já que o Estado pode exercer “um papel fundamental ao direcionar políticas públicas que fortaleçam o conjunto dos agricultores (camponeses e familiares)” (LUZZI, 2007, p. 132) para que incorporem o enfoque agroecológico, estabelece-se “uma articulação dos movimentos sociais (...) com parcerias estratégicas, sejam instituições de assistência técnica, ensino e pesquisa, buscando a formação de redes (...) e outras formas de integração” (GUTERRES, 2006, p. 26), o que permite à questão agroecológica ser considerada na construção de políticas públicas nos temas de crédito, desenvolvimento territorial, assistência técnica e extensão rural, aquisição de alimentos, pesquisa agrícola, políticas de semente e políticas de biossegurança.

Finalmente, este tese trouxe a tona novos elementos para se compreender a questão agroecológico no Brasil, desde a sua institucionalização, passando pelas suas configurações epistemológicas até a forma de atuação política de seus adeptos no quesito da agenda pública, abrindo caminhos para futuras agendas de pesquisa que possam esclarecer ainda mais as nuances da rede analisada, como nos quesitos: de uma observação meticulosa do diálogo entre cientistas e agricultores nos processos de transição agroecológicas; nos limites da aplicação prática das políticas públicas no campo; e no adentrar dos espaços estatais para analisar o trabalho cotidiano dos agroecologistas, isto é, as controvérsias, as ações, os avanços e retrocessos que estes lidam.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. (2000) *A rede, os nós, as teias: tecnologias alternativas na agricultura*. Revista de Administração Pública (RAP), Rio de Janeiro 34(6): 159-177, Nov/Dez.
- ABREU, Lucimar S. de, LAMINE, Claire, BRANDENBURG, Alfio, BELLON, Stéphane, MAZAROTTO, Angelo A. V. de Sá (2001). Agroecologia, movimento social, ciência, práticas e políticas públicas: uma abordagem comparativa. Resumo apresentado no *VII Congresso Brasileiro de Agroecologia*. Fortaleza/CE, de 12 a 16 de dezembro de 2001.
- ABREU, Lucimar S. de, LAMINE, Claire. (2009) Trajetórias da Agroecologia no Brasil: entre movimentos sociais, redes científicas e políticas públicas. Resumo na *Revista Brasileira de Agroecologia*. Nov. 2009. Vol. 4, n. 2.
- ABREU, Lucimar S. de; BELLON, Stéphane (2014) A dinâmica do desenvolvimento a Agroecologia no Brasil e na América Latina. Trabalho Apresentado no *VI Encontro da Rede de Estudos Rurais*. Unicamp. Campinas – SP.
- ALMEIDA, S. G. de. (2009) Construção e desafios do campo agroecológico brasileiro. In: PETERSEN, Paulo. (Org.) *Revista Agriculturas - Experiências em Agroecologia*. Agricultura familiar camponesa na construção do futuro. Rio de Janeiro: AS-PTA.
- ALONSO, Cipriano Barrio (2008) La apropiación social de la ciencia: nuevas formas. *Revista CTS*, n. 10, V. 4, Enero. p. 213-225.
- ALTIERI, Miguel. (2012) *Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável*. 3. ed. São Paulo, Rio de Janeiro: Expressão Popular, AS-PTA.
- ALTIERI, Miguel e TOLEDO, Victor M. (2011) The agroecological revolution in Latin America: rescuing nature, ensuring food sovereignty and empowering peasants. In: *The Journal of Peasants Studies*. Vol. 38, No 3, July, 587-612.
- ANA. Articulação Nacional de Agroecologia; FASE. Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional. (2014) *Caderno Pedagógico: Agroecologia, desenvolvimento territorial e políticas públicas*. Articulação Nacional de Agroecologia;

Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional – Rio de Janeiro, ANA/FASE, 2014.

AVENTURIER, Pascal; OLLIVIER, Guillaume, ALENCAR, Maria de Cléofas F; BELLON, Stéphane. (2015) Estudo cientométrico dos Congressos Brasileiros de Agroecologia. In: BRANDENBURG, Alfio; BILLAUD, Jean-Paul; LAMINE, Claire (Orgs.) *Redes de agroecologia: experiências no Brasil e na França*. Curitiba: Kairós Edições.

AZEVÊDO, Sandra Raquew dos S. e AZEVÊDO FILHO, Carlos A. F. de (2010) A agenda proposta pela revista agriculturas: uma reflexão sobre mídia e agroecologia. Trabalho apresentado no VIII *Congresso Latinoamericano de Sociología Rural*, Porto de Galinhas.

AZEVEDO, Daviane Aparecida de. (2010) Movimentos sociais, sociedade civil e transformação social no Brasil. In: Saber Acadêmico. *Revista Multidisciplinar da Uniesp*. N. 09, Junho de 2010.

AZEVEDO, Edisio Oliveira. (2011) Desafios e perspectivas da Agroecologia. In.: CAPORAL, Francisco Roberto e AZEVEDO, Edisio Oliveira (Orgs.). *Princípios e perspectivas da agroecologia*. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná – Educação a distância.

BAGATTOLLI, Carolina. (2010) Ciência política e política da ciência: projetos políticos e modelos cognitivos na política científica e tecnológica. In: DAGNINO, Renato. *Estudos sociais da ciência e da tecnologia e política de ciência e tecnologia: abordagens alternativas para uma nova América Latina*. Campina Grande: EDUEPB.

BAUMGARTEN, Maíra. (2014) Sociedade e Sustentabilidade: qual o lugar do conhecimento? In: *Sociologias*, Porto Alegre, ano 16, nº 37, set/dez 2014, p. 14-22.

BEM-DAVID, Joseph. (1974) O papel do cientista na sociedade: um estudo comparativo. São Paulo, Pioneira, Ed. da Universidade de São Paulo.

BONNAL, Philippe; DINIZ, Paulo Cesar Oliveira; TONNEAU, Jean Philippe e SIDERSKY. (2007) As dinâmicas sociais locais em auxílio às políticas públicas: caso do município de Lagoa Seca no agreste paraibano. In: TONNEAU, Jean Philippe e SABOURIN, Eric (Orgs.). *Agricultura familiar: interação entre políticas públicas e dinâmicas locais: ensinamentos a partir de casos*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

BOSETTI, Cleber José. (2015) A questão agrária e a política de desenvolvimento rural no Brasil: um estudo a partir da política de Ater. Trabalho apresentado no XVII *Congresso Brasileiro de Sociologia*. 20 a 23 de julho de 2015, Porto Alegre-(RS).

BOURDIEU, Pierre. (1996) A linguagem autorizada. As condições sociais da eficácia do discurso ritual. In: *A economia das trocas lingüísticas*. São Paulo: EDUSP.

_____. (2004a) Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: editora UNESP.

_____. (2004b) Para uma Sociologia da Ciência, Lisboa: Edições 70.

_____. (2006) A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaina. (org.). *Usos & abusos da história oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, p. 183-191.

BRAGA, Ruy. (2009) O pêndulo de Marx: Sociologias públicas e engajamento social. In: BRAGA, Ruy. *Por uma sociologia pública*. São Paulo: Alameda.

BRAGA, Ruy e SANTANA, Marco Aurélio. (2009) A fabricação da identidade: sociologia pública do trabalho e sindicalismo no Brasil. In: BRAGA, Ruy. *Por uma sociologia pública*. São Paulo: Alameda.

BRAGA, Ruy; GARCIA, Sylvia Gemignani; e SILVA, Leonardo Mello e. (2009) Sociologia pública: considerações a partir do Brasil. In: BRAGA, Ruy. *Por uma sociologia pública*. São Paulo: Alameda.

BRANDENBURG, Alfio (2002) Movimento agroecológico: trajetória, contradições e perspectivas. In: *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 6, p. 11-28, jul/dez. Editora UFPR.

_____. (2012) Apresentação – Os agricultores ecológicos e a (re)construção do ambiente rural. In.: BRANDENBURG, Alfio e FERREIRA, Angela D. Damasceno (Orgs.) *Agricultores agroecológicos e o ambiente rural: visões interdisciplinares*. São Paulo: Annablume; Cnpq; Petrobras.

BRANDENBURG, Alfio; BILLAUD, Jean-Paul; LAMINE, Claire. (2015) Apresentação - A agricultura ecológica e as redes agroecológicas. In: BRANDENBURG, Alfio; BILLAUD, Jean-Paul; LAMINE, Claire (Orgs.) *Redes de agroecologia: experiências no Brasil e na França*. Curitiba: Kairós Edições.

BRASIL. (2015) *Documento de referência da 2ª Conferência Nacional de ATER: Ater, agroecologia e alimentos saudáveis*. Outubro.

BUAINAIN, Antônio Márcio; ALVES, Eliseu; SILVEIRA, José Maria da. e; NAVARRO, Zanzer. (2013) Sete teses sobre o mundo rural brasileiro. In: *Revista de Política Agrícola*, junho, ano XXII, n. 2.

BURAWOY, Michael. (2009a) Por uma sociologia pública. In: BRAGA, Ruy. *Por uma sociologia pública*. São Paulo: Alameda.

_____. (2009b) Abrir as ciências sociais: para quem e para quê? In: BRAGA, Ruy. *Por uma sociologia pública*. São Paulo: Alameda.

_____. (2009c) A guinada crítica para a sociologia pública. In: BRAGA, Ruy. *Por uma sociologia pública*. São Paulo: Alameda.

CANUTO, João Carlos. (1998) Agricultura Ecológica e sustentabilidade sócio-ambiental. *Raízes*. Ano XVII, Nº 16, março 1998.

CAPORAL, Francisco Roberto. (2002) *Recolocando as coisas nos seus devidos lugares*: um manifesto em defesa da extensão rural pública e gratuita para a agricultura familiar. Artigo apresentado no “Seminário Nacional: Decidindo Políticas de Extensão Rural para o Brasil”, promovido pela FASER – Federação das Associações e Sindicatos da Extensão Rural e do Setor Público Agrícola do Brasil, realizado em Brasília – DF, de 12 a 14 de março de 2002. Disponível em: <https://www.dropbox.com/s/5dibm4suojhjbyx/RECOLOCANDO%20AS%20COISAS%20NOS%20SEUS%20DEVIDOS%20LUGARES.pdf> . Acessado em: 1 de outubro de 2014.

_____. (2003) Bases para uma nova ater pública. Extensão Rural - Série de Estudos Rurais. *Revista Científica do Programa de Pós-graduação em Extensão Rural e do Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural*. Ano X - Jan/Dez 2003.

_____. (2011) Agroecologia: uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis. In.: CAPORAL, Francisco Roberto e AZEVEDO, Edisio Oliveira (Orgs.). *Princípios e perspectivas da agroecologia*. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná – Educação a distância.

_____. (2013) Em defesa de um plano nacional de transição agroecológica: compromisso com as atuais e o nosso legado para as futuras gerações. In: SAUER, Sérgio e BALESTRO, Moisés V. (Orgs) *Agroecologia e os desafios da transição agroecológica*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular.

CAPORAL, Francisco Roberto e AZEVEDO, Edisio Oliveira (Orgs.). (2011) *Princípios e perspectivas da agroecologia*. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná – Educação a distância.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio e PAULUS, Gervásio. (2011) Agroecologia: matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável. In.: CAPORAL, Francisco Roberto e AZEVEDO, Edisio Oliveira (Orgs.). *Princípios e perspectivas da agroecologia*. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná – Educação a distância.

CARNEIRO, Maria José; DELATIN, Daniel; SANDRONI, Laila. (2015) Produção e circulação do conhecimento entre cientista e gestores públicos. Trabalho apresentado na *V Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia*. Maio, Porto Alegre.

CAVALCANTI, Valesca Marques. (2010) *Ciência, modernidade, tecnologia e natureza: uma análise sobre o desenvolvimento do algodão naturalmente colorido na Paraíba*. Dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

CDT, IAPAR. (2013) Relato do I Seminário de Agroecologia Brasil x França. In: I Seminário de Agroecologia Brasil X França. Londrina, Paraná, de 5 a 6 de dezembro de 2013. Disponível em: <http://200.201.27.34/agroecol/material/Relato%20do%20I%20Seminario%20de%20Agroecologia%20Brasil%20Franca%20-%20IAPAR.pdf> . Acessado em: 6 de agosto de 2015.

CRISPIM, Jefferson de Queiroz e SANTOS, Leonardo José Cordeiro dos. (2012) Avaliação dos recursos hídricos e o desenvolvimento de métodos qualitativos de avaliação ambiental em estabelecimentos agroecológicos. In.: BRANDENBURG, Alfio e FERREIRA, Angela D. Damasceno (Orgs.) *Agricultores agroecológicos e o ambiente rural: visões interdisciplinares*. São Paulo: Annablume; Cnpq; Petrobras.

CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA, IX, de 28 de setembro a 01 de outubro de 2015, Belém-PA. *Cartilha IX CBA e do IV Seminário Estadual de Agroecologia*. Hangar – Convenções e Feiras da Amazônia. Belém, Pará, 2015.

COSTA GOMES, João Carlos. (2005a) As bases epistemológicas da agroecologia. In.: AQUINO, Adriana Maria de. e ASSIS, Renato Linhares de. *Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável*. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica.

_____. (2005b) Pesquisa em Agroecologia: Problemas e desafios. In.: AQUINO, Adriana Maria de. e ASSIS, Renato Linhares de. *Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável*. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica.

CUNHA, Luis Henrique. (2004) Da “tragédia dos comuns” à ecologia política: perspectivas analíticas para o manejo comunitário dos recursos naturais. *Raízes*. Vol. 23, N°s 01 e 02, jan.–dez./2004.

DAGNINO, Evelina (2004). Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. *Revista Política e Sociedade*. N. 5, outubro.

DALBERTO, Florindo (2014) O papel das Organizações Estaduais de Pesquisa Agropecuária (Oepas) para o fortalecimento da agricultura familiar. In: SILVA, Hur Ben Corrêa da, CANAVESI, Flaviane de Carvalho. *Conhecimento, tecnologia e inovação para o fortalecimento da agricultura familiar: contribuições das organizações estaduais de pesquisa agropecuária*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário.

DIÁLOGOS DE CONHECIMENTO SOBRE AGROECOLOGIA, de 22 a 24 de setembro de 2015, Recife-PE. *Cartilha do Diálogos de Conhecimento sobre Agroecologia, do II Seminário Internacional de Agroecologia, do III Seminário de Agroecologia de Pernambuco e da II Jornada dos Povos de Pernambuco*. Campus Recife da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Recife, Pernambuco, 2015.

DUARTE, L. M. G. e SILIPRANDI, E. (2006) A reconstrução da extensão rural pública no Brasil: novas questões, velhos problemas. In: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL, 2006, Quito, Ecuador. *Anais*. Quito, Ecuador: Alasru, p. 1 - 17.

DUQUE, José Guimarães. (2004a) *O Nordeste e as Lavouras Xerófilas*. 4. ed. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil.

_____. (2004b) *Perspectivas Nordestinas*. 2. ed. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil.

EMBRAPA. (2006) *Marco Referencial em Agroecologia*. Grupo de Trabalho em Agroecologia. Disponível no endereço: <
<http://wp.ufpel.edu.br/consagro/files/2010/10/EMBRAPA-Marco-Referencial-Agroecologia.pdf> > Acessado em: 20 de novembro de 2015.

FAGUNDES, Alessander Von Wagner; LADIERA, Isabela Fabiana da Silva e OLIVEIRA, Lara Angelo. (2013) O processo de organização dos grupos de agroecologia no Brasil. *Cadernos de Agroecologia*, Vol 8, No. 2, Nov.

FAIRCLOUGH, Norman. (2001) *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

FREIRE, Paulo. (1983) *Extensão ou comunicação*. 7ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

FRENCH, Steven. (2009) *Ciência: conceitos-chave em filosofia*. Porto Alegre: Artmed.

GARCIA JÚNIOR, Afrânio e GRYNSZPAN, Mario. (2002) Veredas da Questão Agrária e enigmas do Grande Sertão. In: Miceli, Sérgio (Org.). *O que ler na Ciência Social Brasileira*. Vol. IV (1970/2002). São Paulo/Brasília, Anpocs/Ed. Sumaré/Capes.

- GARCIA JÚNIOR, Afrânio. (2007) Os Vice-Reis do Norte: reconversão de elites agrárias e a revolução de 1930 (1920-1964). *Revista Ciências Sociais*. V. 38, n. 2, p. 73-87.
- GERHARDT, Cleyton H. (2014) Tautologia e retórica messiânica da “transição agroecológica” na “nova extensão rural”. *Revista Extensão Rural, DEAER – CCR – UFSM, Santa Maria*, v. 21, n. 3, Jul/set. 2014.
- GIDDENS, Anthony. (1991) *As conseqüências da Modernidade*, São Paulo, Ed. UNESP.
- GLIESSMAN, Stephen R. (2001) *Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS.
- GOMES, Ramonildes A. (2014) Modos de objetivação de Programas Públicos: o PAA em foco. In.: NEVES, Delma Pessanha; GOMES, Ramonildes A.; LEAL, Pedro Fonseca. (Orgs.). *Quadros e programas institucionais em políticas públicas*. Campina Grande: EDUEPB.
- GUADARRAMA-ZUGASTI, Carlos; TRUJILLO-ORTEGA, Laura Elena; RAMÍREZ-MIRANDA, César. (2013) Agroecologia y desarrollo rural em Mexico: bases agroecologicas, sistemas sostenibles y soberania alimentaria. In: SAUER, Sérgio e BALESTRO, Moisés V. (Orgs) *Agroecologia e os desafios da transição agroecológica*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular.
- GUARESCHI, Neuza; COMUNELLO, Luciele Nardi; NARDINI, Milena; HOENISCH, Júlio César (2004). Problematizando as práticas psicológicas no modo de entender a violência. In: *Violência, Gênero e Políticas Públicas*. Orgs: STREY, Marlene N.; AZAMBUJA, Mariana P. Ruwer; JAEGER, Fernanda Pires. Ed: EDIPUCRS, Porto Alegre.
- GUTERRES, Ivani. (2006) *Agroecologia militante: contribuições de Enio Guterr*. São Paulo: Expressão Popular.
- HABERMAS, Jürgen. (1987) *Teoria de la acción comunicativa I - Racionalidad de la acción y racionalización social*. Madri: Taurus.
- HENRY, John. (1998) *A revolução científica e as origens da ciência moderna*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- HEY, Ana Paula. (2008) *Esboço de uma sociologia do campo acadêmico: a educação superior no Brasil*. São Carlos: EdUFSCAR.
- KUHN, Thomas. (1978) *A estrutura das revoluções científicas*. 2. ed. São Paulo: Editora Perspectiva.

LATOURE, Bruno. (1997) *A vida de laboratório: a produção dos fatos científicos*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

_____. (2000) *Ciência em ação*. São Paulo: Editora Unesp.

_____. (2001) *A esperança de Pandora: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos*. Bauru, SP: EDUSC.

_____. (2004) *Políticas da natureza: como fazer ciência na democracia*. BAURU, SP: EDUSC, 2004.

_____. (2012) *Reagregando o social*. Salvador: Ed UFBA, 2012; Bauru. Sao Paulo: Edusc.

LEFF, Enrique. (2006) *Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

LIMA, Márcia Tait; NEVES, Ednalva Felix; DAGNINO, Renato. (2010) Popularização da ciência no Brasil: entrada na agenda política, de que forma? In: DAGNINO, Renato. *Estudos sociais da ciência e da tecnologia e política de ciência e tecnologia: abordagens alternativas para uma nova América Latina*. Campina Grande: EDUEPB.

LORENZI, Bruno Rossi e ANDRADE, Thales Novaes de. (2011) Latour e Bourdieu: rediscutindo as controvérsias. *Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política*. Vol. 20, No 2.

LUZZI, Nilsa. (2007) *O debate agroecológico no Brasil: uma construção a partir de diferentes atores sociais*. Tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

MALUF, Renato S. (2013) Prefácio – Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura. In.: NIERDERLE, Paulo André; ALMEIDA, Luciano de; VEZZANI, Fabiane Machado. *Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura*. Curitiba: Kairós.

MARICONDA, Pablo Rúben. (2008) Entrevista com Terry Shinn. *Revista Scientle Studia*, São Paulo, v. 6, n. 1, 2008.

MAWHINNEY, Mark. (2005) *Desenvolvimento sustentável: uma introdução ao debate ecológico*. São Paulo: Edições Loyola.

MOLINA, Manuel González de. (2013) Las experiencias agroecológicas y su incidencia em el desarrollo rural sostenible. La necesidad de una agroecológica política. In: SAUER, Sérgio e BALESTRO, Moisés V. (Orgs) *Agroecologia e os desafios da transição agroecológica*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular.

MONTEIRO, Marko Synésio A. (2012) Reconsiderando a etnografia da ciência e da tecnologia - tecnociência em prática. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 27, n. 79, junho/2012.

MOREIRA JR, Airton Ferreira. (2009) Por uma sociologia "transversalista" da ciência e das técnicas. *Revista Brasileira de Ciência, Tecnologia e Sociedade*. Vol. 1, No 1, 2009.

MUTZENBERG, Remo. (2011) Movimentos sociais: entre aderências, conflitos e antagonismos. In: *SINAIS – Revista Eletrônica – Ciências Sociais*. Vitória: CCHN, UPES, Edição n. 09, v. 1, Junho. 2011. p. 127-143.

NADER, Laura (1972) Up the Anthropologist: perspectives gained from Studying Up. In: HYMES, Dell H. (Org.). *Reinventing Anthropology*. New York, Pantheon Books, p. 284-311.

NEVES, Delma Pessanha. (2007) Agricultura Familiar: quantos ancoradouros! In: FERNADES, B.M.; MARQUES, M. I. M.; SUZUKI, J. C. *Geografia Agrária: teoria e poder*. São Paulo: Expressão Popular.

NIEDERLE, Paulo André; ALMEIDA, Luciano de. (2013) A nova arquitetura dos mercados para produtos orgânicos: do debate da convencionalização. In: NIEDERLE, Paulo André; ALMEIDA, Luciano de; VEZZANI, Fabiane Machado. *Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura*. Curitiba: Kairós.

NIEDERLE, Paulo André; ALMEIDA, Luciano de; VEZZANI, Fabiane Machado. Introdução. (2013) In.: NIEDERLE, Paulo André; ALMEIDA, Luciano de; VEZZANI, Fabiane Machado. *Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura*. Curitiba: Kairós.

NORDER, Luiz Antonio; LAMINE, Claire e BELLON, Stéphane. (2015) Agroecologia: polissemia, pluralismo e controvérsias. In: BRANDENBURG, Alfio; BILLAUD, Jean-Paul; LAMINE, Claire (Orgs.) *Redes de agroecologia: experiências no Brasil e na França*. Curitiba: Kairós Edições.

PADILHA, Douglas Ochiai e BRANDENBURG, Alfio. (2012) Mercados, Atores e a construção da racionalidade ambiental em Rio Branco do Sul, PR. In.: BRANDENBURG, Alfio e FERREIRA, Angela D. Damasceno (Orgs.) *Agricultores agroecológicos e o ambiente rural: visões interdisciplinares*. São Paulo: Annablume; Cnpq; Petrobras.

_____. (2015) Conexões Brasil-França: uma rede de sociologia tecida do rural ao ambiental. In: BRANDENBURG, Alfio; BILLAUD, Jean-Paul; LAMINE, Claire

(Orgs.). *Redes de agroecologia: experiências no Brasil e na França*. Curitiba: Kairós Edições, 2015.

PADULA, Juliana; CARDOSO, Irene Maria; FERRARI, Eugênio Alvarenga e DAL SOGLIO, Fabio Kessler. (2013) Os caminhos da Agroecologia no Brasil. In: GOMES, João Carlos Costa e WILLIAM, Santos de Assis (Orgs.). *Agroecologia: princípios e reflexões conceituais*. Brasília, DF: Embrapa.

PAESE, Joel. (2009) Controvérsias na ciência e na tecnologia e sua influência sobre o processo de tomada de decisão. *Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política*. Vol. 18, No 1.

PAULINO, Jonatta S. (2013) *Modernidade e ciência: tensões do discurso agroecológico*. Dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

PEREZ-CASSARINO, Julian. (2013) Agroecologia, mercados e sistemas agroalimentares: uma leitura a partir da soberania e da segurança alimentar. In: COSTA GOMES, João Carlos e WILLIAM, Santos de Assis (Orgs.) *Agroecologia: princípios e reflexões conceituais*. Brasília, DF: Embrapa.

PETERSEN, Paulo. (2013) Agroecologia e a superação do paradigma da modernização. In.: NIERDERLE, Paulo André; ALMEIDA, Luciano de; VEZZANI, Fabiane Machado. *Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura*. Curitiba: Kairós.

PETERSEN, P., SOGLIO, F. K. D., CAPORAL, F. R. (2009) A construção de uma Ciência a serviço do campesinato. In: PETERSEN, P. (Org.) *Revista Agriculturas - Experiências em Agroecologia*. Agricultura familiar camponesa na construção do futuro. Rio de Janeiro: AS-PTA.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti e BRANDENBURG, Alfio. (2013) Sindicalismo da agricultura familiar, modelos de desenvolvimento e o tema ambiental. In.: NIERDERLE, Paulo André; ALMEIDA, Luciano de; VEZZANI, Fabiane Machado. *Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura*. Curitiba: Kairós.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti (2014) A formação de um sindicalismo de agricultores familiares no Sul do Brasil. In: *Sociologias*, Porto Alegre, ano 16, nº 35, jan/abr 2014, p. 204-236.

REDE ATER NE. (2014) *Políticas públicas e transição agroecológica no Brasil: reflexões a partir de estudos de caso*. Fortaleza: CETRA – Centro de Estudos do Trabalho e de Acessoria ao Trabalhador.

ROJAS, Alejandro. (1997) *Cultura, ciencia y conflictos ambientales: el caso de Clayoquot Sound, Canada*. In: SABATINI, F. & SEPULVEDA, C. (eds.). *Conflictos ambientales entre la globalización y la sociedade civil*. Santiago de Chile, CIPMA.

SÁ, Tatiana Deane de Abreu e SILVA, Regina Oliveira da. (2014) *Para além do interdisciplinar: a agroecologia como uma perspectiva transdisciplinar para a agricultura na Amazônia*. In: VIEIRA, I. C.G.; TOLEDO, P. M.; SANTOS JÚNIOR, R. A. O. (Orgs.) *Ambiente e sociedade na Amazônia: uma abordagem interdisciplinar*. Rio de Janeiro: Garamond.

SÁ, Tatiana Deane de Abreu; MELO JÚNIOR, José Gomes de; e BUENO, Ynaíá Masse. (2014) *Políticas e programas públicos e a agroecologia em instituições de pesquisa agropecuária: um olhar sobre a Embrapa na Amazônia Oriental*. Trabalho apresentado no VII Encontro da Rede de Estudos Rurais, de 29 de agosto a 01 de setembro, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, em Natal (RN).

SABOURIN, Eric. (2007) *Que Política para a Agricultura Familiar no Segundo Governo Lula?* In: *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 22, n. 3, p. 715-751, set/dez.

SAID, Edward W. (1990) *Orientalismo: O oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras.

_____. (2011) *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras.

SANTOS, Gilmar dos. (2014) *Agroecologia: breve histórico e concepções*. Texto disponível no endereço eletrônico: <http://pautasdajuventude.wordpress.com/2014/09/24/agroecologia-breve-historico-e-concepcoes/>. Acessado em: 24 de setembro de 2014

SCHMITT, Claudia Job e GRISA, Catia. (2013) *Agroecologia, mercados e políticas públicas: uma análise a partir dos instrumentos de ação governamental*. In.: NIERDERLE, Paulo André; ALMEIDA, Luciano de; VEZZANI, Fabiane Machado. *Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura*. Curitiba: Kairós.

SEMINÁRIO INTERNACIONAL AGROECOLOGIA NO MUNDO E A ENCÍCLICA ECOLÓGICA, 3 de setembro de 2015, Campina Grande-PB. Folder do evento *Agroecologia no mundo e a encíclica ecológica*. Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Campina Grande, Paraíba, 2015.

SHINN, Terry. (2008) *Controvérsias sobre a ciência: por uma sociologia transversalista da atividade científica*. São Paulo: Associação Filosófica Scientia Studia: Editora 34.

SILVA, Hur Ben Corrêa da, CANAVESI, Flaviane de Carvalho. (2014) *Conhecimento, tecnologia e inovação para o fortalecimento da agricultura familiar: contribuições das organizações estaduais de pesquisa agropecuária*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário.

SILVA JUNIOR, Roberto D. da; FERREIRA, Leila da C.; LEWINSOHN, Thomas M. (2014) Sustentabilidade entre interdisciplinaridade e propositividade: um olhar para artigos científicos em ecologia, economia, sociologia e antropologia. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 16, n. 37, set/dez, p. 42-70. 2014.

SILVEIRA, Luciano; PETERSEN, Paulo; SABOURIN, Eric. (Orgs.) (2002) *Agricultura Familiar e Agroecologia no Semiárido: avanços a partir do Agreste da Paraíba*. Rio de Janeiro: AS-PTA.

SOUSA, Romier da Paixão e MARTINS, Sergio Roberto. (2013) *Construção do conhecimento agroecológico: desafios para a resistência científico-acadêmica no Brasil*. In: COSTA GOMES, João Carlos e WILLIAM, Santos de Assis (Orgs.) *Agroecologia: princípios e reflexões conceituais*. Brasília, DF: Embrapa.

SOUSA SANTOS, Boa Ventura de. (2001) *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 8 ed. São Paulo: Cortez.

TONNEAU, Jean Philippe e SABOURIN, Eric. (2007) Elementos de síntese e perspectivas. In: TONNEAU, Jean Philippe e SABOURIN, Eric (Orgs.). *Agricultura familiar: interação entre políticas públicas e dinâmicas locais: ensinamentos a partir de casos*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

TRUJILLO-ORTEGA, Laura Elena. (2013) *Ecología Política del desarrollo sostenible*. In: SAUER, Sérgio e BALESTRO, Moisés V. (Orgs) *Agroecologia e os desafios da transição agroecológica*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular.

ZHOURI, Andréa. (2006) O ativismo transnacional pela Amazônia: entre a Ecologia Política e Ambientalismo de Resultados. In: *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 139-169.

ZONIN, Wilson João e BRANDENBURG, Alfio. (2012) *Agroecologia, transição agroecológica e mudança ambiental*. In.: BRANDENBURG, Alfio e FERREIRA, Angela D. Damasceno (Orgs.) *Agricultores agroecológicos e o ambiente rural: visões interdisciplinares*. São Paulo: Annablume; Cnpq; Petrobras.

WEZEL, A. e SOLDAT, V. (2009). A quantitative and qualitative historical analysis of the scientific discipline of agroecology. *International Journal of Agricultural Sustainability*. 7(1), p. 3–18.

WYNNE, Brian. (1994) Scientific knowledge and the global environment. In: REDCLIFT, Michael and BENTON, Ted (eds.). *Social Theory and the Global Environment*. London: Routledge, p. 169-189.